

MENSAGEM À ASSEMBLEIA 2017



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



*MENSAGEM
À ASSEMBLEIA*
2017



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2017

ABERTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 29ª LEGISLATURA

FORTALEZA, 2017



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Gabinete do Governador	José Élcio Batista
Gabinete do Vice-Governador	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Casa Civil	José Nelson Martins de Sousa
Casa Militar	Cel. Francisco Túlio Studart de Castro Filho
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	Francisco Osmar Diógenes Baquit
Secretaria das Cidades	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara
Secretaria da Educação	Antonio Idilvan de Lima Alencar
Secretaria Especial de Política sobre Drogas	Marcelo Ribeiro Uchôa (Respondendo)
Secretaria do Esporte	Marcio Pereira de Brito (Respondendo)
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	André Macedo Facó
Secretaria da Justiça e Cidadania	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria de Relações Institucionais	
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Rodrigo Bona Carneiro (Respondendo)



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretário Executivo	Frederico Augusto Gomes de Alencar
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Daniele Passos de Lima Albuquerque
Assessoria Jurídica	Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Naiana Corrêa Lima Peixoto
	Raimundo Avilton Meneses Júnior
	Regis Meireles Benevides
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiane da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
	Luciana Capistrano da Fonseca Moura
	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	André Theophilo Lima
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Ênio Azevedo Fontenele
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Maria Gonçalves Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO – SEPLAG

Supervisão Geral

Naiana Corrêa Lima
Raimundo Avilton Meneses
Júnior
Regis Meireles Benevides

Coordenação Técnica

Raimundo Avilton Meneses
Júnior

Orientação Técnica

Lara Maria Silva Costa

Elaboração e assessoramento Seplag

Cristiane Lorenzetti Colares
Dominique Cunha Marques
Gomes
Sandra Maria Braga
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração Seplag

Luiz Carlos Holanda Antero

Elaboração Ipece

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia Souza
Jimmy Lima de Oliveira
Paulo Araujo Pontes
Nicolino Trompieri Neto
Witalo de Lima Paiva

Colaboração Casa Civil

Daniella Navarro
Rubenia Rocha

Colaboração Gabgov

Ana Carolina Castro Mota

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Adeline de Araujo Lobão da Silva (Secitece)	Antônio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)
Adriana Silva Gonçalves (Cagece)	Ari Célio Reges Mendes (SPD)
Adriana Xavier de Santiago (Cidades)	Aurilene Pereira Moura Moreira (Uece)
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto (Nutech)	Beatrice Veras Albuquerque (Seapa)
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)	Beatriz Linhares dos Santos (SRI)
Alcides M. Nascimento Parente (DER)	Carla Patrícia de Melo Filgueiras (Cidades)
Aline Alves de Oliveira (Urca)	Carlina Sousa (Funtelc)
Aline Lima de Paula Miranda (Sejus)	Cléa Dias Sampaio (Sohidra)
Aline Linhares Holanda (Secitece)	Cristiane Nepomuceno Santiago (ZPE CEARÁ)
Aluizio Souza Freitas, Cap BM (CBMCE)	Daiana Mária de Souza (Secult)
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)	Dalva Uchoa de Lima (Ceasa)
Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha (Funcap)	Daniel Freitas de Oliveira (SRI)
Ana Josicleide Maia (Urca)	Daniele Passos de Lima Albuquerque (Seplag)
Ana Livia Andrade de Araujo (DAE)	Danielle Silva Pinto (Arce)
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)	Danilo Barbosa Gomes (CEE)
Ana Roberta Duarte Piancó (Urca)	Deborah Mithya Barros Alexandre (SRH)
Anna Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)	Denilson Albano Portácio (Seduc)
Antenor Costa Filho (SPD)	Denilson Fieldes (Cogerh)
Antonio Marcos Alves Sousa, Asp BM (CBMCE)	Denise Andrade Araújo (CGE)
Antônio Odálio Girão de Almeida (Ceasa)	Deusimar Lira Cavalcante Filho (Ipece)
Antonio Eldair da Cunha (Cohab)	Diego da Rocha Vasquez (Pefoce)

Elisabete Maria Cruz Romão (Semace)
 Emanuela Rodrigues Alves (Sesporte)
 Evandro Batista Júnior (Adece)
 Evelise Helena Façanha Braga (Etice)
 Fernando Antônio Alves dos Santos (Uece)
 Francisca Aparecida Prado Pinto (Seduc)
 Francisca Imaculada dos Santos Silva (CED)
 Francisca Luzitelma Santos Caracas (Issec)
 Francisco Alexsandro Sales Beserra (Sohidra)
 Francisco Bergson Parente Fernandes (Ematerce)
 Francisco Hemirton Lemos Peixoto (Sohidra)
 Francisco José Coelho Bezerra (Issec)
 Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)
 Francisco Narcélio Atanzio Alves, TenCel PM (Casa Militar)
 Francisco Ricardo Vieira Catarina, TenCel PM (PMCE)
 Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho (SSPDS)
 Frederico Jorge Barbosa Acário (Codece)
 Gecilda Correa Nunes (Ematerce)
 Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco (Cogerh)
 Hermano Abreu Rodrigues (Sesporte)
 Homero Catunda Batista, TenCel BM (CBMCE)
 Igor Pimentel Gomes Fernandes Vieira (UVA)
 Jaana Flávia Fernandes Nogueira (Seduc)
 Jackeline Oliveira Nobre Recamonde (Cidades)
 Jamile dos Santos Moura (Aesp)
 Jessé de Moura Filho (Detran)
 João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)
 João Paulo Almeida Mendes (CED)
 João Washington de Meneses (Sesa)
 Joaquim José Facó (DER)
 Jorge Pinto Filho (SDA)
 José Carlos Machado de Brito (Seinfra)
 José Durval Beserra Filho TenCel PM (PMCE)
 José Eleri de Sousa (SSPDS)
 José Evandro de Goes Batista Júnior (Adece)
 José Flávio Guedes (Secitece)
 José Maurício Mendes Giffoni (Semace)
 José Valdo Mesquita Aires Filho (Setur)
 José Teófilo Braga Neto (Cohab)
 Lara Jurema Pontes Almeida Gentil (Sohidra)
 Leiliane Silva de Aguiar (UVA)
 Lidiane Andrade Mateus (Cidades)
 Lyliana Maria Ferreira Gomes (Pefoce)
 Lorena Maria Moreira Chagas (Detran)
 Loyanne Teixeira Alexandre Alves (Ceasa)
 Luce Karine Soares Balreira (Sohidra)
 Lúcia Maria Bertini (Sejus)
 Lúcia Maria Gonçalves Siebra (EGPCE)
 Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Gabgov)
 Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)
 Luciana Lima (Seinfra)
 Luciana Santos Lustosa da Costa (Pefoce)
 Luciano de Sousa Pontes (ViceGov)
 Luis Egídio Costa Pelúcio (Issec)
 Luis Mesquita de Sousa Filho (Funtelc)
 Luiz Carlos Fernandes (Polícia Civil)
 Luiza de Marilac Barros Rocha (Sesa)
 Manoel Sandoval Fernandes Bastos Junior (SRH)
 Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)
 Maria de Marilac Coelho Rocha (ESP)
 Maria Dias Cavalcante (Sema)
 Maria Esther Frota Cristino (Ideci)
 Maria Hebe Camurça Citó (EGPCE)
 Maria Jussara Laroça Figueiredo dos Santos (CGD)
 Maria Nayde de Magalhães Macedo (Funceme)
 Maria Nilce Quinderé (Cegás)
 Maria Nivânia F. Barbosa (Urca)
 Marilce Stenia Ribeiro Macedo (CEE)
 Mario Jorge de Freitas (Ceará Portos)
 Nadir Loiola Dias (Idace)
 Nátia de Matos Nunes (SDE)
 Nelci Gadêlha de Almeida (Sema)
 Olêda Maria Castro Araújo (Sesa)
 Paula Cristina da Cunha (SRH)
 Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)
 Paulo Henrique Holanda Pascoal (Seinfra)
 Paulo Roberto de Carvalho Nunes (CGE)
 Raimundo Alves Braga Bastos (Semace)
 Raquel Luna Vasconcelos (CGD)
 Rejjane Lima dos Santos (Sohidra)
 Ricardo Alan Kardec Loiola (Idace)
 Ricardo Leite Soares (Etice)
 Roberto José Caldas Freire Júnior (Funtelc)
 Roldofo Sena da Penha (CED)
 Rômulo Braga Gomes (Semace)
 Rosa Meire Alves Guimarães (UVA)
 Sâmia Margarida de Sá Benevides (STDS)
 Sandra Maria Braga Libanio de Vasconcelos (STDS)
 Sandra Maria Morais Melo Leopoldino (STDS)
 Sandra Maria Olimpio Machado (Sefaz)
 Sandra Virginia Austregésilo Guedes (Seplag)
 Sarah Freire Furtado (Cogerh)
 Sarah Glayciane Geraldo Silva (Cidades)
 Sara Maria Spinosa Juvencio (Idace)
 Sebastião Lopes Araújo (STDS)
 Sérgio Moreira Câmara (SRH)
 Sheila Darling Gondim Gonçalves (Seinfra)
 Silviane Torres da Costa (Cidades)
 Sônia Maria Câmara Sisnando Saraiva (Sefaz)
 Suelde Maria Gonçalves Montenegro (Funceme)
 Sulamita Maria Alves de Mesquita Soeiro (Nutec)
 Tania Alves (Seinfra)
 Thiago Costa Silva (Uece)
 Valdo Mesquita Aires (Setur)
 Vera Lucia Teixeira Salgado (Nutec)
 Verônica Sousa dos Santos Correia (ESP)
 Viviany Maria Mota Macedo (Idace)
 Zirlânea da Silva Gonçalves (Sejus)



*PRONUNCIAMENTO
DO GOVERNADOR*

MENSAGEM DO GOVERNADOR CAMILO SANTANA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ NA ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO DE 2017

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS, EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS DEPUTADAS, DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

No início de um novo ano legislativo — o penúltimo do atual mandato — e após completarmos 50 anos da experiência de Planejamento no Estado do Ceará, vivenciamos amiúde, com maior intensidade, o calor das descobertas que valorizam a fisionomia panorâmica contemporânea. Esta, iluminada pelos holofotes da construção passada e no prumo estratégico do alcance de novos horizontes, concebe-se sob uma das mais críticas situações de nossa história.

Neste momento de imensas dificuldades, trata-se aqui de enfrentarmos, com a coragem redobrada e energizada pela bravura e tenacidade do nosso povo, uma conjuntura adversa, que transcorre sob uma crise econômica nacional, com consequência sobre os estados da Federação, a impor ajustes recessivos das contas públicas que, indesejáveis e devastadores, ameaçam a qualidade de vida da população, além do próprio desenvolvimento; e com o quinto ano consecutivo de um dos mais prolongados períodos secos da secular trajetória cearense, desde o início oficial do monitoramento pluviométrico, em 1910.

É neste quadro de dificuldades que nos cabe o desafio de requalificar, com uma visão estratégica, o desenvolvimento. Tratamos, assim, de sequenciar e unificar questões legadas por todas as gestões nos avanços cumulativos conquistados nesta linha do tempo, atribuindo-lhes uma percepção de continuidade — enquanto formulação de “políticas de Estado”.

Desse modo, a requalificação do desenvolvimento cearense deve ser compreendida como uma etapa da nossa formação econômica e social. Requer a compreensão das ações atuais enquanto projeção de seus antecedentes, da secular capacidade de realização de uma aguerrida população ante os seus desafios.

Entre estes, inclui-se uma avaliação atualizada da economia e dos descaminhos estruturais na formação da desigualdade, a saga que movimenta a convivência de um povo trabalhador com as adversidades numa das maiores regiões semiáridas do planeta, materializada no tratamento do Ceará Sustentável; e, em primeira instância, na emergência de um Ceará Pacífico.

Nosso Governo, reflexo da garra e da disposição do povo cearense frente às adversidades, não tem medido esforços para superar este momento de crise econômica e fiscal pelo qual passamos.

No atual contexto de grandes restrições, formulamos e apresentamos para os senhores deputados e para a sociedade cearense o Plano de Sustentabilidade para o Desenvolvimento do Estado

do Ceará. Nele, mostramos medidas importantes para assegurar a eficiência da administração pública e um novo ciclo de desenvolvimento sustentável, na contínua busca do aumento da capacidade de investimentos do Estado.

Alinhado a isso, o Estado do Ceará empregou esforços para identificar projetos de grande vulto, de impactos econômicos e sociais relevantes para o Estado, que foram priorizados em função de suas características e potencial para implementar um Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que possibilitará o aumento da disponibilidade do serviço público vinculado à infraestrutura, a melhoria da qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, a modernização do Estado por conta de uma exploração mais eficiente dos ativos, o que promoverá a atração de novos investimentos e a geração de mais empregos.

Além disso, nosso Governo, buscando recuperar e dinamizar nossa atividade econômica, investiu mais de R\$ 3,7 bilhões, com destaque para as áreas de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Saneamento, Desenvolvimento Agrário e Urbano, Educação e Turismo. Tal volume de investimento público coloca o Estado do Ceará entre os estados que mais investiram no ano de 2016, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Mesmo neste cenário econômico recessivo, observado pela situação de crise em importantes estados, temos razões para comemorar no que diz respeito a nossos mais de 140 mil servidores, que, em virtude de nossa eficiente gestão dos recursos públicos, não perceberam atrasos no pagamento de seus vencimentos, ao contrário da situação vivenciada na maioria dos estados brasileiros.

Ressaltamos ainda a realização de diversas ações cujo maior propósito é a valorização da atividade pública desempenhada por nossa equipe de servidores, dentre as quais mencionamos a criação e/ou reformulação de Planos de Cargos e Carreiras para áreas importantes como Educação, Saúde, Gestão e Disciplinamento do Trânsito, Meteorologia e Recursos Hídricos, Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Planejamento e Gestão.

Ainda no que diz respeito à Gestão Estratégica de Pessoas, e diferente de diversos estados, conseguimos fortalecer nosso quadro de pessoal com mais de 1.700 novos servidores em instituições como as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Perícia Forense, as Universidades Estaduais, Uece, Urca e UVA, e a Seduc.

Em outra perspectiva, a persistente subordinação às questões climáticas impõe decisivo protagonismo à definição do perfil da economia cearense e às relações ainda atrasadas com a natureza, entrelaça suas raízes históricas e evidencia mais pronunciadas as discrepâncias postas no fosso, por vezes abissal, entre discurso e resultados pretendidos, não obstante os avanços neste último meio século.

Entretanto, temos enfrentado os problemas de frente e conquistado vitórias que projetam, além

da nossa determinação, os desdobramentos da permanente batalha pelo bem-estar social.

O Governo do Ceará tem trabalhado diuturnamente para garantir água a todos os cearenses, envidando esforços para evitar que falte água na Região Metropolitana de Fortaleza e em todo o Estado, diante dos referidos cinco anos consecutivos de seca, quando nossas reservas hídricas estão reduzidas a somente 6,6% da capacidade.

No sentido de evitarmos o colapso total, investimos maciçamente em ações emergenciais, em especial na construção de adutoras, perfuração de poços profundos e instalação de cisternas, e em ações estruturantes, como Cinturão das Águas e projetos de dessalinização e de planta de reúso. E convidamos cada cearense a contribuir neste esforço coletivo, em nossa campanha de conscientização pelo uso racional da água.

Desse modo, enquanto nós cearenses nos alegamos com as chuvas da pré-estação, o Governo Estadual persiste trabalhando forte e investindo mais recursos para garantir o abastecimento de água da nossa população, na capital e no interior.

Neste contexto, o Palácio da Abolição foi o cenário frequente das reuniões semanais do Comitê da Seca no debate e planejamento das ações de infraestrutura hídrica realizadas ao longo do ano passado e das obras em andamento para 2017.

Na questão da violência e da segurança, temos orgulho em apresentar o balanço acumulado até o mês de dezembro de 2016, registrando uma queda de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da ordem de 15,2%, o que representou 612 vidas salvas, registrando-se os 10,9% do mês culminante.

Tal desempenho pode ser considerado de alta relevância para nossa sociedade, uma vez que, em 2015 e 2016, foram 1.032 vidas salvas no Ceará, após 17 anos de crescimento da violência até 2014, com uma queda dos homicídios pelo segundo ano seguido.

Nossa percepção transversal e setorial, além de manter essa queda, amplia a expectativa de tratamento verticalizado do drama social em suas raízes estruturais, mas também em seus vínculos horizontais, sanando os roubos e furtos que alimentam a sensação de insegurança na população.

Mesmo diante do marcante cenário de crise financeira em todo o país, registrei o reconhecimento pelo relevante trabalho realizado por nossos homens e mulheres da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros no combate à criminalidade, cumprindo o compromisso estabelecido na campanha de enviar à Assembleia Legislativa a Mensagem que institui a Média Salarial do Nordeste para as Corporações, e ao beneficiar mais de dois mil profissionais, só em 2016, com promoção na carreira. E, diante de toda a população cearense, disse-lhes: “Quero contar, cada vez mais, com o apoio de cada um de vocês para trazermos mais segurança e tranquilidade para todas as famílias cearenses”.

Temos diante de nós um relevante marco histórico de profundas raízes no desenvolvimento alcançado em nosso Estado, na transição entre os modos de governar vigentes desde os primeiros passos da nossa secular formação social, política e econômica.

Trata-se agora, no momento contemporâneo e limítrofe dessa trajetória, de disponibilizar para a sociedade, juntamente com uma parte significativa dessa história e do conhecimento da intervenção do Estado, das concepções adotadas e das transformações conquistadas no prumo da estruturação de um Planejamento Estratégico de Longo Prazo, a ser iniciada neste ano, as possibilidades articuladas à busca do desenvolvimento, do entrelaçamento entre o antigo e o moderno, o arcaico e o novo, à necessidade de alcançar, na ação concreta, o fomento ao crescimento econômico com a distribuição da renda e a extirpação da miséria.

Em um mundo que, em acentuado paradoxo, descortina um cenário de grandes transformações, é imprescindível que nosso Estado, além de garantir o ritmo de expansão econômica e aprimoramento de seus indicadores sociais, uma maior e mais efetiva participação popular, possa construir uma agenda articulada a um novo salto no seu desenvolvimento, intensificar sua experiência produtiva na convivência com as secas, investir na criatividade das alternativas econômicas, fomentar a qualificação da força de trabalho, agregar valor à produção agrícola e industrial, elevar a produtividade e a capacidade de inserção no comércio internacional.

É nessa perspectiva que se deve nortear, de modo permanente, a adoção de estratégias do presente que sejam bem-sucedidas no futuro. Quando se possa afirmar que as conquistas perseguidas, na prática, converteram-se em legado cumulativo: o desenvolvimento econômico distributivo rumo à equidade social.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

Governador do Estado do Ceará



*DESTAQUES
DE 2016*

EDUCAÇÃO



IDEB

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

MEDE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO:

FLUXO ESCOLAR + MÉDIAS DE DESEMPENHO

DAS **100 MELHORES**

ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO PAÍS,

77 SÃO DO CEARÁ

E, DENTRE ELAS, AS

24 PRIMEIRAS

DO RANKING TAMBÉM

SÃO CEARENSES

META PREVISTA:
4,2 PONTOS

META CEARÁ:
5,7 PONTOS

PISA

TESTA OS CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIAS DE ESTUDANTES

O CEARÁ É O MELHOR DO NORDESTE NO PISA 2015

RESULTADOS PISA

	RESULTADOS DIVULGADOS EM 2013	RESULTADOS HOJE (2016)
MATEMÁTICA	378 16°	382 8°
LEITURA	397 17°	409 10°
CIÊNCIAS	386 17°	401 10°

CEARÁ DO CONHECIMENTO

ESCOLAS REGULARES EM TEMPO INTEGRAL

IMPLANTAÇÃO DO TEMPO INTEGRAL EM
26 ESCOLAS ESTADUAIS
DE ENSINO REGULAR

2.800 ALUNOS
ESTÃO MATRICULADOS NESTA MODALIDADE



FORMAÇÃO DE **13.445** ALUNOS EM
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO
NAS ESCOLAS ESTADUAIS
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

IMPLANTAÇÃO DE **TRÊS** ESCOLAS
PROFISSIONAIS, TOTALIZANDO
116 EM FUNCIONAMENTO

EFETIVAÇÃO DE MATRÍCULA DE **35.386**
ALUNOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO,
1.399 ALUNOS NOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
E **2.639** NOS CURSOS LATO SENSU
NAS IES PÚBLICAS DO ESTADO



PREMIAÇÃO DE
527
ESCOLAS
PÚBLICAS

MELHORES RESULTADOS NO ÍNDICE
DE DESEMPENHO ESCOLAR
IDE-ALFA, IDE-5 E IDE-9
DO ENSINO FUNDAMENTAL



MAISPAIC

PROGRAMA APRENDIZAGEM
NA IDADE CERTA

LANÇAMENTO DO MAIS PAIC - PROGRAMA DE
APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA

AMPLIAÇÃO DO TRABALHO
DE COOPERAÇÃO JÁ EXISTENTE COM OS

184 MUNICÍPIOS

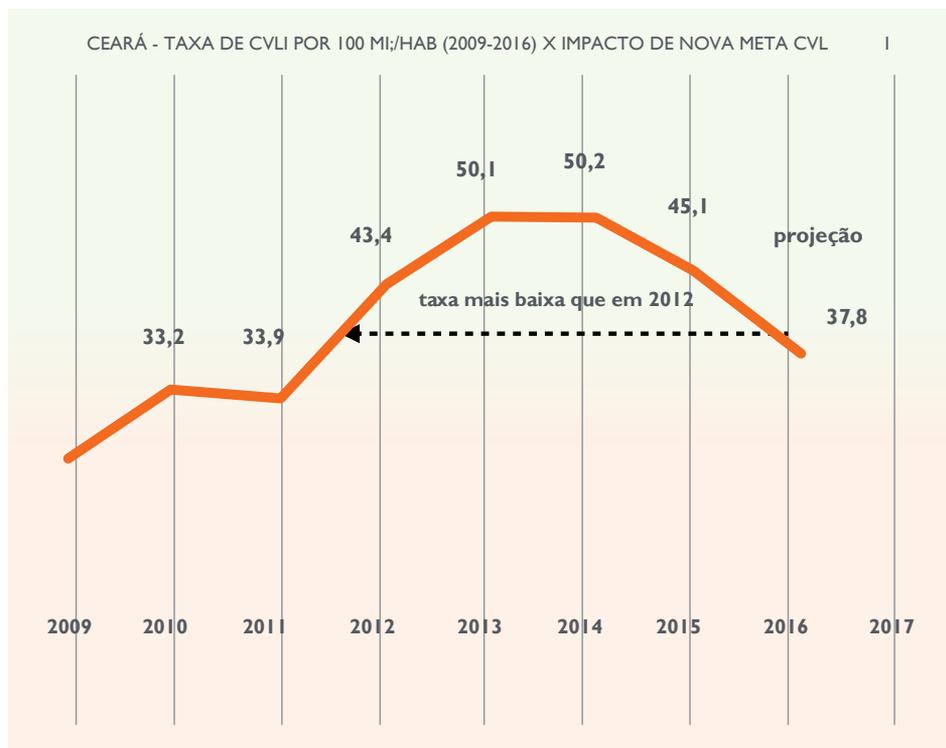
QUE, ALÉM DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO 1º AO
5º ANO, PASSOU A ATENDER TAMBÉM DO 6º AO
9º ANO NAS ESCOLAS PÚBLICAS CEARENSES

SEGURANÇA PÚBLICA



TAXA DE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS (CVLI)

POR 100 MIL/HAB
(2009 / 2016)



REDUÇÃO DE CVLI

- 15,2% CEARÁ
- 28,7% CAPITAL

EM COMPARAÇÃO A 2015

612

VIDAS SALVAS
EM 2016

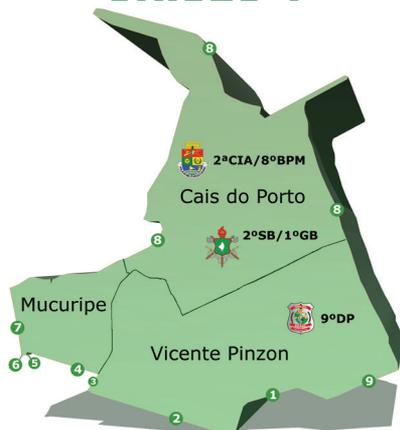
CEARÁ PACÍFICO

SEGURANÇA PÚBLICA

LANÇAMENTO DO
1º TERRITÓRIO
 DO PACTO POR UM CEARÁ
 PACÍFICO VICENTE PINZON COM
 A IMPLANTAÇÃO DA UNISEG I

UNISEG
 UNIDADE INTEGRADA
DE SEGURANÇA

UNISEG 1



ÍNDICE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS UNISEG 1

GRÁFICO 03: COMPARATIVO ACUMULADO DE CVU - NOVEMBRO 2015/2016 UNISEG 01



BATALHÃO DA PM

EFETIVO AMPLIADO DE **115 PARA 170 POLICIAIS**, NOVAS VIATURAS, MOTOS E AÇÕES COMO O RONDA MARIA DA PENHA E RÔNDA ESCOLAR

DELEGACIA 24H

EFETIVO AMPLIADO DE 1 PARA 6 DELEGADOS, DE **2 PARA 12 ESCRIVÃES** E DE **8 PARA 24 INSPETORES**, COM NOVAS VIATURAS

UNISEG 2



ÍNDICE CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS UNISEG 2

GRÁFICO 04: COMPARATIVO ACUMULADO DE CVU - NOVEMBRO 2015/2016 UNISEG 02



BATALHÃO DA PM

EFETIVO AMPLIADO DE **110 PARA 205 POLICIAIS**, NOVAS VIATURAS, NOVAS MOTOCICLETAS E BASE MÓVEL RONDA, ALÉM DE AÇÕES COMUNITÁRIAS DA AESP E BOMBEIROS NA REGIÃO

DELEGACIA 24H

7 DELEGADOS COM EFETIVO AMPLIADO DE **8 PARA 18 ESCRIVÃES**, DE **18 PARA 21 INSPETORES** E NOVAS VIATURAS

SEGURANÇA PÚBLICA



IMPLANTAÇÃO DA
**DELEGACIA
DE REPRESSÃO
AO CRIME ORGANIZADO**

IMPLANTAÇÃO DE
**DUAS NOVAS UNIDADES
DO CORPO DE BOMBEIROS**

FORMAÇÃO DE **1.245**
**NOVOS PROFISSIONAIS
PARA SEGURANÇA
PÚBLICA** COM NOMEAÇÃO IMEDIATA
DE **462 NOVOS POLICIAIS**
MILITARES, **527** NOVOS POLICIAIS CIVIS,
113 NOVOS PROFISSIONAIS
DA PEFOCE E **33** NOVOS BOMBEIROS
MILITARES



CEARÁ PACÍFICO



TEMPO DE JUSTIÇA

UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

AÇÃO INTEGRADA ENTRE **GOVERNO DO ESTADO, PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA** COM O OBJETIVO DE DAR MAIS CELERIDADE NA INVESTIGAÇÃO E JULGAMENTO DOS PROCESSOS DOS CRIMES DE HOMICÍDIOS DOLOSOS COM AUTORIA IDENTIFICADA

AUMENTO DE
1.418 VAGAS
NO SISTEMA PENITENCIÁRIO
COM A **INAUGURAÇÃO**
DE **TRÊS** UNIDADES:

- CENTRO DE EXECUÇÃO PENAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
- CADEIA PÚBLICA DE JUAZEIRO DO NORTE
- UNIDADE PRISIONAL IRMÃ IMELDA LIMA PONTES



CENTRO DE EXECUÇÃO PENAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
VASCO DAMASCENO WEYNE

CONSTRUÇÃO DO CINTURÃO DAS ÁGUAS (CAC)

TRECHO 1

ATINGIU **58,45%**,
CORRESPONDENDO A
32,15 KM
DO TOTAL DE
55 KM
PROGRAMADOS
PARA 2016



AMR DE CRATEÚS



AMR DE IBICUITINGA



AMR DE ARNEIROZ



AMR DE CEDRO



CONSTRUÇÃO
DE **183,73 KM**
DE ADUTORAS

RECURSOS HÍDRICOS

AQUISIÇÃO DE
CINCO
COMBOIOS PARA
PERFURAÇÃO
DE POÇOS



IMPLANTAÇÃO DE
170 SISTEMAS DE
ABASTECIMENTO
DO PROGRAMA
ÁGUA DOCE

PERFURAÇÃO DE **1.849**
POÇOS E INSTALAÇÃO
DE **670** SISTEMAS, SENDO
590 CHAFARIZES
E **80** DESSALINIZADORES
EM TODO O INTERIOR
DO ESTADO



PLANO DE **SEGURANÇA HÍDRICA**

DA REGIÃO METROPOLITANA
DE FORTALEZA (RMF)

REDUZIR EM 20%
O CONSUMO DE ÁGUA
INVESTIMENTOS PREVISTOS EM
R\$ 72,1 MILHÕES

COMBATE
ÀS PERDAS DE ÁGUA

CAMPANHA PUBLICITÁRIA
TODOS PELA ÁGUA

RECURSOS HÍDRICOS

REALIZADAS

REÚSO DAS ÁGUAS

DE LAVAGEM DOS FILTROS
DA ETA GAVIÃO



CAPTAÇÃO PRESSURIZADA

DE ÁGUA NO AÇUDE GAVIÃO



APROVEITAMENTO DO AÇUDE MARANGUAPINHO



INTEGRAÇÃO DO AÇUDE PACAJUS AO EIXÃO



REDUÇÃO
DA OFERTA DE ÁGUA
EM 20% PARA
INDÚSTRIAS DA RMF

IMPLANTAÇÃO
DE ADUTORA
DE ÁGUA TRATADA
EM AQUIRAZ

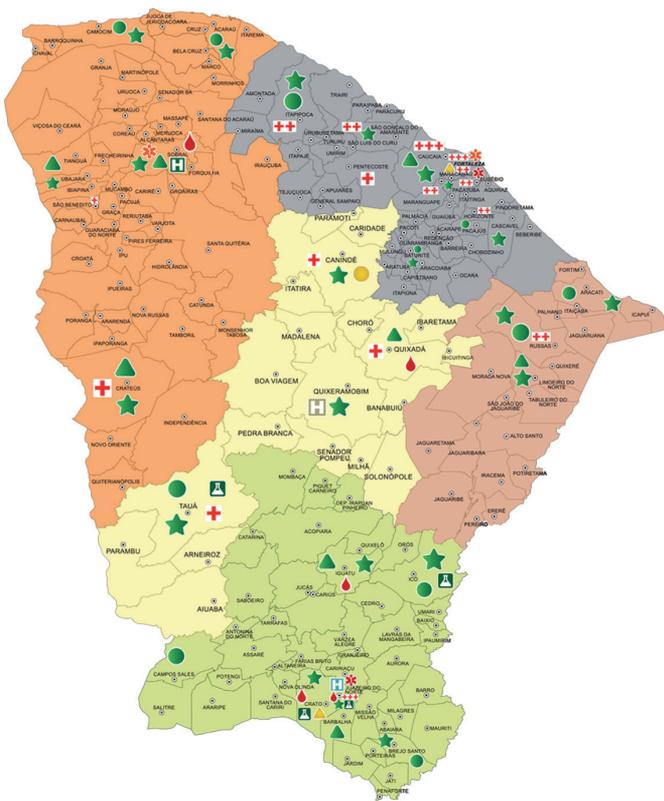
PERFURAÇÃO
DE POÇOS
NO PECÉM

APROVEITAMENTO DO
SISTEMA HÍDRICO
MARANGUAPINHO

PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO

DE POÇOS EM ÁREAS CRÍTICAS
E EM EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS

AUMENTO
DA META DE ECONOMIA
DE ÁGUA PELA POPULAÇÃO
DE 10% PARA 20%



CEARÁ COM A NOVA REDE DE SAÚDE

DESCENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

23 UPAS
IMPLANTADAS PELO GOVERNO DO ESTADO (6 NA CAPITAL E 17 NO INTERIOR)

129 MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO SAMU 192 CEARÁ
ALÉM DE SOBRAL E FORTALEZA QUE TÊM SAMU COM GESTÃO MUNICIPAL

22 POLICLÍNICAS REGIONAIS
(19 EM FUNCIONAMENTO E 3 EM CONSTRUÇÃO)

03 HOSPITAIS REGIONAIS

22 CEOS REGIONAIS
18 NOVOS E 4 QUE TINHAM ABRANGÊNCIA MUNICIPAL E PASSARAM A SER REGIONALIZADOS

LEGENDAS

MACROREGIÕES DE SAÚDE

- FORTALEZA
- NORTE
- SERTÃO CENTRAL
- CARIRI
- LITORAL LESTE/JAGUARIBE

CEOS REGIONAIS



POLICLÍNICAS REGIONAIS

- TIPO I
- ▲ TIPO II
- TIPO I EM CONCLUSÃO
- ▲ TIPO II EM CONCLUSÃO

HOSPITAIS REGIONAIS

- HOSPITAL DO CARIRI
- HOSPITAL NORTE
- REGIONAL DO SERTÃO CENTRAL

UPAS 24h

- + PORTE 1
- ++ PORTE 2
- +++ PORTE 3

CENTRO DE REGULAÇÃO DO SAMU ESTADUAL



CENTRO DE REGULAÇÃO DO SAMU MUNICIPAL



HEMORREDE



LACEN



SAÚDE



Nº DE ATENDIMENTOS 2016

HOSPITAIS CAPITAL
E REGIONAIS

1.783.643



CEOS

511.194



POLICLÍNICAS

1.653.338

SAMU

44.754

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE



É O PROGRAMA DE LOGÍSTICA E ESTRADAS DO CEARÁ



OBJETIVOS:

- PROMOVER A INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO;
- REQUALIFICAR A MALHA RODOVIÁRIA COM OBRAS DE RESTAURAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E DUPLICAÇÃO DAS ESTRADAS;
- CONSTRUIR UMA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA PREPARADA PARA O CRESCIMENTO DE DEMANDA.

INVESTIMENTOS

2015/2016 | R\$ 732.023.047,59

2017/2018 | R\$ 1.185.224.133,14

TOTAL

GLOBAL: R\$ 1.917.247.180,73*

(*) AS OBRAS DA CE-010 (SABIAGUABA) E DO ANEL VIÁRIO CONTAM COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL



1.144 KM

DE ESTRADAS
CONCLUÍDAS

APÓS CONCLUÍDAS AS OBRAS

DAS NOVAS ESTRADAS, MAIS DE 5 MILHÕES

DE PESSOAS SERÃO BENEFICIADAS



CEARÁ DE OPORTUNIDADES

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

PORTO DO PECÉM



INVESTIMENTOS
CORREIA TRANSPORTADORA
DE MINÉRIO DE FERRO.

R\$ 212 MILHÕES

DESCARREGADOR DE MINÉRIO
DE FERRO.

R\$ 60 MILHÕES

BERÇOS 7, 8 E 9.

R\$ 700 MILHÕES



PRIMEIRO LUGAR

NO RANKING DE
EXPORTADORES DE
FRUTAS DO PAÍS:

235.438 TONELADAS

ENVIADAS PARA FORA DO BRASIL.

(18.808) TONELADAS

E PRODUTOS FARMACÊUTICOS

9.158 TONELADAS

AS EXPORTAÇÕES SUBIRAM **84%**
DE 775.427 T EM 2015 PARA 1.423.923 T EM 2016

CRESCIMENTO DE **260%** NA CABOTAGEM

INVESTIMENTOS NA EXPANSÃO DA CAPACIDADE
E MODERNIZAÇÃO: AUMENTO DA CAPACIDADE DE
MOVIMENTAÇÃO DO TERMINAL PARA **750 MIL**
TEUS/ANO

INÍCIO DAS EXPORTAÇÕES DAS
PLACAS DE AÇO PRODUZIDAS PELA
COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM

IMPLANTAÇÃO DO BILHETE ÚNICO METROPOLITANO:

BENEFICIADOS, NO PERÍODO DE 1º DE JUNHO
A DEZEMBRO/2016, **35.647** PESSOAS QUE
UTILIZARAM, PELO MENOS UMA VEZ, O BILHETE,
REALIZANDO **3.515.945** VIAGENS

PROGRAMA CNH POPULAR:

8.503 CONDUTORES
BENEFICIADOS

INDÚSTRIA



INÍCIO DA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM

INVESTIMENTO
5,1 BILHÕES
DE DÓLARES

AUMENTO DE **12%**
DO PIB CEARENSE

18 MIL EMPREGOS
DIRETOS E INDIRETOS

CAPACIDADE DE PRODUÇÃO:

1ª FASE: 3 MILHÕES
DE TONELADAS DE PLACAS
DE AÇO/ANO

2ª FASE: 6 MILHÕES
DE TONELADAS DE PLACAS
DE AÇO/ANO

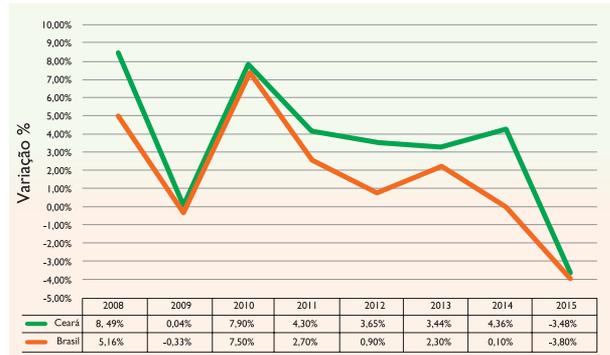
CONSOLIDAÇÃO DA
**ZONA DE PROCESSAMENTO
DE EXPORTAÇÃO (ZPE)**

CEARÁ DE OPORTUNIDADES

BALANÇO GERAL

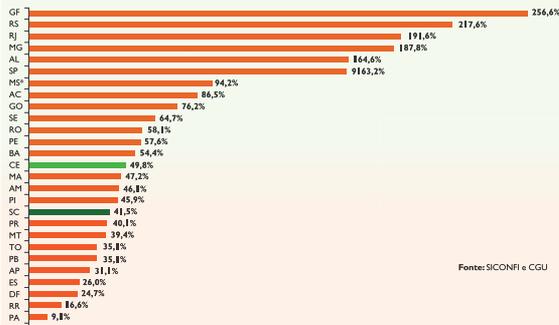


COMPARATIVO PIB BRASIL X PIB CEARÁ

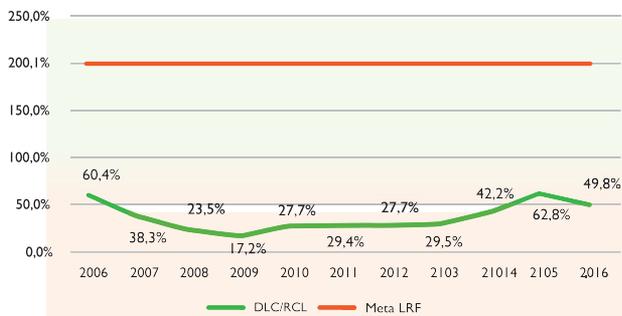


DÍVIDA PÚBLICA

COMPARATIVO DA DCL/RCL (%) DOS ESTADOS - 2016



EVOLUÇÃO DA DVCL DCL/RCL



INVESTIMENTO DE CERCA DE
R\$ 3,7 BILHÕES

EXECUÇÃO DE
235 PROJETOS
COM RECURSOS DE
R\$ 571 MILHÕES
DO FECOP

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

PLANEJAMENTO E GESTÃO

PROGRAMA DE CONCESSÕES / PPP



ATIVOS PRIORITÁRIOS

CENTRO DE EVENTOS
CFO
ARENA CASTELÃO
ACQUARIO
CEASA

PLACAS SOLARES
CINTURÃO DIGITAL
SISTEMA METROVIÁRIO
CIPP
TERRENOS

CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

EM GESTÃO PÚBLICA DE

12.845

SERVIDORES EM CURSOS,
OFICINAS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS

CEARÁ

É O PRIMEIRO ESTADO DO NORDESTE A
REALIZAR O TRABALHO DE ATUALIZAÇÃO
DOS LIMITES TERRITORIAIS DE

128 MUNICÍPIOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR, A

391.385

BENEFICIÁRIOS, EM VÁRIAS ESPECIALIDADES
MÉDICAS, TOTALIZANDO

1.086.311

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

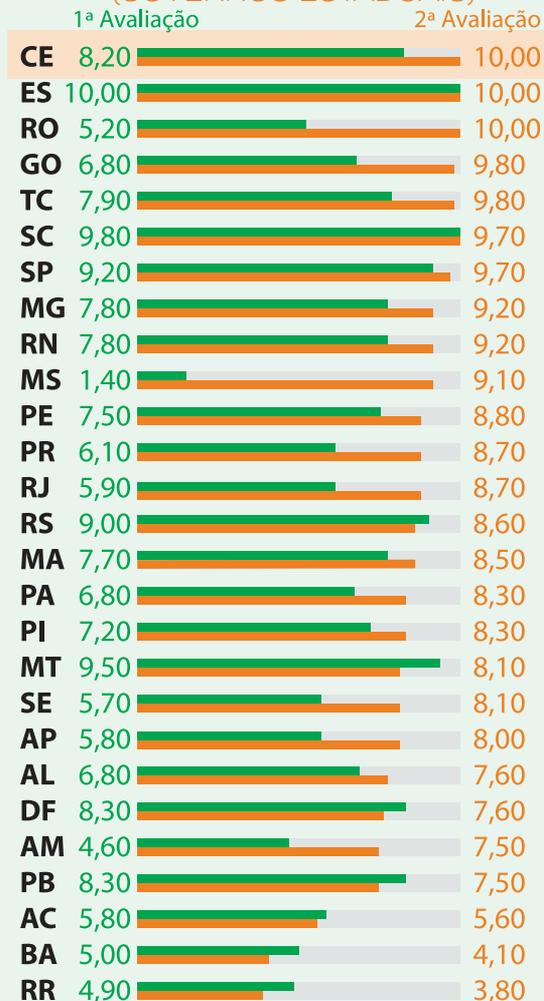
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

3 1 2
**PRIMEIRO
LUGAR**

NO RANKING NACIONAL
DO ÍNDICE DE
TRANSPARÊNCIA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL (MPF).

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA (GOVERNOS ESTADUAIS)



10 PONTOS

NOTA MÁXIMA EM TODOS OS CRITÉRIOS AVALIADOS

TRÊS POSIÇÕES

ACIMA DA PRIMEIRA FASE DE ANÁLISE

AMPLO ACESSO

DISPONIBILIDADE, AUTENTICIDADE E INTEGRIDADE DAS
INFORMAÇÕES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

2016

DE PEDIDOS
DE ACESSO
À INFORMAÇÃO

RE
COR
DE

63.427 SOLICITAÇÕES



AUMENTO DE 114%

NO NÚMERO DE
ACESSOS
AO PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA

CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

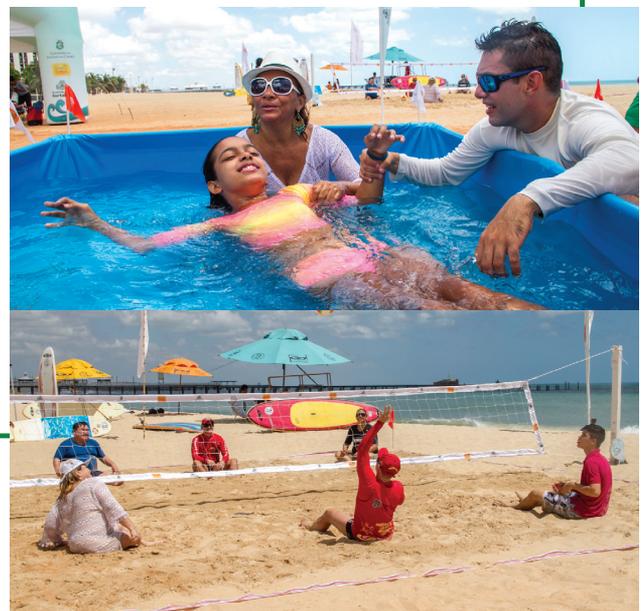


CONSTRUÇÃO DE
OITO
EQUIPAMENTOS SOCIAIS
**DESTINADOS
AO ATENDIMENTO
DE CRIANÇAS
E ADOLESCENTES,
NO ÂMBITO DO PROARES**

CAPACITAÇÃO DE **6.250**
JOVENS NO CEARÁ, SENDO
4.800 NO PROJOVEM URBANO
1.200 NO PROJOVEM CAMPO
250 NO PROJOVEM URBANO
MODALIDADE PRISIONAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA
NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM)

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM
14 TERRITÓRIOS, EM **51**
MUNICÍPIOS, BENEFICIANDO
9.109 FAMÍLIAS

IMPLANTAÇÃO
DO PROJETO
**PRAIA
ACESSÍVEL**



INAUGURAÇÃO DE
DUAS
CENTRAIS DE ATENDIMENTO
AO CIDADÃO (VAPT VUPT)

CEARÁ ACOLHEDOR

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

IMPLANTAÇÃO
DE **1.281**
CISTERNAS DE
ENXURRADA

EM **20**
MUNICÍPIOS,
BENEFICIANDO
5.457
PESSOAS



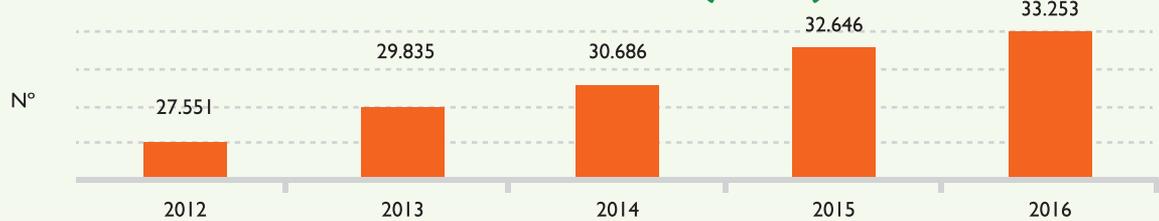
DISTRIBUIÇÃO DE
2.338.709,86 KG
DE ALIMENTOS

ADQUIRIDOS DE **2.625**
AGRICULTORES FAMILIARES POR
MEIO DAS AÇÕES DO PROGRAMA
DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
BENEFICIANDO **2.625**
PESSOAS EM VULNERABILIDADE
SOCIAL E NUTRICIONAL
EM **99** MUNICÍPIOS



TURISMO

OFERTA HOTELEIRA (UHS)



GASTO PER CAPITA DIÁRIO DO TURISTA NO ESTADO



AEROPORTO ARACATI

OBRA
CON
CLUÍ
DA

APTO PARA OPERAR COM AERONAVES

TIPO BOEING 737

CAPACIDADE DE OPERAR

1.200

MOVIMENTOS POR ANO



AEROPORTO DE JERICOACOARA

CAPACIDADE PARA RECEBER

1,2 MIL VOOS/ANO

APTO PARA RECEBER AERONAVES DE GRANDE PORTE, COMO O

BOEING 777-300

ÁREAS PARA ALFÂNDEGA
E POLÍCIA FEDERAL

POSSIBILIDADE DE VOOS INTERNA-
CIONAIS DIRETOS, **SEM A NECES-
SIDADE DE CONEXÃO NO PINTO
MARTINS**

CEARÁ DE OPORTUNIDADES



41,58%
DE PARTICIPAÇÃO
DAS FONTES RENOVÁVEIS
NA MATRIZ ENERGÉTICA
DO ESTADO

ELABORAÇÃO
DO PLANO ESTADUAL
E 11 PLANOS
REGIONAIS
DE RESÍDUOS
SÓLIDOS

ZONEAMENTO

GEOAMBIENTAL
DA ZONA COSTEIRA



PROMOÇÃO DE
2.525 AÇÕES CULTURAIS POR MEIO DOS EQUIPAMENTOS E COORDENAÇÕES CULTURAIS, DEMOCRATIZANDO O ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS CULTURAIS PARA **2.172.081** PESSOAS, COM ESPECIAL DESTAQUE AO **ENCONTRO MESTRES DO MUNDO, FESTIVAL MÚSICA NA IBIAPABA, O DIA DO CEARÁ E O DIA NACIONAL DA CULTURA**

DIPLOMAÇÃO DOS **59** MESTRES DA CULTURA COM O TÍTULO DE **“NOTÓRIO SABER EM CULTURA POPULAR”** REALIZADA DENTRO DA PROGRAMAÇÃO DO X ENCONTRO MESTRES DO MUNDO, EM LIMOEIRO DO NORTE



POLÍTICA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

PLANO ESTADUAL DE
ABASTECIMENTO DE
**ÁGUA E ESGOTAMEN-
TO SANITÁRIO**

FUNDO ESTADUAL DE
SANEAMENTO - FESB



IMPLANTAÇÃO DE
8.200 CISTERNAS,
BENEFICIANDO
34.932 PESSOAS

IMPLANTAÇÃO DE
16 PROJETOS DE SISTE-
MAS DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA E ESGOTAMENTO
SANITÁRIO SIMPLIFICADO,
COM **2.659** LIGAÇÕES RESI-
DENCIAIS E **497** MÓDULOS
SANITÁRIOS DOMICILIARES

IMPLANTAÇÃO DE
62 SISTEMAS DE
ABASTECIMENTOS DE
ÁGUA, ATENDENDO
3.066 FAMÍLIAS

ATENDIMENTO A
83.462 PESSOAS
COM ÁGUA POTÁVEL,
DEVIDO AO COLAPSO
DE ABASTECIMENTO
DE ÁGUA



SUMÁRIO

DESEMPENHO ESTADUAL

DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS	47
DESEMPENHO ECONÔMICO	48
PERSPECTIVAS	63
DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO	69
1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS.....	70
2. CEARÁ ACOLHEDOR.....	73
3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES.....	75
4. CEARÁ SUSTENTÁVEL	78
5. CEARÁ DO CONHECIMENTO.....	80
6. CEARÁ SAUDÁVEL	83
7. CEARÁ PACÍFICO	85

DESEMPENHO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

EIXO I – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS	91
TEMA – GESTÃO FISCAL.....	92
TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO	98
TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	107
EIXO II – CEARÁ ACOLHEDOR	115
TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	116
TEMA – HABITAÇÃO	120
TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS.....	123
TEMA – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	131
EIXO III – CEARÁ DE OPORTUNIDADES	137
TEMA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO.....	138
TEMA - INDÚSTRIA.....	144
TEMA - SERVIÇOS.....	148
TEMA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE.....	150
TEMA - TURISMO.....	158
TEMA - TRABALHO E RENDA.....	161
TEMA - EMPREENDEDORISMO	167
TEMA - PESCA E AQUICULTURA	169
TEMA - REQUALIFICAÇÃO URBANA	172

EIXO IV – CEARÁ SUSTENTÁVEL.....	177
TEMA – RECURSOS HÍDRICOS.....	178
TEMA – MEIO AMBIENTE.....	182
TEMA – ENERGIAS.....	190
EIXO V – CEARÁ DO CONHECIMENTO	195
TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA	196
TEMA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	202
TEMA – ENSINO SUPERIOR.....	207
TEMA – CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	213
TEMA – CULTURA.....	219
EIXO VI – CEARÁ SAUDÁVEL.....	229
TEMA – SAÚDE.....	230
TEMA – ESPORTE E LAZER.....	239
TEMA – SANEAMENTO BÁSICO.....	242
EIXO VII – CEARÁ PACÍFICO.....	251
TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA	252
TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA	259
TEMA - POLÍTICA SOBRE DROGAS.....	262
TEMAS TRANSVERSAIS	267
TEMA – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE.....	268
TEMA – POLÍTICA DE GÊNERO	273
TEMA – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.....	276
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA.....	279
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	280
TEMA – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA.....	284
TEMA – INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT.....	286
TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	287
TEMA – POLÍTICA DE MEMÓRIA	293
TEMA – CONVIVÊNCIA COM A SECA.....	294



DESEMPENHO ESTADUAL



DESEMPENHO ECONÔMICO E PERSPECTIVAS

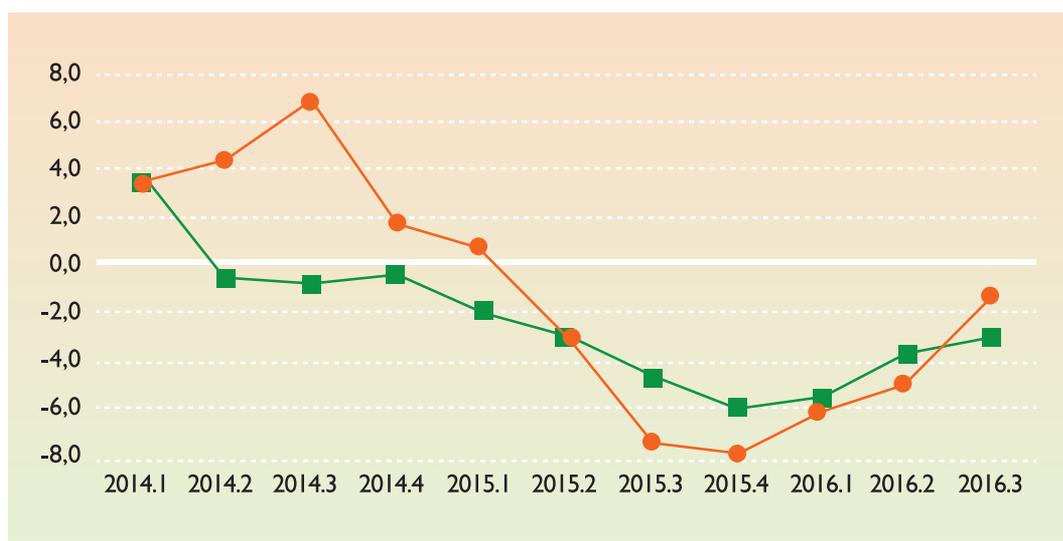
DESEMPENHO ECONÔMICO

Em decorrência da crise macroeconômica brasileira, todos os estados que calculam o PIB trimestral apresentaram queda na taxa de crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, de acordo com o gráfico 1 abaixo, pode-se observar que o ritmo de queda do PIB do Ceará vem apresentando uma desaceleração desde o primeiro trimestre de 2016, atingindo, no terceiro trimestre de 2016, uma queda de 1,23%, sendo menor do que a queda do Brasil, no qual

se registrou -2,87% para o mesmo período.

Para o ano de 2016, a previsão é de que ocorra uma queda na taxa de crescimento do PIB do Ceará. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB do Ceará registrou uma queda de 3,99% em relação ao mesmo período do ano de 2015, enquanto o PIB do Brasil apresentou uma queda de 4,0% para o mesmo período de análise.

Gráfico 1: Evolução do PIB trimestral Brasil e Ceará – 2014.1/2016.3



Obs: As taxas do PIB encontram-se na nova base de 2010.

Fonte: IPECE e IBGE.

SERVIÇO

Na análise setorial, no terceiro trimestre de 2016 comparado com o mesmo período de 2015, o setor de serviços caiu 1,43% (Tabela 1), decorrente dos fracos desempenhos das atividades de comércio (-4,16%), alojamento e alimentação (-2,42%), intermediação finan-

ceira (-2,33%) e transportes (-1,07%). Apesar de ser mais um trimestre de queda, verifica-se uma desaceleração do ritmo de queda nos serviços, passando de -5,14%, no terceiro trimestre de 2015, para -1,43%, no terceiro trimestre de 2016.

Tabela 1: Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado do setor de Serviço Ceará – 2016/2015 (1)

Setores e Atividades	3º Trim. 2015 (2)	1º Trim. 2016 (2)	2º Trim. 2016 (2)	3º Trim. 2016 (2)	Acumulado no ano (2)	Acumulado nos 4 últimos Trim. (3)
Serviços	-5,14	-5,30	-4,91	-1,43	-3,88	-4,61
Comércio	-11,21	-10,62	-11,94	-4,16	-8,91	-10,57
Alojamento e Alimentação	9,07	-0,85	-3,13	-2,42	-2,13	-0,42
Transportes	-9,07	-6,70	-3,84	-1,07	-3,87	-6,02
Intermediação Financeira	-9,96	-7,99	-7,16	-2,33	-5,83	-7,07
Administração Pública	-0,54	-1,52	-0,32	0,40	-0,48	-0,36
Outros Serviços	2,96	3,20	2,42	4,35	3,32	3,32

Fonte: Ipece e IBGE.

(1) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.

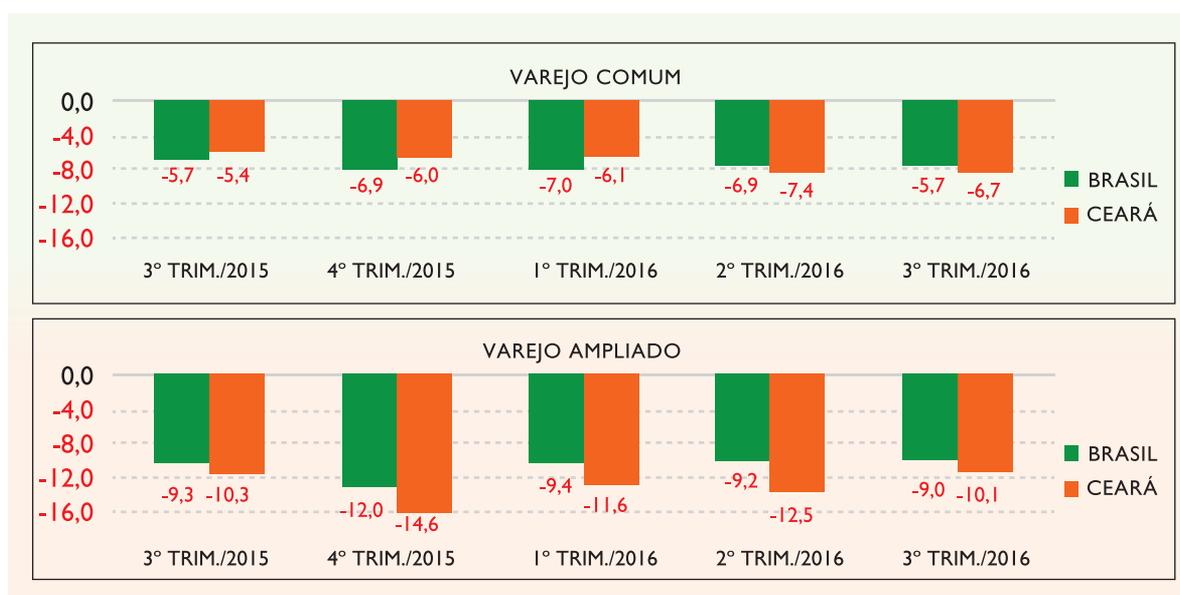
(2) Em comparação a igual período do ano anterior.

(3) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

De acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio – PMC, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, verifica-se que tanto o varejo comum (-6,7%) quando o varejo ampliado cearense (-10,1%) registraram queda no 3º trimestre de 2016

na comparação com o mesmo trimestre do ano passado (Gráfico 2). Nota-se que o País apresentou nesse mesmo período queda levemente inferior à apresentada pelo varejo cearense.

Gráfico 2: Variação trimestral do volume de vendas do comércio varejista comum e ampliado 3º trimestre/2015 ao 3º trimestre/2016 – Brasil e Ceará



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

A seguir, as Tabela 2 e 3 apresentam os resultados da variação anual do volume de vendas do comércio varejista comum e ampliado na-

cional e por estados para o período do acumulado do ano até o 3º trimestre dos últimos cinco anos. No varejo comum, apenas o esta-

do de Roraima conseguiu resultado positivo nas vendas em 2016. Vale ressaltar que apenas cinco estados apresentaram queda inferior a apresentada pelo varejo nacional: Minas

Gerais, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. O Estado do Ceará apresentou a sexta menor queda no varejo comum.

Tabela 2: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista comum
Acumulado do ano até o 3º trimestre/2012 a 2016 – Brasil e Estados

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Roraima	28,5	4,4	5,4	9,6	0,7
Minas Gerais	8,2	0,3	2,5	-2,0	-1,0
Paraíba	8,6	9,8	3,2	-8,6	-3,7
São Paulo	9,9	3,9	1,8	-2,9	-4,9
Rio Grande do Sul	9,5	3,7	3,1	-5,3	-5,4
Paraná	11,3	5,2	2,5	-1,2	-6,3
Ceará	9,4	3,6	6,6	-3,7	-6,7
Mato Grosso do Sul	16,5	11,0	4,4	-0,4	-6,7
Santa Catarina	7,8	2,1	-0,3	-0,3	-6,9
Alagoas	8,5	6,1	5,8	-7,4	-7,0
Maranhão	11,4	7,6	6,7	-5,4	-7,5
Rio de Janeiro	4,0	4,8	3,3	-2,2	-8,0
Piauí	7,8	3,4	2,3	-3,4	-8,4
Mato Grosso	7,2	6,1	2,8	-7,4	-8,5
Tocantins	15,4	5,4	6,3	-1,4	-9,4
Rio Grande do Norte	6,5	9,8	3,1	-2,4	-9,8
Goiás	9,7	4,0	2,2	-9,5	-10,0
Acre	14,4	1,3	13,7	1,2	-10,1
Pernambuco	11,0	5,9	3,4	-6,4	-10,7
Distrito Federal	6,2	2,0	1,3	-5,5	-11,0
Espírito Santo	9,7	2,1	0,5	-6,1	-11,4
Amazonas	6,0	2,4	0,8	-6,3	-11,6
Rondônia	5,8	8,3	9,3	-3,3	-12,3
Sergipe	5,9	3,0	1,6	1,6	-12,3
Pará	9,6	5,3	2,8	-2,8	-12,4
Bahia	10,4	1,6	5,6	-6,6	-12,9
Amapá	19,1	3,3	8,0	-7,5	-20,0
Brasil	8,9	3,9	2,6	-3,3	-6,5

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Já no varejo ampliado, todos os estados do País apresentaram retração nas vendas, com apenas oito estados apresentando retração superior à nacional: Roraima, Minas Gerais,

Rondônia, São Paulo, Paraíba, Paraná, Mato Grosso do Sul e Alagoas. O Estado do Ceará apresentou a décima quarta menor queda no varejo ampliado (Tabela 3).

**Tabela 3: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista ampliado
 Acumulado do ano até o 3º trimestre/2012 a 2016 – Brasil e Estados**

Estados	2012	2013	2014	2015	2016
Roraima	18,5	5,0	4,0	2,5	-0,9
Minas Gerais	5,3	1,0	-0,4	-6,9	-5,0
Rondônia	6,2	2,1	5,2	-8,2	-5,9
São Paulo	9,9	2,6	-5,6	-6,1	-6,5
Paraíba	6,2	9,1	3,2	-12,9	-7,3
Paraná	9,5	6,8	-3,2	-7,4	-7,4
Mato Grosso do Sul	8,2	8,9	-0,7	-4,4	-7,4
Alagoas	12,3	3,7	3,6	-9,0	-9,1
Piauí	9,4	6,7	1,0	-6,8	-9,3
Santa Catarina	3,2	3,0	1,4	-7,8	-9,5
Rio Grande do Sul	8,3	6,1	1,5	-11,3	-10,4
Mato Grosso	15,0	5,9	0,8	-9,9	-10,4
Rio Grande do Norte	6,6	9,3	1,8	-3,6	-10,6
Ceará	8,8	-0,8	4,6	-5,9	-11,4
Rio de Janeiro	3,7	6,1	1,3	-5,5	-12,1
Bahia	10,9	1,3	1,7	-7,7	-12,2
Acre	8,1	10,7	5,1	-8,0	-12,5
Amazonas	2,3	3,3	2,6	-8,3	-13,2
Maranhão	10,0	6,1	2,5	-7,9	-13,4
Goiás	7,5	6,3	-2,3	-13,0	-13,7
Distrito Federal	7,4	-0,6	0,7	-10,8	-13,8
Pará	11,8	3,3	0,8	-3,7	-13,9
Pernambuco	8,9	4,6	1,5	-8,4	-14,0
Tocantins	15,3	4,2	3,3	-11,6	-14,6
Sergipe	7,3	2,2	2,6	-4,3	-15,2
Espírito Santo	0,8	-4,0	-4,5	-14,5	-16,4
Amapá	10,0	3,7	-2,2	-8,5	-18,3
Brasil	7,8	3,6	-1,4	-7,4	-9,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Na Tabela 4 abaixo, são apresentados os resultados anuais das vendas do varejo comum por setores para o período acumulado até o 3º trimestre dos últimos cinco anos. Em 2016, todos os setores registraram queda nas suas vendas, sendo que as maiores foram observadas nos setores: Eletrodomésticos (27,0%); Material de construção (25,4%); Livros, jor-

nais, revistas e papelaria (22,3%); Veículos, motocicletas, partes e peças (19,3%); Móveis e eletrodomésticos (17,2%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (12,9%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (12,6%), todos acima dos dez pontos percentuais de queda.

Tabela 4: Variação do volume de vendas do comércio varejista por setores
Acumulado do ano até o 3º trimestre/2012 a 2016 – Brasil e Ceará

Setores	Brasil					Ceará				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Combustíveis e lubrificantes	6,4	6,0	3,0	-4,4	-9,7	21,5	13,6	10,7	-3,3	-4,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,9	1,3	1,9	-2,3	-2,9	7,1	-0,8	3,5	-5,6	-3,2
Hipermercados e supermercados	9,4	1,3	1,8	-2,2	-2,8	7,2	-1,0	3,8	-5,3	-2,5
Tecidos, vestuário e calçados	2,9	3,2	-1,1	-7,3	-11,3	7,7	5,3	8,5	4,3	-2,5
Móveis e eletrodomésticos	13,1	5,4	1,4	-13,0	-13,6	19,8	6,2	7,5	-7,8	-17,2
Móveis	13,2	-1,5	2,6	-14,8	-12,8	15,5	23,5	7,9	-5,2	-2,2
Eletrodomésticos	12,3	9,1	1,2	-12,2	-13,9	24,5	-2,7	6,8	-9,4	-27,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,9	9,5	9,4	3,6	-1,1	11,8	20,9	3,1	6,9	-4,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,3	2,9	-7,1	-9,6	-16,9	-3,9	-0,5	-5,7	-13,7	-22,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	13,5	6,0	-4,1	4,0	-14,7	-19,5	-7,7	8,7	-24,7	-12,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,7	10,3	7,9	1,5	-11,7	0,3	1,5	17,3	1,3	-12,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	5,9	2,0	-9,2	-16,1	-14,6	6,8	-9,4	-0,6	-12,7	-19,3
Material de construção	7,7	7,3	0,2	-6,4	-12,0	13,3	1,0	9,4	-0,2	-25,4

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Vale destacar que, em apenas quatro setores, o varejo cearense registrou queda inferior em 2016, na comparação com 2015: Móveis; Hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; Hipermercados e Supermercados; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. Chama atenção os setores do varejo cearense que apresentaram nítida piora com taxas de queda bem superiores à apresentada no ano passado: Material de construção com diferença de 25,2 p.p. e Eletrodomésticos com diferença de 17,6 p.p.

Na comparação com o varejo nacional, alguns setores do varejo cearense apresentaram queda menos significativa: Móveis, Tecidos, vestuário e calçados, Combustíveis e lubrificantes, Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e Hipermercados e supermercados. Por outro lado, a redução nas vendas de

Materiais de construção; Eletrodomésticos e de Veículos, motocicletas, partes e peças foram bem mais expressivas.

INDÚSTRIA

Ao longo do ano de 2016, a indústria cearense tem apresentado reduções seguidas na produção, dando sequência aos resultados negativos observados ainda em 2015. Em linhas gerais, o desempenho do ano reflete a continuidade da crise política e econômica iniciada no ano passado, que tem afetado a grande maioria das atividades produtivas em todos os estados brasileiros.

De fato, os números acumulados até setembro apontam para uma redução de 7,22% no valor adicionado da indústria no Ceará. Em 2016, apenas a atividade de Eletricidade, gás e água (SIUP) apresenta expansão da produção, favorecida pela

maior geração de energia elétrica em território cearense.

A Tabela 5 apresenta os resultados do total da Indústria e por segmentos para o ano de 2016.

Assim como em 2015, observa-se que os segmentos apresentaram taxas negativas na maior parte dos trimestres, evidenciando uma realidade que se mantém desfavorável para a indústria, agravando a realidade existente no ano anterior.

Tabela 5: Taxas de crescimento (%) trimestrais do Valor Adicionado do setor da Indústria Ceará – 2016/2015 (1)

Setores e Atividades	3º Trim. 2015 (2)	1º Trim. 2016 (2)	2º Trim. 2016 (2)	3º Trim. 2016 (2)	Acumulado no ano (2)	Acumulado nos 4 últimos Trim (3)
Indústria	-7,29	-8,02	-7,48	-6,18	-7,22	-8,48
Extrativa Mineral	-4,98	5,18	2,82	0,64	2,87	-4,19
Transformação	-11,04	-10,18	-5,49	-5,42	-7,01	-8,85
Construção Civil	-4,66	-14,28	-18,57	-16,46	-16,47	-15,51
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	0,07	16,99	19,81	21,02	19,26	14,31

Fonte: IPECE.

(1) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos.

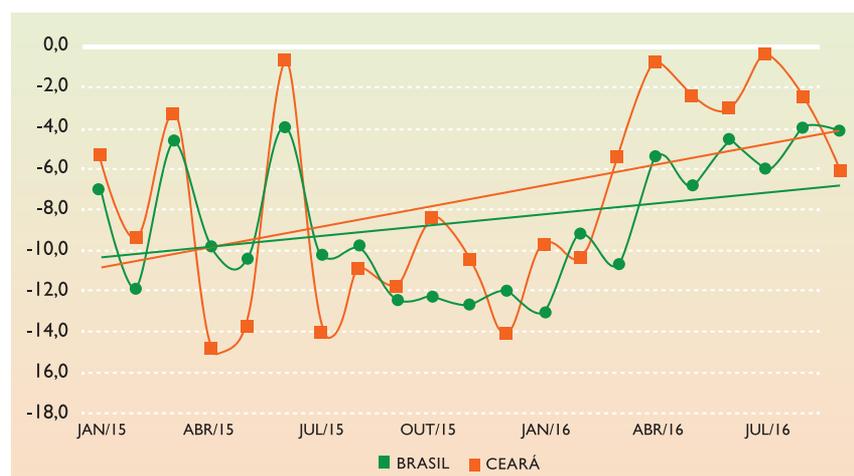
(2) Em comparação a igual período do ano anterior.

(3) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

O quadro de redução da produção industrial tem se mostrado comum à maioria das unidades da federação. A retração da atividade no país reflete essa conjuntura. Na comparação com o movimento nacional, a indústria cearense mantém uma trajetória próxima, mas com uma evolução relativamente melhor nos últimos meses. O Gráfico 3, a seguir, apresen-

ta as taxas mensais para produção industrial e permite uma avaliação conjunta das trajetórias seguidas pelo Estado e pelo país. Neste, é possível perceber o melhor ritmo relativo da produção no Ceará. No gráfico, as linhas retas indicam a tendência do comportamento no período e confirmam um melhor comportamento para indústria cearense.

Gráfico 3: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial Ceará e Brasil – Jan./2015 – Set./2016



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

As linhas retas indicam a tendência de comportamento dos dados no período considerado.

Os resultados para a produção industrial acumulados até o terceiro trimestre do ano reforçam a avaliação de um quadro geral de encolhimento da atividade em todos os estados, independente da estrutura produtiva e do nível de competitividade presente em cada um deles.

Entre as quatorze unidades da Federação com pesquisas para produção industrial, apenas Mato Grosso, com expansão de 5,0%, ainda preserva crescimento em 2016. Todas as demais unidades registraram diminuição

da produção no ano quando comparado a 2015. Entre estas, destaque para Amazonas (-14,3%), Pernambuco (-12,7%) e Rio de Janeiro (-9,7%). A indústria cearense, por sua vez, acumula uma redução de 4,6% em 2016, o que configura a quinta menor queda entre os estados brasileiros. O resultado cearense supera a marca nacional, que aponta para uma queda de 7,0% em relação a igual período do ano passado, mas é inferior ao resultado apresentado pelo conjunto da região Nordeste (-3,7%). A Tabela 6 mostra os resultados para os estados pesquisados, para o país e a região.

Tabela 6: Variação (%) da Produção Física Industrial
Brasil e Estados – jul-set/2015 e 2016 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2015)			Acumulado Ano (2015)	Variação Mensal (2016)			Acumulado Ano (2016)
	Jul	Ago	Set		Jul	Ago	Set	
Brasil	-10,3	-9,9	-12,5	-9,1	-6,0	-4,0	-4,1	-7,0
Nordeste	1,0	2,7	-4,0	-2,1	-8,9	-3,9	-3,0	-3,7
Mato Grosso	1,0	7,4	14,7	2,8	1,6	-6,1	-10,3	5,0
Espírito Santo	1,5	-10,8	-9,8	1,9	-6,9	2,9	1,4	-1,8
Bahia	1,7	3,9	-9,4	-6,2	-19,1	-10,5	-7,1	-3,7
Minas Gerais	-10,5	-6,3	-14,4	-9,7	-0,3	-3,1	2,0	-4,0
Santa Catarina	-9,9	-7,5	-12,5	-7,6	-5,2	1,6	0,2	-4,2
Ceará	-14,0	-10,9	-11,8	-9,6	-0,4	-2,5	-6,1	-4,6
Rio Grande do Sul	-4,5	-12,3	-19,5	-11,0	-11,9	-0,1	-1,0	-4,6
São Paulo	-12,5	-12,8	-13,8	-10,4	-1,8	-2,9	-0,3	-6,2
Pará	-6,3	-5,5	-5,6	-2,5	-3,8	-0,8	-8,6	-6,7
Paraná	-10,9	-11,4	-6,6	-7,1	0,0	-3,1	-9,1	-6,8
Goiás	7,6	2,8	0,8	2,9	-5,9	-7,7	-11,3	-7,1
Rio de Janeiro	-12,8	-7,8	-14,9	-10,3	-8,5	-7,4	-5,3	-8,8
Pernambuco	-1,2	-4,8	-5,5	-2,5	-3,0	-1,7	-3,4	-12,7
Amazonas	-20,0	-14,0	-14,3	-15,8	-4,2	-7,4	-11,1	-14,3

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2016.

AGROPECUÁRIA

O setor agropecuário cearense sentiu fortemente o efeito da seca, que já se prolonga por cinco anos. Diante disso, ressaltam-se os efeitos causados por esse cenário, com grave

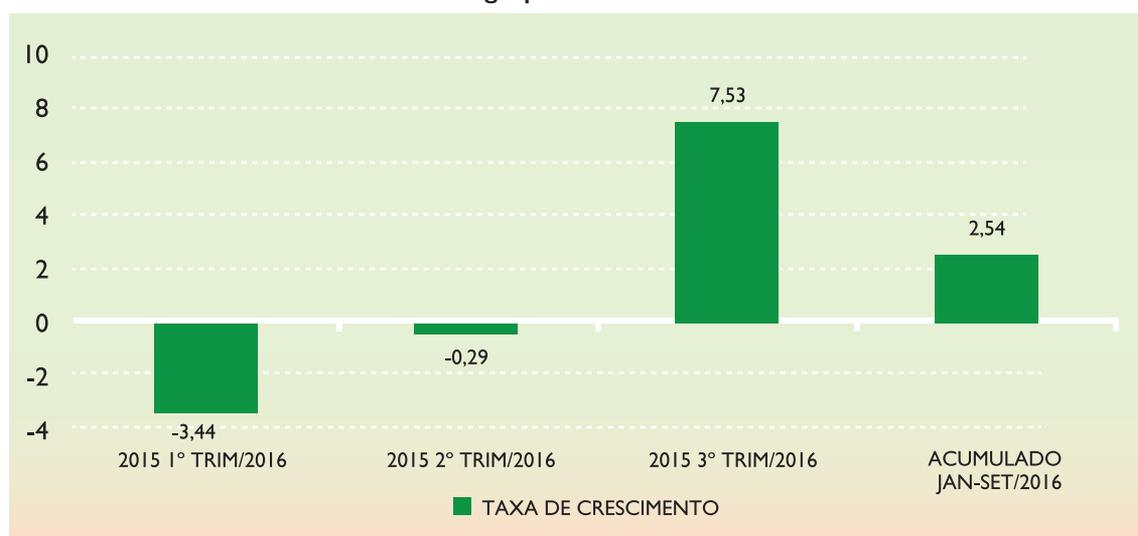
situação hídrica, solo cada vez mais seco e rachado, causando forte queda na produtividade das atividades do setor.

O setor agropecuário do Ceará, em 2016, apresentou resultados negativos em decorrência da situação climática que a região vem apresentando nos últimos anos. Porém as estimativas do crescimento do valor adicionado do setor realizadas no acumulado até setembro de 2016 indica uma variação positiva de 2,54%, comparado com o mesmo período de 2015, quando registrou uma queda de 22,3%. É importante ressaltar que essa variação po-

sitiva deve-se à baixa base comparativa de 2015, ano que registrou um dos piores desempenhos do setor agropecuário dos últimos vinte anos.

No âmbito nacional, o setor agropecuário indica uma queda de -6,9%, no acumulado de janeiro a setembro de 2016, comparado a igual período de 2015.

Gráfico 4: Taxas de Crescimento Trimestrais do Valor Adicionado da Agropecuária – Ceará – 2016/2015



Fonte: IPECE.

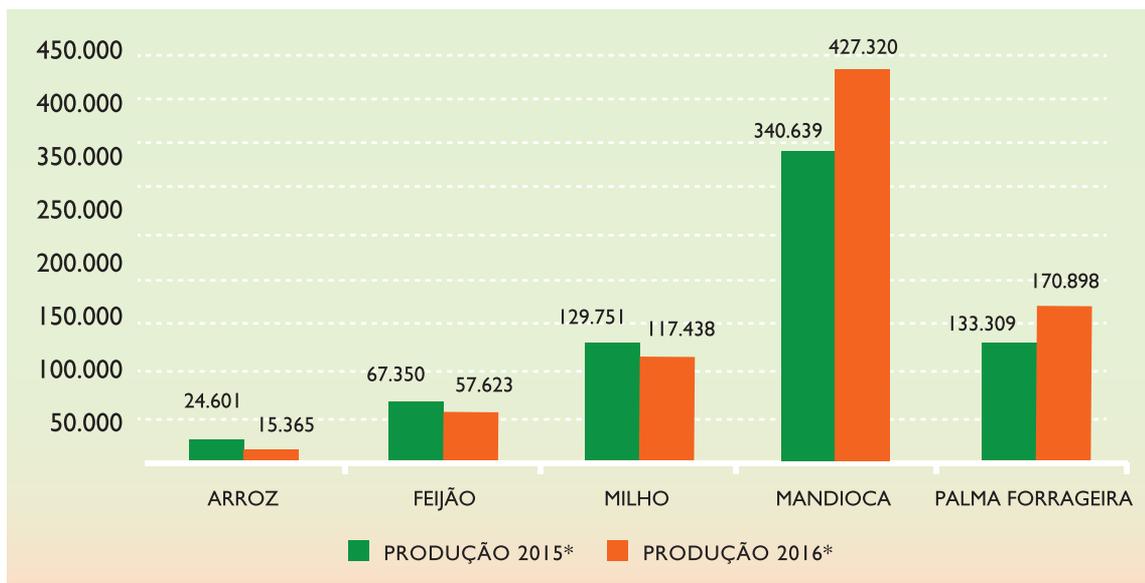
Conforme as estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE¹, a produção de grãos no Ceará indica uma queda de 14,11% em 2016, comparado à produção obtida em 2015. Ressalta-se a redução na produção das culturas de arroz, que foi de -37,54%, feijão (-14,44%) e milho (-9,49%). Vale lembrar que a produção de grãos do Ceará no ano de 2015 foi uma das menores nos últimos vinte anos.

maior que 2015, indicando um crescimento de 24,45%. A produção da palma forrageira também indicou maior produção em 2016, comparado ao ano de 2015, com crescimento de 28,2%. Essas duas últimas culturas são mais adaptativas ao clima e ao solo do semiárido. Além disso, a palma forrageira vem sendo muito utilizada como alimento para os rebanhos do estado.

Com relação à mandioca, verificou-se que a estimativa de 2016 aponta uma produção

¹ - As estimativas foram feitas pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratamentos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

Gráfico 5: Produção obtida e estimativa de grãos e outras culturas (em toneladas) - Ceará - 2015-2016



Fonte: IBGE. Nota: (*) O valor de 2015 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2016 corresponde à estimativa.

A produção de frutas em 2016 indica bons resultados para quase todas as culturas, destacando o coco-da-baía, com crescimento de (62,61%), castanha de caju (53,83%), goiaba (33,07%) e mamão (30,60%), todas da lavoura permanente. Porém algumas dessas culturas, como a castanha de caju, serão melhores analisadas nos últimos meses do ano.

Já as plantações de melão, melancia e abacaxi, que são na maioria plantio de irrigação, indicam queda na produção. Essa diminuição deve-se à menor área plantada, tendo em vista que houve redução na concessão de água para as áreas de produção agrícola irrigada.

Tabela 7: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará - 2015-2016

Produção de Frutas	Produção 2015 *	Estimativa 2016	Varição (%) 16/15
Acerola	12.477	15.350	23,03
Banana	385.028	419.251	8,89
Goiaba	14.005	18.637	33,07
Laranja	9.915	10.063	1,49
Mamão	94.478	123.385	30,60
Manga	45.259	53.600	18,43
Maracujá	93.079	116.712	25,39
Melancia	35.805	33.175	-7,35
Melão	111.487	76.210	-31,64
Castanha de caju	52.118	80.173	53,83
Abacaxi **	2.894	2.655	-8,26
Coco-da-baía **	189.398	307.983	62,61

Fonte: IBGE.

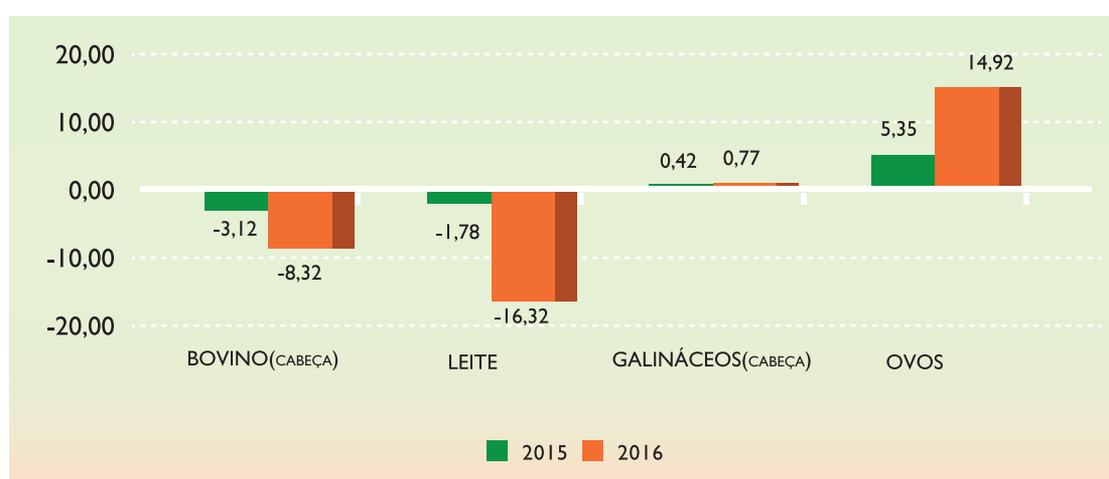
Notas: (*) O valor de 2015 refere-se à produção obtida e o valor de 2016 corresponde à estimativa. (**) Produção em mil frutos.

Com relação às atividades de produção animal analisadas, apenas a produção de ovos e galináceos apresentaram estimativas de variação positiva para o ano de 2016, com crescimento de 14,92% e 0,77%, respectivamente. O número de estabelecimentos de granja vem crescendo no estado do Ceará.

A atividade de leite foi a que registrou maior estimativa negativa, com variação de -16,32%. Essa atividade manteve um bom pa-

drão na produção até ano passado, porém com a crise causada pelo quinto ano de seca, a atividade leiteira foi fortemente atingida, indicando forte queda na produção. Também apresentou estimativa de queda a produção de bovinos (-8,32%), pois, sem pastagem para o animal, os pecuaristas tentam diminuir os prejuízos com ração e com a utilização da palma forrageira, mas nem sempre é suficiente (Gráfico 6).

Gráfico 6: Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2016/2015



Fonte: IBGE/IPECE.

INDICADORES CONJUNTURAIS

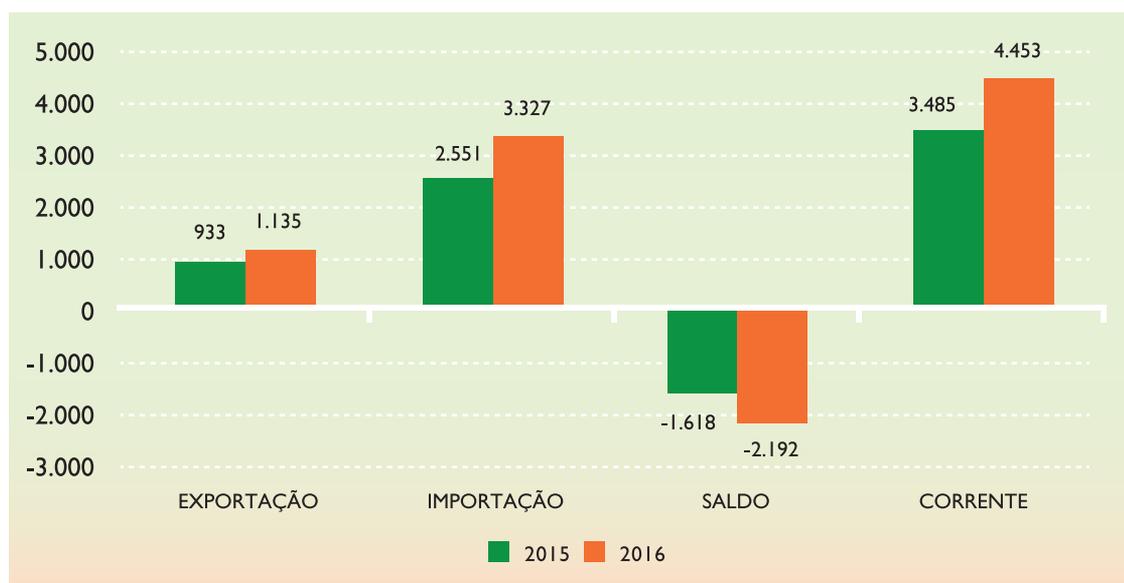
COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial cearense em 2016 apresentou uma maior dinâmica, quando comparada com o ano de 2015. As exportações do Ceará de janeiro a novembro de 2016 somaram US\$ 1,135 bilhão, registrando aumento de 21,7% em relação ao mesmo período de 2015. As importações também registraram crescimento, com taxa de 30,4%, correspondendo ao valor de US\$ 3,327 bilhões em 2016. Com esses resultados, o saldo da balança comercial cearense foi novamente negativo em

US\$ 2,192 bilhões, apresentando um aumento no déficit na balança comercial de mercadorias de 35,4%, quando comparado ao saldo da balança comercial de janeiro a novembro de 2015. Diante desses valores, a corrente de comércio exterior cearense, que é a soma das exportações mais as importações, resultou no valor de US\$ 4,463 bilhões, representando um aumento de 28,1% na movimentação da balança comercial, ante o mesmo período de 2015 (Gráfico 7).

Gráfico 7: Balança comercial cearense (US\$ 1.000.000 - FOB)

Janeiro a novembro de 2015-2016



Fonte: SECEX/MDIC.

A pauta de exportação cearense, de janeiro a novembro de 2016, continuou sendo liderada pelas vendas de calçados e suas partes, que representou 21,7% do total exportado pelo Estado, totalizando o valor de US\$ 246,5 mi-

lhões. Embora a participação das exportações de calçados de 2016 tenha diminuído, observou-se que o valor exportado foi maior, indicando uma recuperação do setor.

As exportações de couros e peles ocuparam o segundo lugar na pauta das exportações cearenses, com valor de aproximadamente US\$ 136 milhões e com participação de 11,98% do total da pauta de vendas no período de janeiro a novembro de 2016. No entanto, esse setor registrou redução nas vendas externas de 9,0%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, causada pela redução das exportações desses produtos para Hungria, China, Vietnã e Itália.

Em terceiro lugar da pauta exportadora estão produtos semimanufaturados de ferro ou aço, com valor de US\$ 129,3 milhões. Essa movimentação deve-se ao começo das exportações da Companhia Siderúrgica do Pecém, que começou a operar nesse ano.

Frutas ficaram em quarto lugar com a quantidade exportada de US\$ 97,9 milhões, apresentando uma queda das vendas de 2,76% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principais compradores Estados Unidos, Países Baixos e Reino Unido.

Merece destaque o aumento das exportações de castanha de caju. As vendas externas desse produto cresceram 20,6% em relação ao mesmo período de 2015, gerando uma receita de US\$ 94,2 milhões, participando com 8,3% do total exportado pelo Ceará. Também tiveram crescimento no valor exportado preparações alimentícias diversas (23,66%) e máquinas e equipamentos (64,17%) (Tabela 8).

**Tabela 8: Exportações por itens e produtos selecionados
 Ceará Janeiro a Novembro de 2015-2016 (US\$ FOB)**

Principais Produtos	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
Calçados e partes	240.038.481	25,72	246.459.428	21,71	2,67
Couros e Peles	149.415.397	16,01	135.964.801	11,98	-9,00
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	0	0,00	129.308.858	11,39	-
Frutas	100.727.921	10,79	97.952.497	8,63	-2,76
Castanha de caju	78.129.503	8,37	94.222.623	8,30	20,60
Preparações alimentícias diversas	62.701.759	6,72	77.534.097	6,83	23,66
Máquinas e equipamentos	41.117.515	4,41	67.500.986	5,95	64,17
Ceras vegetais	59.246.883	6,35	49.899.856	4,40	-15,78
Combustíveis e minerais	23.143.342	2,48	46.986.029	4,14	103,02
Têxtil	41.248.597	4,42	44.767.310	3,94	8,53
Demais Produtos	137.374.279	14,72	144.740.021	12,75	5,36
Ceará	933.143.677	100,00	1.135.336.506	100,00	21,67

Fonte: SECEX/MDIC.

As importações cearenses apresentaram um crescimento de 30,4% no acumulado de janeiro a novembro de 2016, comparado ao mesmo período de 2015. Esse desempenho deve-se principalmente ao aumento das importações de máquinas e equipamentos, que

cresceu 424%, com destaque para fornos para minerais metálicos. O valor da importação desse segmento foi de US\$ 1,997 bilhão, com participação de 60%.

A pauta de importação dos dez principais

segmentos mostrou que, à exceção de máquinas e equipamentos, todos apresentaram redução do valor importado em 2016, em comparação ao mesmo período de 2015. Combustíveis e minerais tiveram queda nas importações de 50,93%, influenciada principalmente pela diminuição da importação de gás natural, usado no abastecimento de usinas termoeletricas.

Ressalta-se também a redução do valor importado de produtos metalúrgicos (-68,26%), produtos têxteis (-16,84%), trigo (-3,31%) e produtos químicos (-2,37%). A maioria desses produtos importados são insumos para a indústria cearense, indicando, dessa forma, o baixo desempenho da indústria nesse ano.

Tabela 9: Importações por itens e produtos selecionados Ceará
Janeiro a novembro de 2015-2016 (US\$ FOB)

Principais Produtos	2015		2016		Var. (%) 2016/2015
	US\$ FOB	Part.%15	US\$ FOB	Part.%16	
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	381.094.284	14,94	1.997.610.778	60,04	424,18
Combustíveis minerais	919.415.417	36,03	451.130.505	13,56	-50,93
Produtos químicos	188.831.310	7,40	184.349.775	5,54	-2,37
Outros trigos	174.557.327	6,84	168.779.834	5,07	-3,31
Têxteis	141830532	5,56	117.945.233	3,54	-16,84
Produtos metalúrgicos	315.986.677	12,38	100.286.375	3,01	-68,26
Plásticos e suas obras	63.772.091	2,50	54.067.902	1,62	-15,22
Óleos de dendê	48.991.645	1,92	42.876.358	1,29	-12,48
Veículos, automóveis, tratores e outros veículos terrestres	18.820.008	0,74	18.581.572	0,56	-1,27
Vidros e suas obras	22.300.424	0,87	16.834.702	0,51	-24,51
Demais produtos	275.890.003	10,81	174.797.570	5,25	-36,64
Ceará	2.551.489.718	100,00	3.327.260.604	100,00	30,40

Fonte: SECEX/MDIC.

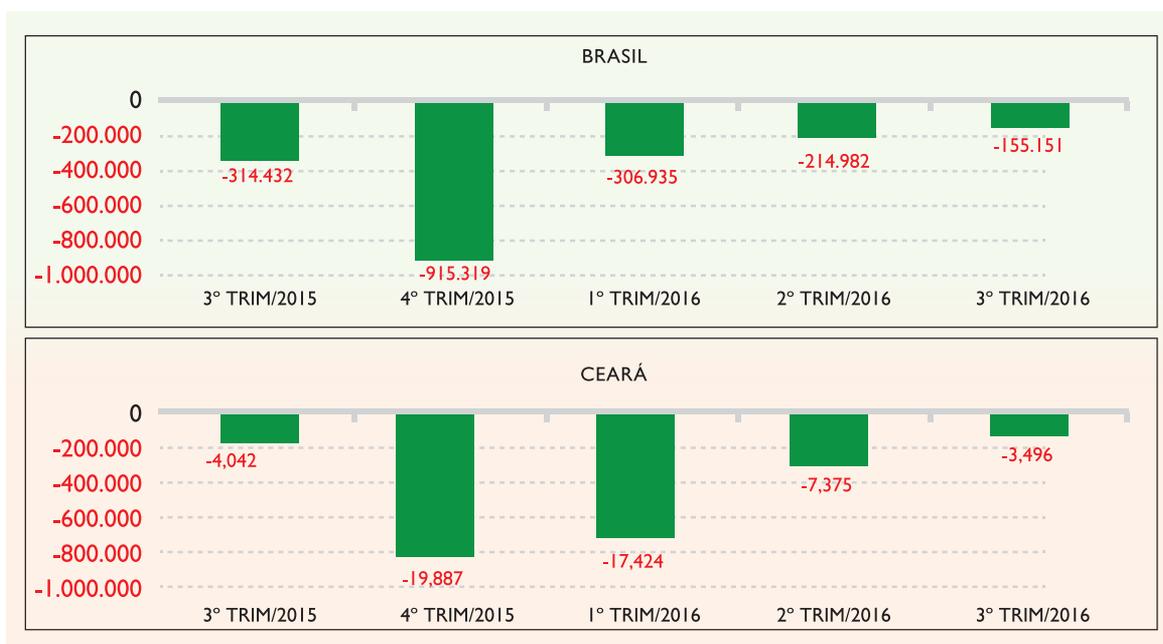
MERCADO DE TRABALHO

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, considerando declarações fora e dentro do prazo, o Estado do Ceará registrou fechamento de 28.295 vagas de trabalho com carteira assinada no acumulado de janeiro a setembro de 2016 (Gráfico 9).

A geração de vagas de trabalho com carteira assinada na economia cearense, observada

nos últimos dois meses, não foi o suficiente para garantir que o 3º trimestre de 2016 apresentasse um saldo positivo de empregos em função da forte destruição de postos de trabalho em julho do mesmo ano de 4.609 vagas, resultando em um saldo negativo trimestral de 3.496 vagas, levemente inferior ao observado em igual trimestre de 2015 (4.042 vagas), revelando, assim, que a situação do mercado de trabalho cearense ainda é bastante preocupante (Gráfico 8).

Gráfico 8: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas
 3º trimestre/2015 ao 3º trimestre/2016



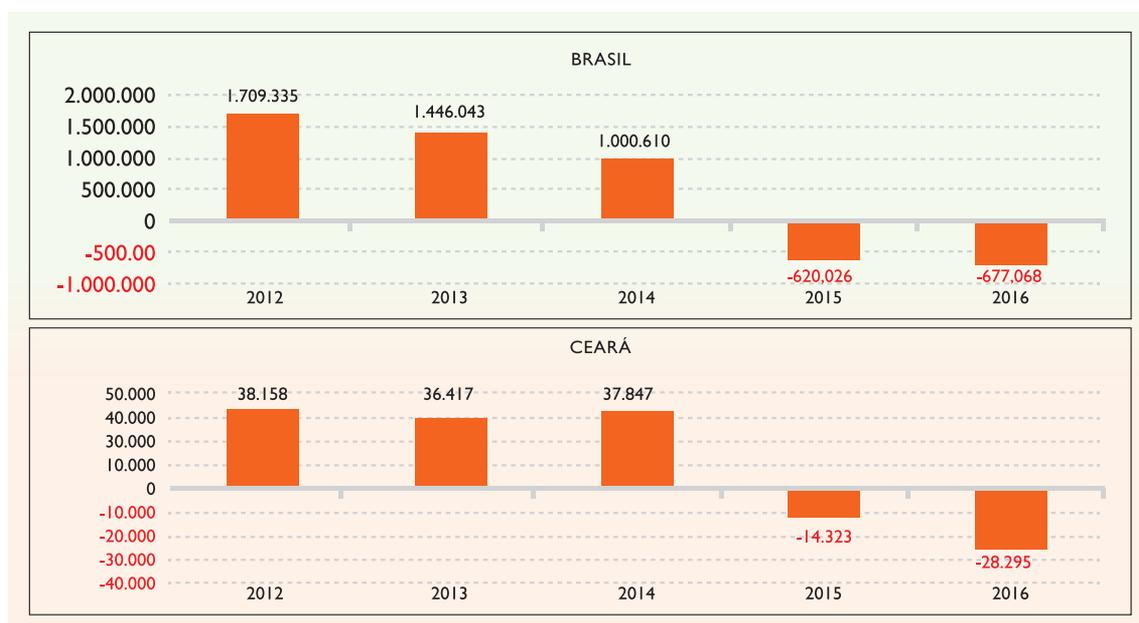
Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Nota: Declarações dentro e fora do prazo. Data da coleta: 24/11/2016.

Como reflexo da dinâmica trimestral do mercado de trabalho celetista, observa-se que o fechamento de postos de trabalho no acumulado até o 3º trimestre do ano de 2016 (28.295 vagas) foi aproximadamente o dobro

do fechamento de postos de trabalho em igual período de 2015, revelando que os efeitos da crise econômica são mais perenes e estão espalhados por todo o território nacional (Gráfico 9).

Gráfico 9: Evolução do saldo de empregos celetistas
 Acumulado do ano até o 3º trimestre/2012 a 2016 – Brasil e Ceará



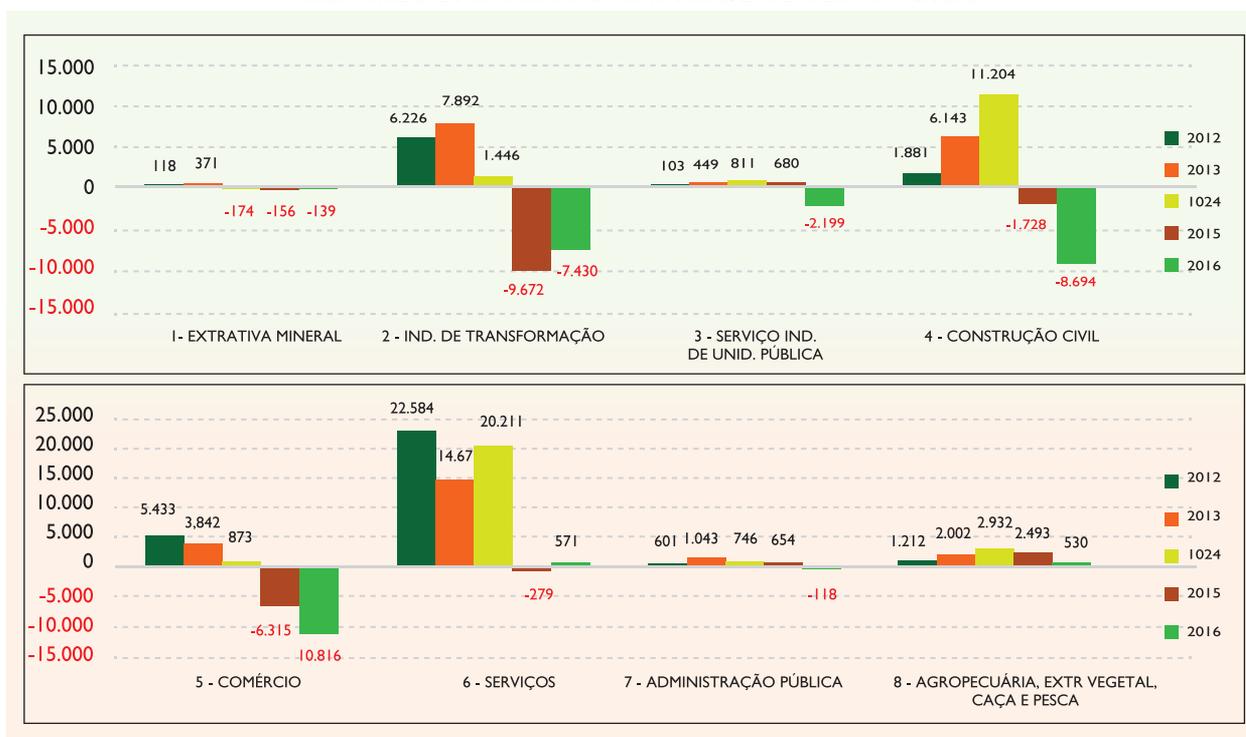
Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Nota: Declarações dentro e fora do prazo. Data da coleta: 24/11/2016.

Por meio da análise do Gráfico 10 é possível conhecer a dinâmica do emprego com carteira assinada por setores da economia cearense para o acumulado até o terceiro trimestre dos últimos cinco anos. Nota-se os setores que mais fecharam vaga no ano de 2016 foram: Comércio (-10.816 vagas); Construção

civil (-8.694 vagas) e Indústria de transformação (-7.430 vagas). Além destes, também fecharam vagas os setores de SIUP, Extrativa mineral e Administração pública. Apenas os setores de Serviços e da Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca registraram criação de vagas.

Gráfico 10: Evolução do saldo de empregos celetistas por setores
Acumulado do ano até o 3º trimestre/2012 a 2016 – Ceará



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Nota: Declarações dentro e fora do prazo. Data da coleta: 24/11/2016.

PERSPECTIVAS

Devido à crise macroeconômica que atinge todo o Brasil desde 2015, a tendência em 2016 continua sendo de queda no ritmo de crescimento tanto na economia cearense quanto na nacional. Segundo o Banco Central, a previsão¹ para o PIB do Brasil em 2016 é de uma queda de 3,49% (Tabela 10). Para o PIB do Ceará, a perspectiva é que, para o ano de 2016, ocorra uma queda de 3,17% com a possibilidade de variar num intervalo entre -2,67% e -3,67%.

Para o ano de 2017, a projeção de crescimento do PIB do Ceará é de uma taxa positiva de 1,0%, devendo oscilar em um intervalo de 0,5% a 1,5%, superior à taxa projetada para o Brasil de 0,5% (Tabela 10). Já para o valor corrente do PIB, em 2017, o valor esperado é de R\$ 6.492.934 milhões para o Brasil e de R\$ 151.131 milhões para o Ceará, representando 2,33% do PIB brasileiro. Em relação ao PIB per capita, em 2017, a projeção para o Brasil é de R\$ 31.267 e do Ceará é de R\$ 16.753, representando aproximadamente 53% em relação ao PIB per capita do Brasil.

Tabela 10: Estimativa do PIB pm e PIB per capita - Brasil e Ceará – 2016 - 2017

Indicadores Selecionados	2016		2017	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
PIB (R\$ milhões correntes)	137.473	6.161.784	151.131	6.492.934
Crescimento Real do PIB (%)	-3,17	-3,49	1,00	0,5
PIB per capita (R\$ corrente)	15.337	29.900	16.753	31.267

Fonte: IPECE; IBGE e Relatório FOCUS 23/12/16.

Obs: As estimativas para o PIB foram calculadas a partir da nova base do IBGE de 2010.

Espera-se que a retomada para o crescimento das economias do Brasil e Ceará em 2017 seja fruto da convergência do índice de inflação IPCA para valores próximos da meta de 4,5%, bem como uma trajetória de queda da taxa de juros SELIC iniciada no final de 2016. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e assim estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva no PIB. No caso do Ceará, soma-se a esse impacto a continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, que torna o Estado do Ceará entre os três maiores entes

da Federação em termos de capacidade de investimento público nominal.

A expectativa para o setor agropecuário cearense no ano de 2017 mostra muitas incertezas em decorrência da disponibilidade de água para as atividades desenvolvidas pelo setor. Conforme sinaliza a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), as incertezas ainda são grandes para prever o volume de chuvas de 2017 no Ceará, pois há uma forte tendência de neutralidade nas temperaturas do Oceano Pacífico Equatorial (nem El Niño, nem La Niña) durante a quadra chuvosa de 2017, que não

¹ - Estimativa apresentada no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil em 23/12/2016.

permite antecipar a previsão climática para o Ceará. Assim, os meteorologistas ressaltam que deve ser feita bem próximo ao início do período chuvoso, dando mais confiabilidade à previsão.

Uma expectativa positiva é a retomada das obras da transposição do rio São Francisco, por meio das obras Cinturão das Águas do Ceará. A previsão é que o funcionamento da transposição ocorra já em 2017.

Embora haja incertezas de que ocorra uma quadra chuvosa acima da média no Ceará, espera-se que o setor agropecuário em 2017 apresente melhor desempenho do que o verificado nos anos de 2015 e 2016, visto que esses dois anos já foram um dos piores nos últimos vinte anos, havendo uma alternativa à produção agrícola, pois medida para se proteger de graves crises hídricas e melhor eficiência do uso da água vem sendo desenvolvida.

Quanto à pecuária, a perspectiva é de que as atividades avícolas continuem crescendo no Estado, visto que a condição do clima é favorável para a criação de galináceos e produção de ovos. Com relação à atividade leiteira, espera-se que em 2017 volte a trajetória de desempenho positivo, pois novas técnicas de produção de leite e derivados vêm sendo desenvolvidas no estado do Ceará.

Ainda assim, ressalta-se a situação de alerta dos reservatórios hídricos do Ceará, que encerra o ano de 2016 com menos de 7% da capacidade de armazenamento do Estado, havendo a necessidade de se buscar alternativas para garantir o uso da água para a produção do setor agropecuário.

Os resultados verificados na indústria no ter-

ceiro trimestre de 2016 permitem configurar um ambiente econômico que se manteve até então desfavorável à retomada da produção industrial. Embora os números indiquem, na margem, para uma diminuição na velocidade da queda na produção, a realidade continua sendo de encolhimento da atividade industrial e esse deve ser o resultado esperado para 2016.

A retomada da atividade industrial para o ano de 2017 continua a depender da implantação de reformas necessárias para recuperar a confiança dos agentes econômicos, bem como de medidas que estimulem a retomada da economia no curto prazo.

A recuperação cíclica da atividade, esperada após uma sequência de resultados negativos, ainda não se manifestou e não há sinais claros o suficiente que permitam colocá-la num horizonte de tempo imediato. De qualquer forma, os avanços recentes na implementação de medidas econômicas importantes podem iniciar um processo de reconquista da confiança e contribuir de maneira bastante favorável para recolocar a atividade em crescimento até o fim do ano de 2017, seja no Ceará, seja no Brasil.

Após um ano muito difícil para as vendas do varejo nacional e local, é esperado para 2017 um ano com possibilidade de retomada de crescimento, caso a política monetária de redução da taxa de juros SELIC e políticas de aumento do crédito adotadas pelo Governo Federal no final de 2016 se mostrem eficazes para a retomada de confiança, tanto das empresas quanto das famílias. Essas políticas irão favorecer o aumento de investimento das empresas, afetando a geração de novos postos de trabalho bem como o aumento do consumo das famílias, afetando positivamente

a atividade do comércio, setor este de grande relevância na economia cearense.

A expectativa para a balança comercial cearense para o ano de 2017 mostra um cenário favorável, com taxa de câmbio acima de R\$ 3,00, mantendo-se acima desse valor, conforme expectativas do Relatório de Mercado Focus, do Banco Central. Outro aspecto positivo é a recuperação da economia americana e dos países da União Europeia, que são os principais destinos das exportações cearenses. Além do mais, o Brasil está fechando acordos comerciais com a Argentina, outro importante país nas transações comerciais do Ceará, e o acordo com a União Europeia, que é uma prioridade em comércio exterior para o Brasil.

Diante desse cenário, espera-se que as exportações cearenses continuem crescendo em 2017, com destaque para as exportações de calçados, couros e peles e alimentos, além das exportações dos produtos semimanufaturados de ferro e aço, realizadas pela Companhia Siderúrgica do Pecém.

Com relação às importações cearenses, a expectativa é que se mantenha o comportamento de 2016, com redução de importação de bens intermediários de insumos industriais e bens de capital, dada a permanência da desvalorização da moeda nacional e o fraco desempenho da economia brasileira, indicando um desempenho modesto da economia do Estado.

De um modo geral, as estimativas indicam um aumento das exportações e das importações, sinalizando uma maior dinâmica da balança comercial cearense, com saldo positivo, ou seja, o valor das exportações superando o

valor das importações.

No âmbito das finanças públicas, espera-se para o ano de 2017 a continuidade do equilíbrio fiscal das contas públicas do Governo Federal, sendo provável que se registre o quarto ano seguido de déficit primário. Entretanto, com a aprovação da PEC 55/2016, no mês de dezembro de 2016, mais conhecida como PEC do Teto, acredita-se que as contas públicas federais caminhem, a médio e longo prazo, para uma situação de equilíbrio. Dessa forma, as atenções voltam-se para as contas previdenciárias, em que se estima um crescimento exponencial das despesas com pagamentos de aposentadorias no Governo Federal, mais especificamente para a reforma da previdência, cuja PEC foi enviada para aprovação no mês de dezembro de 2016.

É interessante observar que a reforma da previdência interessa diretamente o Governo do Estado do Ceará, cujo déficit previdenciário apresenta um crescimento significativo desde o ano de 2010 e, em agosto de 2016, já se aproximava do valor de R\$ 1,0 bilhão. Note-se que, ao final de 2016, o Governo Estadual propôs a majoração da alíquota da contribuição previdenciária dos servidores do estado do Ceará de 11% para 14% e a patronal de 22% para 28%. Essa medida deverá contribuir para a redução do déficit previdenciário.

Quanto à arrecadação própria, é interessante observar que, em 2016, as receitas próprias, especialmente as tributárias do Governo Estadual apresentaram-se pouco acima daquelas verificadas em 2015. Como o Governo Estadual, em dezembro de 2016, enviou uma mensagem à Assembleia Legislativa propondo o aumento da alíquota modal de ICMS de 17% para 18%, igualando àquela praticada nos

outros estados nordestinos, acredita-se que a receita tributária cearense cresça por conta dessa medida.

Do lado das despesas, destaque-se que o ano de 2016 foi marcado por um considerável esforço da administração estadual em seu controle, sendo possível destacar que, durante o ano de 2016, houve uma queda no comprometimento da Receita Corrente Líquida com o pagamento de pessoal, dado que, em dezembro de 2015, esse gasto correspondia a 45,93% da RCL e, em agosto de 2016, ele caiu para 42,66%.

Para o ano de 2017, o esforço do Governo do Ceará para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas será mantido na expectativa de que a retomada do crescimento ocorra e que a capacidade de investimento público do Estado seja aumentada.



DESEMPENHO DOS EIXOS DA POLÍTICA DE GOVERNO

A gestão estadual para o período 2015 a 2018 tem suas bases estabelecidas no modelo de Gestão Pública orientada para o alcance de resultados, no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos com vistas à efetividade da ação governamental, na promoção do desenvolvimento territorial, superando os desafios e potencializando as oportunidades regionais, e na intersectorialidade para a implementação de estratégias setoriais articuladas, centradas em territórios, superando a fragmentação das políticas públicas.

A visão de futuro que o presente Governo construiu de forma participativa traduziu-se em “o Ceará que queremos”. Os espaços de participação garantiram um debate qualifica-

do, com o engajamento de técnicos, lideranças e sociedade civil, fortalecendo uma cultura democrática e gerando compromissos fundamentais entre os diferentes atores. Os muitos “Cearás”, portanto, puderam se manifestar das mais diversas maneiras, por expressivas representações da sociedade civil organizada, reconhecidas como referências nas áreas objeto dos debates e por sua capacidade de transformar a realidade cearense.

A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará requereu seu desdobramento nos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico.

1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

Uma das vertentes do eixo “Ceará da Gestão Democrática por Resultados”, que tem por finalidade garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

O ponto de partida deste eixo assenta-se na necessidade do planejamento estratégico, de-

mocrático, inclusivo e participativo, e na pactuação de resultados exequíveis, mensuráveis e transparentes, dotados de eficiência, eficácia e de impacto.

Um modelo que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, requerendo mudança de postura dos gestores públicos e a consciência de compromissos pactuados que condicionam o ciclo de formulação do planejamento, orçamento e gestão estadual.

O êxito da implementação deste modelo pressupõe a integração de eixos e definições estratégicas; o entrelaçamento de processos, recursos, programas/produtos com os resultados; a internalização e compartilhamento de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação permanente.

Desse modo, o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade pressupõe uma agenda governamental que reconheça e incorpore a importância da transversalidade dos temas, da intersectorialidade das ações e do desenvolvimento regional sustentável em seu sentido mais amplo, que percebe e examina a realidade como espectro e resultado de múltiplas determinações.

Uma administração eficaz e eficiente pode repercutir em todo sistema social, na medida em que ocorra a transição de iniciativas setoriais para arranjos multissetoriais e transversais, favorecendo um melhor desempenho dos atores públicos e a alocação técnica e adequada de recursos.

O planejamento regionalizado e descentralizado cria as condições para a construção de vetores econômicos interdependentes, corredores mais dinâmicos de atividades, fortalecimento de aptidões regionais, elevação da eficiência sistêmica, rumo à ruptura da geração de pobreza e desigualdade.

Em sintonia com a política federal, o Governo estadual reconhece a necessidade do fortalecimento das instituições públicas, com protagonismo e controle social, transparência e qualidade da gestão – enquanto formulação qualitativa para a efetiva democratização do Estado.

A qualificação da gestão pública, com o aprimoramento técnico e político dos processos de incorporação social e o adequado atendimento à população, permitirá ao Estado cumprir seu papel no fomento ao desenvolvimento e superação das desigualdades.

O diálogo entre governo e sociedade deve assegurar a participação popular no processo decisório e na gestão das políticas públicas; propiciar maior transparência; requerer produção qualificada; aprimorar o acesso e disponibilizar e divulgar a informação.

Nessa cultura de aproximação entre Governo e sociedade, dois instrumentos de controle social assumem especial protagonismo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. Tais dispositivos contribuem para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

Um Estado transparente e comprometido com a participação social fortalece a capacidade de gestão fiscal, da racionalização e controle da qualidade dos gastos, aproximando-se de suas metas e ações finalísticas, e da execução dos seus empreendimentos estratégicos.

Dessa forma, o Governo busca se qualificar em seu desempenho de planejamento e gestão, aprimorando o processo de monitoramento e avaliação das suas ações, desenvolvendo as seguintes políticas: Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência e Controle e Participação Social.

Indicadores Estratégicos do Ceará da Gestão por Resultados - 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa finalística empenhada/Despesa Total	%	32,85	33,26	37,5	31,62	30,97
Investimento/Receita Corrente Líquida	%	17,00	16,7	24,1	15,8	12,97*
Despesa de Pessoal do Poder Executivo/Receita Corrente Líquida	%	41,97	43,53	44,09	45,93	42,66**
Nível de endividamento (Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida)	%	0,28	0,29	0,42	0,55	0,47

Fonte: Seplag/Sefaz

*Receita Corrente Líquida preliminar, sujeita à alteração após a conclusão do Balanço Geral do Estado.

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal apurado com dados consolidados nos doze meses anteriores até o 2º quadrimestre. Para consolidar o exercício 2016 será apurado os valores dos dozes meses dentro do referido exercício na conclusão do Balanço Geral do Estado.

O indicador “Despesa finalística empenhada/Despesa Total” apresentou um percentual de 30,97%, apenas 2% inferior ao valor de 2015. Nos programas finalísticos, destacam-se a execução do programa de Segurança Pública Integrada, com mais de R\$ 67 milhões aplicados em relação ao ano de 2015, o programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de R\$ 482,1 milhões em 2016, e o programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos com aplicação de R\$ 362,2 milhões.

A capacidade fiscal do Estado em investir na construção de novos equipamentos para a população é demonstrada pelo indicador “Investimento/Receita Corrente Líquida”. Apesar da constatação do declínio deste indicador, a situação econômica do país e dos demais entes federativos são parâmetros comparativos que denotam uma situação de investimentos privilegiada no Ceará.

Em relação à “Despesa de Pessoal do Poder Executivo/Receita Corrente Líquida”, indicador de obrigatoriedade legal (Lei Complementar nº 101/2000), o percentual demonstra a parcela despendida com mão de obra necessária para tocar os projetos e serviços públicos. Este indicador, apesar de variável, não pode exceder a determinados limites.

Para o Poder Executivo, há o limite prudencial (46,17%) e limite máximo (48,6%), todos em relação à Receita Corrente Líquida. Como se observa do quadro acima, as oscilações têm sempre respeitado estes limites.

O Estado do Ceará e o Governo Federal possuem um termo de entendimento técnico, através do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, que procura manter o controle de endividamento, para que níveis elevados não comprometam a receita futura com pagamento de encargos, inviabilizando a qualidade dos gastos públicos com serviços prestados à população. Desta forma vem mantendo sob rígido controle a relação DCL/RCL nos últimos anos. Em agosto de 2016, atingimos o valor de 0,47¹, quando o limite de endividamento poderia chegar até duas vezes à RCL, conforme determina resolução do Senado Federal², mantendo, desta forma, uma situação equilibrada.

Em virtude da revisão, no ano de 2016, do Programa de Ajuste Fiscal, o Estado do Ceará mantém uma carteira de novas operações de crédito no montante de R\$ 3.498.214 mil, das quais R\$ 1.221.187 mil foram efetivamente contratadas. Das operações contratadas em

1- Dados provisórios sujeitos a alterações

2- Resolução nº 40 de 2011

2016, pode-se destacar o Programa Viário de Integração Logística – Ceará IV – 2ª fase, o Programa de Apoio a Reformas Sociais do

Ceará – PROARES III – 1ª fase e o Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará – PROMOTEC II.

2. CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se na articulação de um conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social das classes e camadas excluídas da sociedade, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos e dos direitos civis.

Tais políticas se articulam ou conjugam ao firme propósito de ampliar o acesso aos bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho. Sob a noção de acolhimento na concepção e fortalecimento de uma ação pública, o Governo passa, de modo programático, a assumir o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária: segura, inclusiva e garantidora de direitos sociais.

O acolhimento torna-se então um dos principais eixos de política de Governo, como condição primordial para se avançar no desenvolvimento socioeconômico, político, socioambiental e sustentável do estado do Ceará. Portanto, na política governamental,

acolher é mais que um verbo, é um substantivo ato de respeito, diálogo e compartilhamento que se transforma no compromisso de responder às necessidades e assegurar os direitos dos cearenses de todas as gerações.

A presente gestão, em sintonia com os governos municipais e a gestão federal, com entidades representativas, categorias profissionais, organizações e setores sociais, orienta suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento do lastro de lutas legado pelo processo de redemocratização do país, de conquista dos direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação, a exemplo dos Conselhos Tutelares, de Políticas Públicas, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros, e ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

No arcabouço do Eixo Ceará Acolhedor encontram-se as Políticas Públicas da Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.

Indicadores Estratégicos do Ceará Acolhedor - 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita)	%	46,7	46,9	43,7	44,6	-
Percentual de extremamente pobres (<R\$ 70 per capita)	%	8,5	8,3	6,3	8,7	-
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	%	22,0	24,7	23,6	27,6	-

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Déficit habitacional (*)	Nº	248.296	255.250	283.102	-	-

Fontes: IPECE / IBGE – PNAD/ SCidades

(*) A fonte de informação é o Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro. Em 2016, a Fundação João Pinheiro publicou as pesquisas com as informações de déficit referentes aos anos de 2013 e 2014.

O fraco desempenho do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e redução do rendimento da população ocupada, contribuiu para a interrupção da trajetória de redução do percentual de pobres (pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo) observada nos últimos anos. No entanto, considerando o período 2012-2015, ainda assim, houve uma redução da taxa de pobreza no Estado de 46,7%, em 2012, para 44,6%, em 2015. Por outro lado, considerando apenas as pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza, o aumento de 6,3%, em 2014, para 8,7%, em 2015, reverteu a trajetória decrescente dos últimos anos. No período 2012-2015, houve um pequeno aumento de 0,2 ponto percentual na proporção de extremamente pobres no Ceará.

Além do aumento da pobreza no Estado, é preocupante também o aumento da proporção de “Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham” – de 23,6%, em 2014, para 27,6%, em 2015. Esse aumento se deve, em parte, a redução do nível de ocupação, tanto dos jovens que estudavam e trabalhavam como os do que só trabalhavam. Por outro lado, aumentou o percentual daqueles que só estudavam, principalmente na faixa etária dos 15 aos 17 anos. Mas o que mais chama atenção é a predominância dos jovens que não estudam e nem trabalham e também não estão procurando emprego (20,8%, em 2015). Esse elevado percentual de jovens “nem-nem” representa um grande desafio para a elaboração de políticas públicas que estimulem a continuidade nos estudos e, sobretudo, deem con-

dições para que eles ingressem no mercado de trabalho.

O indicador “Déficit Habitacional”, expresso em unidade, representa o total de famílias em condições de moradia consideradas inadequadas, tais como domicílios improvisados e domicílios rústicos (que compõem as habitações precárias), cômodo (parte do componente coabitação), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados.

É importante ressaltar que os programas e projetos de habitação são executados tanto pelo setor público como pela iniciativa privada, e que a base de cálculo do déficit habitacional não se restringe apenas às famílias de baixa renda.

Nos municípios pode haver iniciativas de produção de unidades habitacionais junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, contratadas diretamente junto às instituições financeiras autorizadas pelo Ministério das Cidades, cujas entregas impactam diretamente no enfrentamento do déficit, ressaltando-se que esses números não são contabilizados pelo Governo do Estado do Ceará.

O PMCMV tem sido o principal instrumento de política pública de habitação onde se dá a atuação do Governo do Ceará no enfrentamento do déficit.

Por meio do PMCMV o Estado tem realocado para residenciais dotados de infraestrutura as

famílias que ocupam, de forma irregular, áreas de preservação permanente e famílias cujas moradias encontram-se em áreas de interesse público, nas quais são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

A redução do volume de contratação de unidades habitacionais por meio do PMCMV desde 2015, em função do contingenciamento de recursos do Governo Federal provocado pela crise econômica pela qual o país atravessa, impactou na entrega desse produto em 2016, e poderá impactar também nos anos seguintes.

No período 2012-2016 foram beneficiadas pelo Governo do Estado do Ceará aproximadamente 91.910 pessoas com um total de 22.147 unidades habitacionais nas modalidades Operações Coletivas (1.680), Leilão Habitacional (989), Fundo Nacional de Habitação por Interesse Social – FNHIS (79), Projeto Rio Maranguapinho (2.217), PMCMV I – Sub50 (2.501), PMCMV 2 – Sub50 (1.746), PMCMV – Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR (1.383), PMCMV – Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU/Fundo de Arrendamento Residencial – FAR com aporte (11.542), Projeto em Parceria com os Municípios (10).

3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Eixo Ceará de Oportunidades integra os temas representativos das bases de sustentação econômica do desenvolvimento no Ceará. As políticas aqui pensadas buscam responder aos desafios da economia estadual mediante dois objetivos e estratégias gerais que visam: Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

A estratégia de crescimento econômico pressupõe novos arranjos e impulsos produtivos, o melhor esclarecimento e consolidação ou recuperação dos fundamentos que determinaram o ritmo de desempenho da economia cearense acima da média da economia nacional.

Nas díspares condições do desenvolvimento desigual, a possibilidade de captação de maiores projetos sustentáveis de investimento se

mantém entre os fatores que sinalizam para dinamizar a economia cearense. Entre os óbices, a redução do crédito e o declínio do emprego são aspectos a requerer novas estratégias.

Tais fatores podem influenciar o desempenho dos setores da economia, na qual é evidente a crise hídrica e seus efeitos negativos sobre o setor agropecuário em cinco anos de seca, causando forte queda na produtividade das atividades do setor, com repercussões no crescimento industrial e de serviços.

Devido à crise macroeconômica que atinge todo o Brasil desde 2015, a tendência em 2016 continua sendo de queda no ritmo de crescimento tanto na economia cearense quanto na nacional. Segundo o Banco Cen-

tral¹, a previsão para o PIB do Brasil em 2016 é uma queda de 3,49% . Para o PIB do Ceará, a perspectiva é que, para esse mesmo ano, ocorra uma queda de 3,17% com a possibilidade de variar num intervalo entre -2,67% e - 3,67%.

O setor de serviços, no terceiro trimestre de 2016 comparado com o mesmo período de 2015, caiu 1,43% , decorrente dos fracos desempenhos das atividades de comércio (-4,16%), alojamento e alimentação (-2,42%), intermediação financeira (-2,33%) e transportes (-1,07%).

Ao longo do ano de 2016, a indústria cearense tem apresentado reduções seguidas na produção, dando sequência aos resultados negativos observados ainda em 2015.

Prevaleceu o reconhecimento de que o atual modelo de fomento ao crescimento econômico, fundamentado na atração de empreendimentos e na concentração de grandes projetos, em especial na Região Metropolitana da Fortaleza, tende a ampliar a desigualdade regional, e, desse modo, destaca o desafio da ampliação da equidade social e regional.

O Governo Estadual adotou então, numa primeira estratégia, o mapeamento do Estado em 14 Regiões de Planejamento, na priorização das estratégias de política e na regionalização dos Programas do PPA, orientando-se rumo a um processo de desenvolvimento

econômico fortemente vinculado ao desenvolvimento territorial.

A segunda estratégia consistiu no propósito de gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, tratando de ampliar a ação de Governo no sentido de incorporar a totalidade das forças produtivas.

Como foco fundamental desta estratégia encontra-se a geração de emprego formal, mediante a ampliação do número e porte das empresas intensivas em capital com a incorporação de tecnologia adequada, e sem prejuízo dessa necessidade de ampliação dos postos de trabalho.

O segundo foco é a geração apropriada de trabalho emancipado, que reflete a concepção praticada pelo movimento da economia solidária, com um diferencial em termos das relações sociais de produção na estratégia de sustentação econômica do desenvolvimento, reduzindo o papel da intermediação na geração e distribuição de renda e fomentando uma geração desconcentrada de riqueza.

As políticas estaduais que contemplam o Ceará de Oportunidades articulam-se nos temas: Agricultura Familiar e Agronegócio; Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Mobilidade; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Turismo, Trabalho e Empreendedorismo, e Pesca e Aquicultura.

Indicadores Estratégicos do Ceará de Oportunidades - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de crescimento do PIB (1)	%	1,6	4,99	4,18	-4,35	-3,17
PIB per capita (1) (2)	R\$	11.268	12.421	14.255	14.985	15.337
Participação PIB Ceará/PIB Brasil (1)	%	2,01	2,05	2,18	2,22	2,23

1 - Estimativa apresentada no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil em 23/12/2016.

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Razão PIBpc CE / PIBpc Brasil (1)	prop	0,45	0,47	0,50	0,51	0,51
Índice de Gini	índice	0,52	0,51	0,50	0,49	-
Razão PIB Interior/Grande Fortaleza	prop	0,53	0,53	0,55	-	-
Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza	prop	0,41	0,44	0,43	0,44	-
Razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total	prop	51,64	56,60	53,4	56,8	-
Participação do Ceará nas exportações brasileiras (3)	%	0,52	0,59	0,65	0,55	0,67
Valor das exportações cearenses (2) (3)	US\$ Milhão (FOB)	1.267	1.425	1.471	1.046	1.135

Fonte: IBGE / IPECE.

(1) Os anos de 2015 e 2016 são valores projetados pelo IPECE e podem sofrer alterações quando forem divulgados os valores definitivos calculados pelo IBGE. (2) Dados em valores correntes. (3) São valores computados a partir do acumulado de janeiro a novembro de 2016.

Em relação ao crescimento econômico do Ceará, retratado pelo comportamento da taxa de crescimento do PIB, verifica-se um forte crescimento nos anos de 2013 e 2014, em grande parte decorrente das atividades beneficiadas pela Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014 e tendo a cidade de Fortaleza como uma das sedes. A presença de uma grande quantidade de turistas durante a Copa do Mundo, bem como as obras de infraestrutura para a realização do evento, impulsionaram as atividades de alojamento e alimentação, comércio e construção civil. Soma-se também o nível do investimento público estadual, decorrente do equilíbrio das finanças públicas do Governo do Ceará, o que impulsionou obras públicas de infraestrutura.

O elevado crescimento do PIB do Ceará verificado no biênio 2014-2015 favoreceu relativamente mais as economias do interior do Ceará do que as economias dos municípios integrantes da Grande Fortaleza. Esse fato é retratado pelo crescimento do indicador Razão PIB Interior/Grande Fortaleza.

As quedas do PIB verificadas em 2015 e 2016 são resultados do forte desequilíbrio fiscal e instabilidade política do Governo Federal. Soma-se o alto nível de endividamento das famí-

lias, bem como o baixo nível de confiança das empresas em relação ao comportamento da economia brasileira, o que levou a diminuir fortemente o nível de investimento privado. A política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros para o controle da inflação, tem tornado o crédito mais caro. Esses fatores provocaram queda do investimento privado e uma diminuição no nível de consumo das famílias, gerando queda no setor de serviços, que é o setor de maior participação no PIB do Ceará, com 75,64%.

As exportações cearenses cresceram em participação e volume no período 2012-2014, e apesar da queda registrada em 2015, fruto da crise macroeconômica que atingiu a economia do Ceará, o ano de 2016 apresentou uma recuperação, resultado em grande parte do início das exportações das placas de aço produzidas pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Considerando o Índice de Gini da renda domiciliar per capita, observa-se, nos últimos anos, uma redução da desigualdade de renda do Ceará. Esse indicador retrata o nível de concentração da renda, com valores que variam no intervalo de zero (máxima igualdade) a um (máxima desigualdade). Desde 2012, o

índice cearense é inferior ao brasileiro e vem se reduzindo a uma taxa maior que a nacional, demonstrando a efetividade das ações implementadas na redução da pobreza e desigualdade de renda no Estado. Entre 2014 e 2015, a desigualdade de renda cearense caiu mais de 2% enquanto a do Brasil permaneceu estagnada.

Pode-se afirmar, portanto, que o Governo vem atuando no sentido de promover melhor

distribuição dos frutos do crescimento econômico, principalmente quando se observa que a razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total aumentou no último ano, mesmo nesse período de seca prolongada. Considerando que a renda per capita cearense caiu no último ano, isso significa que a população rural foi menos afetada por essa redução. Embora a renda per capita da zona rural ainda seja apenas um pouco mais da metade da renda total.

4. CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará possui 86,8% de sua área inserida na região do semiárido brasileiro. Este perfil sugere um risco de seca mais significativo (maior que 60%), prolongado, refletindo-se sobre toda a população, requerendo medidas para aprimorar a convivência com o ambiente e minimizar os impactos ambientais, sociais e produtivos. Devem-se então considerar as múltiplas alternativas e estratégias voltadas ao acesso dos recursos naturais e bens fundamentais articulados aos consideráveis atributos potenciais do Bioma Caatinga.

No semiárido, os solos apresentam-se rasos com rocha matriz que dificulta a infiltração, os rios correm de modo intermitente, as elevadas temperaturas repercutem nas intensas insolação e evaporação. No território estadual, 75% dos seus terrenos estão sobre o cristalino, limitando a acumulação de água no subsolo e a formação dos aquíferos. As águas subterrâneas acumulam-se em fraturas das rochas, têm baixa produtividade e grande teor de sal.

Apesar desse quadro restritivo, no qual as populações sofrem também com as desigualdades sociais, são múltiplas as alternativas e estratégias possíveis, algumas construídas por elas próprias, adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e bens fundamentais. Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se converterem em possibilidade efetiva de melhoria da renda e da qualidade de vida de milhões de pessoas que sofrem com os desafios da seca.

Somente com o fortalecimento de políticas públicas de convivência com o semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais do Bioma Caatinga e da sua ampla e única biodiversidade funcional - forrageira, medicinal ou madeireira.

Indicadores Estratégicos do Ceará Sustentável - 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR	Nº	0	0	7	21	21
Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará	%	29	25	39	39	41
Índice de qualidade do meio ambiente (IQM)	Índice	43,9	59,6	60,4	49,8	52,0
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	(%)	52,94	52,66	52,60	52,95	53,58

Fonte: Cogerh, Seinfra, Ipece, SCidades e IBGE

O indicador “Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR” foi calculado inicialmente nos 7 (sete) reservatórios estratégicos que abastecem a Região Metropolitana de Fortaleza e expandido para todos os 20 (vinte) açudes da Bacia Metropolitana, além do Castanhão.

A aplicação deste índice mostrou-se bastante promissora, uma vez que retrata bem a real qualidade da água observada nos reservatórios. O grande objetivo para este índice nos próximos anos é aplicar uma versão regionalizada para as condições em todos os reservatórios monitorados.

Em 2016 após a entrada em operação de 12 parques eólicos no litoral norte e na região da Ibiapaba que somam 292 MW de potência instalada, o Estado do Ceará se mantém entre os cinco maiores com predominância da participação das fontes renováveis na matriz elétrica.

O “Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM)” tem como objetivo principal mensurar os esforços dos municípios cearenses no desenvolvimento de ações voltadas à preservação ambiental. Na sua versão atual, o indicador identifica a existência de iniciativas municipais relacionadas à correta captação, separação e destinação dos resíduos sólidos urbanos gerados. Os municípios que atendem a todos os requisitos que compõem o índice

de qualidade alcançam a pontuação máxima, de 1,0 ponto. Já aqueles que não atendem a nenhum dos requisitos, têm pontuação 0,0 (zero). O resultado para o Estado é obtido pela soma da pontuação obtida por cada município, e pode variar de 0,0 a 184,0. Quanto mais elevado for o resultado estadual (mais próximo de 184), maior é o indicativo de que os municípios têm, em conjunto, desenvolvido ações corretas no tratamento dos resíduos sólidos, melhorando a qualidade do meio ambiente local e de todo o Ceará.

Os resultados para o IQM observados desde 2012 revelam um escore que tem se mantido baixo para o indicador, alcançando um pico de apenas 60,4 pontos em 2014, o que representa menos da metade do escore máximo. Nos últimos anos, apesar da melhora marginal, o indicador tem apontado para um recuo nas iniciativas municipais voltadas à melhoria do meio ambiente, pelo menos em relação àquelas que são observadas no índice. De fato, a grande maioria dos municípios não tem atendido ao conjunto dos requisitos estabelecidos, o que explica o escore de apenas 52,0 pontos em 2016.

O indicador “População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana do Estado atendida por destinação adequada de resíduos sólidos.

Cada indivíduo é um gerador de resíduos e, caso não haja a destinação adequada desses referidos resíduos, o meio ambiente consequentemente será afetado. Então, quanto menor a porcentagem de população que é atendida pela destinação final adequada dos resíduos sólidos, maior é o risco para o meio ambiente e a qualidade de vida dessa população.

O Estado tem envidado esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos. Assim serão construídas duas Centrais de Tratamento de Resíduos e complementares que atenderão aos consórcios públicos municipais denominados COMDERES (Consórcio Municipal para Destinação Final de Resíduos Sólidos) e COMARES-UL (Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte) beneficiando aos municípios de Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Pacujá, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Russas, Palhano, Potiretama, Iracema, Ererê, São João do Jaguaribe, Alto Santo e Quixerê.

Além disso, a Secretaria das Cidades e o Instituto de Desenvolvimento das Cidades (Ideci) desenvolveram projetos de Centrais Municipais de Reciclagem (CMR) que serão disponibilizadas aos municípios. Estas unidades contribuirão para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, fomentando a reciclagem, e atendendo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei N° 12.305 de 2010) e da Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei N° 16.032 de 2016).

O percentual da população urbana do Ceará atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos em 2016, de 53,58%, considerado satisfatório com base na meta esperada para o ano e pode ser atribuído à destinação dos resíduos do município de Santana do Acaraú para o aterro de Sobral e a regularização da licença ambiental do aterro de Brejo Santo.

Em 2016, foram atendidos com esse serviço aproximadamente 3.603.830 habitantes em 12 municípios. No período 2012-2016, houve um acréscimo de 178.448 habitantes de populações urbanas do estado do Ceará com destinação final adequada de resíduos sólidos.

5. CEARÁ DO CONHECIMENTO

O conhecimento apropriado por uma sociedade é admitido como determinante para o seu desenvolvimento econômico – compreendido em especial como a inclusiva distribuição da riqueza pelas camadas historicamente excluídas da sociedade. Em outras palavras, por desenvolvimento econômico designa-se

o crescimento da riqueza associado à diminuição da desigualdade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento é um dos aspectos mais relevantes nessa construção – enquanto fator eficaz e imprescindível na criação da riqueza e na inclusão social.

A missão de governo é, portanto, a de assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição na sociedade. E o compromisso central do Plano Plurianual 2016-2019 é lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará.

Esta medida visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia nova e moderna, do século XXI, com a certeza de que esta é uma forma especial de dar um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há algumas décadas.

Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o conhecimento, a cultura e a educação para todas as classes e camadas sociais.

As ações que envolvem a construção do conhecimento possuem um amplo espectro - do ensino básico à pesquisa científica e à inovação, passando pela cultura, a economia da cultura, pela educação profissional e qualificação do trabalhador. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla repercussão alcançam praticamente todos os

aspectos da vida social: do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado; do aprimoramento do exercício da cidadania a uma apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material.

Trata-se aqui, portanto, da determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na Educação Básica de qualidade. Isso significa, nessa dimensão, um desafio a ser enfrentado de forma conjunta. Outras tarefas, igualmente decisivas, estão relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ensino Superior, à Educação Profissional e à Cultura – todas relacionadas ao desempenho da tarefa fundamental relativa à Educação Básica.

Apresenta-se aqui, desse modo, uma estratégia para a construção de um Ceará mais próspero e mais justo, trilhando o caminho do Conhecimento para uma nova economia.

Indicadores Estratégicos do Ceará do Conhecimento - 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio	Índice	-	3,3	-	3,4	-
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%		22,9	19,00	16,95	13,60*
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade	%	16,3	16,7	16,3	17,3	-
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade	Anos de estudo	6,8	7,0	7,0	7,0	-
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	%	17,3	18,7	18,8	20,9	-
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais	Anos de estudo	2,97	2,58	2,61	1,97	-

Fonte: Seduc/Ipece/MTE-RAIS

(*) Dados parciais, sujeitos a revisão

O desempenho do Ensino Médio da rede pública do Ceará no IDEB foi superior às metas para o Estado no período de 2007 a 2011. De 2013 a 2015, o desempenho foi levemente inferior às metas projetadas pelo INEP. Considerando a manutenção, sem alterações relevantes, de todas as políticas públicas relacionadas ao Ensino Médio, estima-se que o IDEB Ensino Médio, em 2017, tenha uma melhora de 2,5 % em relação a 2015.

O “Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho” em 2016 é, até o momento, de 13,60% tendo em vista que o ano ainda está em andamento e os alunos vão iniciar a inserção em 2017. No entanto, pode-se observar quedas consecutivas neste indicador que podem ser justificadas, dentre outros motivos, por: crise econômica que tem afetado os setores produtivos de nossa economia; e elevada quantidade de inserção desses jovens no Ensino Superior, sobretudo em virtude das características diferenciadas do ensino integrado.

A “Taxa de analfabetismo da população cearense de 15 anos ou mais de idade”, que não sabem ler ou escrever minimamente uma simples mensagem, aumentou no último ano calculado. No entanto, esse aumento ocorreu de forma diferenciada considerando-se a distribuição da população por faixa etária. Entre os jovens, de uma forma geral, houve uma redução do analfabetismo, enquanto aumentou nas faixas etárias mais elevadas, principalmente entre as pessoas com 60 anos ou mais. Apesar desse pequeno aumento, é importante salientar que a melhoria dos indicadores educacionais do ensino fundamental, com aumento da proficiência leitora das crianças do 2º ano devido ao Programa Alfabetização

na Idade Certa, cessou a geração de novos analfabetos. Com isso, espera-se daqui alguns anos ocorra uma redução drástica do número de cearenses analfabetos.

Outro indicador que afere os resultados da área de educação é a “Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade”. Apesar da melhoria da qualidade da educação no Ceará, atestada pelos indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do MEC, esse indicador permaneceu inalterado nos últimos anos. Contudo, observou-se uma extraordinária redução na diferença média de anos de estudo entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres no estado, de 2,97, em 2012, para 1,97, em 2015. Essa redução de um ano é considerável, haja vista a natureza do indicador que requer certo intervalo de tempo para que seja alterado de forma significativa. No entanto, cabe salientar que, apesar do aumento da escolaridade dos mais pobres, a média estadual ainda está distante da brasileira, que era 8,2 anos de estudo, em 2015.

Embora não tenha havido aumento na escolaridade média da população cearense, houve um aumento da participação de graduados no mercado de trabalho formal. Esse dado é extremamente relevante, na medida em que o aumento da qualificação da mão de obra empregada contribui para o aumento da produtividade do trabalho que, por sua vez, é a principal causa do crescimento econômico sustentável.

6. CEARÁ SAUDÁVEL

Afirma-se aqui a vida saudável com cidadania como uma importante diretriz para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará.

Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana, resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre os determinantes culturais, econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável terá, enquanto pressupostos da cidadania, a garantia de direitos, a promoção da saúde, o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Neste sentido, é imprescindível articular os diversos setores da sociedade, priorizando a participação social, a busca do acesso da população ao conhecimento, à promoção da

saúde e à qualidade de vida.

A interação entre as políticas públicas, somadas ao fortalecimento das ações comunitárias, da participação e da inclusão social, pressupõe a reorientação do modelo de atenção à saúde, visando à referida melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, fomentador de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial chamado Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, interligados e articulados com os demais temas: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.

Indicadores Estratégicos do Ceará Saudável - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de mortalidade infantil	Óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos	12,7	13,80	11,80	12,20	12,09*
Razão da mortalidade materna	Óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos	90,60	93,60	83,20	61,20	47,79*
Expectativa de vida ao nascer	anos	72,9	73,2	73,4	73,6	-
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado	%	78,2	77,3	78,6	78,0	-
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	%	53,1	49,2	44,8	51,9	-

Fonte: Sesa/Ipece/IBGE-PNAD

* Dados parciais sujeitos a revisão

No Brasil, assim como na maioria dos outros países, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a mortalidade infantil segue em declínio. Em uma década (1998 –

2010) passou de 33,5 crianças mortas por mil nascidas vivas para 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. No Ceará, em 2015, a taxa de mortalidade infantil era menor que a média

nacional. O Governo do Ceará, em parceria com os governos Federal e municipais, desenvolve ações com o Projeto QualificarSUS, que objetiva a reorganização da Rede Materno Infantil, o reforço da qualidade no pré-natal e na assistência ao parto, além da expansão das UTIs neonatais com a finalidade da redução do componente neonatal da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI). Como se pode observar, os esforços conjuntos dos governos, nas três esferas, têm dado bons frutos, refletidos na redução contínua desse indicador, que vem se mantendo abaixo de 13, desde o ano de 2014.

De acordo com o último relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o tema, a “taxa média de mortalidade materna” em países desenvolvidos era de 16 óbitos em 2003, enquanto em países em desenvolvimento passou para 230 óbitos. No Brasil o avanço foi considerado significativo. De acordo com o Ministério da Saúde, tem hoje 62 óbitos a cada 100 mil nascimentos. A meta estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU, é, até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. O Governo do Estado do Ceará tem buscado ampliar as ações de prevenção e enfrentamento a este sério problema. Tais iniciativas, ao longo dos últimos anos, têm contribuído para a redução desse indicador, que persiste em se manter elevado.

A Secretaria de Saúde do Estado - SESA desenvolve em parceria com o Ministério da Saúde - MS e os municípios um conjunto de ações e projetos focados na promoção da saúde da mulher e da criança, para o combate das causas obstétricas diretas de óbitos maternos, que tem como principais causas de morte materna as Doenças Hipertensivas

Específica da Gestação (DHEG) representando 51,4%, as síndromes hemorrágicas com 13,5%, a inércia uterina com 10,8% e aborto com 5,4%. Somadas essas causas, correspondem a 81,1% dos óbitos maternos.

O QualificarSUS Ceará também contribui para este indicador capacitando gestores para fortalecer hospitais e maternidades na mudança e melhoria do modelo assistencial, com a inserção de enfermeiros obstetras com boas práticas na assistência ao parto humanizado e ao nascimento.

A expectativa de vida do cearense vem crescendo continuamente nos últimos anos como resultado da melhoria das condições médico-sanitárias e das mudanças nos fatores socioeconômicos associados a uma melhor qualidade de vida. Dentre as condições sanitárias que impactam positivamente as condições de saúde, destacam-se as proporções de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados.

Um domicílio possui abastecimento de água adequado se esta é proveniente da rede geral de distribuição. O acesso à rede geral de distribuição garante água tratada apropriada para o consumo humano e, dessa forma, contribui para reduzir riscos de proliferação de doenças de veiculação hídrica que atingem principalmente idosos e crianças. Embora tenha ocorrido uma leve redução em 2015, o nível deste indicador tem permanecido praticamente estável nos últimos anos. Já a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado, quando o domicílio está ligado à rede de coleta ou possui fossa séptica, aumentou de 44,8%, em 2014, para 51,9%, em 2015, apesar da leve redução no período 2012/2015.

7. CEARÁ PACÍFICO

Este Eixo, que se define no horizonte de uma sociedade justa e pacífica, convivência e segurança cidadã, aponta para uma sociedade distributiva e justa, pacificadora e pacificada, ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito ao trabalho, à atenção social, à proteção, amparo, defesa e justiça.

Nesta orientação, o Estado atua como protagonista do processo e defesa desses direitos, desde que abraça a concepção de transversalidade temática e intersetorialidade das suas ações, contemplando amplamente a noção de desenvolvimento social e superando a percepção segmentada da violência e da própria segurança pública.

Não é à toa que duas secretarias setoriais (Trabalho e Segurança Pública) compreendem a amplitude conceitual do “desenvolvimento social” em sua complexidade, extensiva aos múltiplos vínculos de outras secretarias com os mais diversos domínios conexos, nas mais profundas raízes, ao combate à violência e à marginalidade – da Economia ou da Cultura em suas diferentes linguagens, à Educação ou ao Esporte & Lazer em suas diversas modalidades.

A política de segurança cidadã deve adotar, de um lado, estratégias focadas no combate às desigualdades, dos quais decorrem os fatores que potencializam os riscos de insegurança, e de outro no fortalecimento dos fatores de proteção, nos quais as ações repressivas tratam de assegurar a formação de um ambiente de tranquilidade social.

Busca-se um equilíbrio entre a noção clássica de segurança e a de cidadania, conjugando o equilíbrio entre deveres individuais e direitos sociais que envolvem a responsabilidade pública na gestão do Estado, iluminada pelo seu papel distributivo e de gestão em todos os níveis.

A garantia de um Ceará Pacífico pressupõe desse modo uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplas parcelas da população, em consonância com o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais.

A atual política de Segurança adota também um modelo de gerenciamento de conflitos que busca a humanização do aparelho repressivo e a integração entre as polícias; ações articuladas às políticas preventivas municipais, às diversas instâncias de participação social, ao fomento à qualidade de vida urbana, além do acesso a uma justiça eficiente, dinâmica e acolhedora.

Desse modo, ao compreender as múltiplas causalidades da violência e da criminalidade, sob a proposta de construção de uma sociedade justa e pacífica, enfatizamos, entre outros, aspectos da segurança pública, articulados à justiça, à cidadania e à política sobre drogas, enfatizando as políticas distributivas em todos os níveis de intervenção na realidade social.

Indicadores Estratégicos do Ceará Pacífico - 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI)	por 100 mil hab	42,80	50,10	50,20	45,10	38,00
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	%	36,13	37,51	38,94	85,10	50,60
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) (*)	por 100 mil/hab	567,39	585,68	-	684,65	743,17
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	%	42,50	47,90	48,30	56,27	55,57

Fonte: SSPDS/ Sejus

(*) Devido à migração do Sistema de Informações Policiais para plataforma Web e as alterações necessárias para essa implantação, há um impacto no registro dos dados, gerando inconsistências nas informações. Considerando o volume de registros de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), esses dados ficaram temporariamente instáveis no meses de abril a junho de 2014.

O Estado do Ceará registrou a redução de 15,2% no número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) - homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, no ano de 2016 em comparação com o ano anterior. Em 2015, o Estado já havia apresentado diminuição de 9,5%, quando aconteceram 420 casos a menos que em 2014. As vidas salvas nos dois últimos anos totalizam 1.032. A redução é mais que o dobro da meta de 6% estabelecida pelo Estado, no Programa Em defesa da Vida, além de alcançar o triplo da meta do Programa Nacional da Redução de Homicídios (PNRH) de -5%. Em números absolutos, foram registrados 3.407 casos em 2016, contra 4.019 em 2015, resultando assim em 612 vidas salvas em 2016.

Já nos crimes violentos contra o patrimônio, observa-se, conforme dados registrados, o crescimento desse indicador. Importante ressaltar neste caso, que a mudança de plataforma do Sistema de Informações Policiais (do antigo "SIP" para o "SIP3W"), a implantação e modernização de outras formas de registro das ocorrências (Boletim Eletrônico, Boletim de Ocorrências Móvel nas Unisegs), possibilitaram a mensuração de dados com maior consistência e confiabilidade. Apesar do aumento do índice, esta Secretaria tem

envidado esforços por meio de suas vinculadas para redução da sensação de insegurança no Estado, através da realização de blitzes nos bairros, abordagem e ações integradas e a implantação das Unidades Integradas de Segurança com o objetivo de se ter um policiamento atuando com um novo modelo de abordagem e uma maior proximidade com a população.

Conforme se verifica nos registros, houve uma diminuição na taxa de autuações por reincidência, o que poderá remeter à conclusão de que um menor número de infratores retornou ao crime em 2016 se comparado ao mesmo período de 2015. Ressalte-se, porém, que a SSPDS dispõe apenas dos autos de flagrante realizados por suas vinculadas, não incluindo aí as prisões/apreensões por mandados, ou seja, apresenta apenas as pessoas que são autuadas em flagrante pela polícia e levadas à delegacia. Esse indicador não informa os adolescentes que foram para casas de detenção, nem os presos que são levados aos presídios.

Considerando como juventude a faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, de acordo com o padrão brasileiro adotado pela Política Nacional da Juventude, pode-se concluir

que os jovens (faixa que abrange dos 18 aos 29 anos) compõem 56% de toda a população carcerária nacional. Isso permite constatar que os jovens ainda representam a parcela da população mais atingida pela criminalidade.

Analisando a faixa etária dos detentos no Estado do Ceará, é possível verificar que os jovens representam a maioria dos encarcerados. De acordo com levantamento do Núcleo de Dados Estatísticos da Secretaria da Justiça e Cidadania, os indivíduos com faixa etária entre 18 e 24 anos representaram 31,82% do total de detentos. Logo depois vêm aqueles com idade entre 25 e 29 anos, que representaram 23,75% do total. No ano de 2016, verificou-se uma pequena redução da participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarce-

rada, embora ainda se perceba um aumento desse percentual em relação aos anos anteriores. Diante desse cenário, ampliou-se o investimento em políticas direcionadas a esse público, notadamente no âmbito da educação básica e da iniciação no mercado de trabalho, como o Projovem Urbano Prisional e o Primeiro Passo, desenvolvido junto à STDS. Ademais, é crescente o número de jovens inscritos e aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Portanto, além de iniciativas como educação prisional, as políticas criminais direcionadas à juventude são de extrema importância na prevenção de delitos, na diminuição da violência e, por conseguinte, na redução das prisões.



**DESEMPENHO
DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL**



EIXO I – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

O Ceará da Gestão Democrática por Resultados contempla as políticas governamentais voltadas à busca do crescimento constante, do equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e da redução persistente das desigualdades. O propósito central deste eixo consiste em serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo as necessidades dos cidadãos, com transparên-

cia e equilíbrio fiscal.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em três temas estratégicos: **Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social**, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – GESTÃO FISCAL

O principal foco deste tema é garantir o equilíbrio fiscal do Estado do Ceará ao longo dos exercícios. Para tanto, é preciso atuar em um contexto que envolve uma série de variáveis que são influenciadas individualmente por fatores nem sempre tão previsíveis. Isto implica na necessidade de um monitoramento amíu- de do comportamento das finanças públicas requerendo decisões tempestivas sobre a alocação de recursos.

O Estado do Ceará tem tradição na condução de suas finanças, promovendo ajustes quando se fazem necessários. Prova disso é que, a despeito de crises e fatores exógenos, o Estado mantém suas despesas em dia, cumpre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e demais limites formais que regem as finanças públicas, possui capacidade de endividamento e capacidade de investimento. Neste último caso, paradoxalmente, se por um lado, o Estado do Ceará possui elevada capacidade e ritmo de investimentos realizados no passa-

do recente, representando algo benéfico para nossa população, existe a preocupação de garantir recursos nos exercícios seguintes para custear o funcionamento dos novos equipamentos.

O exercício de 2017 se apresenta como mais um cenário desafiador para as finanças estaduais, considerando-se ainda os efeitos dos fortes desequilíbrios fiscais identificados em outras unidades da Federação em 2016. Nesse contexto, o tema gestão fiscal ganha ainda mais importância considerando-se que uma vez se alcançando resultados satisfatórios, fica garantido o ambiente de equilíbrio fiscal que é salutar para a economia cearense e o desenvolvimento de nosso Estado.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o equilíbrio fiscal e orçamentário garantido. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ⁽¹⁾
Capacidade de investimento do Tesouro	R\$ milhão	1.857,10	1.191,73	622,19	629,36	547,5	1.263,80

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ^(*)
Crescimento nominal do ICMS	%	12,53	13,85	8,62	4,27	5,80	5,45
Resultado Primário/PIB Estadual	%	0,66	0,71	0,40	0,40	0,40	1,09

Fonte: Sefaz

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

Com relação à capacidade de investimento do Estado do Ceará, observa-se que foi mantida sua política de investimentos, associada à política de redução da carga tributária em determinados setores, o que permitiu uma manutenção de seu equilíbrio financeiro durante o ano de 2016, diferente dos outros entes federados que se encontram em situação alarmante no que diz respeito às suas finanças. Importante destacar, sem comprometer o equilíbrio fiscal, que o Governo atingiu meta de Resultado Primário em R\$ 1.468 milhões (até agosto de 2016), conforme legislação pertinente.

Houve uma manutenção na captação de recursos, através da realização de contratos e parcerias, no ano de 2016. Somente com operações de crédito efetivamente contratadas, foi realizado R\$ 1.221.187 mil, consolidando a imagem e credibilizando o Estado frente a organismos nacionais e internacionais.

Com relação ao crescimento nominal do ICMS, destaca-se preliminarmente que este imposto apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 91,35% da Receita de Arrecadação Própria. O IPVA contribuiu com 6,37%, o ITCD com 1,31% e as taxas e outras receitas tributárias com 0,97%. A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2016, atingiu o montante de R\$ 11,381 bilhões em termos nominais, representando um crescimento nominal de 6,37%, comparado ao exercício de 2015.

No que se refere ao ICMS por segmento econômico, merece destaque o desempenho dos macrosssegmentos de Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, com representatividade de 43,86% da arrecadação total do ICMS, que proporcionaram, no exercício de 2016, receita de R\$ 4,560 bilhões, resultando em um incremento de 8,53%, em termos nominais, comparado com o ano de 2015, quando o total foi de R\$ 4,201 bilhões. Em termos reais apresentou queda de -0,12%.

Constata-se, ainda, que o segmento industrial obteve um crescimento nominal de 9,72%, totalizando um montante arrecadado em 2016 de R\$ 2,157 bilhões, comparado ao exercício de 2015, quando o total arrecadado pelas indústrias cearenses foi de R\$ 1,966 bilhão. Saliente-se que a arrecadação do referido segmento representou uma participação de 20,75% do total de ICMS arrecadado pelo Estado.

Observando-se o desempenho dos comércios atacadista e varejista, os números comprovam que o volume de vendas do comércio cearense não apresentou trajetória de crescimento durante o exercício, fato que repercutiu em uma taxa negativa de -1,61% em 2016, em termos nominais comparando com o ano de 2015. O decréscimo anual proporcionou redução nominal da receita no valor de R\$ 54,22 milhões. Destaca-se ainda que a variação negativa do comércio, em termos reais, atingiu -9,53% (IPCA-IBGE).

Receita de ICMS por Segmento Econômico
Valores Nominais

Segmento	2015	2016	Variações		Particip/ Total 2016 (%)
			R\$	%	
Combustível	2.175.577.354,71	2.398.037.349,02	222.459.994,31	10,23%	23,07%
Industrial	1.966.009.232,81	2.157.100.539,85	191.091.307,04	9,72%	20,75%
Comerciante Ataca- dista	1.918.158.137,72	1.902.369.769,70	(15.788.368,02)	-0,82%	18,30%
Comerciante Vare- jista	1.439.750.188,57	1.401.313.965,13	(38.436.223,44)	-2,67%	13,48%
Energia Elétrica	1.264.991.212,65	1.381.190.181,51	116.198.968,86	9,19%	13,29%
Serviços de Comuni- cação	760.547.548,91	780.345.773,37	19.798.224,46	2,60%	7,51%
Outros	334.079.467,96	76.131.142,05	42.051.674,09	12,59%	3,62%
TOTAL	9.859.113.143,33	10.396.488.720,63	537.375.577,30	5,45%	100%

Fonte: Sefaz/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC

Nota1: Nestes montantes estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP

Nota2: Os valores da arrecadação de novembro e dezembro de 2016 são estimados, sujeitos a alterações

PROGRAMAS TEMÁTICOS
DA GESTÃO FISCAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Educação Fiscal e Cidadania; Gestão Fiscal e Financeira; e Modernização da Gestão Fiscal. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 51,11 milhões.

PROGRAMA 002 – EDUCAÇÃO FISCAL
E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal desenvolver ações para esclarecer os cidadãos sobre a função social dos tributos, a gestão

fiscal do Estado e de sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos, por meio do exercício da cidadania, buscando, assim, a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, tendo como público-alvo professores, alunos de todos níveis de ensino, servidores públicos, sindicatos, comunidades, ONGs.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de palestras de sensibilização sobre os temas desenvolvidos pela educação fiscal: Educação Fiscal no Contexto Social; Relação Estado-Sociedade; Função Social dos Tributos e Gestão Democrática dos Recursos Públicos; além do desenvolvimento de projetos pedagógicos e estruturação dos NAF – Núcleos de Apoio Fiscal, ligados aos

curso de Ciências Contábeis, para apoiar a comunidade no tocante a serviços e obrigações acessórias junto aos fiscos locais;

- Capacitações presenciais e à distância, objetivando a formação de disseminadores dos temas de Educação Fiscal na sociedade para a consolidação da cidadania fiscal: Curso Disseminadores de Educação Fiscal – DEF, na modalidade a distância; Curso presencial de Finanças Públicas e Educação Fiscal para jornalistas; Curso de Cidadania Fiscal para alunos de ensino técnico; Curso de educação fiscal e cidadania para professores; Curso Educação Fiscal para agentes do fisco com a participação de 21 servidores fazendários; Curso Introdutório de Educação Fiscal com participação de 48 terceirizados; Curso para 176 servidores públicos estaduais, dos órgãos da administração direta e indireta, sobre Taxas, Tarifas e Preços Públicos, módulo de educação fiscal; Curso de Introdução à Tributação Ambiental, para servidores públicos;

- Execução do Projeto Educação Fiscal Itinerante nas unidades internas da SEFAZ;

- Implantação do Projeto Piloto, da criação do game “Cidadão Infiltrado”, utilizando a ferramenta Edmodo, tratando a educação fiscal em linguagem lúdica e interativa;

- Apoio à realização do III Concurso Regional de Redação do Programa de Educação Fiscal, da 3ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - Crede de Acaraú, com o envolvimento de 22 escolas estaduais dos municípios pertencentes a essa Crede.

PROGRAMA 053 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa tem como objetivo principal garantir a eficiência e eficácia do sistema de fiscalização, arrecadação, tributação e de gestão fiscal do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os contribuintes.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Aparelhamento e manutenção dos postos fiscais e células de execução tributárias.	Unidade Fazendária estruturada	unidade	4	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dado parcial sujeito a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Alteração das alíquotas do ICMS, conforme a Lei nº 15.892, de 27/11/2015, da seguinte forma: 28% para rodas esportivas de automóveis, partes e peças de ultraleves e asas-delta, e para os seguintes produtos, suas partes e peças: drones, embarcações e Jet Skis; 17% para as demais mercadorias ou

bens; nas prestações internas: 28% para serviços de comunicação. Também nas operações internas foram adicionados os produtos listados a seguir, os pontos percentuais à alíquota estabelecida, a saber: 2% para gasolina e 3% para as bebidas alcoólicas; 3% para armas e munições, fogos de artifício, fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria, aviões ultraleves e asas-delta;

- Ampliação da base de produtos tributados com a incidência do FECOP, regulamentada Lei Complementar nº 152, de 27 de julho de 2015 (DOE 30/07/2015) e o Decreto nº 31.894, de 29/02/2016 gerando acréscimo na arrecadação estadual de R\$ 26,50 milhões;
- Atualização dos valores de referência (pauta fiscal) relativos à venda a consumidor final de cervejas, refrigerantes, energéticos, isotônicos, gelo, águas minerais e águas adicionadas de sais, para efeito de cobrança do ICMS por Substituição Tributária;
- Implantação das novas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), conforme estabelece a Lei nº 15.812, de 20 de julho de 2015 (DOE 23/07/2015);
- Implantação do Selo Fiscal de Controle da Água que será afixado em vasilhames de 20 litros, condicionadores de água mineral e água adicionada de sais. Esta implantação gerou uma receita de ICMS no valor de R\$ 17 milhões;
- Implantação das novas regras sobre as Taxas de Fiscalização e Prestação de Serviço Público, conforme estabelece a Lei nº 15.838, de 27 de julho de 2015 (DOE 30/07/2015), que proporcionaram uma arrecadação de taxas, relativas aos órgãos da Administração Direta, de R\$ 18,53 milhões, gerando o incremento de receita para o Tesouro Estadual de R\$ 10,72 milhões;
- Criação do Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará - FEEF, conforme as normas legais do Convênio ICMS nº 42, de 03/05/2016, Lei Estadual nº 16.097, de 17/07/2016 e Decreto nº 32.013 de 16/08/ 2016. O referido Fundo é constituído pelo encargo correspondente a 10% do incentivo ou benefício concedido às empresas contribuintes do ICMS. Especificamente em outubro de 2016 o FEEF arrecadou para o Tesouro Estadual o valor de R\$ 6,42 milhões;
- Implantação do Monitoramento Virtual das obrigações principais e acessórias para as empresas dos regimes de recolhimento Normal, Simples Empresa de Pequeno porte (EPP) e Microempresa (ME), não monitoradas diretamente pelos agentes fiscais, gerando arrecadação de R\$ 19,60 milhões;
- Fiscalização do Trânsito de Mercadorias com a lavratura de 15.135 autos de Infrações no período de janeiro a outubro de 2016, totalizando R\$ 34,82 milhões;
- Fiscalização de Empresas, que resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de auto de infração, totalizando o montante de R\$ 1,52 bilhão;
- Consolidação do Aplicativo SISCOEX, desenvolvido para o controle das operações relativas à importação, facilitando a operacionalização do cálculo do ICMS, a emissão da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira - GLME, a emissão do Documento de Arrecadação Estadual - DAE/Guia Nacional de Recolhimento Estadual - GNRE;
- Realização de 92 ações de monitoramento fiscal no âmbito do comércio exterior, com notificação de R\$ 12.367.099,68. O montante constituído do crédito tributário devido de janeiro a novembro/2016 foi de R\$ 2.354.756,15, tendo sido recolhido aos Co-fres Estaduais até esta data o montante de R\$ 40.791,89;

- Cadastramento, monitoramento e fiscalização dos contribuintes sediados em outras unidades federativas que remetem mercadorias e prestam serviços de transporte destinados a consumidores finais, totalizando 561 contribuintes, importando em recolhimento da ordem de R\$ 51,3 milhões;

- Realização de ações de monitoramento fiscal e ações fiscais restritas no período de janeiro a meados de novembro de 2016, sendo recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 19,4 milhões de forma espontânea por meio de notificações;

- Adequações do Sistema SITRAM: Cálculo do ICMS ST na entrada do contribuinte inscrito e verificação de Estado signatário em relação ao produto previsto em Convênio/Protocolo – foram recolhidos os valores na ordem de R\$ 2,4 milhões; Cobrança de diferença de ICMS ST por erro na aplicação de redução de base cálculo nos produtos de perfumaria e cosméticos – valores pagos no montante de R\$ 5 milhões; Cobrança de diferença de ICMS ST por erro na aplicação de redução de base cálculo nos veículos automotores – valores pagos no montante de R\$ 3,8 milhões com expectativa de arrecadar ainda para este ano um total de R\$ 10,5 milhões;

- Análise de 994 processos de ressarcimento/restituição/outros. Destacam-se as diferenças entre os valores solicitados (R\$ 62.597.936,70) e deferidos (R\$ 30.850.517,03). Essa diferença se deve ao correto enquadramento da legislação vigente frente ao requerido pelo contribuinte. Além disso, conseguiu-se recuperar espontaneamente o valor aproximado de R\$ 19,49 milhões;

- Instituição do Programa de Incentivo à Conciliação de Débitos Fiscais pela Lei nº 15.826 de 27 de julho 2015, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2014, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 30/10/2015 e resultou na arrecadação de R\$ 27,98 milhões alcançada de janeiro a outubro/2016;

- Realização de 21 ações fiscais de janeiro a novembro, tendo os seguintes resultados: ações fiscais de auditoria fiscal com a lavratura de 56 autos de infração e lançamento de R\$ 23 milhões (ICMS e Multa); encaminhamento de 342 representações fiscais, originadas de 467 autos de infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará.

PROGRAMA 060 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado do Ceará, com ampliação das receitas próprias, contenção e melhoria da qualidade dos gastos públicos e aperfeiçoamento da governança na gestão e da transparência, por meio da integração dos fiscos, e da modernização da gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras, tendo como público-alvo os contribuintes.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Atendimento de excelência ao cidadão buscando o aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.	Unidade Fiscal modernizada	unidade	3	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Contratação de empresa para desenvolver e implantar solução tecnológica integrada para a CIOF (Célula de Informações e Operações Fiscais) e subsistemas de apoio, com fornecimento de componentes tecnológicos – abrangendo hardware, software – e serviços de especificação, desenvolvimento, teste, implantação, homologação, documentação, treinamento, manutenção, suporte e garantia;

- Aquisição de microcomputadores;

- Aquisição de veículos e caminhão truck;

- Capacitação de servidores fazendários;

- Aquisição de Exadata Storage;

- Aquisição de licença de uso de software Sybase IQ;

- Aquisição de switch core;

- Aquisição de certificados digitais;

- Continuidade da implantação do Módulo Fiscal Eletrônico;

- Continuidade na execução de serviços de consultoria para implantação da gestão por processos na SEFAZ;

- Execução dos serviços de auditoria independente no âmbito do PROFISCO, referente ao exercício de 2015.

TEMA – PLANEJAMENTO E GESTÃO

Uma das vertentes do eixo “Ceará da Gestão Democrática por Resultados”, que tem por finalidade garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades, é a organização das ações governamentais de forma planejada para uma execução eficaz e eficiente, contribuindo com a integração e a efetividade das políticas públicas.

O ponto de partida para a consecução desta finalidade está assentado na necessidade do (I) planejamento estratégico e na (II) contratualização dos resultados. O primeiro deve ser democrático, inclusivo e participativo; o segundo, claro, objetivo, preciso, mensurável e transparente.

Assim, para o bom funcionamento das instituições é necessário promover um aperfei-

çoamento institucional, a intersectorialidade e o desenvolvimento regional sustentável, o que estimula a prosperidade e a inovação em todo o sistema social. E para isto é importante promover a passagem das iniciativas setoriais para um arranjo multissetorial e transversal garantindo maior efetividade por parte dos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritória de recursos.

Finalmente, um planejamento regionalizado e descentralizado, aliado à concepção de uma gestão pública moderna, focada no alcance de

resultados, cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades e fortalecimento das vocações regionais, aumento da eficiência sistêmica e, portanto, rompendo o ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a gestão pública eficiente, efetiva, descentralizada e regionalizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Percentual da despesa executada em relação a despesa autorizada	%	93,76	95,41	98,88	95,33	95,37	96,22
Percentual da despesa finalística empenhada em relação à despesa total	%	32,85	33,26	37,5	31,62	33,71	30,97
Percentual das operações de crédito aplicado em relação à previsão de desembolso anual.	%	30,00	40,00	89,00	75,00	45,00	55,00
Percentual do valor de ordem de compras emitidas em relação ao valor total da ata de registro de preço do Estado	%	-	-	21,00	33,20	22,50	40,25

Fonte: Seplag

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

O indicador “Percentual da Despesa executada em relação a despesa autorizada” representa a relação da despesa empenhada pelo Governo do Ceará em comparação à despesa prevista, considerando as fontes do Tesouro Estadual.

A análise demonstra o bom planejamento e a efetiva execução das despesas do Tesouro, posto que desde 2012 o Estado consegue aplicar acima de 90% do orçamento autorizado para o exercício financeiro, chegando a

96,22% em 2016. O índice de 2016 é superior ao realizado em 2015 e também ultrapassa a expectativa programada para o período, que era 95,37%.

Na análise por Grupo de Despesa percebe-se que Despesas de Pessoal, Outras Despesas Correntes e Pagamento da Dívida (Amortização e Juros) representam execução acima de 95%. O único grupo que apresenta desempenho inferior a 80% é o de Investimentos, visto que os projetos relacionados à realização de

obras e/ou aquisição de equipamentos têm maior probabilidade de sofrer externalidades, tais como atrasos na entrega, problemas de licença, licitação, dentre outros.

Os recursos do tesouro apresentam menor grau de incerteza, no que diz respeito à arrecadação e execução, principalmente quando comparados com outras fontes de recursos, como convênios e operações de crédito. Ainda assim, adversidades que impedem a execução como problemas contratuais, de licenças podem atrapalhar o desempenho dos projetos e/ou atividades. O alto índice (96,22%) demonstra preocupação do Estado em não tornar o orçamento uma peça fictícia, evitando inflar o orçamento, e sim planejando e autorizando despesas factíveis e com responsabilidade fiscal.

O indicador “Percentual da despesa finalística empenhada em relação à despesa total” apresentou um percentual de 30,97%, apenas 2% inferior ao valor de 2015. Nos programas finalísticos, destacam-se a execução do programa de Segurança Pública Integrada, com mais de R\$ 67 milhões aplicados em relação ao ano de 2015, o programa Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica, com aplicação de R\$ 482,1 milhões em 2016, e o programa Oferta Hídrica para Múltiplos Usos com aplicação de R\$ 362,2 milhões.

Considerando o indicador “Percentual das operações de crédito aplicado em relação à previsão de desembolso anual”, destaca-se que para 2016, foi prevista uma meta conservadora, devido ao contexto de escassez de recursos próprios e, conseqüentemente, dificuldade no pagamento de contrapartidas correspondentes à previsão de desembolso, o que se confirmou durante a execução do exercício.

Com o indicador “Percentual do valor de ordem de compras emitidas em relação ao valor total da ata de registro de preço do Estado”, busca-se avaliar o cumprimento de duas importantes diretrizes de Governo na área de compras: aquisições baseadas em demanda corporativa da Administração Pública Estadual, com base no planejamento anual por todos os órgãos e entidades; e prioridade para o registro de preços como sistemática de aquisição de bens, materiais e serviços.

Nesse sentido, aferir o percentual do valor das ordens de compras em relação ao total registrado em ata é importante, pois passa-se a conhecer a qualidade da gestão dos compradores, notadamente quanto a atividade de planejamento.

Porém, faz-se necessário registrar as razões que podem dificultar a obtenção de bons índices na utilização das atas de registro de preços. A primeira é a própria legislação, que não obriga os órgãos e entidades contratarem as quantidades estimadas; a segunda, refere-se às medidas de contenção dos gastos para o cumprimento das diretrizes de ajuste fiscal do Governo do Estado, repercutindo na redução das aquisições/contratações por registro de preços.

De qualquer forma, no caso presente, a meta de 2016, de 22,50%, foi superada, com folga, uma vez que foi alcançado 40,25% de utilização das atas sob a responsabilidade da Seplag, considerando os registros de preços vencidos no ano de referência.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Governança do Pacto por um Ceará Pacífico; Fortalecimento Institucional dos Municípios; Fortalecimento das Relações Institucionais do Poder Executivo; Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento; Modernização da Gestão Pública Estadual; Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas; e Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 224,90 milhões.

PROGRAMA 015 – GOVERNANÇA DO PACTO POR UM CEARÁ PACÍFICO

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a integração das ações dos órgãos de todos poderes e órgãos autônomos, visando a melhoria da eficiência e eficácia das ações de políticas de prevenção à violência, tendo como público-alvo os atores governamentais e a sociedade civil organizada.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de duas unidades de seguran-

ça em territórios com população em situação de vulnerabilidade;

- Implantação do Núcleo de Ação pela Paz (NAPAZ);
- Ingresso do Pacto por um Ceará Pacífico nos territórios do município de Fortaleza e em Sobral;
- Realização de seminários de identificação das prioridades territoriais;
- Fortalecimento de parcerias entre as secretarias do Estado e as Prefeituras, especialmente do município de Fortaleza e de Sobral.

PROGRAMA 021 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS

O Programa tem como objetivo principal elevar a capacidade institucional dos municípios do Estado do Ceará, tendo como público-alvo os municípios cearenses. Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Formação e capacitação em gestão pública	Pessoa capacitada	unidade	350	230
Formação e capacitação em gestão pública nos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.	Pessoa capacitada	unidade	40	40
Apoio à execução de equipamentos e espaços públicos nos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.	Projeto elaborado	unidade	12	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 230 servidores em 85 municípios do Estado do Ceará nos temas Transferência de Recursos por meio de Convênios e Congêneres e Elaboração de Plano Diretor;

- Capacitação de 40 servidores de 17 municípios (Aracati, Cariré, Coreaú, Forquilha, Icapuí, Irauçuba, Jaguaratama, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Massapê, Morada Nova, Quixeré, Russas, Santana do Acaraú, Sobral e Tabuleiro do Norte) nas regiões do Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe, no tema Gestão Ambiental Municipal, com carga horária de 40h, realizada em Fortaleza, tendo por objetivo dotar os técnicos das prefeituras de instrumentos que permitam cumprir os requisitos ambientais previstos pelo Programa de Desenvolvimento Urbano Regional, notadamente: nos contratos com as empresas construtoras nos estudos ambientais e de controle ambiental na legislação e nas normas nacionais, estaduais e municipais nas Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO) e nos regulamentos dos agentes financeiros.

- Entrega do Plano de Negócios do Geopark Araripe.

PROGRAMA 038 - FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO

O Programa tem como objetivo principal fortalecer as relações institucionais do Governo

do Estado estabelecendo, de forma harmônica, o diálogo com a Assembleia Legislativa, Órgãos da União, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Municípios, outros estados da Federação, Distrito Federal, outros Poderes e Instituições, contribuindo para a implementação de políticas públicas mais efetivas de interesse da sociedade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa, parlamentares estaduais, da Câmara e Senado Federais, Prefeituras Municipais, outros órgãos e instituições da União e outros Poderes.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Acompanhamento das Mensagens e Autógrafos de Lei de interesse do Poder Executivo em tramitação na Assembleia Legislativa, resultando na aprovação de 133 Mensagens sendo 122 Projetos de Lei, nove Projetos de Lei Complementar e duas Emendas Constitucionais.

PROGRAMA 065 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

O Programa tem como objetivo principal promover o aperfeiçoamento da Gestão Pública do Estado do Ceará orientada para o alcance de resultados, tendo como público-alvo os órgãos e entidades públicos, instituições privadas e a sociedade civil organizada. Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Gestão do Planejamento Estadual orientado para resultados.	Instrumento de Planejamento e Gestão Elaborado	unidade	5	6

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Reformulação do Modelo de Gestão para Resultados do Governo do Estado (GpR), com a proposição de sete acordos de resultados a serem firmados entre Governador e Secretários de Estado das áreas de Educação, Saúde, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Segurança Pública e Defesa Social;

- Elaboração de Metodologia de Planejamento e Avaliação de Investimento Público para promover avaliações ex-ante e ex-post dos projetos estratégicos, visando garantir maior eficiência nos gastos e nos resultados alcançados pelos projetos implementados;

- Implementação da Metodologia de Monitoramento do Plano Plurianual, contemplando o desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima);

- Elaboração da Mensagem de Governo 2016 à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (aprovado conforme Lei n.º 16.084, de 27/07/2016), do Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017;

- Acompanhamento da execução de projetos na modalidade Parceria Público-Privada, totalizando um desembolso referente às PPP Castelão e Vapt Vupt de, aproximadamente, R\$ 32,99 milhões;

- Celebração de 25 contratos de gestão, totalizando o montante de R\$ 774,9 milhões, e ainda 21 aditivos a contratos, totalizando o valor de R\$ 36,01 milhões;

- Contratação de três operações de crédito no montante de R\$ 1.221,19 milhões,

referentes ao Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - PROMOTEC II/MLW, ao Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV-B/BID e ao Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1ª Fase/BID;

- Realização de estudos, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, para elaboração e implantação de um Plano Estadual de Combate à Pobreza;

- Seleção e aprovação de 268 projetos estratégicos de combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais, por parte do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, apresentados por 14 setoriais, representando um investimento da ordem de R\$ 596,79 milhões;

- Elaboração e publicação de diversos estudos, pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece, disponibilizando informações socioeconômicas e geográficas para subsidiar a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e contribuir na formulação de estratégias de desenvolvimento, sendo destinadas ao público em geral, destacando-se as publicações: “Panorama Socioeconômico das regiões de Planejamento do Estado do Ceará-2016”, “Indicadores Econômicos do Estado do Ceará” e Cálculo do Rateio do ICMS”.

PROGRAMA 069 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

O Programa tem como objetivo principal promover a eficiência na utilização dos recursos públicos e a otimização de processos

governamentais, tendo como público-alvo os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário do Poder Executivo do Estado do Ceará.	Sistema de Gestão Corporativa Modernizado	unidade	2	2
Gestão da política de Compras Governamentais do Estado do Ceará.	Sistema de Gestão Corporativa Modernizado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação do Sistema de Gestão de Bens Móveis - SGBM e do Sistema de Gestão de Bens Imóveis - SGBI;

- Implantação do Sistema Licitaweb, por meio do qual os órgãos e entidades, inclusive unidades escolares, gerenciam as suas licitações e contratações diretas, permitindo a divulgação na internet de todas as informações do processo de aquisição;

- Implantação de consulta no site www.portalcompras.ce.gov.br aos preços dos itens adjudicados nas aquisições dos órgãos e entidades do Governo do Estado, permitindo a sua utilização para referenciar novas compras, sendo adjudicados cerca de 125 mil itens;

- Organização e condução de cinco Oficinas de Planejamento Estratégico em órgãos e entidades públicas estaduais;

- Realização de redesenho de processos corporativos de Gestão da Terceirização e de Perícia Médica, na Secretaria do Planejamento e Gestão - Seplag.

PROGRAMA 070 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

O Programa tem como objetivo principal alcançar o perfil desejado do servidor público para o atendimento ao cidadão, de forma motivada e eficiente, em um modelo de gestão baseado em resultados, tendo como público-alvo os servidores públicos estaduais e seus dependentes, servidores públicos de outros entes e colaboradores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da prestação de assistência a portadores de necessidades especiais.	Pessoa Assistida	unidade	2.664	1.951

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais e complementar de saúde aos Servidores Públicos Estaduais e Beneficiários.	Pessoa Assistida	unidade	581.074	391.385

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação e aperfeiçoamento em gestão pública de 11.920 servidores em cursos, oficinas, palestras e seminários;

- Apoio à capacitação de 2.200 servidores de Órgãos e Entidades do Serviço Público Estadual, por meio de cessão de salas, laboratórios de informática e auditório;

- Realização da Semana Estadual do Servidor Público 2016 contando com Jogos de Integração dos Servidores, eventos de Lazer e Saúde, Campanha de Doação de Sangue, palestras sobre os temas “Liderança Empreendedora no Serviço Público” e “Planejamento Municipal – A Experiência de Fortaleza”, culminando com a solenidade de outorga da Medalha do Mérito Funcional e do Prêmio do Mérito Funcional;

- Prestação de serviços de assistência à saúde, pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará - Issec, a 391.385 beneficiários, em várias especialidades médicas, totalizando 1.086.311 procedimentos realizados;

- Realização de 22.652 atendimentos médico periciais para concessão de diferentes direitos administrativos, como admissão, alta definitiva, aposentadoria, licenças, desligamento, promoção, readaptação de função, reversão, reforma e suspensão de licença;

- Realização de 799 atendimentos médico periciais de forma descentralizada para o interior do Estado, por meio da Perícia Itinerante, em três municípios polo (Quixadá, Sobral e Juazeiro do Norte), com envio de equipe formada por médico, psicólogo, assistente social e agente administrativo, beneficiando servidores e seus dependentes;

- Realização de 33.726 atendimentos voltados à qualidade de vida do servidor aposentado e pensionista do serviço público estadual;

- Edição da Lei Complementar estadual nº 159, de 14/01/2016 – DOE de 18/01/2016, disciplinando, dentre outras medidas: (i) a adequação da concessão da pensão por morte às mudanças introduzidas na Legislação Federal (Lei nº 13.135/2015), em atenção ao equilíbrio financeiro e atuarial do SUPSEC; e (ii) o afastamento do servidor ou militar de suas atividades no primeiro dia seguinte à abertura do processo de inativação, eliminando a necessidade de continuar trabalhando até 90 (noventa) dias após o pedido de inativação;

- Instalação do Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS, criado por força do Decreto nº 31.873, de 30/12/2015 – DOE de 30/12/2015, para o exercício de funções de caráter consultivo e auxiliar no processo decisório relativo à elaboração e execução da Política de Investimentos do regime previdenciário estadual,

conforme determinado na legislação nacional vigente;

- Realização de capacitação na área de previdência social para os servidores estaduais e a sociedade, por meio de cursos como “A Previdência Social do Servidor Público Estadual”, em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGP, e “Aposentadoria e Pensão no Âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público”, com a contribuição do Instituto Plácido Castelo – IPC do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE;

- Análise de 12.231 processos de concessão de aposentadoria, reserva remunerada e reforma de militares, bem como de pensão post mortem de segurados do Sistema, incluindo análises de abono de permanência; de 1.412 processos de emissão de certidões e declarações de natureza previdenciária, além de pronunciamentos relativos à averbação e desaverbação de tempo de contribuição; e de 827 processos referentes à compensação previdenciária a receber e a pagar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

- Realização de 3.598 atendimentos presenciais a beneficiários e outros interessados da Previdência Estadual;

- Início da execução do projeto de assistência técnica de Auditoria da Folha de Pagamento, no âmbito do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Ceará – Programa para Resultados (PforR);

- Gestão do Programa de Estágio do Governo do Estado, resultando na inserção de

1.859 estagiários, entre o nível médio e superior nos órgãos estaduais;

- Coordenação da realização de 11 Concursos Públicos (em andamento e autorizados) e de 04 Seleções Simplificadas;

- Monitoramento e acompanhamento de 63.001 novos contratos consignados de servidores públicos ativos e inativos e militares estaduais e pensionistas implantados no sistema;

- Realização de análise e emissão de pareceres técnicos de 2.768 processos, resultando em 1.680 nomeações/designações de servidores em cargos em comissão e 1.088 exonerações/cessar efeitos de servidores em cargos em comissão;

- Encaminhamento para publicação de 360 processos de estabilidade, correspondendo à efetivação da estabilidade de 675 servidores;

- Encaminhamento para publicação de 428 processos relativos à ascensão funcional, resultando na efetivação da ascensão funcional de 9.768 servidores.

PROGRAMA 081 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para agilidade e qualidade na formulação e execução das políticas públicas, programas, projetos e atividades que venham ao encontro das aspirações do cearense, tendo como público-alvo as instituições governamentais e a sociedade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus

produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Realização de campanhas, informativos e divulgação em mídias diversas.	Ação Publicitária realizada	unidade	28	31
Organização, promoção e mobilidade de eventos e viagens governamentais.	Evento realizado	unidade	420	585
Apoio a instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.	Instituição apoiada	unidade	100	72

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 585 eventos diversos, com destaque para: 49 eventos de inauguração; 20 ordens de serviço; 49 solenidades de secretarias e órgãos governamentais; (MAPP'S); 36 campanhas da área da saúde; apoio a 323 eventos culturais e participativos; 92 eventos de promoções de Policiais e Bombeiros Militares e 16 reuniões governamentais;

- Emissão e divulgação de 246 edições do

Diário Oficial do Estado, publicadas com aproximadamente 114.479 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares;

- Implantação de uma política de comunicação e de publicidade das ações de todos os órgãos e entidades do Governo do Estado, com o desenvolvimento e implementação de 33 campanhas / ações publicitárias.

TEMA – TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Uma das principais finalidades do Governo é garantir crescimento constante, equilíbrio financeiro fiscal e orçamentário e redução das persistentes desigualdades. Para tanto, cabe ao Governo se organizar e mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do melhor modelo que alcance os objetivos es-

tratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável.

Estado e Sociedade não devem ser considerados fins em si mesmos, porém organizações sociais postas em prol do desenvolvimento humano, do aumento da liberdade com igual-

dade e da justiça social. Para tanto é preciso fortalecer a participação cidadã, controle interno e o controle social do desenvolvimento como método de gestão, ampliando o relacionamento governo-sociedade com base no critério de interesse público e por meio de canais efetivos de participação, representação, negociação e articulação político-institucionais.

Atuando nesse sentido, a regulação de serviços públicos no Estado se destaca por sua função social e econômica, admitindo uma posição de equilíbrio do mercado e de medição dos diversos interesses envolvidos que englobam, além do próprio governo, as empresas reguladas e os usuários dos serviços delegados.

O fortalecimento dos aspectos acima men-

cionados também passa pela democratização dos processos de gestão pública, visando aproximar o Governo dos cidadãos, a partir de pactos de funcionamento e de participação na esfera pública, por meio de mecanismos de participação cidadã e controle social, tais como: ouvidorias, conferências, seminários, mesas de diálogo e negociação, fóruns, audiências, consultas públicas, orçamento participativo, conselhos de políticas públicas, organizações da sociedade civil, leis de iniciativa popular, novas formas e linguagens de participação, fórum de interconselhos.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a transparência, controle e participação social promovidos de forma ampla e efetiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.
Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência	%	-	-	76,67	75,82	77,00	79,69(1)
Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades	%	-	-	-	-	7,00	-(2)
Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE	%	-	-	96,19	95,17	92,00	-(2)
Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social	%	-	-	2,95	4,11	4,04	3,44(1)

Fonte: CGE

(1) Valores até outubro/2016.

(2) Os resultados dos indicadores serão apurados após o encerramento do exercício.

O indicador “Índice de Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria e Transparência”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria e de transparência disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da

Transparência), apresentou o resultado de 79,69%, relativamente ao período de janeiro a outubro de 2016, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores. O índice de satisfação foi impactado positivamente, especialmente pelo

aumento de satisfação com a Ferramenta de Ouvidoria, que cresceu de 80% para 86% em janeiro.

O indicador “Percentual de Implementação das Ações Propostas para Sanar Fragilidades” representa o nível de implementação das ações propostas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual no denominado Plano de Ações para Sanar Fragilidades (PASF), em decorrência das atividades de controle da CGE (auditorias, controle interno preventivo, orientações técnicas, ouvidoria), com a finalidade de sanar fragilidades identificadas pelo Órgão Central de Controle Interno. Em função da não conclusão do ciclo requerido para implementação do PASF (cadastramento de recomendações e de ações propostas, validação, implementação e acompanhamento e monitoramento) durante o exercício de 2016, o resultado desse indicador será aferido em 2017.

O indicador “Percentual de Regularidade das contas de gestão julgadas pelo TCE” representa o nível de regularidade da gestão estadual com base no julgamento do Controle Externo em relação às contas dos gestores estaduais, estando o mesmo relacionado à atuação da CGE, a qual busca zelar pela adequada aplicação dos recursos públicos. O resultado desse indicador será aferido após o encerramento do exercício de 2016.

O indicador “Percentual de Utilização das Ferramentas de Transparência e de Participação Social”, que representa o nível de utilização, pelo cidadão, das ferramentas de transparência e de participação social disponibilizadas pela CGE (Sistema de Ouvidoria e Portal da Transparência), apresentou o re-

sultado de 3,44%, relativamente ao período de janeiro a outubro de 2016, indicando uma tendência de aumento da satisfação em relação aos exercícios anteriores, considerando que se projeta um resultado de 4,13% no encerramento do exercício.

PROGRAMAS TEMÁTICOS: TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Regulação dos Serviços Públicos Delegados; Auditoria Governamental; Controladoria Governamental; e Participação e Controle Social. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 8,14 milhões.

PROGRAMA 026 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa tem como objetivo principal promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários, tendo como público-alvo o poder concedente (União, Estado do Ceará e Municípios), concessionárias e delegatárias, usuários dos serviços públicos delegados e sociedade.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Assistência técnica e estudos regulatórios do serviço de saneamento básico.	Estudo elaborado	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de um estudo sobre os modelos de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos como desdobramento da Lei Estadual de Resíduos Sólidos, em cumprimento à Política Estadual de Saneamento Básico.

- Retomada das fiscalizações no setor de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, tendo sido concluídas as fiscalizações sobre a venda casada de seguros pelas operadoras e, ainda, a concessão de gratuidades de idosos e outros beneficiários.

- Realização de 36 fiscalizações de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Juazeiro do Norte, Baturité, Aratuba, Groaíras, Aquiraz, Apuiarés, Chorozinho, Palmácia, Penaforte, Porteiras, Eusébio, Barreira, Acarape, Várzea Alegre, Tianguá, Tejuçuoca, Paramoti, Tarrafas, Catarina, Frecheirinha, Mucambo, Moraújo, Coreaú, Ipaumirim, Aracati, Fortim, Itaiçaba, Catunda, Monsenhor Tabosa, Itapiúna, Mulungu, Guarimiranga, Tamboril, Independência, Ubajara e Ibiapina.

- Realização de 29 fiscalizações no serviço de geração de energia elétrica, uma fiscalização de indicadores de teleatendimento no serviço de distribuição de energia elétrica (Região Estado do Ceará) e duas fiscalizações do serviço de distribuição de gás canalizado.

- Atendimento de 402 usuários no seu serviço de Ouvidoria, tratando de reclamações, consultas, denúncias, sugestões/críticas/elogios e pedidos de informações relacionados aos serviços públicos regulados em todas as regiões do Estado.

- Adoção de nova metodologia da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) referente à delegação de atividades às agências reguladoras estaduais no setor de energia elétrica, pela qual os sistemas de informações das concessionárias passaram a ser o objeto principal de atuação, ficando a atividade regulatória concentrada no monitoramento de dados e análise de procedimentos específicos dos serviços.

- Revisão dos critérios aplicáveis à tarifação dos serviços de abastecimento de água para se adequar ao cenário de contingenciamento em situações críticas de escassez ou de contaminação de recursos hídricos.

- Acompanhamento sobre o atendimento de pedidos de novas ligações e de aumento de carga de consumidores de energia elétrica, visando a regularização dos prazos de atendimento pela concessionária.

PROGRAMA 047 – AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal assegurar a adequada aplicação dos recursos

públicos e a oferta de serviços públicos com qualidade, tendo como público-alvo órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Aperfeiçoamento de métodos em auditoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	unidade	1	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 95 atividades de auditoria de regularidade de Contas de Gestão de 2015 à distância, sendo 27 referentes às unidades sorteadas e 68 relativas à verificação de composição processual;

- Realização de três atividades de auditorias especializadas em Obras Públicas;

- Elaboração e disponibilização do Manual de Obras Públicas e Serviços de Engenharia, em parceria com a Seinfra e o DAE, que consiste em instrumento orientador a todos os atores do processo de obras de edificações públicas;

- Realização de duas atividades de Auditoria Especial de Apuração de Denúncias;

- Realização de uma atividade de auditoria técnica de indicadores no âmbito da operação PforR;

- Realização de duas atividades de auditoria em projetos financiados pelo Banco Mundial (PforR e São José 3), cujo beneficiário/executor é o Tribunal de Contas do Estado;

- Realização de 150 atividades de auditoria de instrução de Tomadas de Contas Especiais;

- Realização quatro capacitações em Auditoria Governamental, sendo dois Cursos de Execução e Fiscalização de Obras de Pavimentação (Rodoviária e Urbana), com execução de auditoria piloto; um Treinamento em Serviço sobre Auditoria Técnica de Indicadores por meio da consultoria contratada no âmbito da operação PforR; e um Curso de Formação para Auditores Internos.

PROGRAMA 048 – CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo principal elevar o nível de eficiência e de racionalização na utilização dos recursos para a prestação dos serviços públicos e indicar medidas para prevenir a reincidência de ocorrências constatadas quando da realização de atividades por parte do órgão central de controle interno, tendo como público-alvo COGERF, Governador, Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, Assembleia Legislativa e TCE-CE.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Aperfeiçoamento de métodos em controladoria governamental e qualificação dos servidores.	Capacitação realizada	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação do Controle Interno Preventivo no âmbito do processo de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres com funcionamento do Cadastro Geral de Parceiros, do banco de dados único dos fornecedores de bens e serviços dos convenentes, bem como da mão de obra contratada pelos convenentes, além do acompanhamento de todo o processo de forma eletrônica;

- Elaboração de proposta de regulamentação da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre as novas regras para a realização de parcerias entre o Estado e Organizações da Sociedade Civil (OSC);

- Implantação do Observatório da Despesa Pública do Estado do Ceará (ODP.Ceará), em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU);

- Elaboração de estudo relacionado às aquisições do Poder Executivo do Estado do Ceará a partir do cruzamento de informações dos sistemas corporativos do Estado do Ceará, bem como de dados fornecidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, no âmbito do ODP Ceará;

- Realização de capacitação na Metodologia de Trabalho do Observatório da Despesa

Pública (ODP), proporcionado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); e, em Gestão por Processo para 30 servidores;

- Elaboração e disponibilização da Cartilha do Conselheiro Fiscal, que orienta as atividades dos membros de Conselhos Fiscais que atuam nas Organizações Sociais do Estado do Ceará, contribuindo para uma atuação técnica padronizada;

- Realização do X Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema “Controle Interno: responsabilidade de todos”;

- Realização da XXXVIII edição do Fórum Permanente de Controle Interno, com o tema Parcerias com Organizações da Sociedade Civil;

- Realização de capacitação para 21 turmas de servidores responsáveis pelo processo de transferências de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres, com utilização do Siconv-CE.

PROGRAMA 049 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal promover o exercício do direito à cidadania e a transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual tendo como público-alvo a sociedade cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implementação de melhorias nas ferramentas informatizadas de relacionamento com a sociedade, permitindo a obtenção de nota máxima em avaliação do Portal da Transparência e dos serviços de transparência prestados pelo Governo do Estado do Ceará, por parte do Ministério Público Federal, que considerou aspectos legais e boas práticas de transparência, com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA);
- Registro de 258.922 acessos ao Portal da Transparência, até novembro de 2016, e alcance de aproximadamente 1,1 milhão de acessos desde sua implementação;
- Realização de Seminário de Abertura e Oficina do Plano de Trabalho do Projeto Sistema Público de Relacionamento com o cidadão do Ceará, com a participação de gestores públicos, acadêmicos e pesquisadores, jornalistas e membros da sociedade civil, visando debater e coletar informações sobre os atuais sistemas de controle social do Estado, como etapa de execução do referido projeto, no âmbito do PforR;
- Realização de cinco palestras de sensibilização para o exercício do Controle Social para os alunos de nível médio da Rede Pública de Ensino, nos municípios de Beberibe, Horizonte, Maracanaú e Maranguape;
- Realização de 6 reuniões com a Rede de Fomento ao Controle Social, abordando temas relativos à atuação dos Ouvidores Setoriais e responsáveis pelo Serviço de Informação ao Cidadão junto à sociedade;
- Realização de capacitação para 10 turmas de servidores da Rede de Fomento ao Controle Social sobre Ouvidoria e Acesso à Informação;
- Realização de capacitação para 2 turmas em Gestão da Ética Pública, destinadas aos servidores indicados para composição dos Comitês Setoriais de Ética Pública nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Registro de 42.500 manifestações no Sistema de Ouvidoria, com índice de respostas encaminhadas ao cidadão superior a 99% relativamente às manifestações procedentes;
- Registro de 26.420 solicitações de informações, com índice de atendimento superior a 99%;
- Emissão de 73 pareceres técnicos pelo Grupo Técnico de Apoio ao Comitê Gestor de Acesso à Informação – GTA/CGAI.



EIXO II – CEARÁ ACOLHEDOR

O Ceará Acolhedor contempla as políticas governamentais que se sustentam no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos. O propósito central deste eixo consiste na Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, priorizando os segmentos vulneráveis.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em quatro temas estratégicos: **Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar**, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social – SUAS como modelo de gestão para esta política pública. O SUAS determina as funções das três esferas de Governo na execução da política pública que deve afiançar e garantir as seguintes seguranças:

1. De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa permanência;
2. De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
3. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: através da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retoma-

da de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;

4. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;
5. Sobrevivência a riscos eventuais de natalidade e mortalidade, incluindo o benefício pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários;

As ações da proteção social são organizadas em dois níveis: a proteção social básica e a proteção social especial. A proteção social básica atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários tendo como unidade de atendimento o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; e os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, que objetivam proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados,

com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários decorrentes de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras que têm como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assis-

tência Social – CREAS.

O resultado esperado neste Tema Estratégico são famílias em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social com acesso aos direitos socioassistenciais garantidos. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica cofinanciados.	%	55,97	80,43	86,41	86,41	86,41	86,41
Percentual de municípios com Benefícios Eventuais cofinanciados.	%	36,41	82,06	88,04	88,04	90,21	90,22
Percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial cofinanciados.	%	21,20	21,20	21,20	21,20	50,54	21,2

Fonte: STDS

(*) Dados até novembro de 2016

Quanto ao cofinanciamento dos serviços socioassistenciais, a meta prevista foi cumprida, o equivalente a 159 municípios, ressaltando-se que os mesmos já deveriam ter sido universalizados para os 184 municípios, conforme consta no Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual. No entanto, não houve o avanço esperado pela falta de suplementação de recursos financeiros para esse fim.

No que se refere aos benefícios eventuais, houve uma expansão de 4 municípios atingindo um total de 166 municípios cofinanciados, o equivalente a 90,22%. Vale ressaltar que os repasses foram apenas para 6 meses, ocasionando uma descontinuidade dos serviços cofinanciados. Vale ressaltar que esses benefícios já deveriam também ter sido universalizados,

o que não ocorreu em virtude da falta de suplementação de recursos financeiros para esse fim.

Quanto ao percentual de municípios com serviços socioassistenciais da Proteção Social Especial, executados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS não houve expansão do cofinanciamento para os municípios em 2016, tendo sido cofinanciados apenas 39 CREAS de 39 municípios, equivalente a 33,62% do total de CREAS implantados no Estado (116) e 21,20% do total de municípios cearenses (184). A expansão prevista não ocorreu em função da falta de aporte de recursos complementares.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Proteção Social Especial; Implementação do Sistema Único de Assistência Social; Proteção Social Básica. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 72,75 milhões.

PROGRAMA 072 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

O Programa tem como objetivo principal ga-

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Ampliação de oferta de serviços especializados de média complexidade.	Centro de Referência Implantado	unidade	6	0
Apoio a entidades sociais na prestação do atendimento a pessoas em situação de risco pessoal e social.	Pessoa atendida	unidade	968	1.472

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro de 2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Cofinanciamento de 39 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em âmbito municipal e de dois CREAS Regionais (RMF e Cariri), com 11 municípios vinculados;
- Acolhimento de 1.316 crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, 46 mulheres vítimas de violência e 110 idosos;
- Reestruturação da Unidade de Acolhimento Institucional da Pessoa Idosa - reconstrução do equipamento social, capacitação de

garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público-alvo crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência com direitos ameaçados ou violados e com vínculos familiares rompidos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

equipes técnicas e de apoio, resultando na excelência da oferta dos serviços a 110 idosos;

- Apoio técnico e monitoramento a 116 CREAS implantados no Estado (2 regionais e 114 municipais);
- Realização dos Encontros Estadual e Municipais de Ações para Erradicação do Trabalho Infantil, com a participação de 5.500 gestores e técnicos da gestão municipal;
- Realização do Encontro Estadual para planejamento das ações municipais socioeducativas em meio aberto, com a participação de 250 gestores e técnicos da gestão municipal.

PROGRAMA 073 – IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal consolidar o Sistema Único de Assistência Social em todo o Estado do Ceará, tendo

como público-alvo os municípios cearenses.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Assessoramento à gestão municipal na Política de Assistência Social.	Município assessorado	unidade	184	172

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro de 2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração do II Plano Decenal da Assistência Social/CE – período: 2016 – 2026;
- Elaboração do Projeto de Lei da Política de Assistência Social;
- Elaboração do Plano de Ação de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e Conselheiros do SUAS;
- Assessoramento aos municípios para avaliação do cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS;
- Realização de oficinas, capacitando 1.593 pessoas, entre gestores e técnicos de gestão e conselheiros nos seguintes temas: Sistema de garantia de direitos e a interface com o Suas; Planos Decenais Municipais; Gestão orçamentária e financeira do SUAS;

- Publicação do Censo e Mapa de Risco Pessoal e Social do Estado do Ceará – Cemarís.

PROGRAMA 080 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar a implementação do Sistema Único de Assistência Social no Ceará, apoiando a gestão municipal e a rede socioassistencial dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica, tendo como público-alvo os gestores e técnicos dos municípios, crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	Família atendida	unidade	1.391.000	683.175
Apoio ao atendimento a pessoas idosas em situação de risco pessoal e social.	Pessoa atendida	unidade	7.600	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro de 2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) de 181 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS em 159 municípios, referenciando 683.175 famílias, e de Benefícios Eventuais – BE em 162 municípios na forma de auxílios-natalidade e funeral;
- Acompanhamento a 3.247 famílias no âmbito do PforR/BIRD, nos 36 municípios mais pobres do Estado do Ceará, com foco na redução da pobreza e no desenvolvimento infantil;
- Monitoramento de 383 CRAS em 184 municípios para qualificação dos serviços no âmbito da Proteção Social Básica;
- Apoio à gestão do Programa Bolsa Família nos 184 municípios do Estado com ações de

assessoramento, mobilização e acompanhamento das condicionalidades, resultando em 1.067.944 famílias atendidas com transferência de renda;

- Realização de capacitações sobre o Cofinanciamento do PAIF e BE, abordando a execução financeira; comprovação das condicionalidades para o acesso ao cofinanciamento estadual e os desafios e avanços do Cofinanciamento Estadual;
- Construção de oito equipamentos sociais destinados ao atendimento de crianças e adolescentes, no âmbito do Proares (03 Centros de Educação Infantil, 02 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, 01 Quadra Poliesportiva, 01 Biblioteca, 01 Centro de Esportes), nos municípios de Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Itapipoca, Quixelô, Arneiroz, Caucaia e Coreaú, em cooperação técnica e financeira com o BID.

TEMA – HABITAÇÃO

A questão habitacional no Ceará, refletindo a realidade brasileira, caracteriza-se pela existência de déficit habitacional e inadequação dos domicílios em nível expressivo. Os componentes do déficit habitacional são classificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco); coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo); ônus excessivo (famílias com renda de até três salários mínimos despendendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel); adensamento excessivo de domicí-

lios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três). Por sua vez, a inadequação domiciliar constitui-se em: domicílios carentes de serviço de infraestrutura; domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva; e adensamento excessivo em domicílios próprios.

A Política de Habitação foi estabelecida com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e à inadequação domiciliar no Estado do Ceará. O tema Habitação, relacionado ao Eixo Acolhedor, em função da descentralização das políticas, tem a execução dos seus programas e projetos sob a responsabilidade

dos estados e municípios, com a parceria com o Governo Federal.

Além disso, o Estado é uma das partes envolvidas no enfrentamento do problema. Os municípios também celebram instrumentos junto à União e o Governo Federal detém a informação totalizada das contratações, bem como das entregas.

Ademais, há instituições financeiras federais que também contribuem para o enfrenta-

mento do déficit habitacional, uma vez que os financiamentos para habitações populares são parte da solução desse problema para as famílias de baixa renda, segmento alvo das ações do Governo do Estado do Ceará.

O resultado esperado neste Tema Estratégico são as famílias em situação de vulnerabilidade social com moradia integrada aos serviços e equipamentos públicos. O desempenho do indicador que mede o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (*)
Famílias beneficiadas com habitação de interesse social.	Nº	5.045	2.727	3.149	3.591	18.978	7.571

Fonte: SCidades

(*) Dados parciais sujeitos a revisão (*)

O indicador “Famílias beneficiadas com habitação de interesse social” refere-se ao número de famílias de baixa renda que foram beneficiadas pelo Estado com unidades habitacionais. A fonte de informação do indicador é a Coordenadoria de Desenvolvimento da Habitação de Interesse Social – CDHIS, da Secretaria das Cidades.

Inclui as unidades habitacionais referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nas modalidades Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), SUB-50 - Fase 2, para atendimento aos municípios com população até 50 mil habitantes; e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Há também o projeto do Estado de apoio à construção de unidades habitacionais em parceria com os municípios.

As 7.571 UH entregues em 2016, considera-

das insatisfatórias com base na meta programada, incluem 7.561 UH dos projetos apoiados financeiramente pelo Estado junto ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, nas modalidades FAR (7.010 UH), PMCMV 2 - SUB 50 (81 UH) e PNHR (470 UH), bem como 10UH do Projeto do Estado de apoio à construção de unidades habitacionais em parceria com municípios.

Embora tenha havido avanço das contratações no período 2012-2014, sinalizando inicialmente uma tendência de crescimento de entrega de UH para os anos subsequentes, o contingenciamento de recursos da União, em decorrência da atual conjuntura político-econômica pela qual atravessa o país, tem provocado atraso nos repasses de recursos federais para o início/execução/conclusão dos empreendimentos.

O baixo desempenho dos parceiros envolvidos na execução dos projetos e o tempo requerido na preparação e execução da estratégia de alavancar contratações por meio de aporte financeiro junto ao PMCMV foram fatores que influenciaram negativamente o desempenho do indicador no período 2012-2016.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA HABITAÇÃO

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Habitação de Interesse Social. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem

de R\$ 34,95 milhões.

PROGRAMA 022 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O Programa tem como objetivo principal proporcionar moradia digna à população de baixa renda para o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar, tendo como público-alvo as famílias de baixa renda aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais no âmbito estadual e federal.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área urbana.	Unidade Habitacional entregue	unidade	15.500	7.101
Oferta de moradia de interesse social - Dendê.	Unidade Habitacional entregue	unidade	600	0
Melhoria das condições físicas das unidades habitacionais - Dendê.	Unidade Habitacional reformada	unidade	1.200	0
Melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural.	Fogão Sustentável instalado	unidade	3.000	3.139
Ampliação da oferta de moradia de interesse social na área rural.	Unidade Habitacional entregue	unidade	2.750	470

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Beneficiamento de aproximadamente 29.470 pessoas com a entrega de 7.101 unidades habitacionais nas Regiões Cariri (601), Centro Sul (22), Grande Fortaleza (4.158), Maciço de Baturité (6), Serra da Ibiapaba (16), Sertão de Canindé (11), Sertão de Sobral (2256), Sertão dos Crateús (15), Sertão dos

Inhamuns (6), por meio dos Projetos PMCMV FAR (7.010 unidades), PMCMV SUB-50.2 (81 unidades) e pelo Projeto de apoio à construção de unidades habitacionais do Estado em parceria com municípios, na Região do Cariri (10 unidades);

- Beneficiamento de aproximadamente 1.951 pessoas com a entrega de 470 unida-

des habitacionais, na Região do Cariri (114), Região do Centro Sul (28), Grande Fortaleza (81), Litoral Leste (12), Litoral Norte (39), Litoral Oeste/Vale do Curu (144), Maciço de Baturité (25), Sertão Central (17), Sertão do Sobral (4), Sertão do Crateús (6), por meio do Projeto PMCMV PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural;

- Beneficiamento de 1.816 famílias, aproximadamente 7.264 pessoas, com atividades de mobilização, organização e fortalecimento social e educação ambiental;

- Beneficiamento de aproximadamente 13.027 pessoas com a entrega e montagem de 3.139 fogões sustentáveis nas regiões do Cariri (468), Centro Sul (30), Grande Fortaleza (389), Litoral Leste (315), Litoral Norte

(132), Litoral Oeste/Vale do Curu (102), Maciço de Baturité (656), Serra de Ibiapaba (96), Sertão Central (94), Sertão de Canindé (82), Sertão de Sobral (172), Sertão dos Crateús (277) e Vale Jaguaribe (326). Das ações nesse período, 1.227 fogões sustentáveis são referentes a recursos de 2015;

- Beneficiamento de aproximadamente 9.778 pessoas com 2.356 escrituras dos imóveis localizados em áreas urbanas, sendo 2.301 na Região Metropolitana de Fortaleza e 55 no Interior do Estado, por meio da COHAB - em liquidação, nas regiões Cariri (20), Maciço de Baturité (06), Litoral Leste (04), Sertão de Crateús (06), Centro Sul (05), Serra da Ibiapaba (01), Litoral Oeste/Vale do Curu (02), Vale do Jaguaribe (05), Sertão de Sobral (05) e Litoral Norte (01).

TEMA – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O tema Inclusão Social e Direitos Humanos garante o acolhimento à dignidade da pessoa humana como direito constitucional. O Governo do Estado tem alinhado seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos uma condição de políticas especiais em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, o Estado do Ceará, seguindo a União, garantiu na sua organização político-administrativa o atendimento constitucional das diretrizes no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Neste es-

forço, o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou a Secretaria de Justiça e Cidadania, e criou as Coordenadorias Especiais no âmbito do Gabinete do Governador, tratando os segmentos especiais como tema transversal das políticas setoriais.

O Governo Estadual definiu alternativas de política para acolher os segmentos de crianças e adolescentes, mulheres, étnico-raciais, idosos, pessoas com deficiência, LGBT, população de rua e minorias sociais (contingentes populacionais vulneráveis).

O resultado esperado neste Tema Estratégico

co são os indivíduos e grupos sociais vulneráveis com inclusão e direitos humanos assegurados. O desempenho dos indicadores que

medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Percentual de Imóveis Rurais com Regularização Fundiária Realizada.	%	51,52	57,94	62,06	62,00	69,06	65,31
Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidas.	Nº	1.835	2.685	2.443	6.269	2.687	5.899
Percentual de Unidades de Medidas Socioeducativas funcionando em conformidade com o SINASE.	%	43,00	43,00	50,00	50,00	60,00	61,00

Fonte: SDA, Sejus, STDS
(*) Dados até novembro/2016

O processo de regularização fundiária no ano de 2016 alcançou a média percentual de 94,56% da execução programada, o que representa na totalidade 65,31% de imóveis rurais regularizados no Estado. Tal percentual apresenta um crescimento de 3,31% em comparação às ações desenvolvidas no ano de 2015. Importante destacar, ainda, que a execução das atividades de regularização fundiária no ano de 2016 foi desenvolvida com recursos estaduais em maior monta, complementados com recursos federais, distribuídos nas 14 regiões.

O indicador “Número de pessoas com direitos humanos sociais violados acolhidas” registrou um significativo aumento no desempenho a partir de 2015, sendo possível também em 2016 executar plenamente os seguintes programas: Proteção a Criança e Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM); Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEP-DDH) e Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (PROVITA). Assim, é notório que estes programas têm sido eficazes, na medida em que têm garantido a proteção das pessoas

incluídas conforme a demanda de caso. Cabe destacar que a proteção à vida aqui mencionada refere-se a uma proteção integral que, para além das questões de segurança, contempla diversas áreas da vida dos protegidos, como: moradia, saúde, educação e reinserção produtiva.

Além das ações específicas de proteção, foram realizadas outras importantes de articulação institucional, dentre as quais a convergência dos programas de proteção com a proposta do Pacto por um Ceará Pacífico, que resultou numa ampla divulgação à sociedade, e a possibilidade de atuação em rede na articulação com as demais políticas que atuam com vítimas de violência. Isto tudo resulta numa perspectiva satisfatória do indicador nos anos vindouros.

Quanto ao número de pessoas acolhidas, em 2016 foram atendidas 1.472 pessoas (crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência e idosos) com direitos sociais violados. Vale ressaltar que todas as demandas oriundas das instituições responsáveis pelo encaminhamento

mento em cumprimento ao marco legal vigente foram atendidas.

Quanto às Unidades de Atendimento Socioeducativo funcionando em conformidade com o SINASE, considerando as reformas/adequações realizadas em 06 Unidades e a construção de 05 Unidades, totalizando 11 Centros Socioeducativos, constata-se que a meta atingida foi de 61% uma vez que atualmente são 18 unidades que compõem o Sistema de Atendimento Socioeducativo no Ceará. Se levarmos em consideração a realidade nacional, que apresenta problemáticas com superlotação, péssimas condições de alojamento e registros de casos de violência, considera-se que o Ceará continua avançando na implementação dessa política.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas refe-

rentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania, Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário; Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; e Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 148,64 milhões.

PROGRAMA 005 – GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

O Programa tem como objetivo principal atender a garantia dos direitos humanos e cidadania, ampliando a visibilidade e a acessibilidade dos serviços oferecidos à sociedade, tendo como público-alvo a população em geral.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Realização de ações para promoção da cidadania.	Evento realizado	unidade	30	105

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*)Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Garantia da proteção a pessoas ameaçadas: 43 pessoas atendidas pelo Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA); 37 pessoas no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); 29 pessoas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH);

- Realização de atendimentos em ações de cidadania por meio do registro de 1.455.169 atendimentos através das Casas do Cidadão, Balcão da Cidadania e Unidades de atendimento Vapt Vupt;

- Atendimento e acolhimento de vítimas e familiares de crimes violentos e tráfico de pessoas, sendo atendidos 1.277 cidadãos pelo Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência (CRAVV) e 4.622 pessoas pelo Nú-

cleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NEPT);

- Realização de ações para promoção da cidadania por meio da oferta de 105 eventos voltados para a temática Direitos Humanos e Cidadania através de palestras, conferências e assembleias;

- Inauguração de duas centrais de atendimento ao Cidadão (Vapt Vupt), em Sobral e em Fortaleza (Bairro Antônio Bezerra);

- Integração dos eixos da Cidadania e Sistema prisional articulando ações em prol da população carcerária, a exemplo do seminário e audiências públicas do projeto “Transformação e Humanização do Sistema Prisional do Ceará”;

- Realização de 99 atendimentos pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura voltados às famílias dos privados de liberdade. Nesses atendimentos foram solicitadas informações da situação processual dos internos, solicitação de escolta para au-

diências, realização de exames, atendimento médico, transferência do interno, mudança de regime de privação de liberdade e monitoramento eletrônico.

PROGRAMA 030 – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

O Programa tem como objetivo principal contribuir com a redução das desigualdades regionais e nas formulações de políticas públicas, que atendam as diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como público-alvo agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário.	Família beneficiada	unidade	8.522	9.109

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Beneficiamento de 163 famílias com o acesso à terra através do financiamento pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, sendo adquiridos quatro imóveis com área de 1.869,06 hectares, envolvendo recursos de R\$ 7.304.000,00;

- Apoio ao financiamento e liberação de 84

Subprojetos de Investimentos Comunitários - SIC, visando dotar as unidades produtivas adquiridas pelo PNCF de infraestrutura produtiva e social, beneficiando 322 famílias em 22 municípios;

- Realização da Conferência Estadual de Assistência Técnica, com a participação de 267 representantes do poder público e sociedade civil, representantes dos 14 colegiados territoriais;

- Beneficiamento de 9.109 famílias com regularização fundiária em 14 territórios contemplando 51 municípios;

- Beneficiamento de 36 famílias com laudo de vistoria e avaliação na área de implantação da Correia Transportadora com vistas ao atendimento do CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém;

- Beneficiamento de 32 famílias com laudo de vistoria e avaliação dos imóveis rurais desapropriados para duplicação da CE - 085, nos municípios de Trairi e Paraipaba;

- Realização de vistoria e avaliação de cinco imóveis rurais objetivando a desapropriação por utilidade pública da área atingida pela Barragem do Figueiredo, nos municípios de Iracema e Potiretama;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 50.435 agricultores (as) familiares, orientados no fortalecimento convivência com o semiárido com a integração de práticas agroecológicas sempre levando em conta as potencialidades e vulnerabilidades dos territórios. Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, projetos de infraestrutura produtiva e social e atividades em conjunto com os comitês municipais no planejamento de ações para

o desenvolvimento municipal e do território;

- Realização de 100 diagnósticos de levantamento da capacidade de produção de assentamentos em 10 municípios;

- Delimitação de 50 áreas de reserva legal e de proteção permanente em 15 municípios, beneficiando 500 famílias;

- Repactuação de dívidas rurais de 44 assentamentos, em 10 municípios, atendendo a 682 famílias e já encaminhados ao Banco do Nordeste 37 processos, para renegociação de dívida da terra.

PROGRAMA 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis, tendo como público-alvo mulheres, populações negra, indígena, cigana e de rua, crianças e adolescentes, jovens, segmento LGBT, pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016⁽¹⁾
Melhoria do atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis.	Servidor capacitado	unidade	3.425	636
Ampliação do controle social e participação democrática e popular nas políticas transversais.	Evento de Participação Cidadã realizado	unidade	138	26
Promoção da visibilidade dos aspectos socioculturais dos grupos vulneráveis.	Evento realizado	unidade	225	49

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis.	Pessoa capacitada	unidade	9.530	1.587
Ampliação do atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.	Pessoa atendida	unidade	17.290	20.165

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação sobre atendimento às mulheres em situação de violência; sobre atendimento a pessoas em situação de trabalho escravo; sobre a diversidade étnico-racial; sobre a rede de atendimento socioassistencial às comunidades tradicionais e o enfrentamento ao racismo institucional;

- Capacitação sobre diversidade, cultura e identidade afro-brasileira, com enfoque no enfrentamento ao racismo; sobre o racismo institucional e das políticas de ação afirmativa; e, evento realizado com a Secretaria de Educação sobre diálogos e possibilidades para uma educação antirracista;

- Realização do 1º e 2º Encontro do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude;

- Realização de seis eventos referentes à consolidação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Poranga e do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;

- Realização da IV Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, em Fortaleza;

- Seminário “Gênero, Políticas Públicas e

Participação Política”, no âmbito da campanha “Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo este Compromisso”, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal;

- Seminário “Cultura do Estupro: Dimensões Políticas, Jurídicas e Sociais”, com a participação do Movimento de Mulheres do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, de estudantes e profissionais da Urca;

- Realização da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT do Ceará; “Blitz de Cidadania” com entrega de materiais sobre DSTs e Aids; 16 edições do “Ceará de Cidadania contra a Homofobia”, em Fortaleza e em outros municípios, dentro das atividades alusivas à Parada pela Diversidade Sexual, ao 29/01 – Dia da Visibilidade Trans, ao 17/05 – Dia Municipal de Combate à LGBTfobia e 29/08 – Dia da Visibilidade de Lésbicas e Mulheres Bissexuais; edição do Projeto “Ceará do Meu Orgulho” em alusão ao 28/06 – Dia Mundial do Orgulho LGBT;

- Realização do Evento: “Agosto da Memória”, em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria da Cultura, Arquivo Público, Museu do Ceará, Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará e Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou;

- Produção de quatro minidocumentários com ex-presos políticos cearenses, em parceria com a TV Ceará (TVC) e 05 entrevistas para circular nas redes sociais;
- Realização da V Conferência Estadual de Direitos Humanos do Ceará, em articulação com o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e participação da Delegação Cearense na Conferência Nacional, em Brasília;
- Projeto Saraus da Juventude, prevendo a seleção e a premiação de 100 saraus produzidos por jovens nas áreas de maiores vulnerabilidades;
- Festival das Juventudes da Serra da Meruoca, em parceria com a Prefeitura Municipal de Meruoca, Conselho Municipal de Juventude de Meruoca e representantes de outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil;
- Evento em alusão ao Dia da Independência de Guiné-Bissau e a estadia atual dos Guineenses no Ceará, em parceria com a Associação de Estudantes africanos de Guiné-Bissau no Ceará, com filme e debates sobre as condições vivenciadas pelos africanos no Ceará, o racismo existente nessa sociedade e as formas de enfrentamento ao mesmo;
- Capacitação em Ibiapina, Ubajara e Tianguá, em oficinas temáticas nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e das Águas sobre enfrentamento à violência contra a mulher;
- Intervenção de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na Exposição Agropecuária do Ceará – Expocrato;
- Realização de oficinas sobre a importância do movimento e da luta, do dia a dia, das mães de crianças com microcefalia, em parceria com a Associação das Mães de Crianças com Microcefalia (AME) e sobre a rede de atendimento e o enfrentamento à violência contra a mulher, caminhada de “Não à Violência contra a Mulher”; de oficinas temáticas, no município de Barbalha, sobre os avanços e os desafios da Lei Maria da Penha, aniversário de 10 anos desta Lei em 2016 e apresentação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;
- Realização da 1ª Formação dos Educadores do Projovem Urbano na modalidade prisional;
- Realização de seminários, por meio do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, com temáticas relacionadas ao problema dos homicídios na adolescência, sobre “armas e drogas” e sobre “cultura do medo, custo da violência e impunidade”;
- Realização de palestras, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, a equipe do Suricate Seboso e as prefeituras municipais com o objetivo de estimular a criatividade e a potencialidade dos jovens cearenses, fomentando formas inovadoras de empreendedorismo, contemplando os municípios de Tauá, Santa Quitéria, Meruoca, Sobral, Groaíras e São Benedito;
- Ampliação do acesso à educação e à qualificação profissional para 6.250 jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, sendo 4.800 no Projovem Urbano, 1.200 no Projovem Campo e 250 jovens do Projovem Urbano na modalidade prisional, cuja certificação dependerá da nota e de 75%

de frequência, ao final de cada curso;

- Realização de 145 atendimentos nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e Águas, por psicólogo, assistente social e advogado, fornecidas informações e orientações sobre violência de gênero e implementação da Lei Maria da Penha no meio rural;

- Acompanhamento de 23 Comunidades, urbanas e rurais, em situação de conflito fundiário, em 2016, no Estado do Ceará, por meio do Centro de Referência de Direitos Humanos.

PROGRAMA 075 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Programa tem como objetivo principal prestar atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa/restritiva de liberdade, fortalecendo sua reinserção sociofamiliar e comunitária, tendo como público-alvo adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 21 anos incompletos, sentenciados judicialmente.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Melhoria da estrutura das unidades de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.	Unidade de Internação reformada	unidade	14	8

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/ 2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção de duas Unidades de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino, respectivamente nos municípios de Juazeiro do Norte e Sobral, com capacidade de acolhimento a 90 internos cada;

- Criação da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS;

- Realização de Seminário e Oficinas sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo, com a participação de 500 pessoas (Gestores municipais da assistência social, e equipes técnicas);

- Realização de capacitação de equipes técnicas e de apoio de 300 pessoas das diversas Unidades de atendimento socioeducativo da capital e interior, para a melhoria dos serviços ofertados;

- Reformas de seis unidades de atendimento socioeducativo para adequação às orientações do SINASE e melhoria da qualidade dos serviços ofertados.

TEMA – SEGURANÇA ALI- 5 MENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista: ambiental, econômico e social.

De conformidade com esse conceito, a SAN tem como premissa a intersectorialidade, o que requer o envolvimento tanto das esferas de governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes linhas de ação – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

Ressalte-se que a institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos, em especial, no tocante à temática da fome, pela urgência e necessidade de superá-la.

O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – Consea-CE, vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de fortalecer o debate em torno do tema

e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Como política pública garantidora de oferta e do acesso de alimentos para toda a população, o Governo construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, adotando as premissas básicas da SAN, em que se destaca a intersectorialidade. O conjunto de ações envolve a continuidade das políticas em implementação: ampliação do acesso aos alimentos com aumento dos empregos e transferência de renda; ampliação das tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção; expansão da cobertura da vigilância alimentar e nutricional e programas de promoção da saúde; ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Associe-se a essas ações a incorporação dos desafios de executar programas de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, combate ao uso de agrotóxicos, estratégias de enfrentamento aos transgênicos e condições de fiscalização sanitária, garantindo agrobiodiversidade e controle de produtos que envolvam risco à saúde, educação alimen-

tar e nutricional, tendo como foco principal crianças e adolescentes e monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões do tema.

O resultado esperado neste Tema Estratégico

é o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ^(*)
Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (Programa de aquisição de alimentos) no Ceará	%	-	-	-	1,30	1,60	1,20
Número de municípios com o SISAN implementado	N	-	2	19	0	7	6
Número de pessoas capacitadas em Educação Alimentar e Nutricional	Nº	3.660	4.170	4.289	2.146	620	834

Fonte: SDA, STDS
 (*) Dados até novembro/ 2016.

No Indicador “Percentual de pessoas em segurança alimentar e nutricional que são atendidas pelo PAA (Programa de aquisição de alimentos) no Ceará”, considera-se as pessoas descritas no indicador como sendo os agricultores/as familiares atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos nas modalidades: Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e Consumo de Leite.

O percentual realizado em 2016 ficou abaixo do valor programado devido a ambas as modalidades terem sido executadas com número inferior ao programado dado o longo período de estiagem que assola o nosso Estado, dificultando a produção de alimentos. A modalidade Compra com Doação Simultânea foi executada por 2.625 agricultores familiares, inferior ao programado de 3.798 agricultores familiares. Por sua vez, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, estava programada a aquisição de 2.233 agricultores familiares, porém só foi possível adquirir leite

de 1.444 agricultores familiares.

Quanto à implementação do SISAN, a meta atingida foi o equivalente a 86%, pois de um total programado de sete municípios, seis municípios aderiram ao SISAN, ressaltando-se que outros cinco já estão com formalizando a adesão a ser efetivada em 2017.

Fazendo uma análise comparativa entre os anos de 2014, 2015 e 2016, registra-se que o ano de 2015 foi um ano atípico, com a realização de Conferências municipais e territoriais, o assessoramento concentrou-se na realização desses eventos, o que contribuiu para a não adesão de nenhum município ao SISAN naquele ano. No ano de 2016 foi retomado o assessoramento com foco na adesão ao SISAN. No entanto, registra-se que o fato de não haver liberação de recursos para assessoramento aos municípios, a gestão optou por uma redução na meta programada para 2016, ficando bem abaixo do valor alcançado em 2014.

Salienta-se ainda que o SISAN, diferente de outros sistemas, como o SUAS e SUS, tem uma adesão voluntária das gestões municipais, pois não implica em transferências de recursos, garantias de projetos etc. Implica, sim, em um compromisso político da gestão municipal com a Segurança Alimentar e Nutricional. Ressalta-se que, mesmo com essas especificidades, o Ceará é o estado em segundo lugar no país com o maior número de municípios com adesão ao SISAN.

No que se refere ao número de pessoas capacitadas, o desempenho do indicador foi superior ao previsto, o equivalente a 34,52%, em função da interface com outros programas e ações da STDS, considerando-se que não houve repasse de recursos financeiros específicos para tal fim.

O único projeto que teve recursos liberados para capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional foi o projeto de Educação Alimentar para Famílias do Bolsa Família, com a ressalva de que o ano de 2016, com a limitação de recursos financeiros, teve uma meta bastante reduzida, direcionada somente para 14 municípios, quando em anos anteriores, 2014 e 2015, destinaram-se para 36 e 48 municípios, respectivamente.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para que o governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional; e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 49,05 milhões.

PROGRAMA 033 – PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória, tendo como público-alvo agricultores/as familiares e povos e comunidades tradicionais e suas representações, beneficiários dos PAA, Leite Fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros e estudantes das escolas públicas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção.	Produtor beneficiado	unidade	2.036	1.444
Distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.	Pessoa beneficiada	unidade	324.940	203.140

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro de 2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Adesão ao Garantia Safra efetivada de 249.848 agricultores, em 180 municípios, com pagamento a 167.640 beneficiários em 110 municípios, alcançando 67,10% da adesão com 61,11% dos municípios envolvidos;

- Implantação de 1.281 cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em 20 municípios, beneficiando 5.457 pessoas;

- Capacitação de 2.790 beneficiários de cisternas, para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em Gestão de Água para Produção de Alimentos – GAPA e em Manejo de Sistema Simplificado de Água para Produção de Alimentos – SISMA;

- Capacitação de 40 cisterneiros que trabalharão na implantação das cisternas;

- Distribuição de 2.338.709,86 kg de alimentos, adquiridos de 2.625 agricultores familiares através das ações do Programa de Aquisição de Alimentos beneficiando 203.140 pessoas em vulnerabilidade social e nutricional em 99 municípios;

- Aquisição da produção leiteira, de 1.444 produtores da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA Leite, sendo adquiridos um total de 6.044.798 litros de leite, com distribuição gratuita em 66 municípios, beneficiando 20.211 pessoas e 42 entidades;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 61.993 agricultores (as) familiares ofertando técnicas capazes de aumentar a resiliência dos produtores às adversidades cli-

máticas e garantindo um mínimo de produção de alimentos para o consumo de suas famílias e suporte forrageiro para os animais durante o ano, principalmente nas unidades produtivas mais vulneráveis às estiagens. Além disso, a ATER prestou total apoio à adesão dos agricultores ao Garantia Safra, beneficiando os mais vulneráveis com o recebimento financeiro pelas perdas de safra acometida pela seca. Destaca-se ainda, a orientação dada aos produtores, com potencial produtivo, no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com comercialização justa, possibilitando o beneficiamento de entidades socioassistenciais locais com distribuição de alimentos em quantidade e qualidade, às famílias com maior vulnerabilidade social e nutricional.

PROGRAMA 084 – GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa tem como objetivo principal promover a intersetorialidade das ações da segurança alimentar e nutricional, com base no direito humano à alimentação adequada, tendo como público-alvo gestores, técnicos e conselheiros municipais, manipuladores de alimentos, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, famílias e crianças atendidas pelo Centro de Educação Infantil e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN).

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Apoio à implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e seus mecanismos de gestão no Estado.	Município apoiado	unidade	184	32
Promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.	Pessoa capacitada	unidade	3.877	498

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até novembro/ 2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 263 mulheres do Programa Bolsa Família de 14 municípios, considerados de maior vulnerabilidade; na perspectiva da educação e consumo saudável na prática da segurança alimentar;
- Assessoramento a 27 municípios que aderiram ao SISAN e a 5 em processo de adesão destacando-se a capacitação para elaboração de Planos Municipais de SAN, envolvendo em

torno de 5 pessoas por município nas oficinas realizadas, totalizando 25 participantes;

- Realização do IV Curso de Educação à Distância, sobre a Política de SAN, em parceria com a EGP, propiciando capilaridade do tema em todos os municípios cearenses, sendo essa ferramenta bastante inovadora e com grande potencial de alcance para fortalecimento da Política, com a participação de 210 pessoas.



EIXO III – CEARÁ DE OPORTUNIDADES

O Ceará de Oportunidades contempla as políticas governamentais voltadas aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. O propósito central deste eixo consiste no desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades

dos territórios cearenses.

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em nove temas estratégicos: Agricultura Familiar e Agronegócio, Empreendedorismo, Indústria, Infraestrutura e Mobilidade, Pesca e Aquicultura, Requalificação Urbana, Serviços, Trabalho e Renda, e Turismo, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante o apoio à agricultura familiar, com a intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o semiárido.

Ainda com referência à agricultura familiar, o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e suas secretarias vinculadas (Ceasa, Ematerce e Idace), vem buscando tornar esse público não apenas um receptor das tecnologias ou dos produtos e sim um produtor qualificado, de modo que tenham incrementos de renda e melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercializarem sementes das principais culturas, mudas de essências nativas, de cajueiros e de raquetes de palma forrageira. Além do mais, existe uma participação significativa na comercialização dos produtos dos

Programas de Aquisição de Alimentos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Convém enfatizar a presença da SDA, em parceria com outras instituições, na busca de soluções para minimizar os efeitos danosos dos seis anos de estiagem, principalmente para os agricultores familiares, na distribuição e construção de cisternas, aquisição de equipamentos para pequenos irrigantes, com ênfase para um novo e futurista projeto, o Projeto de Irrigação em Minha Propriedade - PIMP e o Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável - PAIS, tendo como conveniada a Fundação Banco do Brasil e o apoio do Instituto Agropolos.

Considerando ser a educação um dos fortes pilares do atual governo, a SDA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural vêm contribuindo fortemente com a capacitação de agricultores e agricultoras, em diferentes atividades da agropecuária cearense, com destaque na transferência de novos conhecimentos nas áreas de irrigação, produção e in-

dustrialização da mandioca, produção de mudas, sistemas agroecológicos, boas práticas na ovinocaprinocultura e produção de mel.

No que se refere ao setor do Agronegócio cearense, a política governamental orienta-se pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado que se comprovaram nos últimos anos. Como estratégia de gestão, o Governo Estadual esti-

mulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Valor Bruto da Produção da Agricultura	R\$ mil	1.708.331	1.931.187	2.621.218	1.771.146	2.700.000	2.020.491
Cobertura vacinal da febre aftosa	%	93,14	95,47	95,44	93,67	90,00	93,47
Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense	US\$ FOB mil	598.668	535.974	548.191	490.367	450.000	114.426

Fonte: SDA/Seapa

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

O Indicador Valor Bruto da Produção da Agricultura, representa o valor, a preço de produtor, da produção agrícola dos produtos cearenses, pesquisados pelo IBGE.

A oscilação nos valores do valor bruto da produção da agricultura (VBP), no período de 2012 a 2016 se deve, principalmente, à estiagem que assola o Estado do Ceará nesse intervalo de tempo. A agricultura de sequeiro é a mais sensível à variação negativa deste indicador. Vale salientar que no ano de 2016 as culturas irrigadas sofreram bastante em virtude da escassez d'água para irrigação. Destacamos que a variação negativa do indicador não foi maior em virtude dos preços dos produtos sofrerem reajuste, minimizando a diminuição do VBP.

A evolução do indicador de animais vacinados contra a febre aftosa demonstra o compromisso do produtor com as políticas públicas, colaborando para que o Estado se torne um local seguro para pecuária. O aumento do número de fiscalizações em propriedades rurais, bem como nos eventos agropecuários, contribuíram para a manutenção desse indicador em níveis elevados, uma vez que indiretamente o trânsito dos animais passou a ser monitorado de forma mais efetiva e eficiente.

Durante a primeira etapa de 2016 de vacinação contra febre aftosa, com o resultado de pós-etapa, chegou-se 93,47% de bovinos vacinados, com 2.355.665 animais e 95,65% de bubalinos com 1.362 animais vacinados.

Com relação ao indicador “Valor de exportação dos produtos da agropecuária cearense”, nesse existe dependência direta do comportamento do comércio internacional. Os valores das exportações dos principais produtos agropecuários registraram queda de aproximadamente US\$ FOB 108.301 mi entre 2012 e 2015, com tendência de queda mantida em 2016. O declínio na atividade agropecuária pode ser associado principalmente a grave estiagem existente nos últimos anos no Estado.

Em decorrência desse cenário, existem dificuldades na execução das atividades ligadas a este tema, aliadas ao cenário da economia atual. O Estado busca apoiar o setor através de eventos ligados ao agronegócio, e pretende implementar projetos de inovação tecnológica com o objetivo de promover a melhoria da produção agropecuária e, por consequência, contribuir para a recuperação do valor das exportações do Estado do Ceará.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Para que o Governo pudesse apresentar o

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar.	Semente distribuída	ton	3.122,90	3.150,79
Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo.	Unidade de Produção implantada	unidade	363	17
Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação.	Projeto apoiado	unidade	2.192	254
Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural.	Produtor assistido	unidade	76.200	61.993

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

^(*) Dados até de novembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Distribuição de 3.150,79 toneladas de

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Agropecuária Familiar; Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio; e Defesa Agropecuária atuante no Estado do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 35,46 milhões.

PROGRAMA 029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

O Programa tem como objetivo principal incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, tendo como público-alvo agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

sementes de alto potencial genético para a produção de grãos; 8,46 milhões de raquetes de palma forrageira, contribuindo para

a implantação de 846,0 hectares (ha) deste material; 6.092 m³ de manivas de mandioca e 359.547 mudas de cajueiro, 216.590 mudas de essências florestais nativas e exóticas beneficiando 138.414 agricultores familiares;

- Implantação de 17 unidades de produção e início de 205 unidades produtivas para criação de galinha caipira e quintais produtivos;

- Elaboração de 254 projetos produtivos de irrigação de frutíferas e palma forrageira beneficiando 254 famílias;

- Apoio à implantação de 4.857 ha de oleaginosas dando continuidade ao Projeto Biodiesel beneficiando 1.340 produtores com a produção de 124.380 kg de bagas de mamona com receita de R\$ 173.917,80 beneficiando a 299 agricultores;

- Produção de 5.500 doses de *Bacillus thuringiensis* (bioinseticida), para combate à lagarta do cartucho do milho para beneficiar 2.500 agricultores familiares, que venham a receber semente de milho através do Projeto Hora de Plantar 2016/2017;

- Assistência técnica em construções rurais, manejo de água de irrigação, técnicas de cultivos e criações com base agroecológica, em 82 Projetos Mandalla em construção e desenvolvimento, em 38 municípios do Estado;

- Recuperação de 1.920 hectares de cajueiros improdutivos, através de substituição de copas, beneficiando 239 produtores;

- Construção das edificações de 16 agroindústrias de mandioca, visando a melhoria da produtividade e qualidade da farinha produzida com maior aceitação do mercado consu-

midor, beneficiando 521 famílias rurais, em 14 municípios do Estado;

- Fomento à manutenção dos 325 ha de pastejo rotacionado nos 130 lotes (130 famílias) do Projeto Mandacaru;

- Acompanhamento de 23 famílias em 69 lotes na produção de fruticultura irrigada no perímetro irrigado do Curupati;

- Acompanhamento de 45 famílias em 45 lotes na produção de goiaba orgânica no perímetro irrigado do Alagamar;

- Realização de 429 análises em sementes quanto à pureza e germinação para determinação da qualidade do produto a ser adquirido para o Projeto Distribuição de Sementes;

- Classificação de 1.295,66 mil toneladas de produtos de origem vegetal padronizados, sendo 1.224,40 mil toneladas de produtos importados (fora do país) e 136.044,82 toneladas do mercado interno (Ceará e outros Estados);

- Acompanhamento e fiscalização de 1.478 quintais produtivos, beneficiando 1.478 famílias de agricultores assentados da reforma agrária;

- Acompanhamento e monitoramento de 158 unidades de resfriamento de leite, bovino e caprino, fomentando a cadeia produtiva do leite, auxiliando os produtores na comercialização do leite produzido, possibilitando ao agricultor familiar produzir alimento para seu rebanho e formação de reservas estratégicas de forragem para melhor convivência com os períodos de estiagem, beneficiando diretamente 2.370 produtores familiares;

- Apoio à realização de quatro feiras da agricultura familiar, nos municípios de Crato, Fortaleza, Crateús e Itapipoca. Abordando inovações tecnológicas como: Reuso de água, práticas de conservação de forragens;

- Apoio a sete projetos produtivos de irrigação, uma sala de ordenha, com o financiamento de energia solar, construção de 9 cacimbões e instalação de 1 abatedouro para aves caipiras com recursos do FEDAF, no valor de R\$ 518.076,41;

- Comercialização de 637.959,5 toneladas de produtos hortigranjeiros nos três entrepostos que compõem a CEASA – CE (Maracanaú, Tianguá e Barbalha), no valor de R\$ 1,57 bilhão;

- Realização de seis Dias de Campo que tiveram como tema principal possibilidades e formas para produção de reservas estratégicas de forragens para a alimentação animal: como feno, silagem, amonização e palma forrageira, beneficiando 300 produtores;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural, através da EMATERCE, de forma intensiva e continuada a 61.993 produtores do Estado, concentrada em orientar técnicas de produção para um ano com previsão de uma seca severa. O uso de metodologias par-

ticipativas resultou na adoção, pelos agricultores/as familiares, de práticas de convivência com o semiárido tais como: construção de obras hidroambientais (barragens subterrâneas e contenção de sedimentos e construção de aguadas), manejo e conservação de solo e água (captação in situ), uso de sementes selecionadas, formação de reserva estratégica para os rebanhos, pequenas irrigações (quintais produtivos e mandallas), distribuição de mudas, elaboração de projetos de investimento e custeio do PRONAF e outras linhas de crédito além de outras ações que possibilitaram no aumento da resiliência à seca por parte do agricultor familiar.

PROGRAMA 035 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

O Programa tem como objetivo principal tornar os produtores do Estado competitivos e capazes de conviver com as adversidades, explorando as vantagens competitivas do semiárido cearense, das serras úmidas e da região litorânea, tendo como público-alvo os pequenos, médios e grandes produtores do segmento agropecuário.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Prestação de serviços de Assistência Técnica.	Produtor assistido	unidade	800	0
Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentáveis.	Muda distribuída	unidade	70.050	0
Promoção de renovação dos Pomares de Cajueiro.	Copa de cajueiro substituída	unidade	105.000	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a cinco eventos (XXI Conbrapi 2016, Pecnordeste 2016, CearaPão 2016, Ex-poece 2016 e Frutal Agroflores) de forma a fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado, atraindo novos empreendimentos e alavancando o mercado interno;

- Continuidade do projeto “Avaliação do Desempenho Agrônômico das Culturas da Pera, Maçã, Romã, Caqui e Cacau”, objetivando introduzir e avaliar o desenvolvimento e a qualidade dos produtos obtidos a partir de espécies frutíferas de clima temperado e tropical, em diversas regiões do Estado. Projeto realizado em parceria com a Embrapa Semi-árido, produtores de frutas do Ceará e UNIVALE – União dos Agronegócios do Vale do Jaguaribe;

Continuidade do Projeto Teste e Seleção de Espécies Arbóreas para a Indústria Moveleira do Marco-CE, iniciativa inédita no Brasil, realizada pela Embrapa com a parceria do Governo do Estado localizado no perímetro

Irrigado do Baixo Acaraú e na estação experimental da EMBRAPA de Pacajus em nova etapa do projeto, relativa à análise econômica das 40 espécies plantadas;

Acompanhamento e análise das Exportações Cearenses com foco no agronegócio – Apoio à Câmara Temática de Comércio Exterior e investimentos Estrangeiros.

PROGRAMA 052 - DEFESA AGROPECUÁRIA ATUANTE NO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo principal elevar a segurança e a competitividade dos produtos agropecuários cearenses e propiciar a qualidade sanitária dos produtos industriais e artesanais derivados de produtos animais e vegetais, tendo como público-alvo os produtores agropecuaristas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Realização de controle da qualidade sanitária dos animais.	Fiscalização realizada	unidade	1.260	760
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais.	Fiscalização realizada	unidade	3.298	772
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais.	Inspeção realizada	unidade	3.730	772

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 880 fiscalizações no âmbito da iniciativa de Fiscalização do uso e comércio de agrotóxico, atingindo 43,13% da meta anual;

- Realização de 760 fiscalizações no âmbito da iniciativa. Realização de controle da qualidade sanitária dos animais, que tinha como meta vacinar 90% do gado bovino e bubalino;

- Realização de 689 fiscalizações e monito-

ramento da sanidade de animais e vegetais;

- Realização de 215 fiscalizações e monitoramento da sanidade de animais e vegetais em eventos agropecuários;

- Emissão de 540 certificações sanitárias

dos estabelecimentos e produtos de origem animal;

- Realização de 2.018 fiscalizações da prevenção e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica.

TEMA - INDÚSTRIA

Nas últimas décadas, a economia cearense registrou uma forte expansão da capacidade instalada da indústria, com reflexo no crescimento do produto industrial, fruto de reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece, tal desempenho foi influenciado, especialmente, pelos desempenhos da Construção Civil e das atividades industriais de utilidade pública de eletricidade, gás e água, seguida da Indústria de Transformação.

A Construção Civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, distribuídos, principalmente, em construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos, infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária.

A Indústria Extrativa Mineral, a despeito de possuir a menor participação na composição da indústria cearense, revela sua importância para a economia estadual, guardando relações importantes tanto com a Construção Civil como com a Indústria de Transformação no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos. O cres-

cimento médio anual negativo desse ramo de atividade, evidenciado nos últimos anos, pode, no entanto, ser explicado pela redução na produção de petróleo observada.

A Indústria de Transformação, por sua vez, o mais importante segmento da indústria cearense, exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia.

As propostas da política governamental objetivam imprimir nova dinâmica e desenvolvimento tecnológico à indústria cearense com a superação dos desafios, que podem ser assim sintetizados:

Incremento da produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico;

Elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor; e

Superação das fragilidades identificadas em termos do ambiente de inovação como: a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento; b)

ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, governo e setor privado; c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação – SEI sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles; d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva; e) esforços individuais desconectados e

com dificuldades para se desenvolverem; e f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a indústria cearense diversificada e competitiva com inserção nos mercados nacional e internacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.
Empregos gerados de empreendimentos implantados	Nº	1.352	1.373	2.008	1.394	200	3.194
Número de empreendimentos implantados	Nº	31	32	25	22	10	11
Taxa de crescimento do Valor Adicionado da Indústria	%	2,70	10,30	0,40	-	-5,00	*
Varição do estoque de empregos formais na Indústria	%	0,73	2,89	2,76	-6,71	-10,00	**
Volume de investimento realizado dos empreendimentos implantados	R\$ milhão	724,68	2.520,40	389,54	158,55	70,00	9.733,00

Fonte: SDE

* Calculada segundo dados do IBGE, cuja última publicação disponível se refere a 2014.

** Calculada segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que a última publicação se refere a 2015.

A despeito da crise econômica vivenciada pelo Brasil, o Estado do Ceará tem conseguido atingir marcos significativos na atração de investimentos e de negócios, o que contribui para amenizar os efeitos negativos da crise no Estado.

Como pode ser visto na tabela de indicadores temáticos, o número de empregos gerados pelas empresas incentivadas ultrapassou a casa dos 3.000 empregos diretos em 2016. Na atual conjuntura econômica de elevada taxa de desemprego, este resultado é de

suma importância para a retomada do crescimento econômico.

No que se refere ao número de empreendimentos implantados, no período de 2012-2016, este indicador registrou uma trajetória decrescente. Essa variação negativa é, em grande parte, explicada pelos efeitos adversos da crise nacional que afetam os investimentos da iniciativa privada, culminando no adiamento dos planos de investimentos do setor produtivo.

No que tange à taxa de crescimento do valor adicionado da Indústria, no período em análise, este setor deverá ser impulsionado, nos próximos anos, pelo início de operação da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP.

Por sua vez, quanto ao indicador de estoque de empregos formais na Indústria, vale ressaltar que o Estado sofre impactos negativos devido à recessão da economia brasileira, conforme constata-se nos indicadores de emprego apresentados acima.

Finalmente, em relação ao indicador de Investimento Realizado dos Empreendimentos Implantados, é importante destacar que o resultado observado em 2016 se dá pela efetiva implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, com início de sua operação e exportação das primeiras placas de aço. Essa Companhia foi responsável por integralizar um investimento de mais de R\$ 9,5 bilhões e pela geração de 2.800 empregos na fase atual.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INDÚSTRIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção da Indústria Mineral; e Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 74,06 milhões.

PROGRAMA 011 - PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL

O Programa tem como objetivo principal estimular a competitividade e a sustentabilidade da indústria mineral, tornando-a um dos alicerces para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo a indústria, comércio, exportadores, construção civil, agricultura e a população cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração de Diagnóstico do Setor de Mineração;
- Realização de reuniões com investidores e com a ADECE através da Câmara do Setor Mineral;
- Elaboração de Projeto de Lei sobre a CFEM - Contribuição Financeira pela Exploração Mineral e do Marco Regulatório do Setor.

PROGRAMA 041 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CEARENSE

O Programa tem como objetivo principal fortalecer e diversificar a indústria no Ceará, promovendo a elevação da competitividade, em nível nacional e internacional, com consequência no aumento dos empregos gerados pelo setor, tendo como público-alvo o setor produtivo industrial.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Implantação ou ampliação de empreendimentos de médio e grande porte.	Empreendimento implantado	unidade	22	15

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dado parcial sujeito a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Aprovação pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará - CEDIN, de 52 pleitos, sendo 37 protocolos de intenções com investimentos privados projetados de R\$ 6,15 bilhões, geração de 3.710 empregos diretos, quatro aditivos a protocolos de intenções, bem como a aprovação de 15 resoluções de benefícios do FDI/PROVIN e PCDM, com investimentos privados superando R\$ 9,74 bilhões, gerando 3.342 empregos diretos;

- Início da operação da Companhia Siderúrgica do Pecém, contando com um investimento de mais de R\$ 10 bilhões e a participação de milhares de colaboradores cearenses em todas as fases: da implantação à viabilização da operacionalização;

- Consolidação de um cluster industrial de energia eólica, atualmente abrigando indústrias de torres, pás, nacelles e aerogeradores, principais componentes da cadeia eólica;

- Consolidação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE, como um excelente instrumento para atração, ampliação e exporta-

ção de produtos industrializados recebendo a Premiação da Revista Financial Times (Inglaterra) como melhor ZPE da América Latina e Caribe para grandes empresas, com destaque para infraestrutura, área da expansão, educação e treinamento;

- Conclusão da construção de galpões fabris, sendo um no município de Senador Pompeu para a ampliação de uma empresa do setor calçadista, gerando 500 empregos diretos, outro no município de Tauá de produtos em látex, promovendo a criação de mais 150 empregos diretos e, no município de Brejo Santo, também do setor calçadista, com a geração de 830 empregos diretos;

- Cessão em comodato de 13 galpões, beneficiando 6 municípios (Irauçuba, Pentecoste, Quixeramobim, Senador Pompeu, Tauá e Quixadá), gerando aproximadamente 4.212 empregos diretos e propiciando investimento privado de R\$ 45.243.829,20;

- Aprovação da nova poligonal da ZPE ceará incluindo a incorporação da área do antigo projeto da refinaria prêmio II, aumentando a área de 4.287 hectares para 6.182 hectares, através da publicação do decreto.

TEMA - SERVIÇOS

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira, com o avanço do processo democrático, o controle inflacionário e a retomada da trajetória de crescimento, apoiada, sobretudo, no aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional.

Neste ambiente, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, permitindo a um novo estrato social protagonizar um importante papel na expansão do consumo no mercado interno: “a nova classe média brasileira”.

Esse novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, reforçando a liderança do Setor Terciário na economia do Estado em termos de produto, emprego e, conseqüentemente, contribuição fiscal.

O setor de Serviços responde por mais de 72% do PIB do Estado, o que revela a importância que a atividade tem assumido nos últimos anos para a economia cearense. Dentre as atividades que compõem este setor, merecem destaque a administração, saúde e educação públicas e seguridade social e a atividade de comércio.

Se a participação da administração pública na geração de valor adicionado pela economia cearense, por um lado reflete a ampliação da oferta de serviços públicos e o crescimento

da máquina pública no Estado e em seus municípios, por outro, indica uma economia ainda pouco diversificada em que boa parte das atividades econômicas detém participações pouco expressivas.

Por seu turno, a atividade do comércio, em especial o comércio varejista, tradicionalmente se destaca diante das demais atividades, e tem apresentado nos últimos anos crescimento, o que é algo positivo para a economia do estado do Ceará.

No entanto, a participação elevada destas duas atividades, mostra um quadro de fragilidade do setor produtivo local, visto demonstrar sua pouca diversificação com as demais atividades possuindo diminuta expressão. Tal situação é ainda mais grave quando se observa que, dentre as atividades com menor participação, estão os serviços com maior poder de agregação de valor, como serviços de informação e outros especializados.

Sendo assim, é importante que se promova o desenvolvimento de novas atividades capazes de ampliar a competitividade do setor e reduzir sua dependência do comércio varejista tradicional e da administração pública.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o setor terciário fortalecido, competitivo e diversificado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.
Evolução da remuneração média no setor terciário	R\$	1.923,12	1.948,28	1.987,98	1.967,76	1.950,50	*
Participação do setor serviços na massa salarial	%	74,98	74,03	74,81	**	74,00	**
Taxa de crescimento do Valor Adicionado do Setor de Serviços	%	3,42	3,16	3,66	***	-1,00	***
Variação anual do estoque de empregos formais no setor de Serviços	%	1,32	5,84	4,12	1,24	-5,00	****
Variação da Receita Nominal de Serviços no acumulado do ano	%	...	13,02	7,89	3,51	8,00	*****

Fonte: SDE

* Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em que a última publicação se refere a 2015.

** Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo IBGE no entanto, a última PNAD divulgada corresponde ao ano 2014.

*** Segundo dados do IBGE, cuja última publicação disponível se refere a 2014.

**** Calculada segundo RAIS divulgada pelo MTE, em que a última publicação se refere a 2015.

***** Calculada de acordo com dados do IBGE, cuja última publicação corresponde a 2015

Analisando a taxa de crescimento do valor adicionado do setor de serviços, a participação de 75,64% do setor no produto interno bruto estadual do bem como duas quedas anuais consecutivas e uma possível retração de 1% ao longo de ano de 2016 revela a profundidade da crise que a atividade econômica do Estado se encontra. O aumento da taxa de desemprego, queda da renda real por conta da inflação resistente, contração do crédito e o elevado grau de incerteza quanto ao futuro diminui a confiança dos agentes econômicos impactando diretamente no principal setor da economia cearense.

O setor de serviços é bastante expressivo na economia considerando sua participação relativa na massa salarial do Estado, que se manteve em torno de 75% ao longo do período analisado. A remuneração média real

no setor de serviços apresentou ligeiro crescimento entre 2012 e 2015, passando de R\$ 1.923,12 para R\$ 1.967,76 (2,3%).

Vale notar que, mesmo em um momento de crise como o qual a economia em que se encontra, o setor manteve um crescimento no estoque de empregos formais, embora em ritmo desacelerado (entre 2014 e 2015, os empregos formais no setor de serviços cresceram 1,24%). Resultado similar observa-se para a variação da receita nominal de serviços no acumulado do ano.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE SERVIÇOS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvol-

vidas por meio do programa: Fortalecimento do Setor de Serviços.

PROGRAMA 042 - FORTALECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS

O Programa tem como objetivo principal fortalecer o Setor Terciário, tornando-o mais competitivo e diversificado com capacidade

de acomodar um estoque de mão de obra melhor qualificado, tendo como público-alvo o setor produtivo e seus trabalhadores.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Apoio a realização de eventos de promoção de negócios.	Evento realizado	unidade	1	8

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dado parcial sujeito a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Participação em três eventos: Ceará Moda Contemporânea, Intermodal South América; (Feira Internacional de Logística, Transporte de Cargas e Comércio Exterior); Expolog 2016, Feira Internacional da China para Investimentos e Comércio (19TH CIFIT);

- Apoio a cinco eventos: Rio Content

Market; 1º Festival de Oportunidades em Negócios e Turismo do Extremo Oeste do Ceará; XXII Encontro Nacional de Controle Interno – CONACI; Seminário Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável – Oportunidades e Potencialidades para a Região do Cariri; Seminário Futura Trends, de forma a fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas do Estado, atraindo novos empreendimentos e alavancando o mercado interno.

TEMA - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado do Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana, garantindo ao Ceará uma posição de destaque na esfera nacional.

Cabe às secretarias da Infraestrutura e das Cidades a responsabilidade pela implantação da política pública de infraestrutura e mobilidade com o objetivo de garantir ao Estado do Ceará a promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos, o aumento da produtividade e da competitividade norteados pelas vocações e aptidões naturais de cada região, de modo a promover

o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

O Departamento Estadual de Trânsito do Ceará realiza o gerenciamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará, que atende às necessidades de deslocamento em todos os 184 municípios cearenses através das transportadoras regularizadas perante o Poder Concedente.

No tocante ao transporte rodoviário, visando à integração de sistemas de transporte público coletivo intermunicipal de passageiros o Governo do Estado, em maio de 2016, deu início à implantação do Bilhete Único Metropolitano – BUM, que possibilitou a integração tarifária entre os serviços metropolitano e urbano da Capital, mediante subsídio financeiro custeado pelo Tesouro Estadual. Em média, são realizados 6 mil deslocamentos por dia,

o que representa 4,5% dos deslocamentos metropolitanos totais, beneficiando 14 dos 19 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

No que se refere ao transporte de passageiros sobre trilhos em Fortaleza e RMF destaca-se que a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos vem buscando oferecer um serviço com maior qualidade a partir de aprimoramentos técnicos na Linha Sul (RMF) e da oferta de serviço de transporte de passageiros na Linha Sul (metrô) e de VLT nas linhas Oeste (RMF), Sobral (RMS) e Cariri (RMC).

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a infraestrutura e mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público estadual	%	8,30	1,42	8,01	-0,84	-1,00	4,12
Número de vítimas fatais por 10.000 veículos	Unidade	11,13	11,70	11,82	9,47	9,23	9,05
Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF	%	0,70	0,70	1,49	1,58	3,10	1,65
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP)	ton	4.392.050	6.327.288	8.274.471	7.295.000	10.332.748	9.887.849
Percentual da malha viária em condição "BOA"	%	74,16	76,60	74,40	76,00	74,20	72,63

Fonte: SCidades/Seinfra

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

O indicador “Incremento do número de passageiros transportados no Sistema Rodoviário Intermunicipal de Transporte Público estadual” representa, em percentual, a variação do número de passageiros transportados no sistema intermunicipal de transporte público do estado do Ceará, que inclui os serviços regulares por espécie – Regular Metropolitano, Regular Interurbano e Regular Complementar.

O percentual de 4,12% registrado em 2016 para o incremento do número de passageiros transportados no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros (STRIP - CE) é considerado satisfatório com base na meta programada, haja vista também a conjuntura de diminuição da atividade econômica, com repercussões no desejo de deslocamento dos usuários.

Para melhorar o desempenho desse indicador, o Governo, por meio do Detran, tem implantado novas linhas regionais no interior do Estado e, em relação à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), tem a intenção de licitar a prestação dos serviços, com expectativas de redução dos valores tarifários e de melhoria das condições de conforto e segurança da frota operacional.

O indicador “Número de vítimas fatais por 10.000 veículos” representa, em unidades, a comparação do número de óbitos para cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito no Ceará, em relação ao total da frota de veículos do Estado.

O número de vítimas fatais, de 9,05, registrado em 2016, a cada 10.000 veículos envolvidos em acidentes de trânsito, é considerado satisfatório, posto que houve uma redução de

2,25% no número de vítimas fatais em relação ao ano anterior (2015), em razão das ações conjuntas, desenvolvidas pelos órgãos componentes dos sistemas de trânsito no estado do Ceará.

As principais causas de óbitos envolvendo vítimas em acidentes de trânsito em 2016 são atribuídas ao aumento da frota de veículos no Estado em 4,10%, que cresceu de 2.828.433, em 2015, para 2.944.353, em 2016; o aumento da frota de motocicletas em 3,70%, ampliada de 1.226.722, em 2015, para 1.272.124, em 2016; e o aumento do número de condutores habilitados no período em 6,44%, que evoluiu de 1.847.378, em 2015, para 1.966.364, em 2016¹.

Os principais fatores relacionados à redução do número de vítimas fatais no trânsito, de 11,82 vítimas em 2014 para 9,05 vítimas, em 2016, podem ser atribuídos: à intensificação das ações de fiscalização a partir de 2015; às campanhas educativas, por meio de blitzes na capital e principais municípios do interior do Estado, em convênio com suporte operacional da Polícia Rodoviária Estadual – PRE; aos investimentos em sinalização de trânsito nas rodovias estaduais, com a implantação de sinalização e dispositivos de segurança viária; bem como aos investimentos em aquisição de veículos e materiais para suporte operacional às blitzes fiscalizatórias.

O indicador “Participação do número de passageiros transportados por sistema Metroferroviário na Matriz de Transporte Público da RMF” representa a soma das entradas de passageiros pelas linhas de bloqueios devidamente registradas pelo Transporte Metrofer-

6 - Dados de 2016 referem-se à média mensal de janeiro a novembro.

roviário no sistema de transporte, bem como pela gestão do Transporte Rodoviário de passageiros, com abrangência geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

Inclui os modais ônibus, vans, metrô e VLT, considerando-se nesses dois últimos modais as linhas Oeste (VLT) e Sul (metrô), ambas em operação na RMF.

O percentual de 1,65% registrado em 2016, referente à participação de passageiros no transporte metroferroviário e rodoviário na matriz de transporte público da RMF refere-se às linhas urbanas e interurbanas em todo o Estado. Tal índice foi considerado satisfatório diante da estrutura oferecida e da dificuldade de recursos no exercício de 2016.

No que se refere ao serviço metroferroviário de passageiros, o Metrofor vem buscando oferecer na RMF melhorar a qualidade do serviço ofertado a partir de aprimoramentos técnicos que se encontram em andamento na Linha Sul, como telecomunicações, sonorização, bilhetagem eletrônica e Centro de Controle Operacional – CCO, em operação.

No tocante à gestão e fiscalização do serviço de transporte rodoviário de passageiros, intenciona-se por meio do Detran - Ce licitar a prestação dos serviços, com expectativas de redução dos valores tarifários e de melhoria das condições de conforto e segurança da frota operacional.

O indicador de “Movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém” apresentou um crescimento de 35,54% em relação a 2015, atingindo um total de peso bruto da ordem de 9,9 milhões de toneladas. Com

95,69% da meta alcançada até novembro de 2016, a Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos já chegou ao seu maior volume de cargas movimentadas historicamente. Esse alcance deve-se, sobretudo, ao início da operação de carvão e placas da empresa Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP.

A política responsável pela manutenção e conservação da malha rodoviária estadual, com a satisfatória alocação anual de recursos e a adoção de modernas técnicas, como a recuperação funcional de pavimentos, tem permitido manter, nos últimos anos, um estado de conservação das rodovias pavimentadas estaduais com um índice “bom”.

A redução da extensão na condição “BOA” no período de 2016 é o reflexo de alguns fatores: o passivo da malha com necessidade de receber uma intervenção de recuperação funcional que não pôde ainda ser efetivada; o período de transição entre a conclusão de obras de pavimentação/restauração e a contratação de novas intervenções rodoviárias pelo Programa Ceará IV e a significativa redução no repasse pelo Governo Federal da alíquota do imposto Cide - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico. Tal recurso era destinado para os II contratos de conserva dos Distritos Operacionais do DER.

Convém ressaltar, no entanto, ser indispensável a consolidação da política de manutenção rodoviária, de modo a se preservar a condição de tráfego em bom nível de serviço, evitando-se, por outro lado, a médio prazo, a deterioração descontrolada dos pavimentos, com altos prejuízos para a economia do Estado.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Infraestrutura e Logística; Mobilidade Urbana; e Gestão e Disciplinamento do Trânsito. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.109,53 milhões.

PROGRAMA 010 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

O Programa tem como objetivo principal assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará, tendo como público-alvo a população do estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Ampliação da capacidade operativa do Terminal Portuário do Pecém.	Porto ampliado	unidade	1	0
Modernização do Terminal Portuário do Pecém.	Porto modernizado	unidade	1	0
Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	Rodovia restaurada	km	302,50	70,26
Ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário estadual.	Rodovia pavimentada	km	270,70	263,93
Manutenção da qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual.	Rodovia conservada	km	11.369,80	11.648,03
Melhoria da sinalização de trânsito nas rodovias estaduais (vertical, horizontal, semaforica e dispositivos de segurança viária).	Sinalização implantada	unidade	380.000	801.783
Melhoria de infraestrutura viária urbana.	Via restaurada	km	233	53,87
Melhoria da infraestrutura viária urbana das cidades do Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe.	Via pavimentada	km	19,25	14,10

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Pavimentação de 263,93 quilômetros de rodovias estaduais, perfazendo 97,5 % da meta programada para o ano de 2016;
- Reforma de 70,26 km de rodovias, representando 23,23 % da meta originalmente programada para o ano;

- Conservação de 11.648,03 quilômetros de rodovia, ultrapassando 2,4 % a meta programada para o ano de 2016;
- Implantação, pelo Detran, de 801.783 unidades de sinalização nas estradas cearenses, seja sinalização vertical (placas), sinalização horizontal (pintura asfáltica), sinalização semaforica, bem como a implantação de dispo-

sitivos de segurança viárias (tachinhas e tachões, colunas cônicas e defensas metálicas), ultrapassando em 111% a meta traçada para todo o ano;

- Estruturação de 53,87 km de vias urbanas, ou seja, 23,12 % da meta programada para o ano de 2016;

- Pavimentação de 14,10 km de vias urbanas das cidades do Cariri Central e dos Vales do Acaraú e Jaguaribe, nos municípios beneficiados por meio do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará - Cariri Central e do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e do Vale do Jaguaribe, perfazendo 73,4 % da meta programada;

- Fornecimento e instalação das Utilidades do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) do Terminal Portuário do Pecém, com uma evolução na execução de 70,6%;

- Execução de obras civis da nova ponte

de acesso, ampliação do Terminal de Múltipla Utilidade (TMUT) e pavimentação com engorda do quebra-mar existente no tramo norte-sul para ampliação do Terminal Portuário do Pecém, com uma evolução na execução de 78,1%;

- Fabricação de camisas metálicas para ampliação do TMUT, com registro de evolução de execução de 94,9%.

PROGRAMA 019 - MOBILIDADE URBANA

O Programa tem como objetivo principal implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário (e rodoviário) do Estado e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense, tendo como público-alvo a população do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Leste.	Linha Leste do Metrô implantada	unidade	0	0
Expansão da oferta de serviços de transporte metroviário - Linha Sul.	Linha Sul do Metrô implantada	unidade	0	0
Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros - Linha Parangaba/Mucuripe.	Linha de Trem de Passageiros implantada	unidade	1	0
Gerenciamento e fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros.	Gerenciamento de Trânsito e Transporte realizado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Oferta do serviço de transporte metroferroviário em Fortaleza e Região Metropolitana a 5.468.141 passageiros, dos quais 4.068.553 passageiros na Linha Sul e 1.399.588 passageiros na Linha Oeste (média de 452.061 passageiros/mês na Linha Sul e 155.510 passageiros/mês na Linha Oeste; média de 19.024 passageiros/dia útil Linha Sul e 6.482 passageiros/dia útil Linha Oeste);
- Oferta do serviço de transporte metroferroviário na Região do Cariri a 298.673 passageiros (média de 33.186 passageiros/mês; média de 1.533 passageiros/dia útil);
- Oferta do serviço de transporte metroferroviário em Sobral a 391.511 passageiros (média de 43.501 passageiros/mês; média de 2.068 passageiros/dia útil);
- Oferta do serviço de transporte intermunicipal de passageiros do estado do Ceará a 92.265.701 passageiros, incluindo o Serviço Regular Metropolitano (48.930.564 passageiros), Serviço Regular Interurbano (18.566.514 passageiros) e o Serviço Regular Complementar - Metropolitano e Interurbano (24.768.623 passageiros);
- Beneficiamento de 35.647 pessoas que utilizaram, ao menos uma vez, o Bilhete Único Metropolitano – BUM realizando 1.108.881 integrações, de um total de 44.445 bilhetes produzidos e 51.515 pessoas cadastradas, superando em 27,74% a meta de 27.905, programada no PPA em 2016;
- Elaboração de 100% de laudos de vistoria dos imóveis relacionados à Expansão da Linha Leste do Metrô de Fortaleza;

- Avanço físico de 92,83% do primeiro estágio da expansão da oferta da Linha Sul do Metrô de Fortaleza, que inclui 99,48% de obras civis; 70,32% de sistemas fixos; 19,83% de material rodante Alstom; 95,00% de material rodante AnsaldoBreda SPA; 51,48% de integração de sistemas; 94,01% de desapropriação e 91,26% de estudos e projetos; 84,99% das Estações Juscelino Kubitschek (JK) e Padre Cícero, e 100% de execução do Viaduto da Rua Padre Cícero;

- Execução de 61% dos Serviços Técnicos Especializados de Engenharia para Gerenciamento, Fiscalização, Controle Tecnológico e Assessoria Técnica na execução das obras civis para Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT - Ramal Parangaba/Mucuripe;

- Avanço físico de 89,06% referente à aquisição dos Veículos Leves sobre Trilhos VLTs do Ramal Parangaba/Mucuripe, com a entrega de 7 dos 8 VLTs contratados.

PROGRAMA 037 – GESTÃO E DISCIPLINAMENTO DO TRÂNSITO

O Programa tem como objetivo principal melhorar a segurança e a fluidez do trânsito nas rodovias do Estado do Ceará, reduzindo o número de infrações no trânsito e, consequentemente, os índices de acidentes, tendo como público-alvo os usuários dos sistemas de trânsito, condutores de veículos automotores, pedestres e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará.	Gerenciamento de Trânsito e Transporte Realizado	unidade	1	1
Cadastramento e habilitação de condutores de veículos automotores do Estado do Ceará.	Habilitação Concedida	unidade	625.000	535.992
Ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.	Unidade Operacional Implantada	unidade	11	4
Ampliação da oferta de serviços de registro de veículos e habilitação de condutores.	Unidade Operacional Implantada	unidade	15	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Concessão de 535.992 habilitações mediante a oferta dos serviços de implantação de novos habilitados (120.469 motoristas), renovação de condutores habilitados (257.496 CNHs), emissão de Permissão Para Dirigir (109.810 PPDs) e expedição de 2as. vias de habilitação (44.892 CNHs);

- Beneficiados 8.503 condutores de veículos com acesso à primeira CNH por meio do Programa CNH Popular, selecionados dentre 20.917 candidatos, de um total de 104.065 inscrições;

- Realização de 680 eventos educativos para conscientização do cidadão sobre como deve ser a sua conduta no trânsito (campanhas com cursos, palestras, blitzes educativas e outros eventos), além de ações contínuas realizadas por meio das Escolas de Educação para o Trânsito de Fortaleza, no bairro Maraponga, e no município de Sobral, além da Unidade Móvel de Trânsito;

- Realização de 6.500 blitzes fiscalizatórias no Estado, com um total de 281.415 veículos

fiscalizados, identificação de 81.613 veículos irregulares, remoção de 30.277 veículos para depósito, recolhimento de 3.098 habilitações e emissão de 127.717 autuações de veículos e condutores pelo cometimento de infrações de trânsito;

- Registro de 2.093.160 veículos, por meio da oferta dos serviços de licenciamento anual de veículos/motos (1.797.256 veículos), da implantação de veículos novos (116.251 veículos) e outros serviços, a exemplo de transferências e mudanças de jurisdição no sistema de registro de veículos do DETRAN-CE;

- Construção de 4 Postos de Fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) nos municípios de Tamboril, Canindé, Quixeré e Jaguaribe;

- Implantação de 4 unidades operacionais para descentralização dos serviços da instituição com vistas a melhoria do atendimento aos usuários dos serviços de trânsito, sendo 2 Sedes Regionais nos municípios de Aracati e Camocim, e 2 Áreas de Exames de Prática de Direção nos municípios de Quixadá e Itapipoca.

TEMA – TURISMO

O produto turístico cearense compõe-se essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos-negócios e religiosidade, enquanto os componentes científico-cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do Estado, de uma região seca e com vocação agrícola, em moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado.

A importância do turismo é traduzida pelo efeito multiplicador em diversos setores integrantes da sua cadeia produtiva, como: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos,

câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e *souvenirs*, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros, envolvendo essa malha multissetorial a movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais no Estado.

No intuito de estimular um maior dinamismo da economia cearense, a Secretaria de Turismo - SETUR executou ações que impactaram diretamente no resultado do PIB Estadual sendo que em 2016 a atividade turística foi responsável por 11,4% do Produto Interno Bruto (PIB) cearense – número equivalente aos níveis de participação do turismo no PIB mundial – criando novas oportunidades de crescimento.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o destino Turístico Sustentável e Considerado Referência Nacional. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (1)
Fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza.	Nº	2.995.024	3.141.406	3.262.259	3.343.815	3.360.000	3.243.501
Gasto per capita diário do turista no Estado.	R\$	156,90	159,12	173,17	208,31	210,00	231,04
Índice de Interiorização do turismo via Fortaleza.	%	68,30	69,10	71,50	72,00	70,20	70,00

Indicador	Unid	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (¹)
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	%	76,10	77,30	77,90	78,10	78,20	78,00
Número de empregos nas atividades características do turismo	Nº	54.929	58.789	63.174	65.069	65.000	64.437
Oferta hoteleira (UHs)	Nº	27.551	29.835	30.686	32.646	31.300	33.253
Taxa de ocupação hoteleira	%	69,90	70,20	72,04	73,00	74,00	72,00

Fonte: Setur
(*) Dados até novembro/2016

No que se refere ao indicador “Fluxo Turístico para o Ceará via Fortaleza”, observa-se um crescimento de 8,3%, no período analisado de 2012 a 2016, sendo a média anual de 2,0%. Esse indicador é obtido pelo Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, encaminhado mensalmente pela rede hoteleira e pela Ficha de Acompanhamento Mensal - FAM. Além disso, são utilizadas as variáveis das pesquisas realizadas anualmente pela SETUR/CE.

O indicador “Gastos per capita diário do turista no Estado” revela um crescimento significativo no período analisado de 2012 a 2016 de 47,2%, sendo a média anual de 10,2%. Comparando 2012 em relação a 2016, o número saltou de R\$ 156,90 para R\$ 231,04. Esse valor é obtido através das pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BR’s e CE’s) e nos principais pontos turísticos.

No período analisado 2012/2016, o “Índice de Interiorização do Turismo via Fortaleza” apresentou contínuo crescimento anual, como reflexo de importantes investimentos, realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Assim como programas de capacitação profissional e qualificação dos

destinos e produtos turísticos e sinalização turísticas. Esse índice saltou de 68,3% para 70,0% com crescimento de 2,5%. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BR’s e CE’s).

O “Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos”, apresentou também no período analisado 2012/16, contínuo crescimento anual como reflexo de importantes investimentos realizados no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Assim como programas de capacitação profissional e qualificação dos destinos e produtos turísticos e sinalização turísticas. Esse indicador saltou de 76,1% para 78,0% com crescimento de 2,5%. Esse índice é obtido pelas pesquisas de perfil da demanda turística nacional e internacional, realizadas nos principais portões de saída da capital (aeroporto, rodoviárias e nas BR’s e CE’s) e nos principais pontos turísticos.

O aumento do emprego com base no turismo é um resultado aferido pelo indicador “Número de empregos nas atividades características do turismo”, o qual, para efeitos de mensuração, considera somente os empregos dos setores de alojamento, alimentação,

agências de viagens, locadoras de veículos, lazer e entretenimento. O nível de empregos no Estado registrou um aumento de 17,3% no período analisado. As estatísticas oficiais sobre o emprego são disponibilizadas através do Registro Anual de Informações Sociais - RAIS, onde são contabilizados os empregos formais.

No período analisado 2012/16, a “Oferta Hoteleira (Uhs)” apresentou também contínuo crescimento anual como reflexo de importantes investimentos realizados na capital e no interior do Estado em infraestrutura turística e melhoria dos acessos aos destinos turísticos. Esse indicador saltou de 27.551 para 33.253 Uhs (apartamentos) apresentando crescimento de 20,7%. Esse índice é feito por pesquisas mensais na capital e interior.

A “Taxa de ocupação hoteleira” teve um crescimento no período analisado de 2012 a 2016 de 3,0%, sendo a média anual de 0,7%. Essa taxa é obtida pelo Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH encaminhado mensalmente pela rede hoteleira e pela Ficha de Acompanhamento Mensal - FAM, que são as pesquisas realizadas diariamente via contato telefônico com a rede hoteleira.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO TURISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 124,31 milhões.

PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO CEARÁ

O programa tem como objetivo consolidar o Ceará como destino turístico sustentável em nível nacional e internacional, tendo como público-alvo os turistas, entidades de classe, profissionais da cadeia produtiva, organizações não governamentais, associações comunitárias, estudantes e professores.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Ampliação da infraestrutura de acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas.	Rodovia Construída	km	81,00	50,55
Realização de ações de valorização dos destinos turísticos.	Área Urbanizada	unidade	5	2
Promoção de ações de divulgação dos destinos turísticos cearenses.	Campanha Realizada	unidade	3	2
Formação e qualificação profissional nos serviços turísticos.	Pessoa Capacitada	unidade	5.068	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Execução de 17,00% das obras de requalificação urbanística da Vila do Cumbuco;
- Conclusão da obra de duplicação da CE-040, no Trecho de Guajiru - Viçosa, com extensão de 7,4 Km;
- Conclusão da obra de duplicação da CE-040, no trecho Viçosa – Aracati, com extensão de 11,33 km;
- Execução de 30% do contrato de Interpretação Turística;
- Elaboração do Diagnóstico para o Sistema de Informações Turísticas do Ceará (SITUR-CE);
- Conclusão da valorização do complexo turístico-paisagístico do Centro Histórico de Aracati;
- Conclusão da obra de Urbanização do Mirante da Lagoinha, no município de Paraipaba;
- Conclusão da obra de pavimentação da

Av. Eritides Martins, que compreende a melhoria do acesso de entrada e também da saída do município de São Gonçalo do Amarante/CE, com extensão de 2,3 km;

- Execução de 32,64% da obra de Pavimentação em Pedra Tosca em diversas ruas do Distrito de Icarai de Amontada;
- Execução de 75% da obra de Requalificação da Praia da Barra – Ilha do Guajiru no município de Itarema;
- Execução de 10% da obra de Urbanização da Beira Mar da Lagoinha, no município de Paraipaba;
- Execução de 63,40% da obra de Pavimentação da rodovia de acesso à praia do Preá;
- Execução de 97,51% da duplicação da Rodovia CE-085, no trecho: Entr. CE-341 (Paracuru) Entr. CE-162 (Trairi) - Trecho IV, com extensão de 29,52 km;
- Participação em 29 (vinte e nove) eventos nacionais e internacionais de promoção, tais como feiras e roadshows.

TEMA - TRABALHO E RENDA

A globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído barreiras à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, quando não gera exclusão dos trabalhadores.

Para fazer face a essa realidade, presente em

diversos países, o Governo tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para ampliação do setor produtivo, tor-

nando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais – APL. Associam-se ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado reunindo as políticas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a

inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas regiões estaduais.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a população com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ^(*)
Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural.	%	1,5	-2,5	6,0	-4,7	-	-
Números de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato.	Nº	24.942	20.889	27.372	22.129	19.900	21.175
Participação do Sistema Público de Emprego na movimentação do emprego.	%	16,90	15,80	15,30	13,95	15,30	16,50
Taxa de Colocação de Jovens (16 a 29 anos) pelo Sistema Público de Emprego.	%	-	-	62,30	61,69	60,00	63,20
Variação do rendimento médio real dos trabalhadores.	%	4,90	-0,30	1,80	-6,20	1,80	1,10

Fonte: PNAD/IBGE./STDS
 (*) Dados até novembro/2016

O indicador “Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural “ representa a variação anual do rendimento médio das pessoas economicamente ativas da zona rural em cada ano quando comparado ao ano anterior.

A política econômica executada pelo Governo Federal (inflação, salário mínimo, bolsa família, aposentadoria rural), é base de sustentação para a oscilação da taxa de variação real do rendimento médio do trabalhador rural.

No aspecto estadual voltada para a atividade primária, vale salientar que os cinco anos de seca também podem influenciar na oscilação do indicador, dependendo não só na quantidade ofertada de produtos agrícolas como também no preço destes produtos, acarretando variações no rendimento do trabalhador rural.

O “Número de ocupações geradas e mantidas nas unidades produtivas de Artesanato” foi superior ao programado para 2016 em 6,4%, totalizando 21.175 pessoas beneficiadas, contribuindo para a melhoria das condições de vida de produtores artesanais. Entretanto, comparativamente ao ano de 2015, houve uma redução de 4,31%, o equivalente a 954 pessoas, cuja produção foi menos demandada pelas lojas de comercialização do artesanato em função da crise econômica em curso, inclusive com diminuição de fluxo turístico nas lojas da Central de Artesanato do Ceará (Ce-Art).

A “Participação do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda – SPETR na movimentação do emprego e a Taxa de colocação de jovens de 16 a 29 anos pelo Sistema Público de Emprego” ultrapassaram as metas programadas para 2016. No entanto, a variação do rendimento médio real dos trabalhadores ficou um pouco abaixo do crescimento previsto (1,8%), porém houve um crescimento real do rendimento médio do trabalhador em 1,1%, um importante desempenho em se tratando de um ano de crise no mercado de trabalho, como foi o de 2016.

De forma geral, comparando 2016 com 2015, houve um crescimento de 2,55% na participação do SINE/CE nos admitidos nas empresas cearenses, de 1,51% na taxa de colocação de

jovens em relação ao total de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal pelo SINE/CE, e de 1,1% no rendimento médio real do trabalhador, cuja motivação para esses incrementos reside no fato de que o ano de 2015 apresentou uma queda acentuada no desempenho do mercado de trabalho, enquanto que em 2016 esse impacto foi menor, registrando um quadro de melhoria relativa.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE TRABALHO E RENDA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural; Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; e Desenvolvimento do Artesanato. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 113,97 milhões.

PROGRAMA 031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O Programa tem como objetivo principal viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, tendo como público-alvo agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.	Projeto Produtivo implantado	unidade	340	0
Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais.	Projeto implantado	unidade	23	8
Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.	Família beneficiada	unidade	23.000	2.373

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de convênio por meio do Projeto São José III com 69 Entidades Representativas dos Beneficiários (ERB's), sendo 37 referentes ao primeiro edital e 32 referentes ao segundo edital lançado;

- Realização de 136 eventos, (capacitações, seminários, intercâmbios e oficinas), com as temáticas ambientais, sociais, gestão empresarial entre outros, contemplando 4.000 pessoas, entre beneficiários e técnicos do Projeto São José III;

- Desenvolvimento de capacidades das famílias da agricultura familiar através das ações de acompanhamento técnico e elaboração de planos de investimentos para 2.373 famílias em 62 comunidades, executados pelas entidades de ATC's - Assessoria Técnica Contínua: Cáritas Diocesana de Crateús, CETRA e Flor do Piqui;

- Elaboração de 52 Planos de Investimentos fortalecendo as cadeias produtivas relacionadas a práticas agroecológicas e convivência com o semiárido pelo Projeto Paulo Freire, no valor de R\$ 13,52 milhões, dos quais já havendo desembolso de R\$ 2,8 milhões para 16 Planos de Investimento;

- Seleção de 538 novas comunidades (267 na Região de Sobral; 144 na Região do Cariri e 127 na Região dos Inhamuns), totalizando as 600 totais previstas no Projeto Paulo Freire;

- Produção de Estudo de Linha de Base do Projeto Paulo Freire;

- Formação de 31 Comitês Locais nos municípios de atuação do Projeto Paulo Freire, com a capacitação de 312 lideranças;

- Realização de 115 formações com a participação de 2.300 famílias, nas temáticas de associativismo, economia popular solidária, agroecologia, convivência com o semiárido, coleta seletiva e políticas públicas;

- Capacitação de 50 técnicos/as (Equipe do Projeto Paulo Freire e Entidades de ATC) em 3 formações que abordaram as seguintes temáticas: Transição Agroecológica, Educação Contextualizada e Políticas Públicas;

- Implantação de oito projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais agrícolas e não agrícolas beneficiando 760 famílias em 6 municípios;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 59.218 agricultores(as) familiares,

com enfoque no acesso à estrutura básica produtiva para o desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, através da qualificação e capacitação técnica, gerencial e organizacional dos agricultores familiares e de créditos de investimento e custeio para pequenos negócios agrícolas e não agrícolas, como o artesanato em fibras vegetais, argila e areia, madeira, sementes, cascas e têxteis, além do turismo rural, que ampliou roteiros turísticos, trilhas ecológicas e unidades gastronômicas. A prestação de ATER contemplou agricultores selecionados pelo Programa Brasil sem Miséria, apoiando a disponibilização de recursos para a reestruturação produtiva de seus pequenos negócios.

PROGRAMA 078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

O Programa tem como objetivo principal viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, tendo como público-alvo os trabalhadores desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com deficiência, trabalhadores autônomos prestadores de serviços, trabalhadores requerentes do seguro-desemprego, e população socialmente vulnerável.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Atendimento integrado aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego.	Trabalhador Colocado/Recolocado no Mercado de Trabalho	Nº	74.109	59.279
Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis.	Pessoa qualificada	Nº	21.600	15.370

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até novembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção do Centro de Formação e Inserção Social pelo Trabalho – CEFIT;
- Colocação e recolocação de 59.279 trabalhadores no mercado de trabalho;
- Qualificação de 15.370 pessoas. Do universo de pessoas qualificadas, 1.280 jovens estão inseridos no mercado de trabalho e desenvolvendo a qualificação em serviço, por meio do estágio remunerado; 1.296 jovens concluíram o estágio; 4.243 jovens concluí-

ram cursos oriundos dos projetos que atendem o segmento Juventude e 3.888 pessoas são concludentes de cursos de qualificação social e profissional dos demais projetos gerenciados pela Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR;

- Apoio à manutenção das Unidades de Atendimento do SINE/CE - IDT, as quais compõem o Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda.

- Publicação de 12 Boletins de Análise do Comportamento do Mercado de Traba-

lho da Região Metropolitana de Fortaleza.

PROGRAMA 083 - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO

O Programa tem como objetivo fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva, inte-

grando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura, tendo como público-alvo artesãos, grupos produtivos e entidades artesanais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses.	Peça Artesanal Comercializada	unidade	122.500	62.816
Melhoria da qualidade da produção artesanal.	Artesão Beneficiado	Nº	7.100	4.367

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Cadastramento de 3.594 artesãos no Programa de Desenvolvimento do Artesanato;
- Apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses, com a manutenção da CEART e suas cinco lojas, sendo três em Fortaleza, distribuídas estrategicamente, e duas no interior do Estado (Fortaleza: CEART-Shopping Rio Mar, Dragão do Mar de Arte e Cultura, Guaramiranga e Aracati);
- Comercialização de 62.816 (sessenta e dois mil, oitocentos e dezesseis) peças artesanais com um volume de vendas da ordem de R\$ 1.735.645,00 (Um milhão setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e

cinco reais), beneficiando diretamente 21.175 artesãos;

- Realização de 16 eventos de comercialização locais, participação em 14 eventos locais e nacionais e apoio a 41 eventos locais e regionais, totalizando 71 eventos contribuindo para o escoamento da produção artesanal;
- Capacitação de 4.367 artesãos nas diferentes tipologias artesanais;
- Implementação do Sistema de Certificação de Autenticidade dos Produtos Artesanais e de Reconhecimento das Obras de Arte Popular Cearenses, com a emissão de certificados com o SELO CEART em 2016 para 2.087 produtos artesanais.

TEMA - EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo no Estado experimentou avanços importantes com a criação de uma estrutura de apoio e fomento ao Empreendedor e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006, além de oportunizar o crescimento dos pequenos negócios a partir das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

Os desafios que se apresentam no tema conformam as estratégias de políticas que visam assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação técnica e gerencial, formação empreendedo-

ra, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.

Assim, criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa, inovadora, sustentável e integrada para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas e a elaboração de um plano estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos, é o grande desafio que o Governo assume pelos próximos quatro anos.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a população com capacidade de inserção produtiva, empreendedora e inovadora. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Microempreendedores individuais formalizados	Nº	78.500	114.261	147.333	179.745	100.000	204.793

Fonte: SDE

(*) Dados até novembro/2016

O Programa de Empreendedorismo coordenado pela SDE teve o seu escopo definitivamente estabelecido após o fechamento da parceria com a FUNCAP. O recurso destinado ao programa foi aprovado, em dezembro

de 2016, pelo COGEFIT. Portanto, o programa deverá apresentar efeitos diretos a partir de 2017 e caracteriza-se pela assistência técnica em empreendedorismo, mais especificamente atuando na aceleração de startups.

A expectativa de aumento do desemprego e a efetiva redução do emprego formal no Ceará tem direcionado pessoas ao empreendedorismo. Tal afirmação está demonstrada nos números de formalização de microempreendedores individuais (MEI) que, além de tudo, estão contando com uma série de incentivos federais e estaduais para a formalização de seus negócios. Basta observar que a formalização de MEIs tem crescido a cada ano.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO EMPREENDEDORISMO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Empreendedorismo

e Protagonismo Juvenil; e Empreendedorismo e Economia Solidária. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 0,61 milhões.

PROGRAMA 043 - EMPREENDEDORISMO E PROTAGONISMO JUVENIL

O Programa tem como objetivo principal promover e ampliar a educação e a cultura empreendedora no Estado do Ceará, tendo como público-alvo empreendedores e potenciais empreendedores.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016^(*)
Formação e qualificação profissional em atividades empreendedoras.	Pessoa capacitada	unidade	200	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

^(*) O programa Primeiro Negócio encontra-se responsável pela formação e qualificação de profissionais. Entretanto, devido à falta de recursos gerada pela atual conjuntura econômica nacional, o programa iniciará no primeiro semestre de 2017

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação no Município de Crateús projeto piloto do Distrito Empreendedor, contemplando 8 pequenos negócios por meio da cessão de um local infraestruturado ao desenvolvimento de suas atividades produtivas, como fabricação de calçados, artefatos para pesca e esportes, produtos gráficos, higiene e limpeza, móveis, metalúrgica, propiciando a geração de 54 empregos.

- Cessão em comodato para 9 empreendimentos, com a disponibilização de 36.919,99

m² de área, beneficiando os municípios de Pacatuba, Chorozinho, Itapipoca, Maranguape, Aracoiaba, Sobral e Santa Quitéria e, dois dos quais, em Quixeramobim.

PROGRAMA 082 - EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa tem como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, da economia formal, que possibilite ao empreendedor criar e alavancar o seu negócio de forma competi-

va e com qualidade para enfrentar os desafios do mercado, tendo como público-alvo microempresários, empresários de pequeno porte, microempreendedores individuais, cooperativas e grupos produtivos de economia solidária, profissionais autônomos ou

liberais e empreendedores em geral. Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação de acesso ao crédito para empreendimentos.	Empreendedor apoiado	unidade	1.252	1.720

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 144.862 atendimentos aos empreendedores;
- Realização do II Encontro Estadual de Empreendedorismo, em Fortaleza, com a participação de 280 pessoas;
- Abertura de 3.815 novas empresas no Estado.

- Funcionamento de 03 Centros de Economia Solidária (Tauá, Tejuçuoca e Capistrano), com atendimento a 1.003 famílias;
- Capacitação de 7.403 empreendedores;
- Apoio a 1.720 empreendedores para o acesso ao crédito.

TEMA - PESCA E AQUICULTURA

O tema da Pesca e Aquicultura integra o Eixo Ceará de Oportunidades como importante alternativa econômica, para pequenos, médios e grandes produtores.

Na atividade de aquicultura, destaca-se a produção de camarão e tilápia no estado do Ceará. No que se refere à carcinicultura, segundo o IBGE, a região Nordeste foi responsável pela quase totalidade da produção nacional (99,3%) sendo os estados do Ceará e Rio Grande do Norte os maiores produtores do Brasil.

No Ceará, aproximadamente 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, proporcionando cerca de 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe.

Mas, apesar de ser um alimento desejado pela maioria dos brasileiros, o consumo de camarão equivale apenas a 1% do consumo anual per capita da carne, com cerca de meio quilo por pessoa.

Com relação à produção de tilápia, essa se destaca como a espécie mais cultivada no Brasil, representando 45,4% do total da despesa nacional.

Apesar da crise hídrica e as mortalidades de peixe, o município de Jaguaribara-CE tem grande representatividade no setor. Essa representatividade o colocou no ano anterior em segunda posição em relação à produção de peixes no Brasil, e em primeiro lugar em relação à produção de tilápia.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o Governo estadual estimulou a sua organização em câmaras setoriais, como as ligadas ao tema: a do Camarão e da Tilápia.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a atividade pesqueira e aquícola com desenvolvimento integrado e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (**)
Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura (*)	Nº	2479	3127	3605	3.661	-	-
Produção de pescado no Estado do Ceará(*)	ton	103.169	108.328	108.095	100.000	93.000	-
Valor das exportações de pescado no Estado	US\$ FOB mil	31.842,04	47.209,48	46.726,70	47.366,00	43.000,00	54.000,00

Fonte: SEAPA

(*) Os dados serão disponibilizados a partir de março de 2017

(**) Dado parcial sujeito a revisão

O indicador “Número de ocupações formais geradas nas atividades de pesca e aquicultura” refere-se à quantidade de empregos no ano de 2015, ano de última atualização do RAIS. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

O indicador “Valor das exportações de pescado no Estado”, faz referência às principais exportações do Ceará que são compostas por lagosta, camarão e peixes marítimos. Esse indicador mostra dependência do comércio internacional, e observando o quadro acima é possível observar o aumento do valor em 2016 em referência a 2015, que pode ser associado às variações cambiais (aumento do dólar) nos anos de 2015 e 2016. Enquanto os valores obtidos na exportação do Brasil, observa-se que a quantidade de importações de pescados é maior do que as exportações, sendo o primeiro representando US\$ FOB 927.726 mi

enquanto o segundo apresenta valor de US\$ FOB 216.653 mi, segundo a Associação Brasileira de Criadores de Camarão- ABCC. Esse resultado pode ser associado a baixas de produção principalmente devido à estiagem prolongada em diversas regiões do país.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA PESCA E AQUICULTURA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca e Aquicultura. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,97 milhões.

PROGRAMA 034 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa tem como objetivo principal possibilitar o incremento da produção advinda da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental e, por consequência, contribuir para o aumento do consumo per capita de pescado estadual, além de ensinar a geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores, tendo como público-alvo pescadores e aquicultores de águas marinhas e continentais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Apoio e implantação de projetos de pesca marinha e continental.	Projeto Apoiado	unidade	5	0
Apoio e implantação de projetos de aquicultura marinha e continental.	Projeto Apoiado	unidade	40	1
Prestação de serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.	Produtor Assistido	unidade	2.120	706

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Entrega de 37 (trinta e sete) aeradores e 1 (um) grupo gerador ao Projeto de investimento para a carcinicultura familiar da associação dos criadores de camarão de Icapuí-CE;
- Realização de assistência técnica a 706 produtores em regiões importantes na produção aquícola de São Litoral Leste e Vale do Jaguaribe;
- Apoio a 3 (três) eventos representativos

para o setor que foram a Pec nordeste, a Expocrato e a Expoece;

- Apoio à 13ª Edição da Feira Nacional do Camarão - Fenacam, de forma a fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva do Estado, atraindo novos empreendimentos e avançando o mercado interno;
- Capacitação de cerca de 300 produtores, estudantes e técnicos do setor da carcinicultura através da realização de 9 cursos do Projeto Boas Práticas de Manejo e Biossegurança

de Camarão, Fazendas de Engorda Nível I, realizados nos municípios de Aracati, Acaraú, Itaiçaba, Jaguaruana, Granja (Camocim),

Icapuí, Beberibe, Jaguaribe e Parnaíba (Barroquinha e Chaval).

TEMA - REQUALIFICAÇÃO URBANA

A política de desenvolvimento urbano é tratada no Plano Plurianual numa visão intersectorial envolvendo temas que se articulam e concorrem para o cumprimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e uma gestão democrática, quais sejam - mobilidade urbana (na operação do transporte metroferroviário e na gestão do transporte rodoviário), requalificação de espaços públicos, saneamento básico e habitação.

Torna-se importante também salientar que a execução de estratégias e ações efetivas no âmbito de cada um dos temas devem se respaldar em planos setoriais e municipais com diretrizes, indicadores e projetos que assegurem a organização e o desenvolvimento das áreas urbanas.

É com base nessa assertiva que o apoiar/fortalecer o desenvolvimento da capacidade institucional dos governos municipais assume um papel central para o planejamento e gestão do desenvolvimento das cidades, que deve ser protagonizado pelas gestões municipais.

Por seu turno, cabe ao Governo estadual uma visão integrada dos municípios em função das necessidades e das questões de interesses comuns, objetivando otimizar os recursos destinados a investimentos para promover o desenvolvimento regional.

As regiões metropolitanas requerem políticas especiais de planejamento urbano, econômico e de mobilidade, como também, de fortalecimento de suas centralidades em função da polarização que exerce no contexto do Estado.

Neste contexto, a União estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados por meio da elaboração, no prazo de 3 (três) anos, de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para as regiões metropolitanas ou as aglomerações urbanas instituídas, mediante lei complementar estadual, até a data de entrada em vigor da lei federal.

O tema Requalificação Urbana, além da interface com os temas Infraestrutura e Mobilidade (Ceará de Oportunidades), Saneamento Básico (Ceará Saudável), Meio Ambiente (Ceará Sustentável) e Habitação (Ceará Acolhedor) guarda relação com o eixo Ceará da Gestão por Resultados, no tema Planejamento e Gestão, que abriga o Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios.

Para definir as diretrizes na gestão do PPA, a política para o tema parte do reconhecimento de avanços contabilizados nos últimos anos como:

Viabilização de programas de investimento em saneamento básico e a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para curto, médio e longo prazo;

Entrega de escrituras de imóveis localizados em áreas urbanas por meio da Companhia de Habitação do Estado do Ceará – Cohab-CE, regularizando o legado dos conjuntos habitacionais;

Requalificação de Espaços Públicos por meio da ampliação da oferta e da promoção de melhoria de estruturas públicas, estruturas públicas administrativas e infraestruturas públicas de convivência social, que contribuem para a redução das disparidades socioeconômicas entre a capital e as demais cidades do interior do Estado;

Investimentos em Mobilidade Urbana, notadamente no transporte metroferroviário de passageiros por meio da implantação de linhas

nos municípios de Fortaleza, Crato-Juazeiro e Sobral. Ainda no referido tema, particularmente na gestão do transporte rodoviário de passageiros, o Detran-CE vem promovendo alterações operacionais nas linhas que integram os serviços interurbanos, regular e regular complementar, por meio da implantação de novas ligações, modificações de horários e inclusão de seccionamentos, de forma a adequar a oferta e a demanda por esse serviço. No tocante à qualidade da prestação do serviço, realiza levantamentos de campo e pesquisas com o objetivo de diagnosticar problemas no atendimento à demanda e promover as adequações e ajustes necessários à melhoria do nível de serviço.

O resultado esperado neste Tema Estratégico são os espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Recl. (*)
Área Urbana Requalificada	m ²	267.503,14	127.272,11	110.041,82	107.678,74	237.242,58	213.098,10
Intervenção em vias urbanas	km	100,47	90,39	90,85	73,62	132,68	75,31

Fonte: SCidades
 (*) Dados até novembro/2016

O indicador “Área Urbana Requalificada” representa, em m², o somatório de áreas urbanas construídas e/ou reformadas, com abrangência geográfica em todo o estado do Ceará, por meio dos Programas de Governo Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos e Infraestrutura e Logística.

As fontes de informação na Secretaria das Cidades são a Coordenadoria de Obras Urbanas (COURB); a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II); e a Unidade de Gerenciamento do Projeto De-

envolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central (UGP I), o qual se encontra em fase de encerramento.

A extensão de área urbana requalificada registrada em 2016 incluiu 213.098,10 m² que beneficiaram de forma direta comunidades de 21 municípios, destacando-se obra de Readequação dos Passeios no Centro Histórico de Sobral (39.226,30 m²) e a Recuperação Ambiental e Urbanização do Bairro Seminário no município do Crato (140.000 m²).

O indicador “Intervenção em vias urbanas” representa, em km, o somatório de vias pavimentadas, vias implantadas e vias restauradas por meio da Secretaria das Cidades, com abrangência geográfica em todo o estado do Ceará.

As fontes de informação na Secretaria das Cidades são a Coordenadoria de Obras Urbanas – Courb; a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará – Vale do Jaguaribe e Vale do Acaraú (UGP II); e a Unidade de Gerenciamento do Projeto Desenvolvimento Econômico Regional – Cidades do Ceará – Cariri Central (UGP I), o qual se encontra em fase de encerramento.

A extensão de vias urbanas pavimentadas, implantadas e restauradas em 2016 registrou um total de 75,3 km que beneficiaram de forma direta comunidades de 35 municípios com destaques para a obra de Reestruturação da Pavimentação no Centro Histórico no município de Sobral (13,4 km), a obra de Implantação da Avenida do Contorno Leste no município de Limoeiro do Norte (8,7 km) e a obra da Avenida do Contorno - Trecho I no município de Juazeiro do Norte (3,4 km).

De forma geral, o desempenho de 2016 foi considerado satisfatório, com base nas informações de gerenciamento de obras e monitoramento do desempenho dos projetos, não obstante a dificuldade de negociações com as famílias para desapropriações de imóveis na obra da Avenida do Contorno, de Juazeiro, e os problemas de ordem econômica e financeira do estado do Ceará, que implicaram em atrasos de desembolso de parcelas de recursos aos municípios, para a execução das obras urbanas.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA REQUALIFICAÇÃO URBANA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Melhoria de Espaços e Equipamentos Públicos. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 43,22 milhões.

PROGRAMA 040 - MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

O Programa tem como objetivo principal oferecer infraestrutura adequada aos municípios de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social, tendo como público-alvo a população que reside em municípios com deficiências em espaços e equipamentos públicos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Ampliação da oferta de estruturas públicas.	Equipamento Público Construído	unidade	59	23
Promoção da melhoria nas estruturas públicas.	Equipamento Público Estruturado	unidade	86	5
Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social.	Espaço Público Construído	unidade	26	9
Promoção da melhoria da infraestrutura pública de convivência social.	Espaço Público Estruturado	unidade	31	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima).
 (*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção do Prédio Administrativo de Fortim;
- Construção da Câmara Municipal de Itarema;
- Construção de um auditório, no município de Antonina do Norte;
- Construção do Mercado do Peixe, no município de Croatá;
- Construção do Galpão das Artes, no município de Jaguaribe;
- Construção do Mercado Público em Apuiarés;
- Ampliação e Reforma da Rodoviária Municipal, em Camocim;
- Reforma do Mercado Municipal, no município de Cedro;
- Construção de nove praças públicas, nos municípios de Horizonte (duas), Ubajara, Mombaça, Varjota, Ipueiras, Senador Pompeu, São Gonçalo do Amarante e Bela Cruz;

- Reforma de três praças públicas, nos municípios de Reriutaba, São Gonçalo do Amarante e Granjeiro;
- Requalificação da Praça da Várzea, no município de Sobral;
- Readequação dos Passeios no Centro Histórico, em Sobral;
- Urbanização da Via de Acesso - CE-060, no município de Caririçu;
- Recuperação Ambiental e Urbanização do bairro Seminário, no município de Crato;
- Construção de 16 (dezesesseis) Abrigos de Passageiros, sendo seis no município de Nova Russas, seis em Massapê, dois em Barreira e dois em Iguatu;
- Construção do Terminal Rodoviário do Município de Barreira.



EIXO IV – CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará Sustentável contempla as políticas governamentais de convivência que atenuam os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. O propósito central deste eixo consiste no Meio ambiente protegido,

com utilização racional dos recursos naturais.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: **Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Energia**, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – RECURSOS HÍDRICOS

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos corresponde a uma política implementada no Estado do Ceará há mais de duas décadas. Tal ação se constitui em um aspecto fundamental na vida da população cearense, e contribui para o incremento das atividades produtivas do Estado.

O processo de construção dessa política priorizou o atendimento às demandas com a

melhor distribuição de água no território e a gestão democrática dos Recursos Hídricos disponíveis.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o abastecimento de água com qualidade garantida para todo o Estado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Capacidade de transferência hídrica	m ³ /s	24,40	25,04	29,68	30,47	30,65	30,73
Capacidade hídrica dos açudes estaduais	m ³ /s	3.063	3.147	3.164	3.164	3.171	3.174
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	Nº	12.660	11.790	22.645	75.777	30.236	89.352
Média de eficiência no faturamento da água bruta	%	39,48	43,19	44,59	51,52	45,82	87,98

Fonte:SRH

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

Em relação à “Capacidade de Transferência Hídrica Ampliada”, foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, destacando a continuação da construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, a execução física do CAC Trecho I atingiu 58,45%, correspondendo a 32,15 km do total de 55 km programados, considerando apenas

a extensão de canal, sifão e túnel concluídos.

Foram também concluídos 183,73 km de adutoras em diversos municípios, superando a meta de incremento de vazão. Destacamos, também, a recuperação da estação de bombeamento do açude Pacoti, reversão do canal Sítios Novos a partir do trecho 5 do Ei-

xão, implantação do bombeamento no açude Orós, reversão do Canal do Trabalhador, re-locação da captação do distrito industrial de Pacajus para o trecho 4 do Eixão das Águas e aproveitamento do volume morto do açude Pacajus.

Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural, foram implantados 170 sistemas de dessalinizadores com tanque de rejeito do Programa Água Doce e instalados 670 sistemas de abastecimento d'água simplificado pela Sohidra, sendo 590 chafarizes e 80 dessalinizadores em todo o interior do Estado.

Em relação à “Média de eficiência no faturamento de água bruta”, o volume liberado em 2016 foi de 681.840.000 m³ e o volume faturado de 599.868.712,01 m³, dessa forma a eficiência de faturamento para o ano de 2016 foi igual a 87,98%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DOS RECURSOS HÍDRICOS

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Ampliação e garantia da capacidade de acumulação hídrica.	Barragem Construída	unidade	7	22
Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica.	Aduzadora Construída	quilômetro	127,66	183,73
Construção do Cinturão das Águas do Ceará - CAC.	Eixo de Integração Construído	quilômetro	55	32,15
Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas.	Sistema de Abastecimento de Água Simplificado Implantado	unidade	598	670

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Construção, ampliação e reabilitação de 22 (vinte e duas) barragens na iniciativa “Ampliação e Garantia da Capacidade de Acumulação Hídrica” distribuídas da seguinte forma;

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Oferta Hídrica para Múltiplos Usos; Gestão dos Recursos Hídricos; e Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 368,07 milhões.

PROGRAMA 016 – OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

O Programa tem como objetivo garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais, tendo como público-alvo a população residente nas sedes dos municípios, distritos e localidades rurais em todo estado do Ceará.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

- Construção da barragem Diamantino II, no município de Marco, beneficiando 24.703 habitantes da população do município e ribeirinhas, além da construção de mais 14 (quatorze) pequenas barragens em assentamentos rurais;

- Construção de 183,73 km de adutoras, sendo a maioria adutoras emergenciais, na iniciativa “Ampliação e garantia da capacidade de transferência hídrica”;
- Construção do Cinturão das Águas CAC - Trecho I atingiu 58,45%, correspondendo a 32,15 km do total de 55 km programados para 2016, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos;
- Aquisição de 5 (cinco) comboios para perfuração de poços na iniciativa “Ampliação e garantia da captação de água subterrânea”;
- Implantação de 170 sistemas de dessalinizadores com tanque de rejeito do programa Água Doce, com investimento aproximado de R\$ 20 milhões;
- Perfuração de 1.849 poços e instalação de 670 sistemas de abastecimento d’água simplificado pela SOHIDRA, sendo 590 chafarizes e 80 dessalinizadores em todo o interior do Estado na iniciativa “Ampliação da infraestrutura de abastecimento de água às comunidades difusas”, com investimento aproximado de R\$ 39,6 milhões;
- Aproveitamento do açude Maranguapinho como plano de segurança hídrica para Região Metropolitana de Fortaleza, com investimento aproximado de R\$ 3,8 milhões;
- Intervenção na estação de bombeamento do açude Castanhão para garantia de vazão, com investimento aproximado de R\$ 6,5 milhões;
- Recuperação da estação de bombeamento do açude Pacoti, com investimento aproximado de R\$ 3 milhões;
- Reversão do canal Sítios Novos a partir do trecho 5 do Eixão para abastecimento de São Gonçalo, com investimento aproximado de R\$ 700 mil;
- Readequação da tomada d’água do açude Orós para transferência para o açude Castanhão, com investimento aproximado de R\$ 170 mil;
- Implantação de bombeamento no açude Orós – Lima Campos, atendendo aos municípios de Icó nas comunidades de Igarói, Guassussé e Perímetro Lima Campos, com investimento aproximado de R\$ 380 mil;
- Reversão do Canal do Trabalhador para o atendimento de 20.000 pessoas, com investimento aproximado de R\$ 150 mil;
- Relocação da captação do Distrito Industrial de Pacajus para o trecho 4 do Eixão das Águas, com investimento aproximado de R\$ 1,3 milhão;
- Aproveitamento do volume morto do açude Pacajus, com investimento aproximado de R\$ 2,15 milhões;
- Recuperação da Barragem Jaburu I, obra em execução com investimento aproximado de R\$ 260 mil;
- Aproveitamento dos poços no Campo de Dunas Cumbuco-Pecém com investimento de R\$ 6,5 milhões;
- Recuperação da Estação de Bombeamento do açude Pacoti, com investimento de R\$ 2,9 milhões;
- Fornecimento de tubos em atendimento à Cagece de Aurora para construção da adutora ligada a partir do Açude Cachoeira, com

investimento aproximado de R\$ 96 mil;

- Desobstrução do rio Jaguaribe nos trechos compreendidos entre o açude Castanhão até Itaiçaba, com investimento aproximado de R\$ 109 mil;
- Rebaixamento da barragem de Santana, em Jaguaribe, para aumento da vazão do rio Jaguaribe, com investimento aproximado de R\$ 6 mil;
- Construção da Adutora de Montagem Rápida em parceria com a Cagece, ligando o açude Aracoiaba à ETA da Cagece para abastecimento da cidade de Ocara, com investimento aproximado de R\$ 66 mil;
- Serviços de escavação de “Poços de Jacó” nas localidades de Jaguaruana, Russas e Pedro Ribeiro, com investimento aproximado de R\$ 1,35 milhões.

PROGRAMA 017 – GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Programa tem como objetivo promover o uso múltiplo eficiente com qualidade adequada e a gestão participativa dos recursos hídricos, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, população residente nos municípios, distritos e localidades rurais em todo o estado do Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 47% dos Estudos Qualiquantitativos das Águas Subterrâneas da bacia do Araripe, no Ceará e 27% do Plano de Segurança Hídrica das bacias estratégicas do Acaraú, Metropolitanas e da Sub-bacia do Salgado;

- Realização, em parceria com Sema e semace, de duas campanhas de conscientização do uso dos recursos hídricos e ações voltadas à preservação ambiental;

- Realização da Campanha do Dia Mundial da Água, pelo Sistema Estadual de Recursos Hídricos;

- Concessão de 327 das 550 solicitações de outorgas de execução de obras e/ou serviços de interferência hídrica;

- Concessão de 3.381 das 7.119 solicitações de outorga de direito de uso de recursos hídricos;

- Realização de 21 campanhas de fiscalização, sendo realizados 214 procedimentos entre relatórios de vistoria, autos de infração, termos de embargo, termos de lacre e termos de apreensão e depósito.

PROGRAMA 018 – CLIMATOLOGIA, MEIO AMBIENTE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Programa tem como objetivo gerar dados e informações para subsidiar a formulação do planejamento governamental, na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos e energia, de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na convivência com as variabilidades climáticas do semiárido, tendo como público-alvo entidades governamentais, setor produtivo, em especial os agricultores e a sociedade civil.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Produção de conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	Estudo e Pesquisa Realizados	unidade	4	4

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Realização dos Estudos: Recuperação de área degradada em processo de desertificação na sub-bacia hidrográfica do riacho do Bruno no município de Jaguaribe-CE; Zoneamento Agroecológico - ZACE, para a Mesorregião

Sul Cearense; Monitoramento da eutrofização em açudes do nordeste por sensoriamento remoto; Evolução conjunta e interações cruzadas dos recursos hídricos e das sociedades hidráulicas em um contexto de escassez: Análise comparativa de estudos de caso da Tunísia, Maurîtânia e do Semiárido Nordestino.

TEMA – MEIO AMBIENTE

Na perspectiva da implementação de uma Política Ambiental no Estado apoiada segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável foi criada a Secretaria do Meio Ambiente – Sema pela Lei Estadual nº 15.773/2015, a qual é vinculada à Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace como autarquia especial integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente.

Nesse sentido, busca-se desenvolver com excelência as ações que visam apoiar e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no Ceará, cumprindo assim sua missão, que é proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, com vistas a promover a qualidade ambiental que propicia a vida.

Além disso, o governo realiza o monitoramento, a fiscalização e o licenciamento ambiental, sendo também responsável pela proteção da fauna e flora do Estado.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana nos quais tem sido possível, com muitos desafios, eliminar áreas de risco e recuperar áreas urbanas ambientalmente degradadas devido às práticas humanas de agressão e poluição do meio ambiente as quais, além de destruir esse recurso não renovável, produzem efeitos negativos sobre a população, com o surgimento de doenças que prejudicam a sua qualidade de vida.

Nesse sentido são desenvolvidas iniciativas por meio da execução de obras de urbanização para revitalização de áreas ambientalmente degradadas, contribuindo para a utilização desses espaços de forma sustentável; de obras hídricas para controle de cheias e inundações; da implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, proporcionando a infraestrutura necessária aos empreendimentos habitacionais nos quais são relocadas famílias que ocupam, de forma ir-

regular, áreas de preservação permanente, bem como aos empreendimentos habitacionais para os quais são conduzidas as famílias cujas moradias encontram-se em área de interesse público, onde são executadas obras de infraestrutura e mobilidade.

O resultado esperado neste Tema Estratégico são os recursos ambientais com uso racional e sustentável. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (*)
Área de risco eliminada	Nº	9	-	0	0	3	2
Área revitalizada	Nº	1	0	1	0	1	0
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	97,39	90,69	88,87	88,80	88,87	88,87
População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos	%	6,11	6,15	6,31	6,70	6,31	8,02
Área de Mata Ciliar Reflorestada	ha	-	-	-	-	1.000,00	81,20
Área de solos degradados recuperada	ha	-	-	-	-	1.000,00	5,00
Área Protegida em Unidade de Conservação	%	21,08	21,08	21,11	21,11	21,11	21,11
Índice de desertificação	%	10,02	10,02	10,02	10,02	10,02	10,02
Índice de Qualidade de Água Bruta	%	83,74	84,37	81,81	80,09	80,00	79,59
Municípios certificados com Selo Município Verde	Nº	37	39	9	-	30	19
Percentual de área de reserva legal delimitada	%	-	-	-	17,30	32,03	32,03

Fonte: SCidades/ Sema

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

O indicador “Área de risco eliminada” refere-se às 18 áreas de risco situadas na área de intervenção dos projetos Rio Maranguapinho (8), Rio Cocó (9) e Dendê (1), programadas para o período do PPA 2016-2019, com o objetivo de retirar as famílias que as ocupam de forma irregular, prioritariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ou pelo pagamento de indenização, e a execução de trabalho social junto às famílias relocadas e remanescentes.

No período 2012-2016 foram eliminadas 11 áreas de risco, sendo 9 na área geográfica de intervenção do Projeto Rio Maranguapinho

(Donzelas, Goiânia, Chuí, Comunidade 8 de dezembro, Parque Jerusalém I, Favela Genilse, Alto Alegre, Parque Vitória e Parque Jerusalém II) e 2 na área de intervenção do Projeto Rio Cocó (Portelinha e Av. Paulino Rocha).

O indicador “Área revitalizada” refere-se a 24 áreas, previstas para o PPA 2016-2019, sendo 15 no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, 6 no Projeto Rio Cocó e 3 no Projeto Dendê, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Nessas áreas serão executadas obras de urbanização/preservação ambiental e retiradas as famílias que as ocupam de forma irregular, priori-

tariamente mediante a relocação em áreas com infraestrutura, ao pagamento de indenização e a realização do trabalho social.

A não revitalização de área em 2016 deveu-se às chuvas no começo do ano, que atrapalharam os serviços de terraplenagem, prejudicando o andamento das obras; e à dificuldade das construtoras contratadas em manter o ritmo da obra, diante da conjuntura econômica atual.

O indicador “População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana da RMF atendida por destinação adequada de resíduos sólidos que, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, como os aterros sanitários e as Centrais de Tratamento de Resíduos.

A tendência de queda apresentada pelo indicador no período 2012-2015, notadamente a partir de 2014, é explicada pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que passou de 15 municípios para 19 municípios. O aumento no número da população da RMF impactou no indicador, porque parte da população urbana incluída nessa região não era atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos.

Estima-se que os aterros sanitários do Estado atendam a 3.368.558 pessoas na Região Metropolitana de Fortaleza.

O indicador “População urbana do interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos” refere-se ao percentual da população urbana do interior (excetuando-se

a RMF) atendida por aterro sanitário, seja ele construído ou operado por iniciativa municipal ou estadual.

O Estado tem envidado esforços no sentido de contribuir com a destinação final adequada de resíduos sólidos para a população urbana do interior por meio de duas ações principais: a construção de Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs) e a elaboração de projetos de engenharia de CTRs/aterros sanitários que são entregues aos municípios para que estes entes executem as obras.

O aumento apresentado pelo indicador no período 2012-2016, notadamente a partir de 2014, é explicado pela alteração na conformação geográfica da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, citada anteriormente, bem como pelas iniciativas de algumas gestões municipais no sentido de celebrar instrumentos com o objetivo de destinar seus resíduos sólidos para municípios que possuem equipamentos para essa finalidade, e que operam de forma adequada, ampliando o número da população urbana do interior atendida com destinação final adequada de resíduos sólidos, que reflete no desempenho do indicador.

O desempenho desse indicador foi considerado satisfatório com base na meta programada. O principal incremento deste índice em 2016 deveu-se ao fato de que o município de Santana do Acaraú começou a destinar seus resíduos ao aterro de Sobral e que o aterro sanitário de Brejo Santo passou a operar com licença ambiental, o que resultou na melhoria do indicador.

Estima-se que as estruturas existentes hoje no estado do Ceará atendam a 235.272 pessoas. As fontes de informação são o Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria das Cidades.

Os indicadores temáticos da área ambiental foram pensados na perspectiva de orientar a melhoria dos projetos e ações da Sema e Semace, de forma a garantir a harmonia entre o crescimento econômico do Estado e a preservação dos recursos naturais, com foco na qualidade da água.

Saliente-se o salto qualitativo das Unidades de Conservação (UC) representadas no indicador de “Área protegida em Unidade de Conservação”, que se referem a todas as que estão inseridas no território cearense, tanto sob gestão do Estado, quanto do Governo federal, municipal e entidades privadas, uma vez que todas desempenham a mesma função ambiental, proporcionando melhoria de qualidade de vida para a população do Estado. Assim, no ano de 2016 tem-se um quantitativo de 12 UC sob gestão do governo federal, 24 UC sob gestão do Estado, 36 UC sob gestão dos municípios e 33 UC sob gestão privada. Estas 105 UC representam 3.142.417,75 hectares de áreas protegidas em UC no território cearense, ou seja, 21,11% em relação à área do Estado.

Aliado à importância e expressividade desse indicador, cabe destacar os projetos desenvolvidos com o objetivo de incentivar a ampliação das Áreas Protegidas como UC, a exemplo de lançamento de editais públicos em que o Estado investe recursos para elaboração dos estudos necessários à implementação da Unidade de Conservação. No ano de 2016 foram contemplados dois municípios com a criação de duas Unidades, atingindo uma área a ser protegida de 4.403 hectares¹.

¹ - Apesar da Implantação, em 2016, de 4.403 hectares, este valor não foi suficiente, em relação à área do Estado, para alterar o percentual do indicador Área Protegida em Unidade de Conservação” (21,11%).

No âmbito do indicador “Área de mata ciliar reflorestada”, ressalta-se que as áreas de mata ciliar constituem-se, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, em “áreas de preservação permanente”, por representarem um papel fundamental na proteção dos Recursos Hídricos, funcionando como um verdadeiro filtro biológico, além de terem uma influência fundamental no processo de assoreamento.

Os anos seguidos de chuvas abaixo da média, a exploração desordenada da agricultura, bem como a pressão imobiliária têm reduzido sobremaneira a mata ciliar do Estado, impactando diretamente na qualidade e quantidade da água. Visando minimizar estes efeitos, foi implementado o projeto de Florestamento e Reflorestamento e ações de educação ambiental do estado do Ceará, priorizando estas áreas. No ano de 2016 foram distribuídas 40.000 mudas de essências florestais para o reflorestamento de 80 hectares de mata ciliar e foram reflorestadas 1,2 hectare de mata ciliar do Rio Cocó – Tancredo Neves.

O indicador “Percentual de área de reserva legal delimitada”, ao ter seu Percentual elevado de 17,30% em 2015 para 32,03% em 2016, reflete a Obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural, com a aprovação do Código Florestal, possibilitando, assim, a identificação e o controle dessas áreas que passam a integrar o rol de áreas protegidas no Estado.

Destaca-se a importância do indicador relacionado ao Certificado “Selo Município Verde” que se tornou um divisor de águas na gestão ambiental dos municípios. Quando da primeira edição do Selo, em 2004, dos 184 municípios cearenses, somente 34 possuíam Conselhos Municipais de Meio Ambiente - Comdema, 9 possuíam Secretarias de Meio

Ambiente e 16 municípios desenvolviam atividades de Educação Ambiental. Atualmente conta-se com 168 Comdemas, 158 Secretarias Municipais de Meio Ambiente e 140 municípios com Política de Educação Ambiental implementada. Somando-se a estas conquistas ambientais, também merece destaque a política de coleta seletiva de resíduos sólidos, cujo cenário passou de 1 município em 2007 para 20 municípios com coleta seletiva em 2016.

A redução de municípios certificados no ano de 2014, visualizado no referido indicador, não expressa um declínio na evolução da Gestão Ambiental nos municípios, mas justifica-se mediante o cenário econômico e social presente em todas as esferas governamentais. Esta situação não foi fator impeditivo para a continuação no apoio e incentivo aos municípios na busca de melhorias ambientais. Constatou-se isso quando se observa no quadro de indicador um acréscimo acima de 100% comparando-se 2014 com 2016.

Em relação à recuperação de solos degradados, a Sema, em parceria com a Funceme, a partir da aplicação de práticas conservacionistas, implementou um projeto de recuperação em uma área de 5,0 hectares no município de Jaguaribe, demonstrando atualmente a recuperação da vegetação e do solo na referida área. O percentual de 10,02% corresponde ao percentual de áreas em processo de desertificação inseridas no território cearense, especificamente nos sertões dos Inhamuns, de Irauçuba e do Médio Jaguaribe. O que se propõe com este indicador é reduzir este percentual a partir da aplicação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam uma convivência equilibrada com o semiárido. Projetos como o Mata Branca, Florestamento

e Reflorestamento estão sendo implementados e monitorados, porém com resultados que ainda não são possíveis de serem mensurados.

No que se refere ao Índice de Qualidade de Água Bruta, foram realizadas coletas em 93 pontos, beneficiando 65 Municípios, com um total de 252 amostras, resultando em 4.660 parâmetros analisados, dos quais 3.709 (79,59%) encontravam-se de acordo com a Resolução CONAMA 375/05.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO MEIO AMBIENTE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Revitalização de Áreas Degradadas; Resíduos Sólidos; Ceará Mais Verde; Ceará no Clima; e Ceará Consciente por Natureza. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 181,14 milhões.

PROGRAMA 027 – REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

O Programa tem como objetivo melhorar as condições socioambientais em áreas de risco e adjacências, tendo como público-alvo as famílias de baixa renda residentes nas áreas das intervenções.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Urbanização das margens do Rio Maranguapinho	Área Urbanizada	unidade	4	0
Urbanização das margens do Rio Cocó	Área Urbanizada	unidade	2	0
Recuperação da faixa de proteção do mangue e urbanização de áreas na comunidade do Dendê	Área Urbanizada	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Projeto Rio Maranguapinho:

- Execução de 94,83% Trecho III A Margem Esquerda (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense);

- Execução de 10,36% da obra de urbanização do Trecho III A Margem Direita (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense);

- Execução de 64,10% da obra de urbanização do Trecho III B (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário);

- Execução de 82,55% da obra de urbanização do Trecho II Margem Direita;

- Beneficiadas 3.891 pessoas com a realização de 110 atividades de mobilização, organização e fortalecimento social, 220 atividades de acompanhamento e gestão social da intervenção, 380 atividades de educação ambiental e patrimonial e 196 atividades de desenvolvimento socioeconômico no Projeto Rio Maranguapinho PAC, na área do Residencial Raquel de Queiroz (380 pessoas), Residencial Miguel Arraes (852 pessoas) e Residencial Aldemir Martins (220 pessoas); nas áreas remanescentes (1.820 pessoas) e nas áreas da urbanização (619 pessoas);

- Realizados 2.658 atendimentos presenciais na Secretaria das Cidades e 2.453 aten-

dimentos domiciliares aos beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho;

Projeto Rio Cocó:

- Execução de 98% dos serviços de construção da Barragem Cocó, com previsão de conclusão em janeiro de 2017;

- Execução de 80,34% da obra de urbanização do Trecho III Margem Direita;

- Beneficiadas 1.543 pessoas com atendimentos presenciais referentes à mobilização, organização e fortalecimento social, nas áreas da urbanização do Projeto Rio Cocó;

Projeto Dendê:

- Beneficiadas 64 pessoas com quatro atividades de acompanhamento e gestão social da intervenção nas áreas da urbanização do Projeto Dendê.

PROGRAMA 064 – RESÍDUOS SÓLIDOS

O Programa tem como objetivo reduzir os impactos negativos da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente, tendo como público-alvo a população urbana e rural.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Apoio à implementação da coleta seletiva nos municípios.	Município beneficiado	unidade	63	81
Promoção de ações voltadas à recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto.	Plano elaborado	unidade	40	40
Promoção de ações de destinação adequada de resíduos sólidos.	Central de Tratamento construída	unidade	1	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

^(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Consórcio Municipal para Destinação Final de Resíduos Sólidos (14 municípios da Região Sertão de Sobral);
- Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos – Unidade Limoeiro do Norte (Comares - UL);
- Consórcio para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos para os municípios de Cascavel, Pindoretama e Beberibe.

PROGRAMA 066 – CEARÁ MAIS VERDE

O Programa tem como objetivo conservar, recuperar, ampliar e proteger a cobertura vegetal e os solos do Ceará, tendo como público-alvo os grandes e pequenos produtores rurais do estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do Estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Implementação de ações de florestamento e reflorestamento de áreas degradadas.	Área reflorestada	ha	1.000	81,2
Criação e implementação de Unidades de Conservação.	Unidade de Conservação implementada	Nº	10	1
Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	Estudo e Pesquisa realizados	Nº	3	0
Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.	Unidade de Conservação protegida	Nº	23	19
Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará.	Área protegida	Nº	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

^(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Reflorestamento de 1,2 hectare de mata ciliar do Rio Cocó – Tancredo Neves, e doação de 40.000 mudas de essências florestais para ação de reflorestamento;

- Implementação e Gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - Estruturação e modernização das sedes das Unidades de Conservação, com a regulamentação de 10 Conselhos Gestores;

- Navegabilidade do Rio Cocó - (etapa 3);
- Inventário Florestal - com identificação de 776 espécies vegetais e 346 espécies de árvores;
- Cadastro Ambiental Rural;

PROGRAMA 067 – CEARÁ NO CLIMA

O Programa tem como objetivo minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas e

reduzir as emissões de gases de efeito estufa, orientando e disciplinando a utilização racional dos recursos ambientais, tendo como público-alvo grandes e pequenos produtores rurais do estado do Ceará, terceiro setor, gestores municipais, população residente no entorno das unidades de conservação do Estado, sociedade civil em geral e população difusa.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Implementação e ampliação de ações de eficiência energética para as indústrias ceramistas e polo gesseiro.	Projeto Ambiental implantado	unidade	4	2
Implementação da política de gerenciamento costeiro.	Plano elaborado	unidade	1	1
Realização de análise da qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	Diagnóstico publicado	unidade	120	93
Realização de análise da qualidade da balneabilidade no litoral cearense.	Praia monitorada	unidade	65	65

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Assistência Técnica Ambiental para 120 cerâmicas, localizados no Baixo Jaguaribe com foco na Eficiência Energética;
- Elaborados 17 Planos de Manejo e 17 Planos de Negócios para 17 assentamentos federais e estaduais na região do Baixo Jaguaribe;
- Elaborado um Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI de Paracuru;
- Atualizada a etapa do Zoneamento Ecológico e Econômico da Zona Costeira que compreende os estudos e levantamentos - geoambiental;

- Implantação de uma Estação de Monitoramento da Qualidade do AR.

PROGRAMA 068 – CEARÁ CONSCIENTE POR NATUREZA

O Programa tem como objetivo estabelecer um processo contínuo de educação ambiental no estado do Ceará, propiciando mudanças de atitudes e valores visando uma relação harmoniosa com o meio ambiente, tendo como público-alvo gestores públicos, comunidade escolar, agricultores, população ribeirinha e comunidades tradicionais.

Este programa possui as seguintes iniciativas

prioritárias, cujo desempenho físico de seus

produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Promoção de ações de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará.	Evento realizado	unidade	14	14
Capacitação para o pessoal técnico municipal.	Pessoa capacitada	unidade	245	278
Promoção de ações específicas de educação ambiental nas Unidades de Conservação.	Pessoa capacitada	unidade	1.391	1.560

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação em Educação Ambiental por meio da realização de 30 Cursos de Multiplicadores em Educação Ambiental e Formadores em Educação Ambiental; Gestão Ambiental Municipal (30 cursos e 268 certificações);
- Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública por meio da divulgação e sensibilização nas setoriais do Estado e municípios;
- Implementado o Projeto Viva o Parque – 5 (cinco) edições, com a realização de atividades

des de esporte, cultura e lazer com ênfase na educação ambiental beneficiando 7.500 pessoas no Parque do Cocó e 2.500 pessoas no Parque Botânico;

- Combate ao Abandono de Animais domésticos em espaços públicos, com implementação do Plano de Ação para capacitação, monitoramento, castração, feira de adoção e produção de material educativo;
- Parque Escola capacitando 35 professores da rede estadual e 1.162 alunos para utilização dos parques como instrumento de educação ambiental transdisciplinar.

TEMA – ENERGIAS

Os combustíveis fósseis ainda representam o principal vetor de geração de energia, embora já se vislumbre uma acentuada expansão das energias renováveis, motivada pela busca da segurança energética e pela ameaça do aquecimento global. Esta tendência amplia as oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos.

Ademais, as energias renováveis surgem como alternativa ao acesso às fontes energé-

ticas em áreas e comunidades remotas. Servem à inclusão social e ao combate à pobreza na medida da sua estratégica contribuição ao desenvolvimento socioeconômico – de acordo com sua produção, uso local e benefícios ambientais.

Além desse aspecto ambiental, pode-se afirmar que este tema possui um importante papel na expansão da economia no meio rural, uma vez que a carência de eletrificação, so-

bretudo do tipo trifásica, neste espaço tem se demonstrado um entrave à produção rural.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a matriz elétrica diversificada com oferta

e fornecimento de energia ampliada e com qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética do Estado	%	29,00	25,00	39,00	39,00	40,49	41,58
Participação do gás natural na matriz energética do Estado	%	27,00	23,00	22,00	18,00	18,00	20,00 (**)
Percentual de incremento da produção interna de energia	%	64,00	18,00	31,00	22,00	13,00	15,00

Fonte: Seinfra.

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

(**) Considerando as duas termoeletricas

O percentual de participação das fontes renováveis na matriz energética do Estado atingiu a marca de 41,58% devido à conclusão de obras de parques eólicos previstos para operação até 2016, bem como o incremento da participação da geração distribuída, notadamente no setor de energia solar fotovoltaica.

A matriz energética do Ceará é influenciada pela existência de 2 (duas) termoeletricas, situadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, movidas a Gás Natural, com capacidade de geração de energia de 700 MW, daí a participação do gás natural ser bastante significativa na matriz energética no nosso Estado.

Com relação ao incremento da produção interna de energia, mesmo com a entrada em operação de vários parques eólicos no ano de 2016, houve uma redução no despacho de usinas termelétricas que ocasionaram um incremento real da produção de energia elétrica em torno de 15%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DE ENERGIAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: matriz energética do estado do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 4,18 milhões.

PROGRAMA 009 – MATRIZ ENERGÉTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo contribuir com as políticas públicas estaduais na atração de novos empreendimentos, tendo como público-alvo empresas do setor industrial, comercial e serviços, população residencial e comunidades.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural.	Rede de Distribuição de Gás Natural Instalada	quilômetro	36,80	5,90

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dado até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do reforço das redes elétricas no meio rural oriundo das demandas de associações comunitárias, prefeituras e órgãos do poder executivo;
- Realização do atendimento elétrico de novos empreendimentos e comunidades oriundas das demandas de associações comunitárias, prefeituras e órgãos do poder executivo;
- Distribuição de volume de gás natural ex-térmico, até outubro/16, de 468.240 m³/dia, correspondendo a 142.345.018 de m³/ano, segmentado nos setores residencial, comercial, automotivo, industrial e de cogeração;
- Incremento de 5,90 km na Rede de Gasoduto de Distribuição de Gás, totalizando um valor de 435,90 km de rede instalada no estado do Ceará;

- Expansão da carteira de usuários de gás natural, totalizando, em outubro/16, 9.797 usuários;
- Adoção de inovações tecnológicas visando melhorias na eficácia e eficiência energéticas, tais como novos sistemas de odorização de gás natural, implantação de sistema de correção de volume, carretas de GNC (gás natural comprimido) para atendimento imediato;
- Elaboração de Plano Estadual de Energias Renováveis;
- Elaboração de Projeto de Lei sobre o Fundo de Incentivo à Eficiência Energética para utilização nos prédios públicos da Administração Estadual.



EIXO V – CEARÁ DO CONHECIMENTO

O Ceará do Conhecimento contempla as políticas governamentais voltadas a proporcionar à população uma formação integral de qualidade com ênfase na equidade e protagonismo na inovação. O propósito central deste eixo 01 consiste na População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

TEMA – EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, em uma concepção mais ampla, é compreendida além da aprendizagem, no nível de competências que forma pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais soberanas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e mostrem a capacidade de superar a fragmentação social com mais estudo e protagonismo, num ambiente pedagógico fortalecido, mais solidário na superação coletiva e exitosa das dificuldades. Educação Básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade mais justa, social e economicamente mais desenvolvida, o eixo principal na edificação de uma sociedade do conhecimento.

Conforme consta no Plano Estadual de Educação 2016-2024, a implantação das políticas públicas só pode ser realizada de forma concreta quando nascem do conhecimento da realidade e dos desafios a serem superados. Mais do que isso, é importante que sejam coerentes, sustentáveis e perenes. Assim, em 2016, deu-se continuidade às políticas educacionais implantadas com foco no Regime de

Voltados a este propósito, as ações do Governo organizam-se em cinco temas estratégicos: Educação Básica, Educação Profissional, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Informação e Cultura, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

Colaboração entre Estado e Municípios, no Ensino Médio Articulado à Educação Profissional e na Escola em Tempo Integral e no apoio aos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, evidenciando o incentivo à inserção dos alunos no ensino superior. Isso corresponde aos resultados de um planejamento articulado, verdadeiro exercício de valorização das gestões governamentais que investem na educação como um dos pilares do desenvolvimento da sociedade.

Todavia, apesar dos recentes avanços obtidos no campo da Educação Básica, ainda há muitos desafios a enfrentar para potencializar a contribuição deste importante tema para a construção de um Ceará do Conhecimento.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a população com educação básica de qualidade na idade adequada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (*)
Crianças no 2º ano do ensino fundamental alfabetizadas (SPAECE ALFA)	%	76,70	81,50	84,60	86,10	93,30	-
IDEB do ensino fundamental nos anos finais (9º ano) (**)	índice	-	4,1	-	4,5	-	-
IDEB do ensino fundamental nos anos iniciais (5º ano) (**)	índice	-	5,0	-	5,7	-	-
Percentual de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM	%	40,80	47,60	48,40	-	57,70	-
Percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental	%	70,60	64,70	69,60	72,9	74,80	-
Percentual de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio	%	49,60	54,10	51,90	54,0	61,20	-
Taxa de atendimento de 0 a 3 anos	%	22,80	22,10	26,50	28,8	31,50	-
Taxa de atendimento de 15 a 17 anos	%	85,70	85,70	83,50	82,6	98,50	-
Taxa de atendimento de 4 a 5 anos	%	91,00	93,00	95,70	93,4	98,50	-
Taxa de atendimento de 6 a 14 anos	%	98,40	98,80	98,3	98,6	98,50	-

Fonte: Seduc/INEP/IBGE

(*) Dados ainda não disponibilizados

(**) Monitorado em ano par

O percentual de crianças no 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizadas (Spaace Alfa) em 2015 foi de 86,10, caracterizando um aumento de 1,5 em relação a 2014. Isso se deve ao investimento do Governo em ações estratégicas voltadas para a alfabetização das crianças na idade adequada em parceria com todos os municípios do Ceará. Dos 184 municípios cearenses, 180 encontram-se no padrão desejável, e os outros quatro, no padrão suficiente, no que diz respeito à aprendizagem dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. É o que demonstra o resultado do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaace), relativo ao ano de 2015. Esta é a primeira vez, desde o lançamento do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), em 2007, que o Ceará alcança avaliação positiva em todos os municípios, neste nível de ensino. Ao todo, 86,10%

dos alunos finalizaram o 2º ano alfabetizados em 2015, sendo que, em 2007, este percentual era de apenas 39,9%. Em 2015, participaram dessa avaliação externa no Ceará 309.933 alunos do 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental de mais de 4.500 escolas públicas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) em 2007, em uma escala de zero a dez, que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

Segundo os resultados do Inep, a rede pública do estado do Ceará apresentou a melhor evolução dos anos iniciais do ensino fundamental, passando de 2,8 em 2005 para 5,7 em 2015, ritmo de crescimento superior à média nacional.

No que se refere aos cinco primeiros anos do ensino fundamental, das 100 escolas do país com melhor desempenho no Ideb, 77 unidades estão no Ceará, dentre as quais destacamos as que se encontram nos municípios de Sobral, Coreaú, Fortim e Massapê que apresentam notas de 9,8 a 9,6.

Em relação aos dados finais do ensino fundamental, considerando o desempenho de todas as escolas públicas, 28,6 % dos municípios brasileiros alcançaram a meta proposta para 2015. Destaca-se novamente o Ceará com índice superior a 80% das escolas, dentre as quais que apresentaram melhores notas estão localizadas nos municípios de Brejo Santo, Sobral, Porteiras e Coreaú.

Além disso, nos anos finais do ensino fundamental a média alcançada para 2015 foi de 4,5, também superando a projeção prevista para o ano de 2015 que seria de 4,3. Ainda no mesmo ano, o percentual de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental no Ceará foi de 72,9, apresentando um aumento de 3,3% em relação ao percentual alcançado em 2014 (69,6).

Quanto ao indicador percentual de jovens de 19 anos que concluíram o ensino médio, obteve-se em 2015 o percentual de 54%, configurando um aumento de 2,1 em relação ao ano de 2014. Isso devido aos investimentos financeiros e pedagógicos, além das ações de protagonismo que estimulam nos jovens des-

sa faixa etária um maior empenho acadêmico, levando-os à conclusão do Ensino Médio.

Em relação ao indicador percentual de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no Enem, o Ceará apresentou, em 2015, 464,09 em proficiência, obtendo um acréscimo de 4,09 pontos. Esse resultado impacta no número de estudantes concludentes do ensino médio com média das proficiências a partir de 460 pontos no ENEM .

A evolução das taxas de atendimento para as crianças de 0 a 3 anos de 26,50 (2014) para 28,8 (2015) é reflexo do aumento do número de creches e dos Centros de Educação Infantil em todo o Estado a partir da parceria entre o Governo estadual e municípios.

Em relação ao atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, o Ceará atualmente possui vagas na rede pública suficientes para atender a toda a matrícula obrigatória do ensino médio. Logo se justifica a projeção de 98,50% para 2016, uma vez que se pretende a universalização desse atendimento. Todavia, é necessário empreender ações de busca ativa de estudantes que, por motivos diversos, ainda estão fora da escola.

De acordo com as políticas públicas voltadas para a Educação Infantil, bem como para o Ensino Fundamental, estima-se alcançar 98,50% do percentual de atendimento em 2016 para as crianças e jovens na faixa etária de 4 a 14 anos (educação infantil: de 4 a 5 anos e ensino fundamental de 6 a 14 anos).

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Inclusão e Equidade na Educação; Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada; Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica; e Gestão de Políticas Públicas da Educação. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 534,72 milhões.

PROGRAMA 006 – INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

O Programa tem como objetivo garantir a construção de uma escola inclusiva e sustentável, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, busque atender adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização da matrícula de 10.811 alunos na rede estadual de ensino, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Reorganização curricular do Ensino Médio Noturno para 5.894 alunos;
- Atendimento de 6.487 alunos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado conveniados com o Estado;
- Atendimento de 16 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem

proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo às populações do campo, indígenas e quilombolas;

- Atendimento de 7.221 alunos, por meio da realização de oficinas e de apoio a projetos de permacultura, de Mostras Regionais e Estadual de Educação Ambiental, de aulas de campo e de cursos de formação continuada;
- Implantação de duas escolas do campo, sendo uma no município de Canindé e a outra no município de Santana do Acaraú;
- Adaptação de três escolas com Salas de Recursos Multifuncionais (SRM);
- Readequação de seis escolas com melhorias na infraestrutura para atender as especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais de campo em áreas de assentamento, indígenas e quilombolas;
- Capacitação de 997 pessoas em Educação Especial e áreas afins.

PROGRAMA 008 – ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

O programa tem como objetivo o fortalecimento da educação infantil e a elevação do nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada do ensino fundamental, tendo como público-alvo a população de 0 a 16 anos de idade.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Desenvolvimento de ações para promoção da aprendizagem na idade adequada.	Aluno beneficiado	unidade	502.882	531.773
Premiação dos alunos e escolas com melhor desempenho no SPAECE.	Escola premiada	unidade	600	527
Implantação dos Centros de Educação Infantil - CEIs.	Centro de Educação Infantil implantado	unidade	69	2
Qualificação da oferta municipal de Educação Infantil.	Criança beneficiada	unidade	159.149	272.966

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de atendimento a 531.773 alunos beneficiados com impressão de material didático pedagógico da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental; formações e apoio logístico (alimentação, equipamentos e espaço físico) para professores da educação infantil e ensino fundamental de língua portuguesa e matemática (4º e 5º anos e do 6º ao 9º anos), dos 184 municípios cearenses e concessão de bolsa de pesquisas e extensão tecnológica para formadores do PNAIC;

- Premiação de 527 escolas públicas que apresentaram melhores resultados no IDE - Alfa (Índice de Desempenho Escolar no 2º Ano do EF), IDE-5 (Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do EF) e IDE-9 (Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do EF) do ensino fundamental nas avaliações do SPAECE;

- Implantação de dois Centros de Educação Infantil (CEI), um em Aquiraz e o outro em Varjota;

- Realização de atendimento a 272.966

crianças, beneficiadas através da formação de professores e gestores em educação infantil, voltadas para o desenvolvimento integral da primeira infância, com foco no cuidar e no educar de forma indissociável;

- Implantação de duas escolas, em parceria com os municípios, sendo um Centro de Educação Infantil (CEI) em Farias Brito e um Centro de Atendimento Clínico Educacional (Cace) em Horizonte.

PROGRAMA 023 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O programa tem como objetivo garantir as condições para o bom funcionamento da gestão organizacional e pedagógica das escolas, focadas na permanência, no fluxo e na aprendizagem dos alunos, tendo como público-alvo todos os alunos da educação básica, professores, gestores e profissionais da educação.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela seguinte:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação da oferta de vagas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica.	Escola implantada	unidade	18	26

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 26 Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral no ano 2016, nos seguintes municípios cearenses: Aquiraz, Miraíma, Acaraú, Camocim, São Benedito, Sobral, Caridade, Redenção, Cascavel, Tabuleiro do Norte, Jaguaribe, Quixeramobim, Crateús, Pedra Branca, Tauá, Iguatu, Icó, Crato, Barbalha, Aurora e Fortaleza;

- Capacitação de 250 professores para atendimento no Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) com carga horária de 80 horas;

- Atendimento no NTPPS em 129 escolas (105 escolas atendidas e 24 implantadas);

- Realização de eventos (motivacionais e pedagógicos) para 220.629 alunos (2º e 3º anos do ensino médio e da educação de jovens e adultos EJA) no projeto Enem: Chego Junto, Chego Bem;

- Realização anual da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE);

- Capacitação de 4.912 profissionais da educação, entre coordenadores e professores, em Formação de Gestão em Sala de Aula, com carga horária de 111 horas, distribuídas em encontros presenciais e a distância;

- Realização do atendimento para 618 escolas, com o Projeto Professor Diretor de Turma (abrangendo 6.826 turmas, envolvendo 4.510 professores diretores de turma, atendendo 171.955 alunos, sob a orientação de 34 coordenadores regionais);

- Readequação de 639 escolas com equipamentos, mobiliários, reformas e ampliações (11 são escolas novas, equipadas e funcionando em 2016, situadas nos seguintes municípios cearenses: Eusébio, Amontada, Miraíma, Acaraú, Morrinhos, Santana do Acaraú, Canindé, Caridade, Itatira, Quixeré e Acopiara);

- Atendimento a 115.487 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural, durante os dias letivos do exercício de 2016;

- Disponibilização de aportes financeiros (manutenção e alimentação), para garantir a oferta dos serviços educacionais atendendo a 709 escolas e 445.554 alunos;

- Efetivação da oferta dos serviços educacionais do Centro de Educação a Distância do Ceará (CED).

PROGRAMA 079 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

O programa tem por objetivo apoiar a implementação de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais, tendo como público-alvo as escolas da rede de ensino do Estado, alunos das escolas públicas municipais de ensino fundamental e usuários e parceiros do sistema de ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto Principal	Unidade	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Capacitação de Gestores Escolares.	Pessoa capacitada	Nº	844	2.295
Atualização do credenciamento das Instituições de Ensino.	Escola credenciada	Nº	985	985

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Formação Continuada para Técnicos das Secretarias Municipais de Educação e Secretários Escolares junto ao Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP, realizada no Auditório do CEE e na sede dos municípios;

- Desenvolvimento de novos sistemas/serviços, com a retomada do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos da Educação Superior - SISPEs;

- Aprovação da Resolução 456/2016 que fixa normas para a Educação Especial e para o atendimento educacional especializado (AEE) dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) altas habilidades - superdotação, no âmbito do Sistema de ensino do Estado do Ceará;

- Deferimento para os cursos no Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica- SISTEC.

TEMA - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional insere-se numa visão de política governamental mais ampla que objetiva para a formação de capital humano no Estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia, para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição.

Foi a partir dessa análise que o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo ce-

lebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento “Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano”, enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.

A análise qualitativa sobre a formação de capital humano no Estado identifica dois problemas-chave: baixa qualidade da educação básica e baixo nível de qualificação técnica do trabalhador na economia cearense. As ações direcionadas a ampliar a qualificação da força de trabalho, portanto, deve, necessariamente, contemplar a melhoria da qualidade do ensino básico, eliminando a defasagem ainda presente em relação à situação média do país e dos estados mais bem colocados em nível nacional. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar o estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado. Urge expandir a formação superior, inclusive nos níveis de pós-graduação e em áreas estratégicas, assim como estimular o emprego das pessoas qualificadas no setor privado no sentido de propiciar um ambiente favorável à inovação.

É oportuno um destaque sobre as iniciativas, já em andamento, para ampliar a formação de técnicos conduzidos pelo Governo do Estado. Trata-se da implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional num modelo que integra a formação básica de ensino médio com a formação de nível técnico. Com seu início no ano de 2008 já beneficia todas as regiões do Estado. Os retornos destas ações devem se materializar mais fortemente em médio e longo prazo.

E ainda, destacam-se os cursos ofertados pelo

Centro de Treinamento Técnico do Ceará - CTTC para atender as demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, e pela Universidade do Trabalho Digital - UTD que vêm contribuindo para o Ceará do Conhecimento, alcançando ainda o Eixo Ceará Pacífico, com a formação inicial e continuada na área da Tecnologia da Informação de forma inclusiva.

No âmbito do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional tem-se 116 escolas em pleno funcionamento, ofertando 53 cursos técnicos, beneficiando 47.357 alunos em todas as regiões do Estado, que terão a oportunidade de se inserir no processo produtivo do Estado, colaborando com a produção de riquezas e melhoria da qualidade de vida, ampliando conhecimentos, bem como a compreensão da realidade, e construindo novos horizontes de oportunidades de trabalho. O projeto de educação profissional do Estado é mais uma iniciativa que visa ampliar a política de inclusão social. Por esse motivo, 80% das vagas são destinadas a estudantes egressos das escolas públicas, enquanto os 20% restantes se destinam a estudantes de escolas privadas.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a educação profissional consolidada e articulada com o mercado de trabalho. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (*)
Número de Concluintes nos cursos de qualificação profissional	Nº	22.923	22.171	10.132	12.681	20.230	15.410
Número de Concluintes nos Cursos Técnicos Subsequentes	Nº	236	205	142	152	805	805

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Número de Tecnólogos Diplomados	Nº	159	153	80	149	541	541
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	%	-	22,90	19,00	16,95	22,80	13,60
Percentual de estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em relação ao total de matrículas do ensino médio	%	8,40	10,30	12,00	13,40	14,40	(**)

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dado parcial, sujeito a revisão

(**) Dado não publicizado. Aguarda-se a divulgação do Censo 2016

O indicador “Número de Concluintes nos cursos de qualificação profissional” consiste em computar o número de pessoas profissionalizadas para o mercado de trabalho, em Nível de Formação Inicial e Continuada, onde as qualificações foram previstas pela Seduc/ Pronatec e Secitece por meio de Contrato de Gestão com Instituto Centec, Centro de Treinamento Técnico do Ceará e Universidade do Trabalho Digital.

Nos anos de 2012 a 2016, observa-se uma variação no número de pessoas qualificadas, acentuando para um decréscimo na qualificação de 226%, em comparação entre os anos 2012 e 2014, permanecendo em 2015, elevando apenas mais 25,15%, no percentual de pessoas qualificadas. Registramos ainda que o programado para o ano de 2016 foi de 20.230, cumprindo apenas um percentual de execução de 76,17%.

As variações justificam-se pelo atraso na implantação do Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC, que previu um percentual de pessoas qualificadas para atender a demanda do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e ainda os recursos não repassados pelo Pronatec à Seduc.

No cômputo geral, em 2016, foram qualificadas 15.410 pessoas nas 14 macrorregiões

atendidas pelos Centros Vocacionais Tecnológicos. Destacamos as capacitações realizadas pelo Centro de Treinamento Técnico do Ceará, nas áreas de metal mecânica, construção civil, transporte e logística e petroquímica, formações que poderão impactar diretamente na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE). Destacamos ainda, as ações realizadas pela Universidade do Trabalho Digital – UTD, com os cursos de TI, Robótica e qualificação para pessoas com deficiência no bairro Vicente Pinzon, contribuindo para oportunizar e pacificar o Ceará, dentro dos três eixos: Ceará do Conhecimento, Ceará de Oportunidades e Ceará Pacífico.

O indicador “Número de Concluintes nos Cursos Técnicos Subsequentes” consiste em computar o número de alunos qualificados que concluíram os cursos de educação profissional técnica de nível médio, ofertados nas unidades de ensino profissional do Sistema Secitece, para o mercado de trabalho.

Nos anos de 2012 a 2014, observa-se um decréscimo, tendo uma pequena variação no ano de 2015, com um percentual elevado de 0,9%. Destaca-se o número de técnicos diplomados no 1º ano, relacionado ao último ano do período analisado, atingindo um percentual de 341,10%.

Em 2016, contabilizam-se 805 profissionais técnicos para o mercado de trabalho, nas áreas de Eletroeletrônica, Meio ambiente, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Metalurgia, Eletromecânica, Cozinha, Saúde, Segurança do Trabalho.

As variações negativas justificam-se pelas dificuldades enfrentadas ocasionadas pelo processo de Federalização da Fatec do Cariri, resultando em paralisações dos cursos técnicos ofertados pela unidade.

O indicador “Número de Tecnólogos Diplomados” refere-se à mensuração de número de alunos diplomados nos cursos superiores de tecnologia, ofertados nas Fatecs do Cariri e do Sertão Central.

No cômputo geral em 2016, foram graduados 541 tecnólogos de nível superior nas áreas de: Alimentos, Saneamento Ambiental, Irrigação e Drenagem, Eletromecânica e Agronegócio nas regiões do Cariri e Sertão Central. Apresenta um percentual de 340,25% no último ano, comparado ao 1º ano do período analisado. O que contribuiu para o alcance dos resultados foram os investimentos feitos pelo governo do Estado por meio de contrato de gestão nos cursos programados para as duas regiões.

O “Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho” em 2016 é, até o momento, de 13,60%, tendo em vista que o ano ainda está em andamento e os alu-

nos vão iniciar a inserção em 2017. Percebe-se uma redução nesses indicadores que nos levam a algumas reflexões: 1) a instabilidade econômica do país reflete na redução de postos de trabalho; 2) Parte desses alunos direciona seus estudos para o ingresso na educação superior.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Ensino Integrado à Educação Profissional; Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 390,06 milhões.

PROGRAMA 020 – ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O programa tem como objetivo atender as necessidades do mundo do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e no Ensino Superior, tendo como público-alvo a população demandante de educação profissional integrada ao Ensino.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	Escola implantada	unidade	6	3

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Oferta de Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional.	Aluno beneficiado	unidade	1.320	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até setembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de três escolas profissionais, situadas nos municípios de Barro, Caridade e Sobral;

- Readequação de 102 escolas, conforme o seguinte detalhamento: 2 foram beneficiadas com adaptação, 100 receberam 6.036 bens móveis (equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou laboratórios e/ou acervo).

- Adequação da oferta e dos currículos de 115 escolas profissionais em funcionamento de acordo com as demandas locais;

- Capacitação de 401 profissionais de educação dentre professores, coordenadores, diretores e superintendentes que atuam na rede de educação profissional, em encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de ensino médio articulado à educação profissional;

- Formação de 13.445 alunos em estágio curricular obrigatório correspondendo às cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a

exigência curricular;

- Composição de um modelo de gestão com monitoramento informatizado, acerca das escolas de educação profissional que informe sobre: a inserção dos alunos em campo de trabalho; a avaliação de desempenho acadêmico dos alunos na formação técnica; a formação permanente para gestores, coordenadores e professores; o cálculo do custo/aluno.

PROGRAMA 058 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

O Programa tem como objetivo contribuir para a qualificação de jovens e adultos aumentando suas oportunidades de emprego e renda, tendo como público-alvo jovens e adultos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Melhoria da estrutura das unidades de Educação Profissional	Unidade de Ensino modernizada	unidade	18	9
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.	Bolsa concedida	unidade	10	0
Promoção da qualificação profissional em nível de formação inicial e continuada.	Pessoa capacitada	unidade	12.860	15.410
Promoção da qualificação profissional em nível técnico.	Pessoa capacitada	unidade	2.807	805

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 (*)
Promoção da qualificação profissional em nível tecnológico.	Pessoa capacitada	unidade	968	541
Promoção da qualificação profissional em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Pessoa capacitada	unidade	7.370	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Qualificação de 15.410 pessoas nas 14 macrorregiões atendidas pelos Centros Vocacionais Tecnológicos, Centro de Treinamento Técnico do Ceará, Universidade do Trabalho Digital e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará;

- Graduação técnica de 735 profissionais para o mercado de trabalho, nas áreas de Eletroeletrônica, Meio ambiente, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Metalurgia, Eletromecânica, Cozinha, Saúde, Segurança do Trabalho;

- Graduação de Tecnólogos de Nível Superior de 541 pessoas, nas áreas de: Alimentos, Saneamento Ambiental, Irrigação e Drenagem, Eletromecânica e Agronegócio nas regiões do Cariri e Sertão Central;

- Qualificação profissional de 1.247 pessoas em cursos de Tecnologia da Informação e Comunicação realizados pela Universidade

do Trabalho Digital – UTD;

- Implantação dos cursos de Tecnologia da Informação, Robótica e qualificação para pessoas com deficiência no bairro Vicente Pinzon, contribuindo para oportunizar e pacificar o Ceará, dentro dos três eixos: Ceará do Conhecimento, Ceará de Oportunidades e Ceará Pacífico;

- Revitalização de nove Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs, por meio da tematização de seus laboratórios nos municípios de Maranguape, Quixeré, Aracoiaba, Crateús, Maracanaú, Tabuleiro do Norte, Horizonte, Quixadá e Fortaleza;

- Capacitação de 350 jovens em empreendedorismo, inovação e criatividade para criação de negócio de base tecnológica, através do Projeto Agentes Digitais;

- Formação de 70 pessoas no Curso de Especialização Técnica de Enfermagem do Trabalho em Fortaleza.

TEMA – ENSINO SUPERIOR

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de força de trabalho (manual e

intelectual) qualificada do país ou região. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos

sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, resulta essencialmente da geração e difusão do conhecimento nas áreas de P&D das empresas, dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como indutor da geração de conhecimento por intermédio da oferta de Ensino Superior de qualidade e mediante programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

As universidades estaduais do Ceará – Uece, Urca e Uva – são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições nos termos das

Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há novos desafios no horizonte.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a educação superior consolidada e articulada com as necessidades sociais. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Índice de qualificação docente	índice	3,00	3,84	3,77	3,48	3,39	3,67
Número de Graduados	Nº	3.606	4.100	4.026	2.482	4.657	1.934
Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de ensino superior	Nº	429	525	769	758	255	251
Número de Pós-Graduados Stricto Sensu	Nº	405	366	400	1.611	437	2.784
Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no ensino superior	%	14,40	12,60	13,20	13,90	46,06	59,72
Produção acadêmica (publicações)	Nº	6.722	7.527	7.309	8.363	8.826	8.374
Taxa de Sucesso na Graduação	%	39,66	43,49	46,40	44,20	46,17	45,28

Fonte: Secitece

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

Nos anos em análise, 2012-2016, observa-se uma leve variação, ora decrescente no indicador “Índice de qualificação docente”, ocasionada pelo afastamento (aposentadoria,

morte, outros) de docentes e/ou pela nomeação de novos professores, cujas titulações (graduados, especialistas, mestres, doutores e pós-doutores) influenciam na queda ou na

elevação do índice. Ressaltando porém, que essa variação não afetou nos resultados e metas para o Plano Nacional de Educação - PNE.

Destacam-se as ações e investimentos do Governo relativos à qualificação do corpo docente das IES, garantindo um ensino de qualidade, contribuindo para uma boa avaliação dos cursos de nível superior oferecidos pelas Universidades Estaduais: Nomeação de 138 professores para os cursos de graduação na UECE e na UVA; Realização do Concurso Público para Professor Efetivo Assistente e Adjunto da UVA, com 29 vagas, sendo 27 para adjunto e 2 para assistente; Implantação de Mestrado e Doutorado, Dinters e Minters; Implantação do curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Filosofia, promovida pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como Instituição de Ensino promotora, e como receptora Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Implantação do curso Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Linguística, realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como IES promotora, e receptora a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Implantação do Mestrado Profissional em Ensino de Física da UVA; Aprovação do Curso de Doutorado em Sociologia e do Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em rede nacional que atenderá professores da Educação Básica (PROFBIO).

No cômputo geral, o “Número de Graduados” nos cursos de graduação nas instituições de educação superior públicas, atuantes no estado do Ceará, apresentaram um crescimento nos anos 2012 a 2014 e registraram um decréscimo nos anos de 2015 a 2016, comparando com os anos anteriores. Entre as motivações, no caso das IES Estaduais, res-

salta-se o atraso do calendário acadêmico, ocasionado pela greve de professores, impossibilitando a graduação significativa de estudantes no período analisado. Destacamos a preocupação do Governo em garantir aos estudantes a normalização do ano, discutindo com a categoria a adoção de medidas para saneamento das reivindicações.

Com relação ao indicador “Número de grupos de pesquisa desenvolvidos nas instituições de ensino superior”, registra-se o desenvolvimento de 251 grupos. Esse indicador apresentou um decréscimo, atingindo no último ano um percentual de 42,90%, comparado ao primeiro ano. Tal defasagem justifica-se pelo não cumprimento por parte dos grupos dos prazos estabelecidos pelo CNPq. Destaca-se as seguintes ações de incentivos que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado: incentivo de bolsas concedidas pelas agências de fomento, a ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; o apoio técnico e financeiro às pesquisas; o apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; e a ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação.

No que se refere ao “Número de Pós-Graduados Stricto Sensu” observa-se que no período analisado, mantiveram crescimento regular, decorrente de ações de fomento à pós-graduação, com um aumento de 687% registrando um número de 2.784 pessoas graduadas em 2016. Destacam-se as seguintes ações que contribuíram para sucesso do resultado do indicador: oferta de novos cursos stricto e lato sensu, melhorias na infraestrutura de equipamentos de pesquisa, apoio

técnico à elaboração, desenvolvimento e implantação de projetos de pesquisa, bem como o crescimento na oferta de bolsas pelas instituições de fomento, sendo 977 bolsas concedidas para os Programas de Pós-Graduação e 713 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica para graduandos em treinamento, dentro de Programas de Pesquisa.

O “Percentual da população de 18 a 24 anos que estão matriculados no ensino superior” vem apresentando evolução significativa ao longo do período analisado, 2012-2016, registrando um percentual de 414,72%. Dentre as ações que mais impactaram no resultado estão os investimentos nos Equipamentos das IES públicas, estaduais e federais, através do estabelecimento de relações mais sustentadas entre a universidade e a sociedade e ainda a reestruturação e expansão de Instituições Federais de Ensino Superior, que vêm, desde 2008, viabilizando a reestruturação e expansão da UFC e do IFCE em diversas áreas do conhecimento, além de ampliar suas presenças no interior do estado do Ceará. Destacamos ainda a expansão da Universidade Aberta do Brasil, com cursos de graduação ofertados à distância, beneficiando os municípios de baixo IDH e contribuindo para a expansão do Ensino Superior em regiões de vulnerabilidade.

O indicador “Produção Acadêmica Publicada” mede a evolução da produção acadêmica nas Universidades Públicas atuantes no Estado. Para o período em análise, 2012-2016, o indicador apresentou crescimento de 124,57%. A variação correspondente à série histórica exprime certa estabilidade no seu percentual de crescimento nos últimos 05 anos, contabilizando um maior resultado no ano de 2016 que gerou 8.374 textos acadêmicos. Dentre

as ações que contribuíram para o seu desempenho, destacam-se a ampliação no número de cursos de mestrado e doutorado; o apoio técnico e financeiro às pesquisas; o apoio técnico e financeiro à produção de livros de professores e alunos e à publicação da produção científica de professores em revistas indexadas; e a ampliação e modernização da infraestrutura física e do acervo bibliográfico da pós-graduação. Outro fator de destaque foi o incremento na concessão de bolsas de pós-graduação pelas Instituições de fomento à pesquisa, particularmente a CAPES.

O indicador “Taxa de Sucesso na Graduação” fornece o percentual de alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão previsto. No cômputo geral, as matrículas nos cursos de graduação nas instituições de educação superior públicas, atuantes no estado do Ceará, apresentaram um equilíbrio nos anos em análise. Apesar do atraso do calendário acadêmico, o indicador não apresentou variações de queda ao longo do período.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ENSINO SUPERIOR

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 81,18 milhões.

PROGRAMA 071 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa tem como objetivo elevar o nível de escolarização da população cearense

estruturando o sistema estadual de educação superior, em condições de ampliar a oferta de projetos de graduação e de pós-graduação, desenvolver pesquisas e atividades de extensão direcionados às demandas sociais, tendo como público-alvo instituições de Ensino Superior, comunidades acadêmicas, agên-

cias de fomento e organizações de formação tecnológica.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação do acesso da população ao Sistema Estadual de Educação Superior da População.	Vaga ofertada	unidade	9.236	8.125
Ampliação da formação em pós-graduação Stricto Sensu.	Bolsa concedida	unidade	1.450	1.995
Ampliação da formação em pós-graduação Stricto Sensu.	Vaga ofertada	unidade	818	1.135
Melhoria da estrutura das instituições de ensino superior.	Universidade estruturada	unidade	13	8
Manutenção da oferta dos serviços de Educação Superior de qualidade à sociedade.	Universidade mantida	unidade	13	10
Ampliação da assistência estudantil, em especial aos alunos em vulnerabilidade social.	Aluno beneficiado	unidade	2.072	3.870
Ampliação das ações de extensão das IES Estaduais.	Pessoa beneficiada	unidade	212.764	154.927

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do I Seminário de Integração dos Polos Universidade Aberta do Brasil;
- Ofertas de 8.125 vagas nos cursos de graduação pelas Universidades Estaduais: UECE, URCA e UVA, beneficiando a população das 14 macrorregiões;
- Implantação de um curso de Licenciatura em Química na Universidade Regional do Cariri;
- Ofertas de 3.853 vagas nos cursos de pós-graduação stricto sensu pelas IES;
- Aprovação do Curso de Doutorado em Sociologia e do Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em rede nacional que aten-

derá professores da Educação Básica (PRO-FBIO);

- Efetivação de matrícula de 35.386 alunos nos cursos de graduação, 1.399 alunos nos programas de pós-graduação Stricto Sensu e 2.639 nos cursos Lato Sensu nas IES Públicas do Estado;
- Nomeação de 138 professores para os cursos de graduação na Uece e na Uva;
- Implantação do curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Filosofia, promovida pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como Instituição de Ensino promotora, e como receptora Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva);
- Implantação do curso Doutorado Inte-

rinstitucional (Dinter) em Linguística, realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como IES promotora, e receptora a Universidade Estadual Vale do Acaraú (Uva);

- Implantação do Mestrado Profissional em Ensino de Física da Uva;

- Realização do Concurso Público para Professor Efetivo Assistente e Adjunto da Uva, com 29 vagas, sendo 27 para adjunto e 2 para assistente;

- Ampliação de intercâmbios internacionais da Uva, por meio da realização de convênio firmado entre a Uva e a Universidade do Porto;

- Concessão de 977 bolsas para os Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior do Estado, sendo 606 na modalidade mestrado, 359 na modalidade doutorado e 12 na modalidade doutorado Fora do Estado;

- Concessão de 713 bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica para graduandos em treinamento, dentro de Programas de Pesquisa;

- Descoberta inédita, para o mundo da ciência, do primeiro fóssil de um inseto, do gênero *Araripegryllus romualdo*, datado de 110 milhões de anos, no território do Geopark Araripe;

- Descoberta de uma nova espécie de caranguejo, de nome científico *Kingleya attenboroughi*, no território do Geopark Araripe, por pesquisadores da Universidade Regional do Cariri (Urca) e Universidade do Sagrado Coração de Bauru – SP;

- Beneficiadas 90.549 pessoas com ações de

extensão social, cultural e tecnológica (programas, projetos, eventos, dentre outros), realizadas pelas IES Públicas Estaduais;

- Apoio a 132 alunos da Uva, com recursos oriundos do tesouro estadual direcionados à assistência estudantil, para participação em eventos acadêmico-científico-cultural relacionados com as atividades acadêmicas;

- Beneficiadas 295 pessoas nos municípios pertencentes à área do Geopark Araripe, com ações de incentivo ao geoturismo e à geoconservação, considerando a participação da população local como base para o seu desenvolvimento enquanto território de ciência, educação e cultura;

- Apoio a 5.807 alunos com ações de Assistência Estudantil, por meio de Bolsas de Estágio e Auxílio Alimentação, nas Universidades Públicas Estaduais, em especial os alunos em vulnerabilidade social;

- Reforma das salas de aula, banheiros, coberta metálica da Imprensa Universitária e prédio Pró-Reitoria de Extensão dos Campi da Uece em Fortaleza;

- Reforma e Ampliação do Núcleo de Pesquisa em Sanidade Animal da Faculdade de Veterinária – Favet/Uece;

- Reforma dos Laboratórios do Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas/CCT e de Nutrição/CCS;

- Reforma do Instituto Superior de Ciências Biomédicas – 3º piso/ISCB

- Ampliação do Núcleo de Pesquisa e Inovação em Saúde Coletiva do Centro de Ciên-

cia da Saúde;

- Melhoria na Infraestrutura e Acessibilidade da Uece/Itapipoca;

- Reformas em salas para mestrado e outros – FECLESC/Quixadá;

- Reforma da Residência Universitária da FECLESC/Quixadá;

- Melhoria na Acessibilidade nas dependências do prédio da FAEC/Crateús;

- Aquisição de plataforma elevatória – CECITEC/Tauá;

- Melhoria na acessibilidade CECITEC/Tauá;

- Construção do Restaurante Universitário e instalação das coberturas das passarelas e rampa da Fafidam/ Limoeiro do Norte;

- Reforma do Laboratório de Química da Fafidam/Limoeiro do Norte;

- Reforma da rede elétrica e ampliação do campus Crajubar;

- Aquisição de equipamentos, acervo e material didático para o campus Multi-institucional de Iguatu (Urca);

- Reforma e ampliação do campus São Miguel da Urca;

- Consolidação de infraestrutura de grupos de pesquisa da Urca (Ciências Biológicas);

- Construção do Restaurante Universitário da Universidade Regional do Cariri;

- Melhoria da estrutura física de 7 laboratórios da Uva;

- Realização de Evento do lançamento nacional pelos Correios do selo postal em Comemoração aos 10 anos do GeoPark Araripe;

- Certificação do Geopak Araripe com o Selo Verde, na Riviera Inglesa, resultado de uma avaliação realizada por técnicos da Rede Global de Geoparks, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

TEMA – CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A produção do conhecimento científico acompanhou a trajetória do desenvolvimento social e, a cada momento da história, até a atualidade, iluminou as necessidades humanas na resolução das suas necessidades concretas e na elucidação das manifestações mitológicas e míticas. A atividade da pesquisa científica é

um instrumento indispensável para a formação da inteligência necessária à busca do êxito das nações e dos povos.

Nosso princípio é, portanto, o reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e a afirmação do empenho em fomentar o seu

desenvolvimento em nosso Estado.

Todavia, o conhecimento científico, sua utilização por meio da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação, supera-se e ocupa posição tão central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI, quanto aquelas que, na vanguarda do desenvolvimento, são descritas como “sociedades do conhecimento”.

O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu impacto na economia é a inovação, que consiste na possibilidade de transformação do conhecimento em riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, pode apresentar-se como efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o locus do encontro do setor produtivo com sua produção científica. Esse encontro será patrocinado pela mediação do Estado, mediante uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um Sistema de Inovação para o estado do Ceará, centro da estratégia de desenvolvimento. Para tanto, deve ser concebido de forma ampla, contemplando a pesquisa básica e sua aplicação no setor produtivo, e a qualificação profissional propiciada pelos institutos técnicos, instituições de ensino profissionalizante, de ensino superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados.

Os governos estadual e federal já possuem um bom lastro de realizações com esse conteúdo: sobretudo nos últimos oito anos avançou-se bastante no sentido da interiorização do sistema.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a geração de riqueza e desenvolvimento econômico, social e ambiental apoiado no Sistema Estadual de Inovação, na produção e difusão científica e tecnológica. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela seguinte:

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real(*)
Número de bolsas no setor produtivo apoiado (**)	Nº	-	-	-	-	1.450	1.690
Número de depósitos de propriedade intelectual	Nº	1	1	5	27	37	13
Número de empresas atendidas com serviços e inovações	Nº	341	1.042	1.024	248	1.050	859
Número de empresas graduadas	Nº	55	54	54	54	54	14
Número de empresas incubadas	Nº	37	28	25	28	29	20
Percentual de Investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB Estadual	%	0,03	0,03	0,02	0,03	0,05	-

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real(*)
Percentual de domicílios com acesso à Internet por Banda Larga Fixa (coluna densidade-acessos por 100 hab)	%	-	-	21,35	22,01	21,85	21,37

Fonte: Secitece

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

O indicador “Número de bolsas no setor produtivo apoiado” objetiva mensurar o número de bolsas concedidas aos alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pesquisador em pós-doutorado em projetos realizados nas empresas em colaboração com os ICT’s por meio de editais ou chamadas públicas. O indicador apresentou um percentual de execução de 116,55 %, beneficiando 1.690 pessoas.

O indicador “Número de depósitos de propriedade intelectual” mede a quantidade de tecnologias que possuem real possibilidade de chegar à sociedade gerando renda em toda cadeia do desenvolvimento. Os pedidos de patentes são apoiados pela Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica - Redenit/Ce, que após o estudo de sua patenteabilidade são encaminhados ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI para análise e emissão de carta patente, quando aprovados; sendo esse um processo demorado (em torno de 18 meses). Em 2016, foram realizados treze pedidos, sendo 11 de registro de marcas e dois de pedidos de registro de patentes. O decréscimo observado, em torno de 48%, em relação à 2015, justifica-se pelo cenário de contenção de gastos, sendo necessária a elaboração de um novo sistema de ofertas e demandas para o Portal da REDENIT/CE que viabilize o alcance da meta prevista.

O indicador “Número de empresas atendidas com serviços e inovações” mede quantidade de empresas atendidas com a melhoria de

processos, produtos, serviços e/ou ao desenvolvimento de conhecimentos e informações. A série histórica aponta uma variação crescente entre os anos de 2012 a 2014, apresentando um decréscimo em 2015, elevando para o último ano 859 empresas atendidas com serviços e inovações. Destacamos as ações que contribuíram para o alcance dos resultados: Projeto Tecnova Ceará que beneficiou 29 empresas por meio dos segmentos do Agronegócio, Biotecnologia, Couro e Calçados, Eletro Metal Mecânico e Materiais, Petróleo de Gás, Tecnologia da Informação e Comunicação, Têxtil e Confecção; Apoio a 48 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por meio dos Programas de Subvenção Econômica com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT; Atendimento de 21 empreendedores / empresários / inventores independentes por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica.

O indicador “Número de empresas graduadas” computa a quantidade de empresas que passaram por todas as fases de processo de incubação, e estão aptas para atuar no mercado de forma competitiva.

Observa-se que a série histórica 2013 a 2015, apresentou-se estável com a mesma quantidade de empresas graduadas. Em 2016, houve um decréscimo em torno de 74%, passando de 54 empresas em 2015, para 14 em 2016; justificado pelo contingenciamento de recursos que afetou principalmente a INCUBA/UECE e o PARTEC, incubadoras que contri-

buem para o alcance da meta programada.

O indicador “Número de empresas incubadas” consiste em medir o número de empresas que tiveram estímulo e apoio nos processos de geração, consolidação e expansão de micro e pequenas e médias empresas inovadoras. Observa-se que a série histórica 2012 a 2016 apresenta uma variação decrescente, incubando no último ano 20 empresas.

Destacam-se algumas ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para que o número de empresas incubadas retome o crescimento, contribuindo para o empreendedorismo, mercado de trabalho e desenvolvimento do Estado do Ceará: Atendimento de 210 empreendedores / empresários / inventores independentes por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica; Incubação de três novas empresas de base tecnológica, por meio da Incubadora Partec; Realização de consultorias em gestão empresarial para duas empresas, através de recursos de projeto da Rede de Incubadoras do Ceará; Apoio ao desenvolvimento de agricultura familiar, em 13 comunidades situadas nas regiões do Curu/ Aracatiaçu e Maciço de Baturité, através de aquisição de máquinas e equipamentos e consultorias no setor da cajucultura, beneficiando 210 famílias; Geração de 30 Novos Negócios de Base Tecnológica, por meio do projeto Corredores Digitais, para geração de emprego e renda na região, respeitando as áreas vocacionais, beneficiando os municípios de Sobral, Tauá, Beberibe, Maracanaú, Fortaleza, Jaguaribe, Quixadá e São Benedito.

O Indicador “Percentual de Investimentos em ciência, tecnologia e inovação em relação ao PIB estadual” contabiliza quanto o governo tem destinado à pesquisa, inovação e forma-

ção de recursos humanos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Estado. O período analisado refere-se aos anos 2012 a 2015, não podendo mensurar o índice do ano de 2016 por indisponibilidade do PIB 2016. Destacamos o percentual de investimentos do último ano analisado que contabilizou 0,025 representando o investimento orçamentário de R\$ 32.116.139,29 nas ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, tornando o Estado do Ceará mais competitivo e desenvolvido, ampliando a capacidade de geração de emprego e renda.

O percentual de 21,37% dos domicílios com acesso a internet Banda Larga Fixa no Estado do Ceará está um pouco abaixo do programado para o ano de 2016. Acredita-se que a atual crise econômica que o país atravessa tenha ocasionado um aumento no nível de desemprego, influenciando este resultado. Entretanto, vale ressaltar que o percentual atingido pelo Estado do Ceará é muito superior à média do Nordeste, que é atualmente de 17,43%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação; e Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 56,74 milhões.

PROGRAMA 061 – DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a pesquisa, inovação e difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do Estado do Ceará, tendo como

público-alvo estudantes, professores, pesquisadores, incubadoras, empresas, empreendedores, cadeias produtivas, associações e cooperativas.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Melhoria da estrutura das unidades de serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).	Unidade de CT&I Estruturada	unidade	8	2
Ampliação da formação e qualificação profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação.	Pessoa Capacitada	unidade	13.300	515
Difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Evento Realizado	unidade	84	35
Ampliação do fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação.	Projeto Apoiado	unidade	40	93
Ampliação da assistência tecnológica aos setores produtivos.	Arranjo Produtivo Apoiado	unidade	30	13
Apoio à geração e ampliação de energias renováveis.	Projeto Apoiado	unidade	5	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de Feiras de Popularização e Interiorização da Ciência e Tecnologia, por meio do Projeto “Ceará faz Ciência”, nos municípios de Fortaleza, Beberibe e São Benedito, com premiação de 9 projetos de Iniciação Científica dos 60 analisados, nas categorias de ensino médio e superior;
- Revitalização do Ônibus Laboratório do Projeto “Ciência Itinerante” visitando 10 municípios cearenses: Fortaleza, Maracanaú, Pacajus, Horizonte, Itaitinga, Mulungu, Beberibe, São Benedito, Viçosa e Barreiras, contribuindo para a popularização da Ciência no Estado;
- Realização de 35 eventos, com destaque para a Semana Nacional de Ciência e Tec-

nologia, e o Bootcamp Corredores Digitais, que 150 empreendedores de Startups cearenses promoveram para o recebimento de mentorias e capacitação para aceleração dos negócios inovadores voltados ao mercado de trabalho;

- Aquisição de um Planetário Modelo ZKP4 com Projetor Velvet Duo, com tecnologia de última geração, específico para projeção em planetários e outros teatros com cúpula. O Projetor tem como diferencial, dentre outros, a capacidade de visualizar com maior nitidez, sem perda da qualidade das imagens, objetos astronômicos como nebulosas e galáxias, permitindo que os estudos e pesquisas sobre astronomia realizados no Estado possam enfrentar, em nível de competitividade os desafios da instrumentação astronômica e

aplicá-los nas diversas áreas do conhecimento;

- Geração de 30 Novos Negócios de Base Tecnológica, por meio do projeto Corredores Digitais, para geração de emprego e renda na região, respeitando as áreas vocacionais, beneficiando os municípios de Sobral, Tauá, Beberibe, Maracanaú, Fortaleza, Jaguaribe, Quixadá e São Benedito;

- Entrega de 100 computadores para implantação de Incubadoras de Base Tecnológica, por meio do projeto Corredores Digitais;

- Apoio a 29 empresas por meio do Projeto Tecnova/Ce nos segmentos do Agronegócio, Biotecnologia, Couro e Calçados, Eletro Metal Mecânico e Materiais, Petróleo de Gás, Tecnologia da Informação e Comunicação, Têxtil e Confecção;

- Apoio a 48 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por meio dos Programas de Subvenção Econômica com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT;

- Incubação de três novas empresas de base tecnológica, por meio da Incubadora Partec;

- Realização de Consultorias em Gestão Empresarial para duas empresas, através de recursos de projeto da Rede de Incubadoras do Ceará;

- Apoio ao desenvolvimento de agricultura familiar, em 13 comunidades situadas nas regiões do Curu/ Aracatiaçu e Maciço de Baturité, através de aquisição de máquinas e equipamentos e consultorias no setor da caçucultura, beneficiando 210 famílias;

- Realização do Projeto Fase Piloto de Câmbio Climático no Ceará, com foco no canal do trabalhador para a geração de energias renováveis;

- Realização do Projeto “Árvore Solar” que objetiva alimentar Bicicletas Elétricas, em parceria com a empresa Associada - ECO Soluções em Energia, instalada na UECE;

- Implantação do Curso de Mestrado Profissional em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade Continuada com 50 vagas ofertadas;

- Oferta de 255 vagas na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC), nos turnos manhã e tarde para os técnicos dos Laboratórios estruturados do NUTEC;

- Estruturação dos Laboratórios de Inspeção e Segurança Veicular e de Rochas Ornamentais;

- Implantação do Laboratório de Robótica no Centro de Referência em Automação e Robótica;

- Implantação dos projetos: Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em municípios da serra da Ibiapaba e disseminação de métodos de produção agroecológica e Avaliação de tecnologias para tratamento da fração orgânica do resíduo sólido urbano (FORSU);

- Apoio a 39 projetos do Pronex- Programa de Apoio a Programas de grupos de pesquisa consolidados e de qualidade científica pela produção e titulação de seus componentes;

- Apoio a 39 projetos do Edital de Apoio Técnico que tem como objetivo viabilizar a

atuação de profissionais com proeficiência técnica/científica, em instituição de ensino superior e pesquisa, pública ou privada, localizada no Estado do Ceará;

- Apoio a 14 projetos que objetiva o fortalecimento de grupos de pesquisas existentes e novas linhas de pesquisa de interesse regional, mediante a integração entre setores acadêmicos, empresarial e Estado - Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional – DCR, atendendo Instituições de Pesquisa e Ensino Superior do Estado;

- Apoio a um projeto do Acordo de Cooperação com a CAPES – Áreas Estratégicas;

- Realização de 58.649 Serviços Tecnológicos;

- Publicação dos estudos: “Avaliação de atividade Metanogênica específica para produção de biogás a partir de resíduos sólidos orgânicos” e “Análise multivariada da biodigestão de resíduos sólidos orgânicos para a geração de biogás” no II Congresso Nacional de Engenharia de Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis e IV Workshop de Engenharia de Petróleo, visando o desenvolvimento da Política Estadual de Resíduos Sólidos;

- Certificação Selo Verde: Reciclagem e

Responsabilidade Socioambiental no Estado do Ceará. 10º Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental;

- Publicação de Ensaio Cromatográfico de Resíduos de Agrotóxicos em água para consumo humano nos municípios do estado do Ceará – parceria Nutec/SESA. 10º Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental.

PROGRAMA 063 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo promover o acesso de qualidade à informação digital, fomentando o desenvolvimento socioeconômico e incrementando a inclusão digital da população cearense, tendo como público-alvo órgãos e entidades governamentais, instituições privadas e a população cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implementação de novos serviços de Computação em Nuvem, VOIP e Videoconferência em vários órgãos do Estado: Seplag, Sefaz, Sesa, Sejus, dentre outros;

- Expansão da rede do Cinturão Digital do Ceará - CDC, com a interligação dos municípios de Coreaú, Assaré e Ubajara.

TEMA – CULTURA

A Cultura é um dos traços definidores do ser humano. É identidade, é pensamento, é criatividade, é expressão, é sentimento de pertença e de reconhecimento, definindo aspectos

fundamentais da estruturação das sociedades e constituindo-se na fotografia do perfil civilizatório e nuances de um povo e de uma nação.

O conceito contemporâneo, orientado para o campo da Economia da Cultura, abraça noções de economia cultural, economia criativa e também da economia do conhecimento. Do ponto de vista antropológico, envolve as linguagens artísticas e as ações, a fala, a brincadeira, os sonhos, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO adota uma definição adequada ao planejamento de políticas culturais: “o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos”.

Assegurado pela Constituição Federal de 1988, no mesmo patamar de outros direitos essenciais, o direito à cultura é uma prerrogativa da cidadania cuja concretização o Poder Público tem um importante papel. É missão do Estado contribuir para o pleno exercício dos direitos culturais pela população, garantindo democratização do acesso aos bens e serviços culturais, reconhecendo e apoiando práticas e expressões culturais, possibilitando a permanência e a ampliação da diversidade cultural cearense.

O Ceará comemorou, em 2016, os 50 anos de sua Secretaria da Cultura, a primeira de todo o Brasil, confirmando o espírito pioneiro, inovador e inventivo do cearense. O tema Cultura se destaca na agenda do Governo do Estado, a partir de cinco novas percepções.

A primeira é a percepção simbólica, que consiste em mobilizar e encantar as pessoas em sua diversidade cultural cearense como elemento de autoestima, empoderamento, pertencimento e crença no futuro, a partir da

valorização de suas próprias culturas e expressões artísticas.

A segunda é a percepção política, que implica inserir a Cultura na agenda social, política e institucional do Governo. A terceira é a percepção econômica alinhada em reconhecer o papel da Cultura como vetor de desenvolvimento econômico, dinamizando vocações, arranjos e o empreendedorismo cultural criativo na geração de trabalho, distribuição de renda e no desenvolvimento sustentável do Estado.

A quarta é uma nova percepção urbana voltada para beneficiar os municípios com programação cultural e infraestrutura de equipamentos na requalificação urbana, no convívio e no restabelecimento da confiança social da população cearense. E uma quinta é uma nova percepção da transversalidade da cultura, posicionando-a como vetor de transformação nas ações estratégicas do Governo, qualificando programas e equipamentos de outras pastas em ambientes de inovação, criação, produção e de mudança cultural para uma sociedade do conhecimento.

A defesa das percepções que fundamentam ações da Cultura implica desenvolvimento e qualificação daquilo que é primordial na política cultural: o acesso aos bens e serviços culturais, o fomento à criação e circulação das artes e a promoção da memória e do patrimônio cultural. Destacar o Ceará como uma sociedade do conhecimento consiste em situá-lo como um Estado da Cultura. Um Estado que, ao mesmo tempo em que celebra os 50 anos da Secult, posiciona o tema Cultura como política central para o desenvolvimento inovador, criativo, sustentável e humano do Ceará e de sua gente; com grande potencial

gerador de ocupações e emprego.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a cultura cearense valorizada em sua

transversalidade e diversidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. (*)
Índice de acesso a bens e serviços culturais.	%	27,73	16,20	17,95	20,25	24,3	25,70
Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais	%	72,83	72,83	72,83	72,83	73,37	74,46
Percentual de Municípios com Sistema Municipal da Cultura implantado (**)	%	-	-	66,8	66,85	70,65	66,85

Fonte: Secult

(*) Dados até novembro/2016

Com relação ao “Índice de acesso a bens e serviços culturais”, observa-se que entre 2014-2015, o número de pessoas que acessaram os bens e serviços culturais apresentou um crescimento de 1.517.465 para 1.711.362. Em 2016, este número evoluiu para 2.172.081 pessoas. Isto expressa a democratização da política pública de cultura, demonstrada pelo crescente número de pessoas que foram usufrutuárias das ações culturais ofertadas pelos equipamentos da Secult e do patrimônio material e imaterial, símbolo da nossa identidade cultural; e ainda pelo número de pessoas que tiveram acesso à programação cultural ofertada através dos projetos artísticos culturais apoiados pela Secult.

No caso deste indicador o número de acesso é ponderado pelo tamanho da população. Considerando que pelo último censo populacional do IBGE 2010 a população do Ceará é de 8.452.381 habitantes, o índice de acesso a bens e serviços culturais foi de 25,70%. Este indicador registrou um bom desempenho, considerando que, aproximadamente, 1 em cada 4 habitantes do Ceará acessou os

serviços e bens culturais. Entretanto, deve-se observar que há uma grande concentração de equipamentos culturais na capital e que no número de pessoas podem estar inseridos, por exemplo, turistas nacionais e internacionais que visitam o Estado.

O “Percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais” demonstra a forma como estão distribuídos esses equipamentos entre os 184 municípios das 14 macrorregiões do Estado. A importância dos equipamentos culturais é o fato de que, além de ofertarem programação artístico-cultural, 50% são tombados pelo patrimônio cultural. Há ainda os espaços culturais mantidos em parceria com a Secult.

Em 2015, o percentual de municípios beneficiados com equipamentos culturais foi de 72,83 %. Em 2016 houve um acréscimo para 74,46%. Isto ocorreu pela incorporação de novos equipamentos culturais: Memorial Cego Aderaldo, em Quixadá, Escola Vila da Música, no Crato. Além disso, foi celebrada parceria para apoio de três equipamentos

culturais nos municípios de Guaiúba, Barbalha e Pindoretama.

O “Percentual de municípios com sistema municipal da cultura” implantado em 2016 manteve-se no mesmo patamar de 66,85%. Isto é compreensível considerando a realização das eleições municipais em 2016, atrelado ao fato de que a aprovação do Plano Estadual da Cultura, que traça diretrizes para o sistema e tem impacto sobre o indicador, só ocorreu em 1 de junho de 2016.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA CULTURA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Preservação e Promoção da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense; Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará; e Teledifusão Cultural e Informativa. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 70,20 milhões.

PROGRAMA 044 – PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

O Programa tem como objetivo democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado, tendo como público-alvo profissionais, artistas, produtores, grupos, coletivos e realizadores que compõem as cadeias criativa, produtiva e mediadora das diversas linguagens artísticas e dos segmentos do campo cultural; povos e comunidades tradicionais; estudantes e arte-educadores; gestores públicos e privados; investigadores e pesquisadores; e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação das ações culturais na linguagem da música.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	62	87
Ampliação das ações culturais na linguagem da dança.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	13	41
Ampliação das ações culturais na linguagem da literatura.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	14	48
Difusão e intercâmbio da arte e cultura cearense nos cenários regional, nacional e internacional.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	29	2
Expansão da Rede de Pontos de Cultura.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	240	98
Ampliação da oferta de infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	Equipamento Cultural Implantado	unidade	4	2

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Melhoria da infraestrutura de acesso às ações culturais nas diversas linguagens.	Equipamento Cultural Reformado	unidade	4	2
Ampliar o fomento as ações culturais e apoio a projetos culturais, previsto pela Lei 13.811.	Projeto Cultural Apoiado	unidade	135	256

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Apoio a execução de 94 projetos, contemplando 16 municípios em 10 macrorregiões, do total de 100 projetos selecionados, nas diversas linguagens, através do VIII Edital Mecenas do Ceará. Dentre os projetos executados destacam-se: 26 na linguagem da música, dos quais 6 são destinados à realização de festivais; 3 projetos na linguagem da dança; 6 projetos na linguagem da literatura; e 11 projetos na linguagem audiovisual;

- Realização do XII Festival Música na Ibiapaba, em Viçosa do Ceará e em outros nove municípios da Região da Ibiapaba, além de Sobral, tendo como tema Música em Todos os Sentidos. De caráter formativo, o Festival é uma ação consolidada no calendário cultural do Estado e em 2016 realizou as seguintes ações: capacitação de 500 pessoas através da realização de 45 oficinas de formação em música e o acesso de 7.500 pessoas a 30 ações artísticas contemplando a diversidade musical regional e nacional;

- Apoio a execução de 77 projetos, do total de 116 projetos selecionados, através do X Edital de Incentivo as Artes, dentre as quais se destacam as seguintes linguagens: música (9), dança (7), literatura (15), artes visuais (14), circo (8), além de 7 projetos de fotografia no “Prêmio Alberto Nepomuceno” e 8 de composição musical no “Prêmio Chico

Albuquerque”;

- Apoio a produção de 30 projetos, dentre os 48 projetos selecionados, através do I Edital de Apoio a Projetos Culturais de Demanda Espontânea, que movimentaram a economia de 20 municípios em 12 macrorregiões, com destaque para as seguintes ações de parceria executadas: Fendafor – Festival Internacional de Dança de Fortaleza e 10º Fendafor Itinerante do Ceará – 2ª Etapa; VII FESTVALE - Festival de Teatro do Vale do Jaguaribe; 5ª BIENAL Internacional de Dança de Par em Par; FOR RAINBOW - 10 anos; 2º BARBALHARTE, cujo público usufrutuário destes eventos foi de 40.880 pessoas;

- Apoio à realização de 39 ações culturais na linguagem da música, 23 ações na linguagem da dança e 25 ações culturais na linguagem da literatura através da cessão de espaço nos equipamentos da Secult às entidades de sociedade civil;

- Realização do projeto Cidade das Artes Sobral, em parceria com Instituto Dragão do Mar, Instituto Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Arte (ECOIA), cujo princípio é a descentralização da política cultural do Ceará, ocupando as ruas e interligando através das artes espaços públicos referenciais, como o Teatro e a Praça São João, o Museu Dom José de Arte Sacra, a Ecoa, o Museu Madi, a Casa da Cultura, com atividades de: música,

teatro, dança, audiovisual, artes visuais, fotografia, circo, arte urbana, hip-hop, literatura, arte digital, gastronomia;

- Realização de 387 ações artísticas culturais no Centro Cultural Dragão do Mar, com destaque para o Edital Temporada de Arte Cearense quando foram executadas 48 ações culturais com público de 68.177 pessoas; e para a terceira edição da Maloca Dragão, possibilitando o livre acesso de 335.402 pessoas, ocasião em que foi celebrado o aniversário Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura;

- Realização de 540 ações culturais no Cineteatro São Luiz com programação diversificada, das quais 486 são na linguagem audiovisual ultrapassando o número de 100 mil espectadores e a marca de 25 mil estudantes atendidos no projeto Escola no Cinema. Registra-se ainda a realização de 31 ações culturais na linguagem da música, 7 na linguagem de teatro e 5 de humor, dentre outras; além do trabalho realizado para ampliar a integração com artistas e públicos da Praça do Ferreira;

- Realização de 89 ações culturais e formativas na Escola Porto Iracema das Artes, com público de 13.917 pessoas. Destaca-se a Mostra Porto Iracema (Mopi) realizada com os resultados dos diversos laboratórios em linguagens como música, artes visuais, dança e teatro e a programação especial por ocasião do seu aniversário com atividades que incluíram cursos, debates e apresentações de trabalhos desenvolvidos por alunos. Salienta-se que foram executados 20 percursos formativos, contendo 265 atividades de formação, envolvendo cerca de 11.808 pessoas;

- Conclusão da reforma e reabertura do Centro Cultural Bom Jardim com a retomada

das ações culturais, dentre as quais se destacam 41 ações na linguagem da música, dança, teatro, literatura, circo, envolvendo um público de 11.146 pessoas em atividades de pintura, feiras criativas de artesanato, culinária regional e exposições de fotografias. Este centro cultural é uma referência na descentralização e na democratização de atividades formativas, beneficiando a população dos diversos bairros do Grande Bom Jardim;

- Realização de 446 ações culturais no Teatro José de Alencar, notadamente nas linguagens de teatro, música, dança e artes visuais, dentre outras, para um público de 40.178 pessoas;

- Realização de 80 ações culturais no Sobrado Dr. José Lourenço, principalmente na linguagem das artes visuais, literatura e artes integradas, registrando um público de 12.240 pessoas;

- Realização de 211 ações culturais na Casa Juvenal Galeno para um público de 7.645 pessoas, com ênfase nas ações na linguagem de literatura;

- Apoio à produção de 56 projetos através do X Edital Carnaval do Ceará 2016 – com destaque para os projetos de maracatu, escola de samba, blocos, cordões e afoxés, contemplando 29 municípios;

- Apoio à execução de 40 projetos através do XII Edital Ceará da Paixão 2016, sendo 20 projetos na capital e 20 em cidades do interior do Estado, com ações relacionadas às tradições regionais cearenses;

- Apoio à produção de 119 projetos através do XVIII Edital Ceará Junino – 2016, todos

relacionados às tradições regionais cearenses voltadas para os festejos juninos, distribuídos em I campeonato cearense, 97 quadrilhas e 21 festivais;

- Apoio à produção de 41 projetos através do XII Edital Ceará Natal de Luz 2016, sendo 20 em cidades do interior do Estado, 20 na capital e a realização da Mostra Estadual Ceará Natal de Luz, com a participação de 20 grupos de tradição natalina;

- Ampliação do número de equipamentos culturais da SECULT com a entrada em funcionamento do Centro Cultural Memorial Cego Aderaldo; incorporação da Escola Vila da Música que passa a funcionar como Centro Cultural do Crato e implantação do Escritório Cultural de Quixadá;

- Apoio ao funcionamento de mais 3 espaços culturais, em parceria com a sociedade civil: Escola de Saberes, em Barbalha; Galeria 3x4, em Guaiúba; e Espaço Sinfonia.br, em Pindoretama, através do edital de apoio a projetos de demanda espontânea;

- Realização de 52 ações culturais na Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho com 5.2367 pessoas. Dentre estas ações estão 5 percursos formativos na área de patrimônio com 48 atividades.

PROGRAMA 045 – PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

O Programa tem como objetivo preservar, restaurar, ampliar e difundir a memória e o conjunto dos bens móveis/acervos e imóveis do patrimônio material e imaterial de interesse histórico e artístico-cultural cearense para o fortalecimento de suas expressões e manifestações de identidades e de diversidade cultural, tendo como público-alvo mestres da cultura tradicional popular, grupos tradicionais populares, artistas e produtores culturais, gestores municipais e de equipamentos culturais e a população em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Preservação e restauração dos bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado.	Equipamento Cultural Reformado	unidade	5	3
Apoio à pesquisa, investigação e produção de conteúdos sobre o patrimônio cultural material e imaterial.	Estudo e Pesquisa Realizados	unidade	4	0
Promoção da conexão de saberes e fazeres patrimoniais.	Evento Realizado	unidade	1	2

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do X Encontro Mestres do Mundo, na cidade de Limoeiro do Norte, com o tema “Mestres do Mundo, Saberes

Para Todos os Tempos”, que ofertou uma programação diversificada, incluindo exposições, curso de formação patrimônio imaterial e o colóquio reconhecimento de saberes e ofícios;

- Concessão do Título de Notório Saber em Cultura Popular, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), aos 58 Mestres da Cultura cearense;

- Realização do Seminário Memorial Cego Aderaldo - Arte, Educação e Patrimônio, com objetivo de promover uma rede regional de pesquisas e intercâmbios entre agentes educativos, culturais e turísticos, envolvendo seis cursos preparatórios e um público composto de educadores, estudantes, agentes culturais e comunidades locais;

- Restauro da Catedral de Sobral e bens agregados;

- Tombamento da Casa de Fausto Cabral, onde funciona o Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE);

- Reforma e preservação da Casa Juvenal Galeno e do Theatro José de Alencar que compõem o conjunto de bens tombados da Secult;

- Realização de 383 visitas ao patrimônio histórico-cultural do Museu do Ceará, Museu de Imagem e do Som e Museu Sacro São José do Ribamar, contabilizando um público de 55.421 pessoas contabilizando aqui as visitas que ocorrerão durante os eventos artísticos realizados por estes equipamentos.

PROGRAMA 046 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo fortalecer institucionalmente o Sistema Estadual da Cultura com vistas à qualificação de sua gestão, implementação, monitoramento e avaliação, bem como o aprimoramento da cooperação com os órgãos municipais de cultura e a interação com os segmentos artísticos e culturais no Estado do Ceará, tendo como público-alvo os gestores culturais dos setores público e privado e produtores culturais.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo.

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Apoio aos processos participativos de discussão e construção da política de cultura.	Evento Realizado	unidade	64	36
Apoio à formação/capacitação em gestão e política cultural.	Pessoa Capacitada	unidade	150	130

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
 (*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Capacitação de 130 gestores através do Curso de Capacitação para Gestores Públicos de Cultura do Ceará, realizado em parce-

ria com o Ministério da Cultura e Universidade Federal do Ceará;

- Realização de duas oficinas do Projeto Nômada – Residência de Criação e Aperfei-

çoamento Técnico em Circo e suas Invenções para um público de 60 pessoas;

- Realização de três encontros regionais para rearticulação do Sistema Estadual de Bandas, na Região da Ibiapaba, Vale do Jaguaribe, Vale do Acaraú e Maciço do Baturité;

- Realização de 29 mesas de trabalho, com representantes dos fóruns de linguagem, produtores culturais, artistas, articuladores culturais e outros agentes culturais para discussão e articulação da política cultural, notadamente sobre editais.

PROGRAMA 077 – TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

O Programa tem como objetivo garantir uma programação diversificada e inclusiva para a sociedade, tendo como público-alvo o Governo Estadual, produtores de TV e sociedade cearense.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Exibição de 100% dos programas anuais previstos e execução de 100% dos recursos destinados à locação do espaço de satélite para transmissão da programação realizada em parceria com a TV Brasil, além da produção própria e a realizada em parceria com outras emissoras públicas estaduais;

- Realização de coberturas jornalísticas, transmissão ao vivo pela TVC e pelas redes sociais de projetos e ações culturais realizadas pela Secretaria da Cultura, Instituto Dragão do Mar e Universidade Estadual do Ceará, com destaque para os eventos culturais Maloca do Dragão, Feira da Música e Concerto em Homenagem a Humberto Teixeira, propiciando a diversificação do público e garantindo maior visibilidade às ações culturais patrocinadas pelo Governo do Estado;

- Produção e exibição da série Tempo de Brincar que mostra brinquedos e brincadeiras da cidade, do sertão e da praia, trazendo depoimentos de crianças, pais, mães, avôs e avós, professores e psicólogos sobre as diferentes dimensões da experiência da brincadeira na infância e os seus impactos sobre o desenvolvimento da criança. Realizada por meio do “Programa Mais Infância Ceará”, do Gabinete da Primeira-dama, a coleção de cinco documentários foi dirigida pela TVC, em parceria com o Instituto Dragão do Mar, Fundação Casa Grande e Instituto Sol, com apoio do Unicef;

- Implantação de 100% da tecnologia de legendagem oculta, em tempo real para permitir o acesso de pessoas deficientes auditivas à programação da TVC.



EIXO VI – CEARÁ SAUDÁVEL

O Ceará Saudável contempla as políticas governamentais que enfatizam os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: **Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico**, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – SAÚDE

O Governo do Estado reconhece o Sistema Único de Saúde – SUS como um projeto político em permanente construção, que demanda entendimentos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS por sua repercussão na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um ambiente saudável.

O SUS apresenta princípios e diretrizes voltados para assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, proteção e atenção à população, com prioridade para os grupos sociais mais carentes, de forma a consolidar um modelo de Atenção Integral à Saúde.

Seu fundamento sociopolítico-institucional pressupõe uma rede de conselhos de saúde que garantem a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde.

Desta forma, na concepção do SUS, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

O Governo apresenta, desse modo, um compromisso com o fortalecimento do SUS e das Regiões de Saúde, no sentido de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliáveis e efetivo controle social, direcionando prioritariamente o financiamento para os serviços públicos de saúde.

Essa diretriz compreende avanços na implantação de Redes de Atenção à Saúde enquanto conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente. Pressupõe a valorização dos trabalhadores da Saúde e a integralidade da atenção humanizada e da vigilância efetiva.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a população com saúde integral e de qualidade. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ^(*)
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	%	55,00	57,80	63,30	66,80	64,00	69,20

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real. ^(*)
Proporção de partos normais	%	51,00	42,90	42,20	50,00	50,00	42,00
Proporção de Trabalhadores que Atendem ao SUS com Vínculos Seguros.	%	72,75	73,27	84,17	69,38	84,00	79,18
Taxa de incidência de sífilis congênita	por mil nascidos vivos	7,7	8,1	9,4	9,6	9,4	9,6
Taxa de mortalidade específica por dengue	por 100 mil hab	0,50	0,90	0,60	0,80	0,54	0,28
Número de Óbitos específicos por leishmaniose visceral (calazar)	Nº	-	66	47	40	38	27
Taxa de mortalidade infantil neonatal	por mil nascidos vivos	9,04	9,90	8,60	8,60	8,40	8,80
Taxa de mortalidade por causas externas	por 100 mil hab	8,00	102,78	105,10	97,90	98,80	67,17
Taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)	por 100 mil hab	269,40	259,90	268,00	287,90	282,10	194,60
Trabalhadores de Saúde Capacitados e Formados nos Serviços de Saúde	Nº	4.725	4.414	7.611	3.344	5.164	5.382

Fonte SESA

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

As ações desenvolvidas para melhoria do indicador Proporção de Nascidos Vivos de mães com 7 ou mais Consultas de Pré-Natal integram o projeto Qualifica APSUS que objetiva a qualificação de profissionais de saúde através de oficinas da Atenção Primária nos municípios com foco no Pré-Natal e na estratificação de risco da gestante e da criança, como também a elaboração da Linha Guia Estadual da Gestante e protocolos de atendimento no pré-natal.

Com relação ao indicador “Proporção de Parto Normal”, as ações desenvolvidas para melhoria deste indicador são voltadas para a reversão do grande número de cesáreas realizadas no Estado, e nos cursos de capacitação desenvolvidos pela ESP para enfermeiras obstétricas, e profissionais das maternidades de referência com vistas a melhoria da ambiência das maternidades e foco na humanização do parto e nascimento.

Os Trabalhadores que Atendem ao SUS com

Vínculos Seguros são servidores públicos estaduais ativos, servidores federais e municipais cedidos, que representam um percentual de 79,18% do total de trabalhadores que atendem ao SUS.

Com o intuito de reduzir a “Taxa de Incidência de Sífilis Congênita”, a SESA-CE tem reforçado suas ações na vigilância da sífilis objetivando detectar, notificar, investigar e monitorar todos os casos. As atividades são desenvolvidas com o cadastro de 90% das unidades de saúde que distribuem e realizam teste rápido de sífilis. Cobertura de 96% de multiplicadores capacitados no curso de teste rápido para HIV e sífilis, em manejo e vigilância epidemiológica das DST e campanhas Fique Sabendo para detecção precoce. A inclusão do parceiro no tratamento é uma estratégia essencial para a redução da taxa.

Conforme dados do SINAN, a “Taxa de Mortalidade Específica por Dengue está em torno de 0,3%, abaixo da meta pactuada para 2016

(0,5%). Observa-se uma redução em relação aos anos de 2014 (0,60%) e 2015 (0,80%).

Ressalta-se a necessidade do fortalecimento das ações das Diretrizes Nacionais de Controle da Dengue estabelecidas e preconizadas pelo Ministério da Saúde, com destaque para o componente de atenção ao paciente: capacitação dos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros) em diagnóstico e manejo clínico dos casos de dengue; Garantir o uso do protocolo do Ministério da Saúde sobre Manejo Clínico, que define o estadiamento e a classificação de risco (grupos: A, B, C e D) no atendimento ao paciente suspeito de Dengue.

No que se refere ao indicador “Número Absoluto de Óbitos por leishmaniose visceral”, a redução da letalidade é o principal objetivo do programa de controle da leishmaniose visceral. No ano de 2016, o Ceará confirmou 27 óbitos, comparando-se esse número com a meta estabelecida de 38 óbitos, houve uma redução de 11 óbitos. Ações de vigilância têm como objetivo realizar diagnóstico precoce e tratamento adequado dos casos humanos; reduzir o contato do vetor com os hospedeiros suscetíveis às fontes de infecção para o vetor; e promover ações de educação em saúde e mobilização social.

As ações desenvolvidas para melhoria da “Taxa de Mortalidade Infantil Neonatal” abrangem a capacitação de profissionais das maternidades em Reanimação de Recém-nascidos, qualificação do pré-natal pelo projeto Qualifica APSUS, elaboração da linha guia da criança e protocolos de atendimento da atenção primária, ampliação de leitos de UTI Neonatal e Unidade de Cuidados Intermediários nas maternidades regionais e macrorregionais.

Os homicídios e os acidentes de trânsito destacam-se como as maiores ocorrências dos óbitos relacionados às causas externas no Brasil.

No que concerne aos acidentes de trânsito, a Sesa, com o projeto “Vida no Trânsito”, desenvolve ações de promoção da saúde e prevenção de acidentes celebrando convênios com a SEDUC e DETRAN, capacitando professores da Rede Estadual de Educação com o objetivo de inserir o tema no currículo escolar. Ainda em parceria com a AMC, DETRAN e SINDUSCON executam ações de prevenção de acidentes entre trabalhadores do segmento da construção civil. Destacamos que o “Projeto Vida no Trânsito” está vinculado às ações preconizadas pelo Programa Ceará Pacífico do Governo do Estado.

Em 2016 a SESA promoveu, em conjunto com a Casa Civil e DETRAN, a campanha de Prevenção de Acidente no Trânsito que tem como slogan “Seja você a mudança no trânsito” a qual envolveu os órgãos de trânsito e toda sociedade civil organizada.

Quanto à prevenção e redução dos homicídios, as Unidades Estratégicas de Saúde notificam a violência doméstica por meio do Sistema Nacional de Doenças e Agravos - SINAN do Ministério da Saúde. Destaca-se, ainda, as capacitações com o envolvimento de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para a identificação de situações de risco e prevenção da população mais suscetível, e a implantação da linha de cuidados para as vítimas de violência doméstica.

Em relação ao indicador “Taxa de Mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)”, as ações de-

envolvidas abrangem, a elaboração do Plano Estadual de Atenção Oncológica, elaboração de Protocolos Clínicos para as unidades de saúde dos municípios. Qualificação da Atenção Primária APSUS e a Estratificação de risco dos pacientes com hipertensão e diabetes promovendo ações preventivas estratégicas intersetoriais de alimentação saudável, atividades físicas, culturais, redução do consumo de álcool e cigarro que impactam na saúde da população e, com isso, reduz as altas taxas de morbimortalidade.

Com relação ao indicador Trabalhadores de Saúde Capacitados e Formados nos Serviços de Saúde, foram capacitados 5.382 trabalhadores para o Sistema Único de Saúde – SUS, superando assim a meta definida para o Período

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SAÚDE

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS; Vigilância em Saúde; Atenção à Saúde Integral e de Qualidade; e Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 2.288,49 milhões.

PROGRAMA 055 – FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O Programa tem como objetivo aprimorar

as políticas de planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde do SUS, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de 116 eventos, pelas comissões de intergestores regionais no âmbito das 21 regiões de saúde, para o aprimoramento e resolução das ações e serviços no fortalecimento da gestão regional na descentralização do SUS;
- Realização de assessorias técnicas aos municípios, no sentido de melhorar o desenvolvimento das ações e vivência do controle social pelos conselheiros de saúde no âmbito municipal e regional;
- Elaboração da proposta de estruturação da política estadual de atenção à pessoa com deficiência;
- Realização de seminários de comunicação das redes sociais, encontros de segurança e saúde do trabalhador, seminário de implantação e implementação das comissões intersetoriais de saúde do trabalhador e de saúde mental conduzido pelo controle social do SUS;
- Cooperação técnica às secretarias municipais de saúde, através das coordenadorias regionais de saúde, para o acompanhamento do sistema SARGSUS - Relatório de Gestão do SUS de conformidades com as normas da legislação do SUS;
- Implantação do Centro de Serviços Com-

partilhados - CSC em todas as unidades da rede SESA, para contribuir com a redução de custos, melhoria dos serviços, promover eficiência e alcance de melhores resultados na gestão;

- Realização de reuniões, seminários, encontros e participação em eventos referentes à Política de Saúde do Trabalhador;

- Realização de ações de fortalecimento da rede em saúde do trabalhador nas macrorregiões, com foco na promoção, prevenção, assistência e reabilitação dos trabalhadores;

- Realização de fóruns regionais objetivando a ausculta da sociedade para nortear a eleição de prioridades e propostas para a gestão;

- Implantação de sistemas cooperativos responsáveis pela gestão de estoque, gestão do paciente, sistematização de monitoramento, avaliação dos indicadores de desempenho e melhoria da gestão da saúde.

PROGRAMA 056 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Programa tem como objetivo reduzir a morbi-mortalidade e riscos à saúde e intervir nos problemas de saúde pública da população cearense, por meio de ações estratégicas de vigilância da saúde, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, tendo como público-alvo a população usuária do SUS.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Monitoramento dos indicadores de vigilância entomológica por doenças e agravos pactuados com os 184 municípios;

- Monitoramento dos serviços de vacinação dos 184 municípios, através dos Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização SIPNI e apoio técnico no planejamento de estratégias eficientes ao alcance de coberturas vacinais adequada;

- Monitoramento em 100% dos municípios, referentes às ações da vigilância em saúde ambiental;

- Monitoramento com análise dos indicadores de Vigilância Epidemiológica por doenças e agravos pactuados com os municípios;

- Reestruturação das Redes de Frio Estadual e Regionais e Coordenação Estadual de Imunizações;

- Execução de ações voltadas para o desempenho profissional de trabalhadores atuantes nas áreas de vigilância em saúde;

- Capacitação de 3.601 pessoas em ações de combate à dengue de 62 Instituições públicas e privadas em Fortaleza e Região Metropolitana;

- Capacitação de 437 operadores de máquinas costais dos 184 municípios e de 20 Laboratoristas para identificação de *Aedes aegypti*;

- Realização da Especialização em Vigilância Sanitária, priorizando a integração entre todos os módulos, visando trabalhar a identidade do profissional, para além da vigilância, como sujeito implicado no processo.

PROGRAMA 057 – ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O Programa tem como objetivo promover a integralidade e o aprimoramento da política da atenção básica, especializada, ambulatorial

e hospitalar, tendo como público-alvo população usuária do SUS.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016 ^(*)
Ampliação da distribuição de medicamentos das centrais de abastecimento farmacêutico.	Farmácia implantada	unidade	19	20
Ampliação da oferta dos serviços hospitalares de média e alta complexidade.	Hospital Regional implantado	unidade	1	0
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços ambulatoriais e hospitalares.	Unidade de Saúde estruturada	unidade	64	29
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais especializados.	Policlínica implantada	unidade	3	0
Realização de ações voltadas para a unidade de gerenciamento de projetos.	Unidade de Saúde acreditada/certificada	unidade	9	4
Ampliação da oferta dos serviços ambulatoriais de urgência e emergência.	Unidade de Pronto Atendimento (Upa) implantada	unidade	24	3

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização do Workshop: Planejamento Reprodutivo e implante subdérmico - LARCS para médicos e enfermeiros das maternidades e profissionais da atenção primária;

- Realização de cursos: A Enfermagem Obstétrica e sua contribuição na Assistência ao Parto e Nascimento; Desafios da Rede Cegonha para profissionais de saúde das maternidades; Zero Morte Materna por hemorragia pós-parto, para médicos e enfermeiros das maternidades de referência e SAMU; Manejo Obstétrico da Hemorragia Pós-parto e Pós-abortamento para profissionais de saúde nas 5 Macrorregiões do Estado;

- Capacitação de 10 médicos das maternidades de referência sobre inserção do im-

plante subdérmico - LARCS – IMPLANON, em Ribeirão Preto – São Paulo;

- Capacitação de cinco médicos de Quixadá sobre inserção do Implanon;

- Realização da Oficina do Projeto Qualifica APSUS, para qualificação do Pré-Natal para profissionais da atenção primária;

- Realização da “Conferência sobre a Prevenção do Câncer de Mama” com 300 participantes, aberta ao público;

- Sensibilização dos profissionais das UBS sobre ações de implantação da política nacional de atenção à saúde do homem;

- Monitoramento das UPAS implantadas para oferta dos serviços ambulatoriais de ur-

gência e emergência;

- Apoio aos municípios nas ações voltadas à saúde do idoso;
- Apoio a serviços hospitalares especializados, nos hospitais Polo, Estratégicos e de Pequeno Porte, nas internações, diagnóstico e terapêutico no âmbito regional;
- Realização de Ação Social na praça Dona Deinha bairro Presidente Kennedy, com equipes multidisciplinares para avaliação da saúde dos idosos;
- Visitas técnicas para credenciamento de serviços da rede de atenção psicossociais nas regiões de Juazeiro, Crato e Iguatu;
- Disponibilização de 34 leitos de retaguarda pactuados, para atender a demanda por leitos de emergência no Estado;
- Capacitação, monitoramento, acompanhamento e orientação para profissionais de saúde dos serviços de Saúde Mental sobre o registro de atendimento no Registro das Ações Ambulatórias de Saúde – RAAS, credenciamento no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde - SAIPS e Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB, para construção de unidades psicossociais;
- Realização de 13.509 cirurgias eletivas de

alta e média complexidade, através da oferta de serviços contratados;

- Realização de 1.754 transplantes de órgãos e tecidos;
- Distribuição de medicamentos para os municípios pelas centrais de abastecimento farmacêutica;
- Implantação das policlínicas de Maracanaú, Canindé e Crato.

PROGRAMA 076 – GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

O Programa tem como objetivo promover a sustentabilidade e o avanço das políticas de Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde, num processo contínuo de valorização do trabalhador no SUS, impactando na melhoria da qualidade do sistema e prestação dos serviços de saúde à população no Estado do Ceará, tendo como público-alvo trabalhadores, gestores e usuários do SUS, residentes, estudantes, pesquisadores, instituições de ensino e conselheiros de saúde.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde.	Trabalhador de Saúde capacitado	unidade	5.161	4.031
Promoção da formação profissional em saúde.	Trabalhador de Saúde formado	unidade	1.390	160
Capacitação de membros dos conselhos de saúde e comunidades no âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde.	Pessoa capacitada	unidade	192	474

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação da Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade.	Vaga ofertada	unidade	81	40
Promoção da adoção da gestão de excelência em serviços de saúde.	Entidade atendida	unidade	5	0
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde.	Estudo e Pesquisa realizados	unidade	3	2
Ampliação da produção de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde para a promoção da Saúde.	Produção Científica publicada	unidade	9	2
Promoção da qualificação profissional para conselheiros e secretários executivos de saúde.	Capacitação realizada	unidade	24	16

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de Curso de Saúde Mental para trabalhadores da saúde em parceria com Cerest;

- Realização do 1º Seminário de Saúde Mental, 1º ciclo de debates para, qualificar profissionais da APSUS e formação de grupos de trabalhos, na promoção de educação permanente para a rede de atenção psicossocial, realização de visitas de monitoramento para implementação da Caderneta de Saúde do adolescente nas Macros de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral;

- Fortalecimento e organização do Programa Saúde na Escola (PSE) nas Macros de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral, com interface no Programa Bolsa Família;

- Qualificação da abordagem multiprofissional e intersetorial às pessoas em uso prejudicial de drogas, por meio da realização da “Oficina de Redução de Danos” para 27 profissionais de saúde residentes das ênfases Saúde da Família e Comunidade e Saúde Mental Coletiva;

- Participação das Equipes de Saúde Indígena no Projeto de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – Qualifica APSUS em parceria com Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/CE;

- Formação de 578 trabalhadores de saúde pela Escola de Saúde Pública (ESP) nas áreas de técnico em enfermagem, saúde bucal, radioterapia, análises clínicas, citopatologia, hemoterapia, vigilância à saúde e agentes comunitários de saúde;

- Ampliação de 40 vagas de residência médica em medicina da família e comunidade. A oferta é de 599 vagas em residência médica;

- Capacitação de 99 profissionais da ESP no projeto de educação permanente referente à promoção de adoção da gestão por excelência em serviços de saúde;

- Implantação de estações de biblioteca virtual em saúde (EBVS), treinamento para a utilização de software de automação de bibliotecas e acesso com BVS;

- Publicação das coletâneas de pesquisa para o SUS e da revista eletrônica Pesquisa e Saúde;
- Acompanhamento e regulação na promoção de práticas de integração ensino / serviço a aproximadamente 6.000 estágios nas unidades da rede Sesa;
- Realização do 1º seminário de saúde mental, 1º ciclo de debates para qualificar profissionais da APSUS e formação de grupos de trabalhos, na promoção de educação permanente para a rede de atenção psicossocial;
- Realização de Palestras sobre a saúde do homem para os trabalhadores do Hospital César Cals, Heineken – Cervejaria e Comando da Polícia Militar;
- Realização de Web Palestra sobre a saúde do homem através do Telesaúde para profissionais da atenção primária;
- Oferta de 578 vagas de residência multiprofissional nas áreas da Saúde da Família e Comunidade, Saúde Mental Coletiva, Saúde Coletiva, Enfermagem Obstétrica, Neonatologia, Pediatria, Infectologia, Neurologia e Neurocirurgia, Cuidado Cardiopulmonar, Urgência e Emergência e Cancerologia;
- Publicação de dois volumes do periódico Cadernos ESP e um volume dos Anais da VI EXPOESP;
- Capacitação de 5.382 trabalhadores para o Sistema Único de Saúde – SUS por meio de oficinas, seminários, cursos básicos, aperfeiçoamentos e atualizações;
- Realização de duas Oficinas de capacitação para formar multiplicadores para atendimento do adolescente na Atenção Básica;
- Capacitação pela ESP de 474 conselheiros e participantes de movimentos sociais, o âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde;
- Apoio e acompanhamento a 184 municípios, no programa de valorização ao profissional da atenção básica (PROVAB) e projeto Mais Médicos;
- Monitoramento de ações formativas de trabalhadores de saúde para fortalecer a ampliação do acesso à educação permanente em saúde;
- Capacitação de conselheiros, secretários executivos de saúde, 474 representantes do controle social do SUS em 16 turmas de cursos realizados nas 22 regiões de saúde, conforme cronograma estabelecido;
- Capacitação de equipes técnicas das ouvidorias do SUS do Ceará em sistema informatizado ouvidor SUS e serviço de informação ao cidadão SIC;
- Qualificação da abordagem multiprofissional e Intersetorial às pessoas em uso prejudicial de drogas, por meio da realização do Curso ‘Saberes e Práticas da Rede Intersetorial sobre Álcool e outras drogas’, realizado em parceria com o Centro de Atenção em Saúde - ESP/CE e ofertado para 86 profissionais de saúde residentes dos componentes comunitário e hospitalar;
- Realização do Curso de Especialização em Gestão em Saúde na Atenção Primária à Saúde;
- Realização do Evento Científico: VI EX-

POESP: Compartilhando Aprendizagem com associação da V Mostra de Saberes de Educação Profissional em Saúde e I Mostra de Residências Multiprofissionais em Saúde do Ceará e contou com 458 participantes. Foram apresentados 274 trabalhos, destes, dez foram premiados;

- Realização do Evento Científico: I Mostra de experiências bem-sucedidas em Vigilância em Saúde no Ceará – nível regional, realizada no III Encontro Estadual de Vigilância em Saúde em Aquiraz-Ceará. O evento contou com 130 participantes e apresentação de 18 trabalhos científicos. Destes, cinco foram premiados com menção honrosa.

TEMA – ESPORTE E LAZER

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da

cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o acesso democratizado à prática e à cultura do Esporte e Lazer. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas	Nº	-	-	2.060	112	75	73
Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer	Nº	-	-	52	56	56	56

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado	Nº	884.643	917.421	1.092.964	962.172	523.958	661.840
Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer	Nº	-	-	46.600	38.812	40.869	40.000

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

Em relação ao indicador “Quantidade de atletas apoiados em competições esportivas”, foram apoiados 73 atletas destaques em diversas modalidades esportivas com passagens aéreas para que pudessem disputar competições nacionais e internacionais, contribuindo desta forma para fomentar o esporte de rendimento no Estado.

O Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC, uma parceria entre a Secretaria de Esporte do Ceará e o Ministério do Esporte, foi o destaque para o desempenho dos indicadores “Quantidade de municípios atendidos por núcleos de esporte e lazer”, “Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado” e “Número de vagas ofertadas em núcleos de esporte e lazer”, pois seus 100 núcleos em 56 municípios proporcionaram a mais de 520.000 pessoas da comunidade, de todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, a prática de atividades físicas, culturais e de lazer em eventos abertos e juntamente com os 40.000 beneficiários/mês do programa. Outros eventos que contribuíram com o indicador “Público em eventos de esporte e lazer promovidos pelo Estado”, foram a Copa Ceará Pacífico, os Jogos Esco-

lares do Ceará 2016 e o desafio “Ao Gosto do Aluno”, uma comemoração esportiva em homenagem ao Dia do Estudante.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO ESPORTE E LAZER

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Esporte e Lazer para a População; e Ceará no Esporte de Rendimento. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de 36,50 milhões.

PROGRAMA 050 – ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO

O Programa tem como objetivo promover a saúde, a cidadania e a integração da população cearense na convivência social, tendo como público-alvo a população cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Realização de projetos e eventos esportivos para população.	Evento realizado	unidade	90	1.192
Ampliação da oferta de equipamentos e instalações para a prática esportiva.	Equipamento de Esporte e Lazer construído	unidade	74	17

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Melhoria da estrutura dos equipamentos e instalações esportivas.	Parque Esportivo modernizado	unidade	38	17

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Participação de 75.000 jovens alunos de escolas públicas estaduais, municipais e privadas nos Jogos Escolares do Ceará 2016;
- Execução de 100% dos eventos pactuados nos 100 núcleos do Programa de Esporte e Lazer da Cidade com a participação de 40.000 beneficiários por mês;
- Realização de 1.306 eventos abertos do Programa Esporte na Minha Cidade, com a participação de 522.400 pessoas;
- Realização da Copa Ceará Pacífico com a participação de 1.440 jovens entre 13 e 16 anos, alunos de 20 escolas estaduais e municipais;
- Participação de mais de 63.000 alunos da rede estadual de ensino em comemoração ao Dia do Estudante em todos os municípios do Estado, no desafio “AoGosto do Aluno”;
- Execução de 50% da obra de Construção de Piscina Semiolímpica – Jaguaruana;

- Execução de 49,27% da obra de Construção do Estádio Municipal na sede do município de Altaneira;
- Execução de 30% da obra de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta na localidade de Sítio Taboquinha no município de Altaneira;
- Execução de 40,23% da obra de Construção do Estádio de Futebol do município de Farias Brito.

PROGRAMA 086 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

O Programa tem como objetivo projetar o esporte cearense no cenário regional, nacional e internacional, tendo como público-alvo atletas, delegações e entidades participantes de competições esportivas de rendimento.

Este programa possui a seguinte iniciativa prioritária, cujo desempenho físico de seu produto principal pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativa Prioritária	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Incentivo à preparação de atletas de alto rendimento.	Bolsa Esporte concedida	unidade	50	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até outubro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Conclusão da obra de Construção do Centro de Formação Olímpica (CFO), estan-

do o equipamento em processo de recebimento técnico definitivo;

- Concessão de 73 passagens aéreas para

atletas de diversas modalidades esportivas representarem o Estado do Ceará em competi-

ções de nível nacional e internacional.

TEMA – SANEAMENTO BÁSICO

A política de Saneamento compreende o planejamento para a universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário no Ceará, o apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento, a implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, enfatizando-se a relação desta política com a política pública de saúde, que repercute na melhoria da qualidade de vida da população e no processo de desenvolvimento social.

O alcance das ações do tema do saneamento básico indica a sua transversalidade e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde da população e a inclusão social.

No marco regulatório nacional de Saneamento Básico, que possui como referência a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, tem-se como destaques:

A adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico;

A priorização do acesso aos serviços de saneamento básico à população de baixa renda;

A afirmação do papel essencial do Estado e

da natureza universal do serviço público de Saneamento fornecido com equidade;

A afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços;

A formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública;

O reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

Em junho de 2016, foi publicada a Lei Complementar nº 162, que institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Além de convergir com os preceitos instituídos pelo marco regulatório nacional, esta lei traz diretrizes que respeitam as condições particulares do Estado, especialmente no tocante ao Saneamento Rural. A Lei aborda, ainda, diversos instrumentos que devem contribuir com a melhoria da gestão pública e o alcance da universalização.

Entre as inovações acrescentadas pela referida lei, cita-se a definição da Secretaria das Cidades como coordenadora das políticas públicas de saneamento, com participação das Secretarias de Desenvolvimento Agrário (SDA) e de Recursos Hídricos (SRH), no âmbito do saneamento rural.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana, que incluem ações de saneamento básico em áreas cujo meio ambiente e, de modo especial, os mananciais e os leitos de recursos hídricos têm sido agredidos e poluídos de forma recorrente pela ação do homem, contribuindo para o surgimento ou agravamento da incidência de doenças, provocando danos à qualidade de vida da população.

Uma vez que esses recursos naturais não são renováveis e são vitais à preservação do meio ambiente e da espécie humana, a Secretaria das Cidades e Cagece desenvolvem ativida-

des de educação ambiental e patrimonial, e de mobilização, organização e fortalecimento social por meio de trabalho junto às comunidades beneficiadas pelos projetos de melhoria urbana e ambiental, com a intenção de educar para a cidadania e de elevar o nível de consciência das pessoas acerca do uso racional desses recursos.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o saneamento básico expandido e garantido com qualidade, dando cumprimento à Política Estadual. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Progr.	Real.
Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural	%	36,45	40,40	50,99	53,49	45,84	54,51*
Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado	%	13,59	18,48	20,11	28,81	29,18	28,26*
População rural atendida com abastecimento de água	%	-	-	-	-	51,5	42,60**
População rural atendida com esgotamento sanitário	%	-	-	-	-	22,5	27,23**
População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	%	36,71	36,19	36,19	39,88	40,38	37,10**
População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada	%	95,44	91,61	91,63	94,06	94,76	92,23**

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro/2016

(**) Dados até outubro/2016

O indicador “Percentual de domicílios atendidos com água potável para consumo humano no meio rural” é medido com base em dados apresentados pelo anuário Estatístico do IPECE, somadas às ações da SDA no âmbito dos projetos de implantação de cisternas de placas, instalação de cisternas de polietileno e instalação de sistemas de abastecimento de

água – SAA.

A projeção mostra que as ações desenvolvidas pela SDA vêm contribuindo de forma crescente para a universalização do atendimento aos domicílios com água potável para consumo humano no meio rural.

Vale salientar que as ações da SDA, durante o ano de 2014 foram intensificadas em virtude da ampliação de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, superando a meta estabelecida para o ano de 2016.

O anuário não apresenta dados dos anos 2015 e 2016, assim, foi projetado um crescimento 2,5% no número de domicílios rurais com água potável para consumo humano e número total de domicílio no meio rural.

O indicador “Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado” refere-se ao percentual dos municípios do Estado do Ceará com Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB elaborado.

A Secretaria das Cidades e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece atuam como intervenientes, contribuindo no processo de elaboração dos planos municipais com as orientações técnicas necessárias.

O percentual de 28,26% registrado para o indicador em 2016, insatisfatório, dado que repetiu o do ano anterior, pela ausência de entregas de PMSBs, pode ser atribuído ao período eleitoral que prejudicou a articulação junto às prefeituras, além da ausência de financiamento para elaboração dos planos, por parte do Governo Federal.

A Cagece está auxiliando o Município de Aquiraz, Cascavel, Maracanaú, Orós, Pacajus, Pentecoste, Redenção, Tianguá e Ubajara. A Secretaria das Cidades tem atuado como interveniente técnica no PMSB de Quixeramobim. Além disso, possui um contrato em andamento tendo em vista a elaboração de 14 PMSBs nos municípios de Aracati, Cariré,

Coreaú, Forquilha, Icapuí, Irauçuba, Jaguaratama, Jaguaribe, Jaguaruana, Massapê, Quixeré, Russas, Santana do Acaraú e Tabuleiro do Norte.

O indicador “População rural atendida com abastecimento de água” refere-se ao percentual da população rural atendida com soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

O percentual da população rural do Estado atendida com abastecimento de água de 42,60% em 2016, considerado satisfatório em relação ao programado, pode ser atribuído aos diversos programas desenvolvidos pelo Estado como os Programas Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da Iniciativa SISAR. Em 2016, foram atendidos com esse serviço aproximadamente 932.318 habitantes.

O indicador “População rural atendida com esgotamento sanitário” refere-se ao percentual da população rural do Estado do Ceará beneficiada com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário para o tratamento de águas residuais.

As ações de saneamento rural no Ceará são caracterizadas principalmente por soluções individuais de esgotamento sanitário, como os conjuntos de fossas e sumidouros, sendo de responsabilidade do cidadão sua manutenção.

O Estado do Ceará tem diversos projetos para construção de módulos para a destinação adequada de efluentes residuais, capitaneados pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria das Cidades.

O percentual da população rural atendido com esgotamento sanitário de 27,23% em 2016 é considerado insatisfatório em relação ao programado, uma vez que existem muitas fossas negras no estado que não foram desativadas, falta a elevação do nível de consciência da população acerca da importância da destinação adequada dos efluentes residuais e os programas governamentais não abarcam a extensa abrangência do saneamento rural, cuja dinâmica é bastante diferente do saneamento urbano.

No Estado do Ceará, destacam-se os Programas de Investimento Ceará II e Ceará III, bem como o Projeto São José, os quais contemplam a construção de fossas sanitárias e seus complementares.

O indicador “População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto.

Os serviços de saneamento em áreas urbanas no Ceará são realizados por meio dos prestadores do serviço, notadamente a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 76 municípios quanto ao esgotamento sanitário; as Prefeituras Municipais em 8 municípios; e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) em 27 municípios. Em 2016, foram atendidos, por estes prestadores, aproximadamente 2.289.715 habitantes em 86 localidades de 76 municípios.

O percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário de 37,10% em 2016, considerado insatisfatório em relação ao programado, pode ser atribuído à crise econômica, pois houve dificuldade na captação de recursos para os investimentos necessários.

O Estado possui mais de 35 projetos de esgotamento sanitário em execução, que contemplam implantação, ampliação e melhoria de sistemas de esgotamento sanitário.

A Cagece contribui para esse incremento a partir da conclusão de parte das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário em trechos correspondentes às bacias do Rio Siqueira afluente do Rio Maranguapinho (Fortaleza) e conclusão das obras de implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em Quixadá, Maranguape, Crateús e Aracati, realizadas no âmbito do Programa Sanear II (interior). A Secretaria das Cidades, no Crato, construiu um sistema de esgotamento sanitário na Avenida do Seminário visando atender 12.500 famílias.

O indicador “População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água.

Os serviços de saneamento em áreas urbanas no Ceará são fornecidos por meio dos prestadores do serviço, notadamente a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) em 151 municípios do Estado quanto ao abastecimento de água; as Prefeituras Municipais em 8 municípios; e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs) em 27 municípios.

O percentual da população urbana coberta com abastecimento de água, de 92,23% em 2016, é considerado insatisfatório em relação ao programado e pode ser atribuído à crise econômica que dificultou a captação de recursos e à crise hídrica que dificulta a identificação de mananciais.

Estima-se que, no período 2012-2016, foram beneficiados aproximadamente 1.715.384 habitantes com cobertura de rede de distribuição de água. Em 2016, foram atendidos com esse serviço aproximadamente 5.551.896 habitantes em 304 localidades de 151 municípios.

O Estado possui mais de 30 projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em execução, distribuídos em 13 municípios, atendendo, em 2016, mais de 100.000 habitantes.

As principais causas para o nível de desempenho apresentado por esse indicador no período 2012-2016 podem ser atribuídas à necessidade de um grande volume de recursos para investimentos em abastecimento de água, tendo em vista manter o crescimento vegetativo da população, acompanhar o crescimento das cidades, e continuar a perseguir a universalização do serviço.

PROGRAMA TEMÁTICO DO SANEAMENTO BÁSICO:

Para que o Governo pudesse apresentar o

desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana; e Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 163,11 milhões.

PROGRAMA 025 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

O Programa tem como objetivo ampliar a cobertura da população urbana do Estado nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem, tendo como público-alvo a população do meio urbano.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação do serviço de abastecimento de água.	Sistema de Abastecimento de Água ampliado	unidade	7	0
Ampliação do serviço de esgotamento sanitário.	Sistema de Esgotamento Sanitário ampliado	unidade	12	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Elaboração de 35% do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Quixeramobim (Região do Sertão Central);

- Conclusão das obras de ampliação do SAA da RMF – Setor Messejana, no município de Fortaleza (Região da Grande Fortaleza);
- Conclusão das obras de implantação de

sistema de abastecimento de água no Residencial Aldemir Martins (Sítio Ancuri), no município de Fortaleza (Região da Grande Fortaleza);

- Conclusão das obras de melhoria em sistemas de abastecimento de água nos municípios de Russas (Região do Vale do Jaguaribe), Pacatuba (Região da Grande Fortaleza), Aracati (Região do Litoral Leste) e Itapipoca (Região do Litoral Oeste/Vale do Curu);

- Conclusão do sistema de abastecimento de água de Capistrano na Região do Maciço de Baturité;

- Conclusão das obras de recuperação da adutora de Cascavel (Região da Grande Fortaleza);

- Execução de 34,18% da obra do sistema de abastecimento de água de Capuan no município de Caucaia (Região da Grande Fortaleza);

- Execução do sistema do Taquarão em Caucaia (11,29%), na Região da Grande Fortaleza;

- Execução de 32,92% da obra do sistema de abastecimento de água em Jaibaras no município de Sobral (Região do Sertão de Sobral);

- Execução de 52% da obra emergencial da adutora de água tratada no município de Aquiraz (Região da Grande Fortaleza);

- Execução de 97,79% da ampliação da Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA Oeste) nos municípios de Fortaleza e Caucaia (Região da Grande Fortaleza);

- Ampliação do sistema adutor da Região da Serra da Ibiapaba onde o ramal norte foi concluído e encontra-se em execução o ramal sul;

- Ampliação dos sistemas de abastecimento de Ibareta (69,63%) na Região do Sertão Central, Caridade (74,65%) na Região do Sertão de Canindé e Juazeiro do Norte, nos Bairros Aeroporto, Triângulo e São José (14,76%) na Região do Cariri;

- Início da execução das obras de ampliação de sistemas de abastecimento de água (Programa de Aceleração de Crescimento - PAC Estiagem) nos municípios de Aracati - Córrego dos Rodrigues, Pontal, Majorlândia e Quixaba (38,44%) e Canoa Quebrada (18,73%) na Região do Litoral Leste; Caucaia (34,18%) na Região da Grande Fortaleza; Hidrolândia (88,64%) na Região do Sertão dos Crateús; Quixadá (25,67%) na Região do Sertão Central; Russas (10,96%) na Região do Vale do Jaguaribe; Sobral (32,92%) na Região do Sertão de Sobral; Tauá (60,32%) na Região do Sertão dos Inhamuns e Umirim (36,74%) na Região do Litoral Oeste/Vale do Curu;

- Execução da adutora de Aquiraz (51,72%) (Região da Grande Fortaleza);

- Obras realizadas em parceria com Prefeituras e Comunidades e ações das Unidades de Negócio da Companhia para atender o crescimento vegetativo da população. Foram aprovadas a execução de 4.500 ligações através de 99 parcerias distribuídas em todo o Estado, com destaques para Eusébio com 526 ligações, Maranguape com 350 ligações e Itaitinga com 254 ligações, todos esses municípios na Região Metropolitana de Fortaleza;

- Conclusão das obras de implantação de sistema de esgotamento sanitário do Residencial Aldemir Martins, no Sítio Ancuri, no município de Fortaleza (Região Grande Fortaleza);

- Conclusão das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário nos municípios de Maranguape (5.945 ligações domiciliares, beneficiando 42.572 habitantes) na Região da Grande Fortaleza; Quixadá, (7.241 ligações domiciliares, beneficiando 30.900 habitantes) na Região do Sertão Central e Aracati (5.340 ligações domiciliares, beneficiando 24.473 habitantes) na Região do Litoral Leste;

- Conclusão das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Crateús, na Região do Sertão dos Crateús, com 6.911 ligações domiciliares, beneficiando 32.494 habitantes;

- Conclusão da ampliação do sistema de esgotamento sanitário do município de Fortaleza (Região da Grande Fortaleza), com 33.634 ligações domiciliares, beneficiando 170.021 habitantes - Projeto Rio Maranguapinho;

- Conclusão das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário no Residencial Lino da Silveira (Araturi), no município de Fortaleza (Região da Grande Fortaleza);

- Execução de ampliação de sistemas de esgotamento sanitário no âmbito do PAC nos municípios de Horizonte (51,51%) na Região da Grande Fortaleza e Viçosa do Ceará (43,75%) na Região da Serra da Ibiapaba;

- Execução das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Fortaleza nas áreas das bacias CD-1, CD-2 e CD-3 (77,7%) e CE-4 (66,57%) - Projeto Rio Maranguapinho, na Região da Grande Fortaleza;

- Ampliação do macrossistema de esgotamento sanitário (Cocó/Interceptor) no município de Fortaleza (99,22%), na Região da Grande Fortaleza;

- Beneficiadas, até novembro de 2016, um total de 253.168 pessoas por meio de 103.748 ações socioambientais, desenvolvidas em 58 municípios.

PROGRAMA 032 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo como público-alvo a população residente no meio rural.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Implementação de solução domiciliar de acesso à água potável.	Cisterna implantada	unidade	25.200	8.200
Implantação do serviço de abastecimento de água.	Sistema de Abastecimento de Água implantado	unidade	378	62
Implantação dos serviços de abastecimento de água com esgotamento sanitário simplificado.	Sistema de Abastecimento de Água implantado	unidade	99	16

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de 8.200 cisternas de placas, em 48 municípios, beneficiando 34.932 pessoas;
- Capacitação de 7.991 beneficiários da cisterna implantada, em Gerenciamento de Recursos Hídricos – GRH;
- Capacitação de 20 cisterneiros que trabalharão na implantação das cisternas de placas;
- Implantação de 62 sistemas de abastecimentos de água em 27 municípios, atendendo a 3.066 famílias, beneficiando 13.061 pessoas;
- Implantação de 16 projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, com 2.659 ligações residenciais e 497 módulos sanitários domiciliares;
- Implantação de 15 unidades familiares de reúso de águas nos municípios de Cascavel, Itaitira e Piquet Carneiro;
- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 59.218 agricultores(as) familiares assistidos na captação e armazenamento da água da chuva, com construção de reservatórios (cisternas, cacimbões, tanques e outros), capazes de acumular água para a família e dessedentação dos animais na unidade produtiva.



EIXO VII – CEARÁ PACÍFICO

O Ceará Pacífico dimensiona-se na concepção de uma sociedade justa, solidária e pacífica, ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar

a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça efetiva.

Voltados a esta visão, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: Segurança Pública, Justiça e Cidadania e Política sobre Drogas, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA – SEGURANÇA PÚBLICA

A construção de um Ceará Justo e Pacífico orienta-se pela visão de segurança como serviço público prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa Polícia Cidadã que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições.

Essa concepção estimula uma abordagem mais focada nas questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais.

Ainda de conformidade com a visão de Segurança Cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal. A noção, portanto, de Polícia Cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comuni-

dade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas, não sendo, portanto, a segurança função exclusivamente policial.

Integrada ao viés de uma Polícia Cidadã, a Segurança Pública também executa as ações de socorro, quer seja por meio do atendimento de resgate, busca, salvamento e combate a incêndio, quer pelo atendimento às vítimas de desastres e restabelecimento de estruturas colapsadas por desastres, além do apoio dado pela Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas - CIOPAER, aos diversos atendimentos realizados, inclusive em algumas situações com a parceria do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Como vemos, as características de humanização no atendimento ao cidadão permanecem mesmo quando o foco deixa de ser o policiamento ostensivo.

Entre o conjunto de ações governamentais relativas à Segurança Pública estão também as que exercem o controle externo da atividade dos agentes dos Órgãos de Segurança Pública

e Sistema Penitenciário, o qual possibilita ao cidadão maior participação social, com ampla discussão a respeito do exercício funcional desses profissionais, as transgressões disciplinares ganham maior visibilidade. Nessa linha, registre-se, ainda, o incremento dos mecanismos de transparência da administração pública os quais facilitam o acesso do cidadão aos meios formais para proceder reclamações e

cobrar do Governo respostas céleres aos fatos denunciados pela sociedade.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a ampliação da proteção à pessoa e violência minimizada. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Número de acidentes de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais	Nº	427	470	489	403	460	295
Número de vítimas de crimes referentes à Lei 11.340 (Lei Maria da Penha)	Nº	5.257	5.794	11.111	13.371	3.484	19.514
Percentual de famílias afetadas por desastres e assistidas por ações da defesa civil	%			6,99	9,29	10,5	3,52
Taxa de adolescentes de 12 a 17 anos apreendidos em flagrante, por 100 mil adolescentes	por 100 mil adolescentes de 12 a 17 anos	523,82	744,22	841,05	829,29	790,59	672,65
Taxa de Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP (roubo) por 100 mil habitantes	por 100 mil hab	567,39	585,68		684,65	-	743,17
Taxa de jovens de 18 a 29 anos autuados em flagrante, por 100 mil jovens	por 100 mil jovens de 18 a 29 anos	589,84	737,54	802,84	879,47	754,67	735,32
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes, por 100 mil crianças e adolescentes	por 100 mil crianças e adolescentes	52,14	56,93	50,52	46,54	43,89	45,91
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF	min	13:56	12:49	16:31	13:04	15:33	12:58

Fonte: AAESC/SSPDS/ CEDEC/CBMCE

(*) Dados parciais sujeitos a revisão

Apesar de ainda não consolidados para todo o ano de 2016, a maior parte dos índices de criminalidade confirmam a tendência de redução já apresentada em 2015. Considerando o comparativo dos períodos de janeiro a novembro, entre os anos de 2015 e 2016, destacam-se aqui as reduções: do número de vítimas fatais em acidentes de trânsito, com um total de 108 mortes a menos, podendo-se considerar também que foram 108 vidas

salvas; da taxa de adolescentes apreendidos em flagrante que teve redução na razão de 156,64 por 100.000 adolescentes, na faixa etária considerada; e da taxa de jovens autuados em flagrante que teve redução na razão de 144,15 por 100.000 jovens, na faixa etária considerada. Ressalte-se, ainda, uma leve redução do tempo resposta de atendimento a ocorrências policiais na Região Metropolitana de Fortaleza e na taxa de violência sexual

contra a criança e o adolescente, apesar do não atendimento da meta estabelecida para o período nesta última, demonstrando uma necessidade de maior empenho no combate às causas deste tipo de crime.

Nos crimes referentes à Lei 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, é importante registrar que a partir da mudança do Sistema de Informações Policiais – SIP, para uma versão na plataforma web - SIP3W, foi possível a realização do refinamento metodológico de bases com maior complexidade, impactando na correção dos dados estatísticos, inclusive dos anos anteriores, da Lei Maria da Penha, uma vez que esta Secretaria preza pela confiabilidade, fidedignidade e transparência dos seus dados. Merece destaque também todas as ações que vêm sendo realizadas no sentido de conscientização das mulheres vítimas de violência, no que tange ao encorajamento para registro da denúncia de agressão, sendo esta atitude apontada como sendo a mais eficiente para inibir novos atos de violência. A partir do momento em que a mulher sente-se empoderada para denunciar seu agressor, acreditando que se trata de um meio eficiente para se livrar da violência, muitas vezes traumáticas, e, a partir da denúncia feita, ela vivencia as medidas coercitivas contra o agressor, cresce o número de mulheres que também querem se livrar de tal situação, diminuindo assim as subnotificações. A partir dos números registrados em 2016, para este indicador, e da correção dos dados dos anos anteriores, esta Secretaria em conjunto com suas vinculadas deverá, em 2017, traçar estratégias que possam auxiliar no combate a esse tipo de crime, que possa garantir maior segurança para as mulheres em nosso Estado.

Nas ações de Defesa Civil, no atendimento às famílias afetadas por desastres, o indicador, além de sofrer alterações em decorrência do comportamento climático que impacta na ocorrência ou não de desastre, em 2016 também foi afetado pela política de atendimento emergencial do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, quando o Exército Brasileiro passou a atender todas as áreas rurais dos municípios do Nordeste com a sua OCP - Operação carro-pipa, momento em que a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará passou a prestar atendimento emergencial somente nas SEDES URBANAS dos municípios em situação de desabastecimento de água potável para o consumo humano, sendo, nesse contexto, promovida a assistência a somente 83.462 pessoas dos 2.371.747 de afetados pelo desastre da seca no Estado.

Finalizando, nos crimes violentos contra o patrimônio, observa-se conforme dados registrados, o crescimento desse indicador. Importante ressaltar neste caso, que a mudança de plataforma do Sistema de Informações Policiais (do antigo “SIP” para o “SIP3W”), a implantação e modernização de outras formas de registro das ocorrências (Boletim Eletrônico, Boletim de Ocorrências Móvel nas UNISEG’s), possibilitaram a mensuração de dados com maior consistência e confiabilidade. Apesar do aumento do índice, esta Secretaria tem envidado esforços, por meio de suas vinculadas, para redução da sensação de insegurança no Estado, através da realização de blitzes nos bairros, abordagem e ações integradas e a implantação das Unidades Integradas de Segurança com o objetivo de se ter um policiamento atuando com um novo modelo de abordagem e uma maior proximidade com a população.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas: Gestão de Riscos e Desastres; Segurança Pública Integrada; Segurança Pública Cidadã e Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 282,18 milhões.

PROGRAMA 001 – GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O Programa tem como objetivo tornar o Estado mais resiliente aos desastres naturais ou tecnológicos, tendo como público-alvo moradores de áreas de risco afetadas por desastres.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Assistência às vítimas de desastres.	Pessoa assistida	unidade	245.000	83.462
Apoio às famílias vítimas de áreas colapsadas por desastres.	Família em situação de risco assistida	unidade	8.100	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de abastecimento com água potável das sedes urbanas de 14 municípios, distribuídos em 08 regiões do Estado do Ceará, devido ao colapso de abastecimento de água potável, com um total de 83.462 pessoas atendidas nos municípios: Quixeramobim, Pereiro, Pedra Branca, Irapuan Pinheiro, Salitre, Boa Viagem, Ibicuitinga, Morada Nova, Palmácia, Quiterianópolis, Baixio, Iracema, Parambu e Campos Sales.

PROGRAMA 003 – SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O Programa tem como objetivo enfrentar a criminalidade e a violência focando na redução de seus indicadores, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da formação profissional para novos integrantes da Segurança Pública.	Profissional Formado	unidade	1.000	1.245
Ampliação da oferta de serviços de policiamento civil.	Delegacia Implantada	unidade	7	1
Melhoria da estrutura e da oferta de serviços nas unidades de perícia forense.	Unidade de Perícia Forense Estruturada	unidade	8	1
Ampliação da oferta de serviços bombeirísticos.	Quartel Implantado	unidade	4	2
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de policiamento ostensivo militar.	Quartel Estruturado	unidade	70	8

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Melhoria dos serviços de videomonitoramento das áreas de segurança integrada.	Sistema de Vídeo-monitoramento Ampliado	unidade	1	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação de Companhias do BPRaio nos municípios de: Russas (com atuação em mais 19 municípios), Quixadá (com atuação em mais 11 municípios), Itapipoca (com atuação em mais 22 municípios, Crateús (com atuação em mais 16 municípios) e Iguatu (com atuação em mais 14 municípios);

- Implantação de Companhias do Batalhão de Divisas nos municípios de: Chaval (fronteira com Piauí, com atuação em mais 8 municípios), Crateús (fronteira com Piauí, com atuação em mais 10 municípios) e Limoeiro do Norte (fronteira com Rio Grande do Norte, com atuação em mais 10 municípios);

- Implantação das Unidades Integradas de Segurança - Uniseg I (abrangendo os Bairros de Vicente Pinzon, Cais do porto e Mucuripe) e Uniseg II (abrangendo os Bairros Aldeota, Varjota, Meireles e Praia de Iracema);

- Implantação de novas Unidades do Corpo de Bombeiros nos municípios de Itapipoca e Canindé;

- Implantação da Central de Videomonitoramento do Mercado dos Peixes, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e o SIN-TRAHORTUH;

- Adequação das Instalações da Célula da Ciopaer de Sobral;

- Expansão do Sistema de Videomonitora-

mento de Fortaleza, passando de 114 para 164 pontos monitorados com transmissão de imagens “on-line” para a Ciops;

- Formação de 1.245 novos profissionais para Segurança Pública, com nomeação imediata de 462 novos Policiais Militares, 527 novos Policiais Civis, 113 novos profissionais da Pefoce e 33 novos Bombeiros Militares;

- Capacitação de 768 profissionais de segurança pública nos diversos Cursos de Capacitação e Habilitação Profissional;

- Capacitação de 3.612 profissionais de segurança pública nos cursos de ascensão profissional;

- Implantação da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado – Draco/PCCE;

- Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Laudos Periciais Produzidos Pela Perícia Forense do Estado do Ceará com Envio Eletrônico dos Laudos por Certificação Digital às Autoridades Policiais Demandantes;

- Realização de 2.767 Análises de Projetos de Prevenção contra Incêndio e Pânico e de 18.638 Vistorias Técnicas nos sistemas preventivos das edificações em todo o Estado, pela Coordenadoria de Atividades Técnicas (CAT) do CBMCE;

- Realização de atendimento a 705.954 ocorrências pela Polícia Militar na região da Grande Fortaleza;

- Apoio com as Aeronaves da Ciopaer em 610 ocorrências policiais e 149 ocorrências de resgate e emergência pré-hospitalar, totalizando 1.433 horas voadas pelas aeronaves.

PROGRAMA 007 – SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

O Programa tem como objetivo aumentar a

sensação de segurança e a credibilidade dos órgãos da segurança pública perante a população cearense, tendo como público-alvo a sociedade cearense.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação dos serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias.	Delegacia Implantada	unidade	1	0
Ampliação de ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.	Município Beneficiado	unidade	184	55
Melhoria da estrutura das unidades prestadoras de serviços de Segurança Pública.	Unidade da Segurança Pública Equipada	unidade	3	1

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)

(*) Dados até novembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Realização de eventos ligados à prevenção da violência sexual, prevenção ao uso de drogas e mediação de conflitos, promovendo a capacitação de 783 indivíduos da sociedade;

- Atuação de policiais militares em 55 municípios do Estado, com a realização de ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, realizando capacitação semestral em 509 estabelecimentos de ensino em todo Estado;

- Repasse de recursos para aquisição de viatura para apoio às atividades da Guarda Municipal de Crateús;

- Implantação de uma sede do Colégio da Polícia Militar em Juazeiro do Norte.

- Realização de 06 cursos com capacitação de 1.000 multiplicadores na temática de pre-

venção ao uso indevido de drogas;

- Realização de cursos e oficinas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes beneficiando mais de 100 estudantes;

- Realização de atividades ligadas à prevenção ao uso de drogas e à violência contra a criança e o adolescente, por meio da realização dos Projetos: “Turminha do Ronda e Ronda Prevenção e Arte”, projeto que utiliza o teatro de fantoches para realizar palestras, atividades culturais, artísticas e ações educativas em escolas e instituições com crianças, adolescentes e adultos, contemplando temas relacionados à Segurança Pública e “Karatê Lutando pela Paz”, projeto social que utiliza a arte marcial do karatê como ferramenta de mobilização e construção de vínculos entre comunidade e polícia, criando novas referências de autoridade e respeito para crianças e adolescentes, com a participação e envolvimento de 59.936 moradores

das Uniseg's I e II.

PROGRAMA 024 – CONTROLE DISCIPLINAR DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo prevenir e inibir transgressões disciplinares dos agentes

dos órgãos de Segurança Pública e do Sistema Penitenciário, tendo como público-alvo agentes destes órgãos.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Promoção da melhoria das atividades de controle disciplinar.	Servidor capacitado	unidade	125	169
Manutenção da oferta de serviços da Controladoria Geral de Disciplina.	Unidade Operacional mantida	unidade	5	5

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até novembro/2016.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Implantação da Unidade Operacional da Região do Sertão dos Inhamuns, na cidade de Tauá;
- Implantação do Núcleo de Desenvolvimento Humano;
- Implantação do Núcleo de Soluções Consensuais (Núcleo de Mediação);
- Quatro eventos realizados na Região Grande Fortaleza – referem-se à promoção do diálogo com a sociedade civil, organizada por meio de reuniões com entidades (associações, sindicatos etc) representativas dos trabalhadores da Segu-

rança Pública e Sistema Penitenciário do Ceará;

- Um evento realizado na Região do Sertão dos Inhamuns – Inauguração da Célula Regional de Tauá e reunião com representantes de órgãos e instituições da região, com o objetivo de reforçar a estrutura de atendimento, bem como estreitar laços com esses representantes;
- Três eventos realizados nas regiões do Cariri, Sertão Central e Sertão de Sobral – os eventos foram realizados nas cidades onde se encontram Células Regionais da CGD, com o objetivo de analisar a regularidade e eficácia dos trabalhos desenvolvidos por elas, bem como estreitar laços com representantes de outros Órgãos e Instituições da região.

TEMA – JUSTIÇA E CIDADANIA

Promover a justiça significa estabelecer o cumprimento da legislação, valorizando os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei.

A política de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará guia-se pelos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família e escola.

Nesta perspectiva, são premissas fundamentais a articulação permanente com as institui-

ções que compõem o sistema de Justiça para a sincronia das ações do Estado; o fomento, a participação e efetiva colaboração da iniciativa privada e da academia, como essenciais à sustentabilidade das políticas de redução da violência e inclusão social; bem como a política do Estado conhecer e desenvolver as experiências exitosas, nacionais e internacionais, voltadas à redução da violência, a efetiva inclusão social de fomento à cultura de paz.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é a população contemplada com sistema de justiça eficaz e humanizado. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Percentual de internos matriculados no sistema educacional penitenciário	%	16,21	13,06	11,56	10,38	10	9,54
Percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva	%	12,41	15,82	18,21	35,32	18,21	32,83
Percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária	%	41,32	45,85	49,3	53,27	39	47,38
Taxa de internos e/ou egressos beneficiados com qualificação profissional	%	3,55	5,00	8,17	4,83	14,32	7,94
Taxa de internos e/ou egressos empregados	%	4,66	2,57	4,52	1,43	5,9	3,31
Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário	%	1,55	1,83	1,75	2,08	1,65	3,00

Fonte: Sejus

(*) Dados referentes à primeira quinzena de dezembro.

A crise ocorrida no primeiro semestre, com a ocorrência de rebeliões e motins simultâneos em diversas unidades, impactou em todas as atividades em andamento. No entanto, enfatizamos o lado positivo do episódio, tais como a articulação, a mobilização com várias instituições e secretarias de governo, na perspectiva da união de esforços. Quanto ao desempenho dos indicadores, os acontecimentos gerados pelas rebeliões e motins prejudicaram as metas estabelecidas para o ano, que resultou em índices mais baixos no que se refere às atividades realizadas nas unidades, tais como as atividades educacionais nas prisões, que no ano corrente, apesar da situação, foram realizadas nas 54 unidades através da matrícula de 2.619 internos na Educação Básica em todo o Estado.

Como resultado do empenho no trabalho de humanização do Sistema Prisional, podemos observar, mesmo com a crise vivenciada, a diminuição do percentual de pessoas presas com reiterada prática delitiva. Esse trabalho se desenvolveu por meio de diversas atividades que visam à integração social das pessoas presas, buscando evitar a reiteração de práticas delitivas, a exemplo do aumento dos projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso, da ampliação da educação básica e profissional, abertura de vagas de trabalho para presos e egressos, inauguração do Centro de Execução Penal e Integração Social, dentre outros.

Um dos principais entraves para o desenvolvimento de uma política prisional adequada, de humanização e integração social, reside na superpopulação carcerária, sobretudo no que se refere às pessoas presas a título provisório, as quais, por ainda não terem condenação

e estimativa de pena a cumprir, possuindo, inclusive, presunção de inocência, em regra, apresentam maior inquietude e menor aceitabilidade à prisão.

Nesse sentido, este Governo promoveu a ampliação das políticas que visam dar eficácia à resposta do judiciário, bem como a evitar prisões desnecessárias, fomentando a aplicação de medidas alternativas ao cárcere provisório. Por exemplo, realizou-se o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do uso de tornozeleiras eletrônicas, bem como se ampliou a Central de Alternativas Penais, que acompanha, por meio de uma equipe multidisciplinar, o cumprimento das Medidas Cautelares. Assim, os magistrados têm tido, à sua disposição, alternativas mais eficazes e não criminógenas em relação à prisão provisória, desconstituindo a filosofia de encarceramento. Tem-se fortalecido, também, a ampliação do instituto da Audiência de Custódia, que implica uma apresentação célere dos flagrantes ao Judiciário, para, em suma, o exercício de uma judicatura prévia quanto à legalidade desses flagrantes, a aplicação de medidas alternativas à prisão ou, em último caso, a conversão em prisão preventiva.

Destarte, atingiu-se o percentual de pessoas presas de forma provisória sobre a população carcerária menor que em anos anteriores. Assim, na perspectiva de integração social das pessoas presas, foram disponibilizadas 810 vagas para cursos de qualificação (assistente administrativo, pedreiro, carpinteiro, cabeleireiro, manicure, maquiador, depiladora, costureira, eletricista, bombeiro hidráulico, manutenção de eletrodomésticos, entre outros), tanto para o sistema como também para a Coordenadoria da Inclusão Social do

Preso e Egresso - CISPE, que atende a população egressa. O índice não foi atingido em virtude das rebeliões, que impossibilitaram a execução das atividades no interior das Unidades Prisionais.

Quanto à empregabilidade, foram encaminhadas ao mercado de trabalho 144 egressos. O índice programado não foi atingido em virtude de não ter sido implementada a Lei Nº 15.854/15 que trata da reserva de vagas para egressos em contratos públicos, impactando no encaminhamento ao mercado de trabalho.

Por fim, relativamente ao indicador que diz respeito à Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário, cuja meta é monitorar o funcionamento administrativo e operacional dos estabelecimentos e serviços penais, registramos o índice de 3,00 por vaga, tendo por base o atual número de presos nas unidades penitenciárias e cadeias públicas (24.446 recolhidos), dividido pelo número atual de vagas ofertadas (12.213 vagas). Relativamente ao excedente prisional, o Ceará tem envidado perceptível esforço no sentido de buscar soluções para esse cenário, através de diversas políticas e ações, reconhecendo na superlotação carcerária o principal óbice à gestão

prisional e ao alcance da finalidade da pena.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa: Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 215,27 milhões.

PROGRAMA 004 – INFRAESTRUTURA E GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Programa tem como objetivo garantir a infraestrutura apropriada à gestão das atividades afins do Sistema Penitenciário do Ceará, tendo como público-alvo servidores, funcionários, presos e egressos do sistema penitenciário.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional.	Unidade Prisional implantada	unidade	12	3
Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso.	Preso/Egresso beneficiado	unidade	16.332	1.800

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados parciais sujeitos a revisão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Ampliação da oferta de vagas no sistema prisional por meio da inauguração de três unidades: Centro de Execução da Pena e Integração Social Vasco Damasceno Weyne (1.016); Cadeia Pública de Juazeiro do Norte (272) e Unidade Prisional Irmã Imelda Pontes (130), aumentando 1.418 vagas no sistema penitenciário;

- Recuperação de nove grandes unidades do sistema prisional em decorrência dos motins registrados no primeiro semestre para atendimento emergencial de vagas;

- Recuperação de 13 cadeias públicas nos municípios de Tamboril, Missão Velha, Aquiraz, Várzea Alegre, Santa Quitéria, Acaraú, Iguatu, Morrinhos, Crateús, Jijoca, Milhã, Limoeiro do Norte e São Benedito;

- Realização de 76.671 atendimentos de saúde ao preso/egresso, 15.355 atendimentos da psicologia e 43.703 do Serviço Social;

- Matrícula de 2.333 presos e egressos na educação básica em 57 estabelecimentos prisionais, sendo 10 na Região Metropolitana de Fortaleza e 47 no Interior do Estado;

- Desenvolvimento de ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade do preso e egresso por meio da oferta de diversos cursos de capacitação nas áreas administrativas, beleza e manutenção de eletrodomésticos, beneficiando 1.800 presos/egressos;

- Inscrição de 1.382 pessoas privadas de liberdade no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, realizado em 63 unidades prisionais;

- Apoio à execução de alternativas penais por meio do acompanhamento de 3.382 pessoas pela Central de Alternativas Penais, sendo 2.747 da Vara Única de Audiência de Custódia;

- Registro de 1.142 pessoas monitoradas por tornozeleira eletrônica, através da Central de Monitoramento;

- Realização de nove mutirões carcerários para revisão das prisões de presos definitivos e provisórios nas grandes unidades prisionais, atendendo 3.500 pessoas;

- Capacitação de 902 servidores, através do Programa de Educação Continuada da Escola de Gestão Penitenciária.

TEMA – POLÍTICA SOBRE DROGAS

A Política sobre Drogas traz, em sua essência, o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma so-

cidade justa e igualitária a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado e diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

As estratégias de intervenção devem ser concebidas de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de

vulnerabilidade social.

Neste contexto, o Governo está priorizando o fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersectorial com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública.

O resultado esperado neste Tema Estratégico são pessoas, famílias e comunidades com proteção ampliada no âmbito das drogas. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos – 2012-2016

Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016	
						Prog.	Real.(*)
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) apreendidos com drogas em relação ao total de adolescentes apreendidos	%	-	-	0,04	1,78	0,04	0,90
Percentual de adolescentes (12 a 17 anos) autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de adolescentes autuados em flagrante	%	-	-	35,47	16,10	35,47	12,03
Percentual de autuados em flagrante por tráfico de drogas em relação ao total de pessoas autuadas em flagrantes.	%	13,27	14,15	15,87	17,00	15,50	16,02

Fonte: AAESC/SSPDS
(*) Dados até novembro/2016

Ao analisar o quadro acima, podemos constatar que o percentual de jovens apreendidos com drogas em relação ao número de jovens apreendidos, reduziu em quase 50%. No tocante a jovens autuados por tráfico de drogas, houve uma redução de 24%.

Esses percentuais demonstram uma redução nesses índices, o que podemos atribuir em parte ao trabalho de prevenção executado através do SIP – Sistema Integrado de Prevenção, que atuou em Fortaleza e mais 25 municípios do Estado. Vale ressaltar que os jovens/adolescentes

apreendidos são advindos de todo o Estado.

No que tange o percentual de apreendidos por tráfico de drogas a redução foi bem menos considerável, o que podemos atribuir aos trabalhos de prevenção, tratamento e acolhimento por nós executados e principalmente ao atendimento psicossocial feitos através do CRD – Centro de Referências sobre Drogas e o Projeto Corre pra Vida, que atua diretamente com moradores de rua, que são alvo constante do tráfico. Porém, não desconsideramos aqui o trabalho da Secretaria de Segu-

rança Pública que atua na repressão ao tráfico.

A interiorização e a ampliação dos nossos projetos, seria de incontestável importância na diminuição desses índices, partindo da premissa que os jovens estão tendo seu primeiro contato com a droga cada vez mais cedo.

Criar equipamentos, como CRD's – Centros de Referência sobre Drogas, Unidades de Acolhimento e expansão do Corre pra Vida para bairros e cidades de maior vulnerabilidade seria de grande impacto e contribuição para um Ceará de todos e mais justo.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores rela-

cionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio do programa Proteção Contra o Uso Prejudicial de Drogas. Para tanto, foi utilizado um volume de recursos orçamentários da ordem de R\$ 4,45 milhões.

PROGRAMA 085 – PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

Tem como objetivo reduzir as consequências sociais decorrentes do uso prejudicial de drogas para as pessoas, famílias e comunidades, tendo como público-alvo usuários, familiares e a comunidade em geral.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2016	Realizado 2016(*)
Prestação de serviços de prevenção no âmbito das drogas.	Pessoa atendida	unidade	146.280	90.332
Prestação de serviços de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas.	Pessoa atendida	unidade	198.352	2.100
Prestação de serviços de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas.	Pessoa atendida	unidade	7.568	200
Melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas.	Profissional capacitado	unidade	3.224	0

Fonte: Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (Sima)
(*) Dados até dezembro/2016

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Expansão dos projetos de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas para 25 municípios;

- Realização de ações de prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas em 85 Escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;

- Capacitação de 1.073 profissionais ligados às áreas de saúde, educação e assistência social sobre a temática política sobre drogas, com ênfase na prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas e na valorização da vida;

- Sensibilização, orientação e capacitação de 90.332 pessoas (jovens e adolescentes em período escolar, familiares e lideranças comunitárias) com informações sobre prevenção e

tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas;

- Realização de 23 gincanas artístico-culturais envolvendo diferentes expressões artísticas, incluindo premiações a partir da leitura da realidade, com sinalizações de perspectivas de futuro saudáveis para indivíduos, família e comunidades, em 23 escolas do Ensino Médio da rede pública, com a participação efetiva de 10.132 alunos;

- Realização de 20 exposições/passeatas nas comunidades dos municípios beneficiados com as ações;

- Encaminhamento de 229 usuários de substâncias psicoativas para o sistema de acolhimento e tratamento da dependência química em 12 Comunidades Terapêuticas, com uma média de 06 (seis) meses de tratamento;

- Realização de 39.271 serviços/atendimentos às pessoas em situação de rua na capital, através do módulo Corre Pra Vida, dentre os

quais se incluem: atendimentos constituídos da oferta de orientações sobre a redução de danos por conta do uso de droga, bem como atendimentos individuais, acolhimento à crise, acompanhamento pré-natal, curativos/cuidados de enfermagem, medicação assistida, rodas de conversa, oficinas e acompanhamento familiar;

- Capacitação social e profissional de 200 pessoas em situação de acolhimento e tratamento nas comunidades terapêuticas, visando a inserção profissional no mercado de trabalho. Essa ação foi efetivada em parceria com a STDS;

- Realização de 47 encontros/eventos com a participação de, aproximadamente, 900 pessoas, com o objetivo de disseminar a política sobre drogas, orientando prefeituras e sociedade civil na implementação de políticas locais e na implantação de conselhos municipais sobre drogas;

- Desenvolvimento de um Sistema de Regulação das Vagas das Comunidades Terapêuticas.



TEMAS TRANSVERSAIS

TEMA: DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA JUVENTUDE

O Tema Desenvolvimento Integral da Juventude tem por objetivo o desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas para o segmento da juventude no estado do Ceará, por meio da implementação, manutenção e monitoramento de Políticas Públicas de Estado, nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer, Segurança, Trabalho e Empreendedorismo, garantindo também, por meio de normatizações, a estabilidade dos direitos e deveres dos jovens na faixa de 15 a 29 anos.

O principal desafio do estado do Ceará é diminuir os altos índices de homicídios que incidem, sobretudo, sobre a população jovem. De acordo com o Mapa da Violência 2015, o Ceará é o terceiro estado no ranking de homicídios por arma de fogo do Brasil. Diante deste cenário, o Governo do Estado lançou o Programa Ceará Pacífico que tem o objetivo de construir alternativas para a diminuição dos homicídios do Ceará através da articulação de diferentes políticas públicas, fortalecimento das iniciativas inovadoras da sociedade civil e promoção de uma segurança cidadã. A ideia, acima de tudo, é fortalecer e ampliar ações de prevenção dos homicídios, promovendo a garantia de direitos dos cidadãos e mediação de conflitos nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Assim, o Governo desenvolve políticas de acesso à escolarização, ao trabalho e à renda e de enfrentamento à mortalidade juvenil, destacando-se como principal iniciativa a execução do Programa Nacional de Inclusão de

Jovens (Projovem) que tem o objetivo de ampliar o acesso à educação e à qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Tem, ainda, articulado políticas de acesso à educação, à cultura, à qualificação profissional, aos esportes coletivos e ao acesso à justiça junto às demais secretarias, promovendo uma ressignificação dos territórios e uma cultura de paz. Dessa forma, enxerga-se o jovem como um sujeito de direitos, que deve tê-los garantidos pelo Estado para ter condições de viver com dignidade, desenvolver suas potencialidades e construir uma sociedade cada vez melhor.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Ampliação do acesso à educação e à qualificação profissional para 6.250 jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, sendo 4.800 no Projovem Urbano, 1.200 no Projovem Campo e 250 jovens do Projovem Urbano na modalidade prisional;
- Atendimento a 19.170 estudantes de nove regiões com carteira estudantil para ter acesso à meia cultural e à meia-passagem intermunicipal;
- Realização do 1º Encontro do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude, com a participação de 24 gestores municipais de juventude de 11 regiões de planejamento;

- Realização do 2º Encontro do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude, com o objetivo de apresentar o programa ID JOVEM da Secretaria Nacional de Juventude, contando com a presença de 17 gestores municipais de juventude;

- Realização do Fórum do Litoral Leste, em Jaguaruana, com a presença de mais de 200 jovens dos municípios de Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana;

- Realização de 11 audiências públicas com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, por meio do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência;

- Realização do Fórum Regional de Juventude do Sertão dos Inhamuns, na Casa da Juventude de Tauá, fortalecendo a iniciativa do município no âmbito das políticas públicas de juventude, com a participação de 150 jovens;

- Elaboração do Projeto Saraus da Juventude, que prevê a seleção e a premiação de 100 saraus produzidos por jovens nas áreas de maiores vulnerabilidades;

- Realização do Festival das Juventudes da Serra da Meruoca, em parceria com a Prefeitura Municipal de Meruoca, o Conselho Municipal de Juventude de Meruoca e representantes de outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

- Realização de três eventos de Formação Continuada dos Educadores do Projovem Urbano, ministrada pela Fundação para o Desenvolvimento da Tecnologia, Educação e Comunicação (Fundetec), da Universidade Regional do Cariri (Urca);

- Realização de dois seminários, por meio do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, sendo o primeiro sobre “Armas e drogas” e o segundo sobre “Cultura do medo, custo da violência e impunidade”, ambos com a participação de cerca de 200 pessoas;

- Realização de palestras, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, a equipe do Suricate Seboso e as prefeituras municipais com o objetivo de estimular a criatividade e a potencialidade dos jovens cearenses, fomentando formas inovadoras de empreendedorismo, contemplando os municípios de Tauá, Santa Quitéria, Meruoca, Sobral, Groaíras e São Benedito;

Realização de pesquisa visando identificar as trajetórias de vida de jovens que foram assassinados ou praticaram homicídios, no período de 2014 a setembro de 2015, em todo o estado do Ceará, por meio do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência cujos resultados estão previstos até o final do ano de 2016.

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Acesso de 341.411 jovens a 329 ações culturais, nas diversas linguagens artísticas. Do conjunto de ações realizadas, destacam-se 82 na linguagem da música, 21 na dança e 53 na linguagem audiovisual;

- Realização do evento Maloca Dragão 2016 (mais de 200 mil jovens presentes), Projeto Viva Iracema e Temporada de Arte Cearense (mais de 21 mil jovens presentes, em

cada) e Festival Ceará para Curtir (mais de 5 mil jovens presentes) no Centro Cultural Dragão do Mar;

- Maratona de filmes realizada no Cineteatro São Luiz, com público de mais de 12 mil jovens;

- Realização da Oficina de Dança de Jovem no Centro Cultural do Bom Jardim com ação sociocultural desenvolvida nas praças dos bairros Canindezinho, Sto. Amaro e Sta. Cecília na Regional V, envolvendo a comunidade em oficinas de Danças Urbanas, rodas de dança e apreciações de vídeo e fotos;

- Apoio à realização da 5ª Bienal Internacional de Dança de Par em Par, através do edital de demanda espontânea, que garantiu o acesso a mais de 5.000 jovens;

- Realização de 114 ações formativas destinadas ao público jovem de 4.668 pessoas no Centro Cultural do Bom Jardim, Escola de Arte e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho e Escola Porto Iracema das Artes;

- Realização do Seminário Cultura e Juventude, no Centro Cultural Bom Jardim;

- Apoio ao projeto Orquestra Bachiana Jovem de Aquiraz e ao Festival Cearense de Hip Hop 2016, através do VIII Edital Mecenaz.

PROGRAMA 006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Realização da matrícula de 10.811 alunos na rede estadual de ensino, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA);

- Realização da oferta de reorganização curricular do Ensino Médio Noturno para 5.894 alunos;

- Efetivação de atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado Conveniados com o Estado, para 6.487 alunos;

- Atendimento a 16 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo às populações do campo, indígenas e quilombolas;

- Realização de oficinas e de apoio a projetos de permacultura, de Mostras Regionais e Estadual de Educação Ambiental, de aulas de campo e de cursos de formação continuada, atendendo 7.221 alunos;

- Implantação de duas escolas do campo, sendo uma no município de Canindé e a outra no município de Santana do Acaraú;

- Adaptação de três escolas com salas de recursos multifuncionais (SRM) implantadas;

- Readequação de seis escolas com melhorias na infraestrutura necessárias para atender às especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais de campo em áreas de assentamento, indígenas e quilombolas;

- Capacitação de 997 pessoas em Educação Especial e áreas afins.

PROGRAMA 020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Implantação de três escolas profissionais, situadas nos municípios de Barro, Caridade e Sobral;
- Readequação de 102 escolas, conforme o seguinte detalhamento: duas foram beneficiadas com adaptação e 100 receberam 6.036 bens móveis (equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou laboratórios e/ou acervo);
- Disponibilização de aportes financeiros (manutenção e alimentação) para garantir a oferta dos serviços educacionais, resultando no atendimento de dois produtos: 116 escolas mantidas e 47.357 alunos atendidos;
- Adequação da oferta e dos currículos de 115 escolas profissionais;
- Capacitação de 401 profissionais (professores, coordenadores, diretores e superintendentes) em encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de ensino médio articulado à educação profissional;
- Formação de 13.445 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo as cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular.

PROGRAMA 023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Capacitação de 250 professores para atendimento no Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), com carga horária 80 horas;

- Realização de eventos motivacionais e pedagógicos para 220.629 alunos (2º e 3º anos do Ensino Médio e da EJA) no projeto Enem: Chego Junto, Chego Bem;

- Capacitação de 4.912 profissionais da educação (coordenadores e professores) em Formação de Gestão em Sala de Aula, com carga horária de 111 horas, distribuídas em encontros presenciais e a distância;

- Realização do atendimento para 618 escolas, com o Projeto Professor Diretor de Turma (abrangendo 6.826 turmas, envolvendo 4.510 professores diretores de turma, atendendo 171.955 alunos, sob a orientação de 34 coordenadores regionais);

- Readequação de 639 escolas com equipamentos, mobiliários, reformas e ampliações (desse total 11 são escolas novas, equipadas e funcionando em 2016, situadas nos seguintes municípios cearenses: Eusébio, Amontada, Miraíma, Acaraú, Morrinhos, Santana do Acaraú, Canindé, Caridade, Itatira, Quixeré e Acopiara);

- Realização de atendimento a 115.487 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural durante os dias letivos do exercício de 2016;

- Efetivação da oferta dos serviços educacionais do Centro de Educação a Distância do Ceará (CED);

- Implantação de 26 Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral no ano 2016, nos seguintes municípios cearenses: Aquiraz, Miraíma, Acaraú, Camocim, São Benedito, Sobral, Caridade, Redenção, Cascavel, Tabuleiro do

Norte, Jaguaribe, Quixeramobim, Crateús, Pedra Branca, Tauá, Iguatu, Icó, Crato, Barbalha, Aurora e Fortaleza.

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de visitas de monitoramento para implementação da Caderneta de Saúde do adolescente nas macros de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral;
- Fortalecimento e organização do Programa Saúde na Escola (PSE) nas macros de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral, com interface no Programa Bolsa Família;
- Realização de duas oficinas de capacitação para formar multiplicadores para atendimento do adolescente na Atenção Básica;

PROGRAMA 086 - CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO;

- Concessão de 53 passagens aéreas para atletas de diversas modalidades esportivas representarem o estado do Ceará em competições de nível nacional e internacional;

PROGRAMA 085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

- Realização de 47 encontros/eventos, com a participação de aproximadamente 900 pessoas, com objetivo de disseminar a política sobre drogas, orientando prefeituras e sociedade civil na implementação de políticas locais e na implantação de conselhos municipais sobre drogas.

PROGRAMA 078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

- Implantação do Centro de Políticas Públicas de Juventude – CPPJ, cujo objetivo é reunir e integrar as atividades de 4 projetos de capacitação profissional na busca de resultados comuns de socialização da juventude e atenção às famílias carentes da capital e do interior;
- Inserção de 2.576 jovens em atividades de estágio, por meio da qualificação em serviço;
- Qualificação de 5.677 jovens por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada dos projetos que tem como público prioritário os jovens com idade entre 15 e 29 anos (Projeto Primeiro Passo – Linha Jovem Bolsista; CE-Jovem Aprendizagem em Serviço – Linhas: Jovem Aprendiz, Empreendedor Juvenil e Juventude Empreendedora).

TEMA – POLÍTICA DE GÊNERO

O tema Política de Gênero visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção às mulheres e enfrentamento às diversas formas de violência, por meio da criação e fortalecimento de organismos sociais, ampliação da rede de atendimento e interiorização das políticas de gênero, com foco no empoderamento e autonomia das mulheres.

O combate à violência contra a mulher é uma luta diária no Brasil. No Ceará, o número de denúncias cresce a cada ano e, para dar o devido suporte e atendimento às mulheres, o Estado vem fortalecendo sua rede de enfrentamento a esse tipo de violência.

A implantação da Casa da Mulher Brasileira, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, é uma ação estratégica que vem sendo desenvolvida para a política de gênero do estado do Ceará, com impacto direto na adequação e celeridade do atendimento prestado às usuárias, pois reúne espacialmente serviços especializados e garante uma metodologia unificada nas políticas de enfrentamento à violência de gênero, com envolvimento de outros entes e do Sistema de Justiça, para garantir condições de enfrentamento à violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica.

A autonomia econômica das mulheres constitui fator de suma importância na busca pela equidade de gênero, representando uma pers-

pectiva de vida de longo prazo, com acesso a previdência social e a serviços públicos. Isso ressalta a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a inserção e a permanência das mulheres no mundo do trabalho e à ampliação dos seus direitos sociais.

Promover a igualdade de gênero também passa por garantir a participação política das mulheres e o controle social, tendo como maior expressão o fortalecimento do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, através do qual tem-se ampliado a participação popular na elaboração das políticas de gênero, através da implantação dos Fóruns Regionais dos Conselhos Municipais de Mulheres em todo o Estado, refletindo a necessidade de que as mudanças sejam promovidas nas variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Capacitação de 50 servidores sobre atendimento às mulheres em situação de violência e a importância do fortalecimento das políticas transversais para a diminuição dos índices de violência na região do Cariri;
- Realização de cinco eventos, entre eles: Dia Internacional da Mulher, em Fortaleza; Seminário, em Itaitira (16/03); I Orçamento

Participativo da Defensoria Pública do estado do Ceará, em Crato e Sobral; Programa Municipal “Momento Mulher”, em Baixio;

- Realização do Seminário Gênero, Políticas Públicas e Participação Política, no âmbito da campanha “Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo Este Compromisso”, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Gabinete do Governador;

- Realização do Ato Público e Cultural pelos 10 Anos da Lei Maria da Penha com o tema “Uma Vida Sem Violência é Direito de Todas Nós”, com o objetivo de celebrar as conquistas, fazer um balanço e fortalecer a discussão sobre esta Lei;

- Realização da Mesa Redonda: Violência Contra Mulher, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Maracanaú, com a presença de 93 jovens adolescentes, estudantes do IFCE;

- Realização do Seminário: “Cultura do Estupro: Dimensões Políticas, Jurídicas e Sociais”, na Universidade Regional do Cariri (Urca), com a participação do Movimento de Mulheres, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, de estudantes e de profissionais da Universidade;

- Capacitação de 225 pessoas em oficinas temáticas nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e das Águas sobre enfrentamento à violência contra a mulher;

- Realização de uma intervenção de Enfren-

tamento à Violência contra a Mulher, na Expocrato, com orientações e atendimento às mulheres em situação de violência na Unidade Móvel de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

- Realização, com 29 participantes, de duas oficinas com as mulheres, sendo uma em parceria com a Associação das Mães de Crianças com Microcefalia (AME) e outra com as mulheres da região sobre a rede de atendimento e o enfrentamento à violência contra a mulher;

- Realização de duas oficinas temáticas no município de Barbalha sobre o Enfrentamento à Violência contra a Mulher, os avanços e os desafios da Lei Maria da Penha, além de apresentação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, com 37 participantes;

- Realização de 145 atendimentos nas Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do Campo, Floresta e Águas e cinco encaminhamentos para atendimento especializado em equipamentos da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE;

- Realização da semana alusiva ao Dia da Mulher, no Cineteatro São Luiz, que ofertou 21 ações culturais, envolvendo apresentações artísticas locais de mulheres na área da música, dança e teatro para um público de 2.946 pessoas;

- Realização da oficina “Nós, as mulheres”, no Centro Cultural Bom Jardim, intervenção comunitária voltada para as mulheres que se propõem a divulgar e ampliar o conceito de empoderamento feminino entre mulheres e jovens;

PROGRAMA 006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO;

- Atendimento de 16 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, acolhendo as populações do campo, indígenas e quilombolas;
- Realização de oficinas de apoio a projetos de permacultura, de Mostras Regionais e Estadual de Educação Ambiental, de aulas de campo e de cursos de formação continuada, atendendo 7.221 alunos;
- Implantação de duas escolas do campo, nos municípios de Canindé e Santana do Acaraú;
- Adaptação de três escolas com salas de recursos multifuncionais (SRM);
- Readequação de seis escolas para atender às especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais do campo em áreas de assentamento, indígenas e quilombolas.

PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Realização do Workshop: planejamento reprodutivo e implante subdérmico - LARCS para médicos e enfermeiros das maternidades e profissionais da atenção primária;
- Realização de cursos: A Enfermagem Obstétrica e sua contribuição na Assistência ao Parto e Nascimento; Desafios da Rede Cegonha para profissionais de saúde das maternidades; Zero Morte Materna por Hemorragia Pós-parto, para médicos e enfermeiros das maternidades de referência e SAMU; Manejo Obstétrico da Hemorragia Pós-parto e Pós

-abortamento, para profissionais de saúde de todo o Estado;

- Capacitação de 10 médicos das maternidades de referência sobre inserção do implante subdérmico - LARCS – Implanon, em Ribeirão Preto – São Paulo;
- Capacitação de cinco médicos de Quixadá sobre inserção do Implanon;
- Realização da oficina do Projeto Qualifica APSUS, para qualificação do Pré-natal para profissionais da atenção primária;
- Realização da “Conferência sobre a Prevenção do Câncer de Mama” com 300 participantes, aberta ao público.

PROGRAMA 072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Atendimento a 46 mulheres vítimas de violência e sua prole por meio da Casa do Caminho.

PROGRAMA 007 - SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

- Garantia da oferta dos serviços de proteção nas Delegacias de Defesa da Mulher – Sedes Fortaleza, Caucaia, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Quixadá e Pacatuba.

TEMA – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Tema Igualdade Étnico-Racial tem como principal objetivo a implementação de políticas públicas que atendam às demandas dos grupos historicamente discriminados: indígenas, quilombolas, povos de terreiro, população negra e ciganos/as. Busca ampliar o debate sobre questões que dizem respeito às diversas manifestações de racismo e fortalecer as ações com o intuito de realizar sua superação, bem como apoiar o etnodesenvolvimento de povos e comunidades tradicionais e reduzir as desigualdades por meio de políticas setoriais, dando ênfase ao pertencimento étnico-racial.

Essa questão envolve o desenvolvimento de ações que promovam a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos afetados por discriminações raciais e demais formas de intolerância, de modo articulado com os diversos setores das administrações públicas estadual, municipais, assim como os órgãos não governamentais e a sociedade de modo geral.

Visando assegurar a promoção da igualdade étnico-racial, o Governo do Estado assume o compromisso com a execução qualificada e efetiva de ações que promovam desenvolvimento econômico e social em benefício de negros/as, indígenas, quilombolas, povos de terreiro e ciganos/as, assim como o combate às múltiplas formas de violências e violações de direitos que incidem sobre este público.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Capacitação sobre a rede de atendimento socioassistencial às comunidades tradicionais e o enfrentamento ao racismo institucional, na Reserva Indígena Pitaguary, para 28 profissionais, sendo duas da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do estado do Ceará e 26 dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), de municípios do Ceará que atendem diretamente comunidades indígenas e/ou comunidades quilombolas - Aquiraz (02), Maracanaú (06), Itarema (03), Itapipoca (11), São Benedito (04);

- Capacitação de 55 professores/as de história, que lecionam nas escolas públicas de Itapipoca, sobre diversidade, cultura e identidade afro-brasileira com enfoque no enfrentamento ao racismo institucional e no fortalecimento identitário de crianças, em Itapipoca, por meio de parceria com a Secretaria de Educação do município;

- Capacitação de 176 agentes públicos dos Cras, sobre a diversidade étnico-racial com foco naqueles que atuam direta ou indiretamente em comunidades Indígenas, Quilombolas e em áreas rurais para a realização do Programa de Acompanhamento Familiar às famílias pobres e extremamente pobres, prioritárias da Política Nacional de Assistência Social;

- Capacitação de 46 agentes públicos, mediante palestra com o tema: “A Situação da população negra no Brasil hoje”, realizada em Aquiraz com os professores que compõem as Credes do Ceará e as Secretarias municipais de Educação do Estado para tratar das diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola;
- Capacitação de 73 agentes públicos, professores e alunos dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia acerca do racismo institucional e das Políticas de Ação Afirmativa, por meio da palestra sobre Ação Afirmativa na Educação, no Instituto Federal do Ceará - Campi de Fortaleza (IFCE);
- Capacitação de 78 servidores e professores das escolas municipais e secretarias do município de Maracanaú, em evento realizado com a Secretaria de Educação de Maracanaú sobre Diálogos e possibilidades para uma educação antirracista;
- Realização de dois eventos de ampliação do controle social: a 1ª reunião do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com 16 pessoas, tendo sido realizada apresentação sobre o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e decidido pela adesão do Estado a esse sistema; e, com a participação de 38 pessoas, a solenidade de instituição de órgão da UFC responsável pelo acompanhamento adequado dos casos de racismo vivenciados por alunos, professores ou servidores nesta instituição de ensino, com a instauração da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal do Ceará;
- Capacitação de 36 pessoas de grupos vulneráveis por meio de um evento realizado em Fortaleza sobre o tema “Racismo nos processos de imigração”;
- Capacitação de 12 crianças e adolescentes do Projeto Vida do Titanzinho sobre Racismo como herança cultural e projeção midiática, com o objetivo de pautar o racismo, a mídia, suas formas de enfrentamento e o fortalecimento identitário;
- Capacitação para grupos vulneráveis, com a participação de 52 pessoas, em alusão ao Dia da Independência de Guiné-Bissau e a estadia atual dos Guineenses no Ceará, no Centro Cultural Dragão do Mar, em parceria com a Associação de Estudantes africanos de Guiné-Bissau no Ceará, sobre Africanidades;
- Realização de reuniões técnicas itinerantes com representantes dos povos discriminados historicamente, lideranças comunitárias, movimentos sociais e gestores municipais, para orientações sobre a elaboração de Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Apoio à realização, por meio do X Edital de Incentivo às Artes, de quatro projetos, a saber: Mistério das águas: uma viagem cênica narrativa aos arquétipos afrodescendentes; Identidade e memória de um povo; Visita aos territórios quilombolas; Manutenção da Cia de Danças Populares Txai: 16 anos na cultura cearense;
- Apoio à realização, por meio do Edital de Carnaval 2016, de 16 projetos; Tambores e batuques: festa de negros em Fortaleza; Cidadania e memória; Índios, negros e cafuzos; Carnaval dos povos; Negro é raça, cor e alegria; Negro sim: uma história de luta, supera-

ção e vitória; além de 10 projetos de maracatu;

- Apoio à realização do III Festival Ceará Caboclo de Danças Folclóricas, através do edital Apoio a Projetos Culturais de Demanda Espontânea 2016;

- Realização de nove ações na linguagem audiovisual, música e dança no Cineteatro São Luiz, em alusão ao Dia do Índio, com destaque para: Suaçumussará Olhar Nativo; A Nação que não esperou por Deus; e Abraço da serpente;

- Realização da exposição “Territórios e Identidades” no Sobrado Dr. José Lourenço;

- Realização de Oficina de Turbante no Centro Cultural do Bom Jardim, tendo como tema “O Uso do Turbante Conta a História do Povo Negro”;

- Apoio à realização da 34ª Semana da Consciência Negra – Mostra Internacional de Cultura Afro, através do edital de apoio a projetos de demanda espontânea.

PROGRAMA 006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Efetivação de atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado Conveniados com o Estado, para 6.487 alunos;

- Atendimento de 16 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo as populações do campo, indígenas e quilombolas;

- Realização de atendimento de 7.221 alunos, por meio da realização de oficinas e de apoio a projetos de permacultura, de Mostras Regionais e Estadual de Educação Ambiental, de aulas de campo e de cursos de formação continuada;

- Implantação de duas escolas do campo, sendo uma no município de Canindé e a outra no município de Santana do Acaraú;

- Adaptação de três escolas com salas de recursos multifuncionais (SRM) implantadas;

- Readequação de seis escolas com melhorias na infraestrutura necessárias para atender às especificidades das propostas pedagógicas das escolas estaduais de campo em áreas de assentamentos indígenas e quilombolas;

- Capacitação de 997 pessoas em Educação Especial e áreas afins.

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE;

- Participação das Equipes de Saúde Indígena no Projeto de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – Qualifica APSUS, em parceria com Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/CE.

TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A POPULAÇÃO DE RUA

O tema Promoção de Direitos para a População de Rua tem por objetivo o fortalecimento da política pública para atender esse segmento, centrada a partir de três eixos: capacitação de agentes públicos para o atendimento à população em situação de rua; geração de emprego e renda e aquisição de moradia digna.

São inúmeras as causas que levam homens, mulheres e crianças a saírem de suas casas e adotarem as ruas como seus lares. Uso abusivo de álcool e drogas, maus tratos, violência doméstica e desemprego estão dentre os principais fatores.

O Movimento Nacional da População de Rua de Fortaleza apresenta demandas históricas relacionadas ao enfrentamento à violência institucional, sobretudo, em face da atuação de agentes da segurança pública e da saúde; à necessidade de políticas públicas específicas de geração de trabalho e renda, através da economia solidária; e à inclusão da população em situação de rua nos programas de moradia e projetos alternativos, como locação social e desapropriação de prédios no centro da cidade.

Alinhado a estes anseios, o Centro de Referência em Direitos Humanos do Ceará fornece atendimento jurídico e psicossocial à população de rua. Em função de um alto índice

de subregistro civil, por meio de sua atuação no Comitê Estadual de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, o Governo do Estado formulou, no segundo semestre de 2016, a lei que garante isenção na expedição da segunda via da carteira de identidade para a população em situação de rua, viabilizando o acesso aos principais programas governamentais e a utilização de serviços públicos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Aprovação da lei que garante a isenção na expedição da segunda via da carteira de identidade para a população em situação de rua;
- Criação do Comitê de Educação em Direitos Humanos do estado do Ceará, com o objetivo de criar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos.

PROGRAMA 085 - PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS

- Realização de 39.271 serviços/atendimentos às pessoas em situação de rua na capital, através do módulo Corre Pra Vida, dentre os quais se incluem: orientações sobre a redu-

ção de danos por conta do uso de drogas, bem como atendimentos individuais, acolhimento à crise, acompanhamento pré-natal, curativos/cuidados de enfermagem, medicação assistida, rodas de conversa, oficinas e acompanhamento familiar;

- Promoção do acolhimento e tratamento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, com oferta de 229 vagas em 13 Comunidades Terapêuticas.

TEMA – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Tema Atenção à Pessoa com Deficiência tem como principal propósito a articulação junto às setoriais de Governo do Estado, municípios e Governo Federal para monitoramento, acompanhamento e indução de ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, em particular as ações que estejam em consonância com a nova legislação da pessoa com deficiência, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Um dos grandes desafios para a Pessoa com Deficiência (PcD) reside na questão do ingresso no mercado de trabalho, mesmo com o estabelecimento da política de cotas, reservando postos de trabalho para as pessoas nessa condição, tanto no setor público quanto na iniciativa privada, por motivações que passam desde o preconceito dos empregadores à falta de preparo das instituições para atender a esse segmento populacional, incluindo as condições de trabalho que lhes são ofertadas.

Nesse sentido, o Governo do Estado desenvolve um conjunto de ações na perspectiva transversal das políticas voltadas para a Pessoa com Deficiência, disseminando a cultura da acessibilidade através de participação e apoio a eventos, seminários, realização de oficinas de capacitação, apoio e participação em ações desenvolvidas por instâncias da sociedade civil representativas do segmento, como conselhos e organizações não governamentais para pessoas com deficiência, visando garantir a efetividade dos direitos deste público no Ceará.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Realização do curso básico da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para capacitar servidores públicos no atendimento de pessoas com deficiência auditiva, em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGPCE);

- Realização do Seminário de 25 anos da Lei de Cotas para Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, em parceria com a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB) e Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência;

- Realização da IV Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, em Fortaleza, com um público de aproximadamente 200 pessoas;

- Produção de seis vídeos em referência à data alusiva do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, para circular nas redes sociais;

- Capacitação para organizações não governamentais de pessoas com deficiência, em Fortaleza, Sobral e Crato, com 180 vagas, tema “Gestão e Sustentabilidade, repensando as organizações não governamentais da pessoa com deficiência”;

- Operacionalização da Central de Intérprete de Libras do estado do Ceará (CIL Ceará), para atendimento à comunidade surda nos órgãos públicos, seja presencialmente ou via webcam pelo aplicativo Skype, tendo sido realizados 121 atendimentos;

- Operacionalização do Projeto Praia Acessível, visando assegurar o direito ao lazer às pessoas com deficiência, idosos e com mobilidade reduzida, contando com equipe técnica da Prefeitura Municipal de Fortaleza como parceira, além de Corpo de Bombeiros e guarda-vida da Guarda Municipal de Fortaleza.

PROGRAMA 061 - DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO

- Implantação dos cursos de Tecnologia da Informação, Robótica e qualificação para pessoas com deficiência no bairro Vicente Pinzon, contribuindo para oportunizar e pacificar o Ceará.

PROGRAMA 071 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Melhoria da acessibilidade com reforma de salas de aula, laboratórios, núcleos, banheiros e residências e restaurantes universitários e aquisição de equipamentos da Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Crateús, Fortaleza, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá;

- Melhoria da acessibilidade com reforma de salas de aula, laboratórios, núcleos, banheiros e residências e restaurantes universitários e aquisição de equipamentos da Universidade Regional do Cariri (Urca);

- Reforma do Instituto Superior de Ciências Biomédicas – 3º piso/ISCB;

- Ampliação do Núcleo de Pesquisa e Inovação em Saúde Coletiva do Centro de Ciência da Saúde;

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE;

- Realização da programação de visita acessível no Centro Cultural Dragão do Mar, Cine-teatro São Luiz e Theatro José de Alencar;

- Realização 1ª. Mostra Cultural Acessível, no Centro Cultural Dragão do Mar, onde o público experienciou a Vivência Cega;

- Realização de visita guiada para cegos e surdos no Theatro José de Alencar;

- Ampliação do acervo em Braille da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, com a inclusão da edição especial de o romance “O Quinze”;

- Acessibilidade para cegos em todas as áreas comuns do Centro Cultural Dragão do Mar e acessibilidade para cegos e surdos no Museu da Cultura Cearense;

- Exibição de filmes cearenses com audiodescrição;

- Realização de três ações culturais na linguagem do teatro, com tradução em libras, no Teatro Carlos Câmara;

- Realização da exposição Retrato Cego no Sobrado Dr. José Lourenço.

PROGRAMA 006 - INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

- Efetivação de atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado Conveniados com o Estado, para 6.487 alunos;

- Atendimento de 16 escolas localizadas em áreas rurais ou urbanas, que desenvolvem proposta pedagógica específica e diferenciada, atendendo às populações do campo, indígenas e quilombolas;

- Adaptação de três escolas com salas de

recursos multifuncionais (SRM) implantadas;

- Capacitação de 997 pessoas em Educação Especial e áreas afins;

PROGRAMA 005 - GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

- Atendimento a 96 cidadãos sobre denúncias de violação a artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo 39 atendimentos presenciais, 43 atendimentos por telefone e 14 via e-mails;

- Atendimento a 1.704 pessoas referente a consultas públicas por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Cedef), bem como de conselhos municipais e associações parceiras;

- Definição de 30 diretrizes, gerando 90 propostas enviadas para o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), em Brasília, voltadas para o atendimento à pessoa com deficiência e garantia dos direitos contidos na Lei Brasileira de Inclusão – LBI;

- Realização de eventos voltados para a temática da Pessoa com Deficiência e Acessibilidade através de palestras, simpósios, seminários, conferências e assembleias, entre os quais está a IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com 300 participantes inscritos, incluindo 220 conselheiros.

PROGRAMA 070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

- Prestação de serviços de assistência à saúde a 1.951 pessoas portadoras de necessidades especiais, contemplando servidores públi-

cos do estado do Ceará, seus dependentes e pensionistas, regularmente inscritos no Instituto de Saúde dos Servidores do estado do Ceará (Issec).

PROGRAMA 055 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

- Realização de 116 eventos pelas comissões intergestoras regionais no âmbito das 21 regiões de saúde, para o aprimoramento e resolução das ações e serviços no fortalecimento da gestão regional na descentralização do SUS;

- Realização de assessorias técnicas aos municípios, no sentido de melhorar o desenvolvimento das ações e vivência do controle social pelos conselheiros de saúde no âmbito municipal e regional;

- Realização de seminários de comunicação das redes sociais, encontros de segurança e saúde do trabalhador, seminário de implantação e implementação das comissões inter-setoriais de saúde do trabalhador e de saúde mental conduzido pelo controle social do SUS;

- Implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) em todas as unidades da rede Sesa, para contribuir com a redução de custos, melhoria dos serviços, promover eficiência e alcance de melhores resultados na gestão;

- Realização de 13.509 cirurgias eletivas de alta e média complexidade, através da oferta de serviços contratados;

- Realização de 1.754 transplantes de órgão e tecidos.

PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Visitas técnicas para credenciamento de serviços da rede de atenção psicossocial nas regiões de Juazeiro, Crato e Iguatu;

- Disponibilização de 34 leitos de retaguarda pactuados, para atender a demanda por leitos de emergência no Estado;

- Capacitação, monitoramento, acompanhamento e orientação para profissionais de saúde dos serviços de Saúde Mental sobre o registro de atendimento no Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), credenciamento no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS) e construção no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB).

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização do 1º Seminário de Saúde Mental, 1º ciclo de debates para qualificar profissionais do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (APSUS) e formação de grupos de trabalhos, na promoção de educação permanente para a rede de atenção psicossocial;

- Realização de Curso de Saúde Mental para trabalhadores da saúde em parceria com o Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).

PROGRAMA 078 - INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DO TRABALHADOR

- Cadastro de 2.150 beneficiários no Cen-

tro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (Cepid), sendo 937 pessoas com deficiência;

- Qualificação de 679 pessoas nos projetos Cepid e Garantindo Acessibilidade, das quais 239 são pessoas com deficiência, por meio de cursos nas modalidades presencial e educação a distância;

- Realização de 8.648 atendimentos no Balcão de Emprego do SINE/IDT, com 2.660 vagas captadas junto às empresas, 2.161 encaminhamentos e 332 pessoas colocadas no emprego, das quais 300 são pessoas com deficiência;

- Realização de 1.023 atendimentos a paratletas nas modalidades de Basquete em Cadeiras de Rodas, Natação, Power Soccer, Tênis de Mesa, Futsal de Cinco e Hidroginástica, além de 1.280 atendimentos de fisioterapia;

- Realização do Dia D de Contratação da Pessoa com Deficiência em parceria com o SINE/IDT, INSS, SENAI, SEST/SENAT, Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (Cedef), Coordenadoria Especial de Políticas Públicas do Idoso e Pessoa com Deficiência do estado do Ceará, Ministério do Trabalho/SRT.

TEMA – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Tema Atenção à Pessoa Idosa envolve uma série de ações relacionadas à articulação e monitoramento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Renadi), apoio técnico à gestão municipal, garantia de direitos sociais aos idosos, fortalecimento de vínculos afetivos e familiares, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade.

A Pessoa Idosa em situação de pobreza e vulnerabilidade constitui um dos segmentos prioritários da Política de Assistência Social, cabendo a essa política atendê-los conforme a complexidade da situação. O envelhecimento é compreendido como um processo que demanda diferentes ações de caráter intersetorial, envolvendo políticas de educação, habitação, trabalho, saúde, justiça, assistência e previdência social, além

de ações e serviços desenvolvidos por diferentes atores sociais.

O Governo do Estado, em articulação com outras secretarias estaduais, estimula e orienta os municípios para criação e manutenção dos seus Conselhos de Direito, os quais têm a finalidade de estabelecer as diretrizes para a formulação, implementação, avaliação e fiscalização da política municipal de atendimento, prevenção, promoção, proteção e defesa dos direitos da Pessoa Idosa.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Operacionalização do Projeto Praia Acessível, visando assegurar o direito ao lazer, às

pessoas com deficiência, idosos e com mobilidade reduzida, contando com equipe técnica da Prefeitura Municipal de Fortaleza como parceira, além de Corpo de Bombeiros e guarda-vida da Guarda Municipal de Fortaleza;

PROGRAMA 045 - PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL CEARENSE

- Realização do X Encontro Mestres do Mundo, na cidade de Limoeiro do Norte, com o tema “Mestres do Mundo, Saberes Para Todos os Tempos”;

- Concessão do Título de Notório Saber em Cultura Popular, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), aos 58 Mestres da Cultura cearense.

PROGRAMA 070 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

- Realização de 33.726 atendimentos voltados à qualidade de vida do servidor aposentado e pensionista do serviço público estadual por meio de ações socioeducativas e culturais, agrupadas em quatro áreas: Educação/Aprendizagem (ações de educação continuada); Saúde (ações com foco na saúde preventiva e na qualidade de vida); Socialização (ações de interação social e lazer); e Trabalho (geração de ocupação e renda).

PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Apoio aos municípios nas ações voltadas à saúde do idoso;

- Apoio a serviços hospitalares especializados, nos hospitais polo, estratégicos e de

pequeno porte, nas internações, diagnóstico e terapêutico no âmbito regional;

- Realização de ação na praça Dona Deinha, em Fortaleza, com a realização de avaliações multidisciplinares da saúde do idoso e serviços de saúde.

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de seminário para profissionais de saúde sobre Atenção à Saúde do Idoso.

PROGRAMA 072 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Reestruturação do Abrigo de Idosos (Unidade de Acolhimento Institucional da Pessoa Idosa) com a reconstrução do equipamento social, capacitação de equipes técnicas e de apoio, resultando na excelência da oferta dos serviços a 110 idosos;

- Assessoramento às equipes técnicas dos Creas para o atendimento à pessoa idosa com direitos violados, mediante a realização de oficinas temáticas, em conformidade com a normatização do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

PROGRAMA 073 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Assessoramento aos municípios para execução da Política Nacional da Pessoa Idosa, em conformidade com a normatização do Suas;

- Criação do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso do Ceará (Feice).

TEMA – INCLUSÃO E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT

O Tema Inclusão e Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) tem por objetivo resgatar a cidadania da população LGBT por meio de projetos, ações e atividades de enfrentamento à LGBTfobia, tais como ódio, aversão, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT e a promoção/defesa dos direitos humanos dessa população em todo território cearense, transversalizando sua atuação em parceria com outras instâncias governamentais, em constante diálogo com o movimento social LGBT.

No Brasil, a cada ano, aumenta o índice de LGBTfobia, que se configura nas diversas formas de preconceito e discriminação que atingem pessoas que, de alguma maneira, descumprem as normas que hoje regulam a sexualidade e o gênero na nossa sociedade. Trabalhando no combate a essa situação de ódio, aversão, preconceito e discriminação contra LGBTs, o Governo do Estado desenvolve diversas ações para promover os direitos humanos dessa população, sempre buscando a parceria e apoio dos movimentos sociais organizados, numa perspectiva constante de diálogo e audição qualificada acerca das demandas e urgentes necessidades para a implementação de políticas públicas efetivas que norteiem a cidadania e o respeito às pessoas LGBT.

Importante destacar que a cultura do diálogo e da interlocução de ideias sempre será o caminho para a construção de parcerias em todas as manifestações sociais, cabendo ao Governo não medir esforços e assegurar a permanência da Política de Direitos Humanos para LGBT em toda a sua intersectorialidade, reafirmando o compromisso e respeito com essa população.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Realização do evento “Blitz de Cidadania” em Sobral (500 pessoas), com entrega de materiais sobre a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT, sobre prevenção a DSTs e a Aids;
- Realização de quatro edições do “Ceará de Cidadania contra a Homofobia”, sendo três em Fortaleza, com a participação de 3.700 pessoas, e uma em Pacatuba (1500 pessoas), dentro das atividades alusivas ao 17 de maio – Dia Municipal de Combate à LGBTfobia;
- Realização de três edições do “Ceará de Cidadania contra a Homofobia”, sendo em Itatira (1.000 pessoas); em Iguatu (2.000 pessoas) e em Aquiraz (5.000 pessoas), dentro das atividades alusivas à Parada pela Diversidade Sexual desses municípios;

- Realização de nove edições do Projeto “Ceará de Cidadania contra a Homofobia”, em Sobral, Guaiúba, Fortaleza (duas edições), Itapipoca, Crato, Aracati, Juazeiro do Norte e Barbalha;

- Realização de uma edição do Projeto “Ceará do Meu Orgulho”, na Praça Verde do Dragão do Mar, em alusão ao 28 de Junho – Dia Mundial do Orgulho LGBT, com mais de 10.000 pessoas;

- Realização, por meio da Seduc, de palestras e formações com integrantes da Rede Estadual de Ensino, com a participação de alunos e professores, sobre respeito à diversidade no ambiente escolar, pautando questões que versam sobre diversidade sexual e identidade de gênero;

- Criação de uma unidade prisional direcionada a abrigar pessoas em maior vulnerabilidade dentro do Sistema Penitenciário Cearense, incluindo as pessoas Gays, Bissexuais e Traves-

tis, garantindo um cumprimento de pena individualizado em respeito aos Direitos Humanos.

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Realização da Mostra Trans e da Mostra artístico-cultural com espetáculos para o público LGBT, no Centro Cultural do Dragão do Mar para público de 8.850 pessoas;

- Apoio à realização do For Rainbow - 10 Anos, por meio do Edital de Apoio a Projetos de Demanda Espontânea, para um público de 5.000 pessoas;

- Realização do Ciclo de Palestras Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, composto por quatro eventos;

- Realização do Festival Curta o Gênero, com programação de três eventos na linguagem do teatro, no Centro Cultural Dragão do Mar.

TEMA – PROMOÇÃO DE DIREITOS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

O reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos implica na afirmação de sua cidadania plena, não uma cidadania a ser exercida futuramente, mas que pode ser exercida em qualquer fase do desenvolvimento humano.

A concepção da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos é recorrente na Constituição Federal de 1998. O art. 226 preconiza ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer,

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Na mesma linha, a Constituição do estado do Ceará preconiza, no art. 272, o dever do Estado em assegurar os direitos fundamentais da criança, garantindo, inclusive, a participação da sociedade civil na alocação e fiscalização dos recursos destinados a esse fim, além de consignar a prioridade orçamentária desse segmento.

Esse paradigma constitucional traz em si o princípio da prioridade absoluta, no qual garante que crianças e adolescentes, independentemente de sua origem ou classe social, estejam no topo das políticas públicas estatais, com prioridades orçamentárias específicas.

No âmbito da defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes, no estado do Ceará, o Centro de Referência de Direitos Humanos trabalha nos encaminhamentos e monitoramentos de denúncias de violações de direitos humanos em face de crianças e adolescentes, como negligência, maus tratos, abuso, exploração sexual e bullying escolar.

Ainda na defesa de direitos humanos, o Programa Estadual de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), desde a sua implantação, em 2013, realiza atendimentos e a inclusão de pessoas no sistema de proteção, garantindo, assim, o direito à vida de crianças e adolescentes ameaçados.

Em relação à crise enfrentada no Sistema Socioeducativo, o Governo do Estado, por meio do Decreto 31.827/2015, instalou a Controladoria do Sistema Socioeducativo do

estado do Ceará, com a missão de receber e investigar as denúncias de violações de direitos humanos nas Unidades do Sistema Socioeducativo do estado do Ceará. Tendo como visão a pacificação permanente dos Centros Educacionais em meio fechado e semiaberto, notadamente no que se refere à relação entre socioeducandos e socioeducadores, a Controladoria vem atuando na resolução das tensões internas das Unidades, acionando os órgãos da Segurança Pública e do Sistema de Justiça para responsabilização dos violadores de direitos humanos.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Articulação com o Gabinete da Primeiradama na execução do Programa de Governo “Mais Infância Ceará” que tem como missão gerar possibilidades para o desenvolvimento integral da criança, estruturando-se em três dimensões: Tempo de Aprender, Tempo de Brincar e Tempo de Crescer, assegurando a plena acessibilidade de todas as ações estratégicas do programa.

PROGRAMA 044 - PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE

- Realização no Cineteatro São Luiz de 91 ações na linguagem audiovisual para um público de 29.370 crianças e adolescentes, com destaque para o projeto Escola no Cinema, destinado a alunos de escola pública, que abrangeu 56 bairros de Fortaleza e estudantes de 12 municípios da região metropolitana;
- Realização no Cineteatro São Luiz da progra-

mação especial “Sessão Sonora”, com a sessão “O menino e a cidade”, com espetáculo de circo, show do grupo “Barbatuques” e outros, para um público de 1.210 crianças e adolescentes. Destaca-se ainda a programação especial Férias no São Luiz, que registrou público de 12.521 crianças;

- Realização no Centro Cultural Dragão do Mar de 20 ações nas diversas linguagens destinadas ao público infantil (18.541 crianças), destacando o Brincando e Pintando no Dragão do Mar, o Bailinho de Carnaval e o Projeto Escola;

- Realização da Feira de Livro Infantil no Centro Cultural Dragão do Mar, que registrou público infantil de 13.312 pessoas;

- Apoio à realização da III Mostra de Circo Canoa Criança: Canoa de todas as artes, através do Edital Apoio a Projetos Culturais por Demanda Espontânea;

- Apoio à manutenção do Grupo Musical Orquestra Infantojuvenil de Redenção, através do X Edital de Incentivos às Artes;

- Apoio, através do VIII Edital Mecenaz, à realização do 6º TIC – Festival Internacional de Teatro Infantil do Ceará e dos projetos: Encontro de narrativas para a infância; Brincadeiras perdidas: 12 anos/temporada escolas públicas; e 25º aniversário da Escola de Desenvolvimento e Integração Social para Criança e Adolescente (Edisca).

PROGRAMA 008 - ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA

- Impressão de material didático pedagógi-

co da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental, para 531.773 alunos; formações e apoio logístico para professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental de Língua Portuguesa e Matemática (4º e 5º anos e do 6º ao 9º anos), dos 184 municípios cearenses e concessão de bolsa de pesquisas e extensão tecnológica para formadores do PNAIC;

- Premiação de 527 escolas públicas que apresentaram melhores resultados no IDE - Alfa (Índice de Desempenho Escolar no 2º Ano do EF), IDE - 5 (Índice de Desempenho Escolar do 5º Ano do EF) e IDE - 9 (Índice de Desempenho Escolar do 9º Ano do EF) do Ensino Fundamental nas avaliações do SPAECE;

- Implantação de dois Centros de Educação Infantil (CEI) nos municípios de Aquiraz e Varjota;

- Formação de professores e gestores em Educação Infantil, voltadas para o desenvolvimento integral da primeira infância, com foco no cuidar e no educar de forma indissociável;

- Implantação de duas escolas, em parceria com os municípios, sendo um CEI em Farias Brito e um Centro de Atendimento Clínico Educacional (CACE) em Horizonte.

PROGRAMA 020 - ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Implantação de três escolas profissionais, situadas nos municípios de Barro, Caridade e Sobral;

- Readequação de 102 escolas, conforme o seguinte detalhamento: duas foram beneficiadas com adaptação, 100 receberam 6.036 bens móveis (equipamentos diversos e/ou mobiliários e/ou laboratórios e/ou acervo);

- Garantia da oferta dos serviços educacionais em 116 escolas, atendendo 47.357 alunos;
- Adequação da oferta e dos currículos de 115 escolas profissionais em funcionamento, de acordo com as demandas locais;
- Capacitação de 401 profissionais, dentre professores, coordenadores, diretores e superintendentes que atuam na rede de educação profissional, em encontros formativos voltados para a qualificação do atendimento dos serviços de ensino médio articulado à educação profissional;
- Formação de 13.445 alunos em estágio curricular obrigatório, correspondendo as cargas horárias de 400h ou 600h, conforme a exigência curricular;
- Composição de um modelo de gestão com monitoramento informatizado, acerca das escolas de educação profissional que informe sobre: a inserção dos alunos em campo de trabalho; a avaliação de desempenho acadêmico dos alunos na formação técnica; a formação permanente para gestores, coordenadores e professores; e o cálculo do custo/aluno.

PROGRAMA 023 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- Atendimento no Núcleo Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS) em 129 escolas (105 escolas mantidas e 24 implantadas);
- Capacitação de 250 professores para atendimento no NTPPS, com carga horária 80 horas;
- Realização de eventos (motivacionais e pedagógicos) para 220.629 alunos (2º e 3º

anos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA) no projeto Enem: Chego Junto, Chego Bem;

- Capacitação de 4.912 profissionais da educação, entre coordenadores e professores, em Formação de Gestão em Sala de Aula, com carga horária: 111 horas, distribuídas em encontros presenciais e a distância;

- Realização do atendimento para 618 escolas, com o Projeto Professor Diretor de Turma (abrangendo 6.826 turmas, envolvendo 4.510 professores diretores de turma, atendendo 171.955 alunos, sob a orientação de 34 coordenadores regionais);

- Readequação de 639 escolas com equipamentos, mobiliários, reformas e ampliações (desse total 11 são escolas novas, equipadas e funcionando em 2016, situadas nos seguintes municípios cearenses: Eusébio, Amontada, Miraíma, Acaraú, Morrinhos, Santana do Acaraú, Canindé, Caridade, Itatira, Quixeré e Acopiara);

- Realização de atendimento a 115.487 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar, prioritariamente os residentes na zona rural durante os dias letivos do exercício de 2016;

- Garantia da oferta dos serviços educacionais em 709 escolas, atendendo 445.554 alunos;

- Realização de oferta dos serviços educacionais do Centro de Educação a Distância do Ceará (CED);

- Implantação de 26 Escolas Públicas Estaduais de Tempo Integral, nos seguintes mu-

nicipios cearenses: Aquiraz, Miráima, Acaraú, Camocim, São Benedito, Sobral, Caridade, Redenção, Cascavel, Tabuleiro do Norte, Jaguaribe, Quixeramobim, Crateús, Pedra Branca, Tauá, Iguatu, Icó, Crato, Barbalha, Aurora e Fortaleza.

PROGRAMA 057 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

- Realização de seminário e oficinas de qualificação da gestão da saúde da mulher, adolescente e da criança na atenção às condições crônicas na atenção primária;
- Elaboração dos protocolos Linha Guia para bebês, gestantes e puérperas;
- Atualização dos profissionais nos programas voltados à alimentação e nutrição;
- Entrega de dietas, suplementos e fórmulas especiais a pacientes beneficiados no Programa de Terapia Nutricional e Domiciliar do SUS no Ceará;
- Monitoramento com visitas técnicas aos Bancos de Leite dos municípios de Sobral, Juazeiro do Norte, Barbalha e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Meac), em Fortaleza;
- Implantação de duas salas de apoio à amamentação ao recém-nascido, no Hospital da Mulher e Hospital Martiniano de Alencar;
- Implantação de posto para coleta de leite materno na Universidade de Fortaleza;
- Realização de Curso Atenção Humanizada ao recém-nascido de baixo peso - Método Canguru para profissionais das maternidades de referência;
- Realização do Seminário Estadual: Semana Mundial de Aleitamento Materno;
- Ações de promoção de educação permanente para atenção à saúde da criança, com ênfase aos profissionais com atuação nas estratégias de crianças com suspeita de microcefalia;
- Realização de oficinas estaduais para formação de facilitadores, reuniões de trabalho com as regionais de saúde e com lançamento do projeto Qualifica APSUS, no tocante à promoção de educação permanente para atenção primária à saúde;
- Capacitação para a formação de multiplicadores no processo de estratificação de risco de hipertensos, diabéticos e gestantes e crianças menores de dois anos, com participação de 402 profissionais procedentes da atenção primária e ambulatorial especializada;
- Qualificação das práticas de vacinação por meio da oferta do Curso “Implementação em Sala de Vacina”, realizado em parceria com o Centro de Vigilância em Saúde - ESP/CE e ofertado para 25 enfermeiros residentes da ênfase em Saúde da família e comunidade;
- Tratamento das crianças diagnosticadas com tracoma durante o Curso Básico de Controle do Tracoma;
- Realização do curso: Zero morte materna por hemorragia pós-parto, para médicos e enfermeiros das maternidades de referência e Samu;
- Realização do Workshop: Planejamento reprodutivo e implante subdérmico para médicos e enfermeiros das maternidades e profissionais da atenção primária;

- Realização de cursos: A Enfermagem obstétrica e sua contribuição na Assistência ao parto e nascimento; e Desafios da rede cegonha para profissionais de saúde das maternidades;

- Capacitação de 10 médicos das maternidades de referência sobre inserção do Implanon, em Ribeirão Preto - São Paulo;

- Capacitação de cinco médicos de Quixadá sobre inserção do Implanon;

- Realização do Curso: Manejo obstétrico da hemorragia pós-parto e pós-abortamento para profissionais de saúde;

- Realização da Oficina do projeto qualifica APSUS, para qualificação do Pré-natal para profissionais da atenção primária;

- Realização da “Conferência sobre a Prevenção do Câncer de Mama” com 300 participantes, aberta ao público;

- Apoio a serviços hospitalares especializados, nos hospitais polo, estratégicos e de pequeno porte, nas internações, diagnóstico e terapêutico no âmbito regional.

PROGRAMA 076 - GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE

- Realização de duas oficinas de capacitação para formar multiplicadores para atendimento do adolescente na atenção básica;

- Capacitação de 474 conselheiros e participantes de movimentos sociais, no âmbito da gestão, atenção e vigilância em saúde;

- Apoio e acompanhamento a 184 municípios no Programa de valorização ao profissional da atenção básica (Provab) e projeto Mais Médicos;

- Capacitação de conselheiros, secretários executivos de saúde, 474 representantes do controle social do SUS em 16 turmas de cursos realizados;

- Capacitação de equipes técnicas das ouvidorias do SUS do Ceará em sistema informatizado OuvidorSus e Serviço de Informação ao Cidadão;

- Qualificação da abordagem multiprofissional e intersetorial às pessoas em uso prejudicial de drogas, por meio da realização do Curso ‘Saberes e Práticas da Rede Intersetorial sobre Álcool e outras drogas’, realizado em parceria com o Centro de Atenção em Saúde - ESP/CE e ofertado para 86 profissionais de saúde residentes dos componentes comunitário e hospitalar;

- Realização do Curso de Especialização em Gestão em Saúde na Atenção Primária à Saúde.

PROGRAMA 080 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Atendimento a 4.500 crianças, adolescentes e jovens em nove ABCs, dois Circos Escola e quatro CIPs, localizadas em 13 bairros de Fortaleza;

- Atendimento a 606 crianças, adolescentes e jovens atendidos por meio dos projetos Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação - Espaço Viva Gente com cursos de qualificação profissional, jardinagem/horto, informática, atividades de arte e cultura e esporte; serviço de convivência e fortalecimento de

vínculos, dentre outras ações;

- Atendimento de 4.973 pessoas, em cinco Centros Comunitários, por meio do projeto Famílias – Desafios e Inclusão Social - com aquisição de documentos (RG), cursos de qualificação profissional, informática básica, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas, grupos socio-educativos, oficinas produtivas, atividades de esporte, arte e cultura;

- Realização de dois eventos de capacitação “Orientações para ações com crianças até seis anos de idade com foco no desenvolvimento infantil”, com a participação de 36 municípios selecionados, para equipes de referência dos

Cras e técnicos estaduais da STDS e Seduc, atingindo 157 pessoas;

- Visitas de acompanhamento a 3.247 famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até cinco anos acompanhadas pelos Cras nos municípios selecionados;

- Capacitação de 420 crianças, adolescentes e jovens dos projetos ABC e Circo Bom Jardim sobre as questões da pessoa idosa, pessoa com deficiência, gênero e igualdade racial;

- Repasse de recursos aos municípios para o cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e Benefícios Eventuais, referenciando 683.175 famílias.

TEMA – POLÍTICA DE MEMÓRIA

O Tema Política de Memória objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar o patrimônio material e imaterial.

Com esse escopo, também pretende-se estabelecer uma política estadual de memória que preserve o legado da história do povo cearense e da memória das violações de direitos humanos ocorridas ao longo da formação histórica do estado do Ceará.

Entende-se por direito a memória, a preservação do legado histórico do passado, com o intuito de reconstruir a memória das lutas populares do povo cearense e das violações de direitos humanos, para, dessa forma, compreender-se os seus impactos sobre o presente.

Envolve a possibilidade de formulação e sustentação, na esfera pública, de uma narrativa sobre determinado período, promovendo o esclarecimento histórico de variados fatos e a integração social, na medida em que viabiliza a ampliação da narrativa sobre o passado.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 054 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

- Realização do evento: “Agosto da Memória”, em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria da Cultura, Arquivo Público, Museu do Ceará, Comitê Memória, Verdade e Justiça do Ceará e Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, com atividades

como palestras em escolas públicas, percursos urbanos, rodas de conversas com ex-presos políticos, exibição de filmes no Cinema São Luiz, lançamento da exposição “Memórias Reveladas”, no Museu do Ceará e lançamento de livro;

- Produção de quatro mini documentários com ex-presos políticos cearenses, em parceria com a TV Ceará (TVC) e cinco entrevistas para circular nas redes sociais.

TEMA – CONVIVÊNCIA COM A SECA

O estado do Ceará apresenta a maior parte de seu território inserido na região do semi-árido, que se caracteriza pela aridez do clima, pela deficiência hídrica, variabilidade espacial e temporal das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. Essas características limitam o desenvolvimento econômico do Estado, principalmente das áreas inseridas nesse contexto, por conta da utilização de práticas econômicas e tratamentos culturais nem sempre adequados à realidade existente e que, muitas vezes, terminam por provocar desequilíbrios ambientais, cujo desdobramento mais evidente tem sido o processo de desertificação já verificado em algumas porções do território cearense.

Uma vasta área do solo cearense sofre regularmente com a seca, que se caracteriza não apenas pela falta ou insuficiência de chuva, mas, também, pela irregularidade das precipitações no tempo e no espaço. Ao lado disso, as áreas do Estado mais atingidas pelas calamidades das secas detêm estruturas econômicas e sociais bastante frágeis, o que torna ainda mais complexa a adoção de medidas que gerem mudanças estruturadoras capazes de acelerar o processo de desenvolvimento sustentável.

Visando atender a essas questões, foi elaborado, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), o Plano Estadual de Convivência com a Seca - Ações Emergenciais e Estruturantes, constituindo-se em uma iniciativa do Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, que reúne um conjunto de ações voltadas para superar os complexos desafios provenientes da escassez de chuvas.

Este Plano surge dentro de uma perspectiva de gestão integrada e regionalizada das ações, cuja implementação exige um novo modelo de governança que possibilite uma melhor coordenação das políticas e maior articulação dos órgãos envolvidos, com base nos princípios norteadores, e de forma consistente com a estratégia de convivência com a seca.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

PROGRAMA 029 - DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR

- Apoio à implantação de 4.857 ha de oleaginosas, dando continuidade ao Projeto Biodiesel, beneficiando 1.340 produtores com a produção de 124.380 kg de bagas de mamona;

- Implantação de 17 unidades de produção e início de 205 unidades produtivas para criação de galinha caipira e quintais produtivos;

- Elaboração de 254 projetos produtivos de irrigação de frutíferas e palma forrageira, beneficiando 254 famílias;

- Acompanhamento de 23 famílias em 69 lotes na produção de fruticultura irrigada no perímetro irrigado do Curupati;

- Acompanhamento de 45 famílias em 45 lotes na produção de goiaba orgânica no perímetro irrigado do Alagamar;

- Distribuição de 3.150,79 toneladas de sementes de alto potencial genético para a produção de grãos; 8,46 milhões de raquetes de palma forrageira, contribuindo para a implantação de 846,0 hectares (ha) deste material; 6.092 m³ de manivas de mandioca e 359.547 mudas de cajueiro, 216.590 mudas de essências florestais nativas e exóticas, beneficiando 138.414 agricultores familiares;

- Assistência técnica em construções rurais, manejo de água de irrigação, técnicas de cultivos e criações com base agroecológica, em 82 projetos mandalla em construção e desenvolvimento, em 38 municípios do Estado;

- Acompanhamento e monitoramento de 158 unidades de resfriamento de leite, bovino e caprino, fomentando a cadeia produtiva do leite, auxiliando os produtores na comercialização do leite produzido, possibilitando ao agricultor familiar produzir alimento para seu rebanho e formação de reservas estratégicas de forragem para melhor convivência com os períodos de estiagem, beneficiando diretamente 2.370 produtores familiares;

- Apoio a sete projetos produtivos de irrigação, uma sala de ordenha, com o financiamento de energia solar, construção de nove cacimbões e instalação de um abatedouro para aves caipiras com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fedaf);

- Prestação de assistência técnica e extensão rural de forma intensiva e continuada a 61.993 produtores do Estado, centrada em orientar técnicas de produção para períodos de seca.

PROGRAMA 030 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

- Delimitação de 50 áreas de reserva legal e de proteção permanente em 15 municípios, beneficiando 500 famílias;

- Repactuação de dívidas rurais de 44 assentamentos, em 10 municípios, atendendo a 682 famílias;

- Apoio ao financiamento e liberação de 84 subprojetos de investimentos comunitários, destes 69 com prestação de contas concluída, visando dotar as unidades produtivas adquiridas pelo PNCF de infraestrutura produtiva e social, beneficiando 322 famílias em 22 municípios;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 50.435 agricultores familiares, orientados no fortalecimento da convivência com o semiárido com a integração de práticas agroecológicas, levando em conta as potencialidades e vulnerabilidades dos territórios;

- Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, projetos de infraestrutura produtiva e social

e atividades em conjunto com os comitês municipais no planejamento de ações para o desenvolvimento municipal e do território.

PROGRAMA 031 - INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

- Realização de 136 eventos com as temáticas ambientais, sociais, gestão empresarial entre outros, contemplando 4.000 pessoas;
- Desenvolvimento de capacidades das famílias da agricultura familiar por meio das ações de acompanhamento técnico e elaboração de planos de investimentos para 2.373 famílias em 62 comunidades;
- Elaboração de 52 Planos de Investimentos para fortalecimento das cadeias produtivas relacionadas a práticas agroecológicas e convivência com o semiárido, com desembolso para 16 Planos de Investimento;
- Formação de 31 Comitês Locais nos municípios de atuação do Projeto Paulo Freire, com a capacitação de 312 lideranças;
- Realização de 115 formações com a participação de 2.300 famílias, nas temáticas de associativismo, economia popular solidária, agroecologia, convivência com o semiárido, coleta seletiva e políticas públicas;
- Implantação de oito projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais agrícolas e não agrícolas, beneficiando 760 famílias em seis municípios;
- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 59.218 agricultores/as familiares, com enfoque no acesso à estrutura básica

produtiva para o desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados.

PROGRAMA 032 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MEIO RURAL

- Implantação de 8.200 cisternas de placas, em 48 municípios, beneficiando 34.932 pessoas;
- Capacitação de 7.991 beneficiários da cisterna implantada, em Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Capacitação de 20 cisterneiros que trabalharão na implantação das cisternas de placas;
- Implantação de 62 sistemas de abastecimentos de água em 27 municípios, atendendo a 3.066 famílias, beneficiando 13.061 pessoas;
- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 59.218 agricultores familiares assistidos na captação e armazenamento da água da chuva, com construção de reservatórios capazes de acumular água para a família e des-sedentação dos animais na unidade produtiva;
- Implantação de 16 projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, com 2.659 ligações residenciais e 497 módulos sanitários domiciliares;
- Implantação de 15 unidades familiares de reúso de águas nos municípios de Cascavel, Itatira e Piquet Carneiro.

PROGRAMA 033 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Adesão efetivada de 249.848 agricultores em 180 municípios, com pagamento a 167.640

beneficiários em 110 municípios, alcançando 67,10% da adesão total e 61,11% dos municípios envolvidos;

- Implantação de 1.281 cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos, em 20 municípios, beneficiando 5.457 pessoas;

- Capacitação de 1.085 beneficiários de cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos em Gestão de Água para Produção de Alimentos;

- Capacitação de 1.705 beneficiários de cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos em Manejo de Sistema Simplificado de Água para Produção de Alimentos;

- Capacitação de 40 cisterneiros que trabalham na implantação de cisternas para promoção de acesso à água para produção de alimentos;

- Distribuição de 2.338.709,86 kg de alimentos, adquiridos de 2.625 agricultores familiares através das ações do Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando 203.140 pessoas em vulnerabilidade social e nutricional em 99 municípios;

- Aquisição da produção leiteira, de 1.444 produtores da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos - Leite, sendo adquiridos um total de 6.044.798 litros de leite, com distribuição gratuita em 66 municípios, beneficiando 20.211 pessoas e 42 entidades;

- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 61.993 agricultores(as) familiares ofertando técnicas capazes de aumentar a re-

siliência dos produtores às adversidades climáticas e garantindo um mínimo de produção de alimentos para o consumo de suas famílias e suporte forrageiro para os animais durante o ano.

PROGRAMA 001 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

- Atendimento emergencial com abastecimento com água potável nas sedes urbanas de 14 municípios, distribuídos em oito regiões do Estado do Ceará, devido ao colapso de abastecimento em decorrência da seca, assistindo um total de 83.462 pessoas nos municípios de Quixeramobim, Pereiro, Pedra Branca, Irapuan Pinheiro, Salitre, Boa Viagem, Ibicuitinga, Morada Nova, Palmácia, Quiterianópolis, Baixio, Iracema, Parambu e Campos Sales.

PROGRAMA 016 - OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS

- Construção do Cinturão das Águas CAC - Trecho I atingiu 58,45%, correspondendo a 32,15 km do total de 55 km programados para 2016, considerando apenas a extensão de canal, sifão e túnel concluídos;

- Construção da barragem Diamantino II, situada no município de Marco, beneficiando os 24.703 habitantes e as outras 14 (quatorze) pequenas barragens em assentamentos de Movimento dos Sem Terra - MST, beneficiando 355 famílias, com investimento aproximado de 10,2 milhões;

- Construção de 183,73 km de adutoras, sendo a maioria adutoras emergenciais;

- Aquisição de 5 (cinco) comboios para perfuração de poços;

- Implantação de 170 sistemas do programa Água Doce;

- Perfuração de 1.849 poços e instalação de 670 sistemas pela SOHIDRA, sendo 590 chafarizes e 80 dessalinizadores em todo o interior do Estado.



MENSAGEM
À ASSEMBLEIA
2017



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ